SÍLVIO HUMBERTO DOS PASSOS CUNHA

UM RETRATO FIEL DA BAHIA:

SOCIEDADE-RACISMO-ECONOMIA NA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE NO RECÔNCAVO AÇUCAREIRO, 1871-1902

Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Economia sob a orientação da Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva.

BANCA

Profa. Dra. Ligia Maria Osório Silva(orientadora)

Prof. Dr. Fernando A. Novais

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço

Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão

Profa. Dra. Wilma Peres Costa

SUPLENTES

Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos

Dezembro/2004

Dedicatória

Dedico esta tese ao amor, ao carinho e a dedicação de Rita Dias.
A meus familiares primeiros: minha avó Palmira e meu pai Humberto(in memorian), minha mãe Silvia, Márcia Regina, Ana Paula, Lazaro Raimundo, Amanda, Léo, Edlayan, Malik, Jailton (aos primos e primas) Nena e tias, os cunhados(Reginaldo e Edmundo).
A família Dias.
A família extensiva: Durval Azevedo e família
Aos amigos e as amigas leais.
A Victor Meyer, Elis e Andréa(in memorian).

A consciência negra é, em essência, a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação, a negritude de sua pele e de agir como um grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão perpétua. Procura provar que é mentira considerar o negro uma aberração do "normal", que é ser branco. É a manifestação de uma nova percepção de que, ao procurar fugir de si mesmos e imitar o branco, os negros estão insultando a inteligência de quem os criou negros. Portanto, a Consciência Negra toma conhecimento de que o plano de Deus deliberadamente criou o negro, negro. Procura infundir na comunidade um novo orgulho de si mesma, de seus esforços , seus sistemas de valores, sua cultura, religião e de viver a vida.

Steve Biko

Agradecimentos

Roberto Carlos confessou, eu também vou confessar foram tantas emoções, mas o importante que eu vivi. É assim, que eu me despeço desse esforço acadêmico, foram cerca de oito anos de labuta, de aprendizado, de caminhos, novos caminhos, de mudanças de vida, de desprendimento, adaptações, de fortalecimento dos laços familiares, de amigos e amigas para sempre e de sempre, reafirmação da espiritualidade e de um grande reencontro com as coisas do coração. Por tudo isso, e mais que tudo posso dizer que esta Tese é um grande esforço coletivo .

Agradecendo à CAPES, ao Instituto de Economia/UNICAMP, ao DCIS-UEFS, UCSAL pelo apoio institucional.

À Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador representada pelo Secretario, Dr. Manoelito Santos Souza, pela liberação para fazer os créditos acadêmicos.

À Profa Dra. Ligia Osório Silva por aceitar de pronto a "herança", pela confiança, incentivo e orientação.

Ao Prof. Dr. Luis Felipe Alencastro por apostar no potencial deste trabalho quando este ainda era um ante-projeto de pesquisa.

Aos professores do Instituto de Economia, especialmente os Prof. Dr. Fernando Novais, Dr. João Manuel Cardoso e a Profa. Dra. Wilma Peres Costa. Ao Prof. Dr. Fernando Lourenço por aceitar o convite para fazer parte da banca.

Ao Prof. Dr. João José Reis, faltam palavras capazes de expressar minha gratidão, pelo incentivo e estímulo, leitura acurada do projeto , pelos convites para as discussões na linha de pesquisa Escravidão e Liberdade da Pós-graduação em Historia da UFBa. Agradeço aos pesquisadores que contribuíram com observações importantes para o aprimoramento das idéias aqui defendidas.

Ao Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão, que há muito acompanha minha carreira acadêmica, o irmão mais velho.

Aos professores doutores Ubiratan Castro Araújo, Josué Passos Subrinho e Flávio Gomes grandes incentivadores por compartilharem textos, tempo e indicações bibliográficas.

Ao Prof. Dr. Carlos Moore e Ayeola Moore, minha profunda admiração e consideração. Muito obrigado por ampliar meus horizontes, sempre sinalizando para a responsabilidade do intelectual negro. “Não se convida um elefante para quebrar uma cadeira”.

À Profa Dra. Luiza Bairros, coordenadora do Programa Raça e Democracia nas Américas. Transformaste o escudo em lanças e espadas. Tudo de bom! Aos integrantes do programa R&D - a luta continua!

Ao Dr. Gladston Macedo a quem serei eternamente grato pela compreensão, incentivo e confiança, um exemplo de liderança. Aos amigos da CIE - Elida Soares, Paulo Peleteiro, Marcos Loyola, Valdumiro Galindo, Lícia Cardoso.

Aos colegas da PMS, representados por Janete Lima, Rodolfo Carvalho, Hugo Cerqueira, e José Carlos Rodrigues.

Aos funcionários do Instituto de Economia, Alberto, Cida e Ademir, um caloroso muito obrigado.

Aos funcionários do Arquivo Publico do Estado da Bahia, na pessoa de Daniel, sempre atencioso. Aos funcionários da Biblioteca Publica do Estado da Bahia, valeu Rita. Aos funcionárias(os) das bibliotecas das Faculdades de Economia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, especialmente a Marina, bibliotecária do Mestrado em História e Ciências Sociais pelos empréstimos de final de semana.

Aos meus colegas de doutoramento, Angelita, Maria Verônica , Alcides, Sérgio, Lauro, foi um prazer compartilhar, aulas, reflexões , tardes de lazer, bons papos na cantina. A Rita Almico, Luis Fernando, Daniel e Alice, a minha família mineira. Conseguimos!

Aos colegas, amigos e alunos da UEFS, valeu pelo incentivo, compreensão e colaboração.

Aos jovens professores doutores Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga, a profa. Isabel Reis, e o mestre em História Paulo César de Jesus pela partilha de inquietações, reflexões , documentos, leituras, enfim pela convivência acolhedora a este recém- chegado ao mundo dos historiadores. Aos assistentes de pesquisas de Henrique, Viviane e Márcio , sem ajuda de vocês imagino o que seria. Sandra Magali que trocou o "economês" pela riqueza da língua portuguesa. Obrigado por tornar o texto mais claro e conciso , preservando o meu estilo.

Aos amigos baianos, Humberto e Mônica, valeu por tudo, sem palavras, aquele axé.

À amiga Évila Rita, pelo carinho e primeira acolhida em Sampa quando tudo parecia incerto.

Aos outros "novos baianos", Bete, Laís, Renata, Lucila Beato pelo caloroso acolhimento, à Marrrcinha, a economista que virou atriz, entre outras, por me apresentar o lado lúdico de Campinas, à Kátia Maria, sem palavras para expressar o carinho e dedicação .

Aos membros do Instituto Cultural Steve Biko, agora vou ter mais tempo.

Às amigas e amigos leais pelas energias positivas, pelo "ainda não acabou", pelos "furos", pelo " você merece" . Chegamos ao final. Eu os reconheço.

Falar sobre essas memórias da escravidão não foi uma tarefa fácil, impossível seria sem a proteção das forças visíveis e invisíveis que me acompanham, sua benção.

Axé !!!

SUMÁRIO

Introdução **1**

Capitulo. 1.
Transição ou transições ? **9**
Os contornos do debate na historiografia econômica **9**
O equivoco de pensar a transição como um processo unívoco **21**
O processo de transição para o trabalho livre na zona açucareira nordestina:
a transição "fácil"? **23**

Capitulo. 2.
A economia política das relações raciais e sua pertinência para o debate sobre a transição para o trabalho livre no Brasil. **31**
A exclusão do paradigma racial-histórico das discussões de história econômica **31**
Uma contribuição ao debate sobre o modelo racial brasileiro **38**
Uma aproximação das origens do modelo racial brasileiro **40**
Racismo: ideologia versus consciência histórica **43**

Capitulo. 3.
Recôncavo, desvendando outros segredos internos **51**
Aspectos Gerais **51**
A desintegração do escravismo no Recôncavo açucareiro (1871-1888) **53**
Os anos 70 **60**
Sobre a terra, as propriedades **69**
Sobre a rotina **73**
Sobre os efeitos da lei de 28 de setembro de 1871 **74**
A dívida da lavoura, falta de capitais, a criação de bancos de crédito rural **79**
Engenhos centrais – a salvação da lavoura! **82**
Anos 80 **89**

Lei do ventre livre: dez anos depois **91**
A organização do trabalho e a "falta de braços" na década de 80 **103**
Ritos de passagem para o pós – abolição no Recôncavo Açucareiro baiano **110**
Uma discussão sobre outros caminhos possíveis da transição no Recôncavo Açucareiro **117**

Capitulo. 4.
O Recôncavo açucareiro no pós-abolição (1888-1902) **125**
Intróito **125**
Os primeiros dias de liberdade aos olhos da oligarquia açucareira **130**
A busca individual de uma alternativa de transição: o uso dos agregados **132**
Estagnação e diferenciação **136**
"Resolve-me ou eu te devoro!":uma discussão sobre a falta de braços no
Recôncavo baiano **149**

Uma alternativa **164**
Uma discussão que não se encerra **170**

Capitulo. 5. Negros em movimento: condições e estratégias de sobrevivência no pós-abolição 173

Intróito **173**
A (re)organização do trabalho no Recôncavo açucareiro 1888-1902 **178**
A imigração **180**
Controles raciais e estratégias de sobrevivências dos negros e negras na cidade de Salvador **218**
A repressão a manifestações culturais de matriz africana: o carnaval-candomblé **231**

"É um retrato fiel da Bahia..." : à guisa de conclusão 251

Referências 259

RESUMO

Este trabalho problematiza a relação entre a economia e o racismo a partir da análise do processo de transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro da Bahia. Apresenta um questionamento do "não-lugar" atribuído à rica experiência da escravidão e do pós-abolição, nos estudos econômicos. Contribui para o debate em torno da heterogeneidade da formação brasileira.

Analisa o papel desempenhado pelo racismo na reorganização do trabalho no pós-abolição, destacando os controles raciais e as estratégias de sobrevivência dos ex-escravos e seus descendentes para inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Sociedade, Racismo, Economia, Escravidão, Pós-abolição, Recôncavo, Bahia.

ABSTRACT

This work tackles the contentious issue of the relacionship between racism and the economy. Our analysis is undertaken within the framework of the transition from slave to free labor in the sugar-producing Recôncavo region of Bahia and focuses on the " non-recognition" by historical economic studies of the rich experience imbedded in the slave and post-abolition periods. Therefore, our study is a contribuition to the on going debate around the heterogeneity of Brazil's formative process.

This study examines the role that racism has played in determining the forms of labor organization and re-organization of the post-abolition period, highlighting the mechanisms of racial control erected against the ex-slaves, as well as the survival strategies that the latter and their descendents employed with a view to their insertion into the labor market.

Keywords : Society, Racism, Economy, Slavery, Pos-Abolition, Bahia, Recôncavo

Retrato da Bahia

compositor: Riachão

Quem chega na Praça Cairu
Olha pra cima o que é que vê
Vê o Elevador Lacerda
Que vive a subir e a descer
É o retrato fiel da Bahia
Baiana vendendo com alegria
Coisinha gostosa de dendê

Lá na rampa do mercado
Saveirinho abarrotado
Muitos frutos em bom bocado
Tudo bom prá se comer

É o retrato fiel da Bahia
Baianinha vendendo com alegria
Coisinha gostosa de deendê
Acarajé!....

INTRODUÇÃO

Uma carta ao cidadão brasileiro Humberto Ribeiro da Cunha

Se alguém perguntasse por que escolhi esse tema, objetivamente, responderia que a escolha era parte do meu compromisso com a luta anti-racista no Brasil e da minha inconformidade com o tratamento dispensado, ou melhor, com o "não lugar" ocupado nos estudos econômicos pela rica experiência da escravidão e do pós-abolição vivenciados pelos negros.

A persistência das condições de pobreza e indigência a que está submetida a maioria da população negra brasileira, em nossos dias, torna o diálogo com o passado algo recorrente.[1] Assim, é essencial analisar quais as condições de vida dos homens negros e mulheres negras quando do término da escravidão e, sobretudo, investigar como os controles sociais e raciais, progressivamente, construíram barreiras quase intransponíveis ao acesso coletivo desses homens e mulheres ao exercício pleno da cidadania. Era a liberdade dos grilhões emaranhada às amarras da quase-cidadania a gravar suas condições de sobrevivência.

Ao refletir para escrever esta introdução, me dei conta de que, de forma inconsciente, buscava responder a uma pergunta simples formulada por meu pai há cerca de vinte anos. Homem negro, abandonado pelo pai e órfão de mãe, foi criado por sua tia e sua irmã, a minha tia Alexandrina, que ainda bastante jovem, assumiu os afazeres domésticos e a criação de outros irmãos menores, levando-a a amadurecer rapidamente. Na década de 1940, ela inicia sua trajetória no mercado de trabalho como doméstica na casa de uma família branca oriunda da região cacaueira da Bahia. Hoje, já aposentada, mas sem ter construído nada de seu, lá permanece, considerada como uma "pessoa da

[1] A população negra (pretos e pardos) representa 45% da população brasileira e cerca de 65% dos pobres e 68% dos indigentes, segundo dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas com base na PNAD/1999.

família". Isso é algo corriqueiro na cidade de Salvador: a empregada cuidar dos filhos, dos netos e até de bisnetos dos patrões , e, assim, não ter "tempo" para ter a sua própria família, restando-lhe somente cuidar dos patrões envelhecidos. O interessante é que essa trajetória, essa estratégia de sobrevivência da minha tia, continua a ser, ainda em nossos dias, o caminho de milhares de jovens mulheres negras na Bahia. [2]

A estratégia inicial de sobrevivência do meu pai não foi diferente da de minha tia. Ele também foi ser criado "na casa dos brancos" -como é costume dizer-se-, de uma família tradicional e rica àquela época. Meu pai foi um daqueles meninos "pegos para criar", um trabalhador doméstico, "pau para toda obra", que, no futuro, poderia "graduar-se" e ser promovido a motorista de madame. Relatou-me que, ainda menino, era com freqüência acordado durante a madrugada para abrir o portão da casa, para que os jovens, voltando dos cassinos, guardassem seus carros. Coisas da Bahia, reminiscências da escravidão.

Meu pai, como todo negro, mesmo aquele bem comportado e acomodado - aqui misturo crença e constatação - é um iconoclasta, potencial, um demolidor de regras. Esse foi um traço característico do povo negro que, para garantir a sobrevivência tanto durante a escravidão como no pós-abolição, necessitou quebrar algum tipo de regra explícita ou implícita, estando sempre fora da ordem e a construir novas ordens, mesmo dentro da estabelecida. Os exemplos são variados: a participação negra no Carnaval da Bahia não foi apenas uma quebra da ordem, como também a construção de uma outra. Os negros resignificaram os espaços da alegria, transformando-os também em espaços de preservação da religiosidade de matriz africana e de construção de uma outra ética do trabalho, temas discutidos no **capítulo 5,** sob o título, **Negros em movimento: condições e estratégias de sobrevivência no pós-abolição,** no qual analiso a reorganização do trabalho no pós-abolição.

[2] O "pegar a menina pra criar" era uma prática generalizada entre as famílias da cidade de Salvador: casa, comida, roupas e, às vezes, até estudo em troca de "pequenos" afazeres domésticos, entre eles tomar conta igualmente de outras crianças menores. Estamos diante de mais uma das reminiscências do trabalho escravo.Ver também, Maria Aparecida Prazeres Sanches, *Fogões , Pratos e Panelas:poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950.* UFBA (dissertação de mestrado), 1998.

Quebrar regras para meu pai significou deixar de ser trabalhador doméstico. Tentou ser aprendiz de mecânico, não deu certo, pois era indisciplinado, faltavam-lhe os limites de uma referência do pai e da mãe. O tempo passou, chegou a mocidade, estávamos na década de 1950, "os anos dourados"! Riqueza e doçura ainda não analisadas quando se trata da juventude negra. O baixo dinamismo da economia baiana limitava as oportunidades. Freqüentemente, as pessoas migravam para o Sul em busca de trabalho, inclusive dois dos seus irmãos. Ele não se aventurou no Sul; permaneceu e conseguiu terminar o primário. Na sua época, saber ler, escrever, e permanecer na escola, eram privilégio de poucos.

O estudo dos desdobramentos da abolição, objeto do **capítulo 4,** intitulado **O Recôncavo Açucareiro no pós-abolição (1888-1902),** permitiu-me inferir que a baixa escolaridade do meu pai resultava de decisões tomadas pelas elites baianas no *14 de maio*. Se nos dias ou meses que se seguiram à abolição, um clima de caos, de incerteza, concretizasse o temor de que a Bahia se transformasse em uma "nigrícia", teríamos tido um outro quadro a relatar. O certo é que os oligarcas baianos e seus comensais precisaram de menos de duas décadas, cerca de 14 anos, para adotar e aperfeiçoar medidas que mantivessem o *status quo* herdado da escravidão: as hierarquias raciais e sociais. Uma dessas medidas foi utilizar os códigos de leitura e escrita para interditar a cidadania plena, a exemplo da proibição do voto do analfabeto.

É interessante notar que a educação dos libertos estava no rol das preocupações dos arquitetos da chamada abolição progressiva, como é visto no **capítulo 3, denominado Recôncavo, desvendando outros segredos internos,** no qual abordo a desestruturação do escravismo no Recôncavo baiano. Essa preocupação se manteve até quando se verificou que não havia incompatibilidade entre a continuidade do modelo agro-exportador e a deseducação das massas. Não se pode esquecer de que estamos falando de uma educação voltada para o trabalho. Se, por um lado, o acesso da "populaça" a essa educação poderia representar um ganho qualitativo em termos de desenvolvimento, por outro, poderia representar uma séria ameaça ao controle do poder político pelas elites. Optou-se pela saída conservadora: atrasa-se o país, sobretudo,

atrasa-se a Bahia, subjazendo a isso a forte convicção entre as elites de que o progresso da nação poderia ocorrer mediante a entrada massiva de imigrantes europeus.[3]

Na década de 1950, a cidade da Bahia experimentava um "boom" nas suas atividades com repercussão na área da construção civil, provavelmente oxigenada pela onda desenvolvimentista do país. Foi justamente nessa área que meu pai descobriu sua primeira profissão, ferreiro, inicialmente como ajudante e depois como mestre. Segundo ele, conseguiu amealhar um bom dinheiro, que lhe permitia, a cada final de semana, um novo traje para dançar nas gafieiras. Uma vida relativamente sossegada, não pagava comida e nem aluguel, pois continuava a residir na casa dos antigos patrões, ocupando-se ainda de alguns pequenos afazeres domésticos antes de sair para o trabalho.

A matriarca dessa família, pela qual ele tinha uma enorme consideração, freqüentemente o alertava para que pensasse no "dia de amanhã". Lembro-me dele falar que pensava que o dia de amanhã era o dia seguinte. Somente algum tempo depois entendeu o sentido do que ela falava. Esse entendimento só chegou após alguns dias sem trabalhar, em razão de um acidente no qual fraturou o dedo. Para ele, foi um aviso para que deixasse a construção civil. Assim, trocou outra vez de profissão e, de mestre, voltou a ser aprendiz, desta feita ajudado pela família dos patrões, que possuía, entre seus negócios, uma oficina de manutenção de máquinas de escrever e calcular. Através dessa profissão, conseguiu meios para casar-se e construir uma casa, algo incomum para os padrões da população negra da época. A profissão de mecanógrafo, que soa estranhíssima aos cibernautas, sustentou sua família e lhe permitiu viver com dignidade, além de fazer da sua oficina um espaço informal de formação de outras dezenas de profissionais. Pode-se dizer que até finais da década de 1980, o passado e o futuro estiveram no presente. As máquinas manuais e elétricas conseguiram conviver, com dificuldade crescente, com os computadores, que ainda não haviam completado o ciclo do produto, ainda não haviam se vulgarizado. A partir dos anos 90, as máquinas

[3] Em 1926, a Sociedade Nacional da Agricultura realizou um inquérito sobre o problema da imigração no Brasil. Foram emitidos cerca de 6000 questionários e respondidos 166. Destes, apenas cinco eram contrários a qualquer imigração. Quanto à imigração amarela: 75 eram favoráveis, 79 contrários e 7 não emitiram opinião. Quanto à raça negra: 30 favoráveis, 124 contrários , 1 não sabe e 6 não emitiram opinião; quanto à raça branca: foram contrários aqueles que se posicionaram contra a qualquer imigração. Para mais informações ver: Sociedade Nacional de Agricultura, *Immigração*: *inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura,* Rio de Janeiro, 1926.

viraram sucata, e, para aqueles profissionais como meu pai, restavam apenas alguns serviços secundários, um outro tema importante para a história do trabalho na cidade de Salvador.

Essa digressão, feita através da história de vida e trabalho de meu pai, permite-me pensar sobre as experiências vivenciadas por outros tantos homens negros e mulheres negras na luta pela sobrevivência na cidade de Salvador. Nesta cidade, ele trabalhou, dançou nas gafieiras, jogou bola, apreciou as cerimônias religiosas nos terreiros de candomblé, produziu suas reflexões sobre o "ser negro" na cidade de Salvador. Somente agora, ao escrever a introdução desta tese - meus créditos para a academia, por me ajudar a aprender, apurando e aprimorando a acuidade do meu olhar crítico e da minha intuição - dou-me conta da simplicidade e da perspicácia da pergunta que meu pai me fazia, e o porquê da minha escolha.

Quando entrei no movimento negro, em 1980, era como se tivesse sido inoculado pelo "vírus" da negritude. Falava em consciência negra diariamente. Quem já passou por isso sabe. Meu pai, do jeito dele, me ouvia e ouvia, e lá um dia lançou a seguinte pergunta, entrecortada por um sorriso desafiador: *"Eu quero saber o que os negros fizeram no passado para 'está' pagando no presente"*. Não lembro bem o que lhe disse. O certo é que, somente hoje, em um estado de "catarse intelectual", percebo que essa pergunta não quer calar e não me deixa calar. Tenho alternado a procura por essa resposta entre o ativismo político e a academia. Enquanto graduando de economia e, posteriormente, no mestrado, incomodava-me a invisibilidade da trajetória do negro brasileiro nos estudos econômicos, sempre tratada como um não-problema. Focavam-se os estudos no imigrante europeu e na sua importância para a formação do mercado de trabalho e da organização da classe trabalhadora brasileira, como se antes da chegada dos imigrantes não existisse organização de trabalhadores.

As organizações negras, de auxilio mútuo, dentro das suas limitações, sobreviveram à escravidão, a exemplo, na Bahia, da SPD (Sociedade Protetora dos Desvalidos dos Homens Pretos), fundada por ex-escravos em 1832. Segundo seus associados, é o primeiro exemplo de previdência privada no país. As explicações dos estudos

econômicos se limitaram a concordar com a tese da inadequação dos ex-escravos às novas relações capitalistas. É bem recente a aproximação da economia com o tema das desigualdades raciais. Após anos de denúncias contra o mito da democracia racial, o movimento negro brasileiro conseguiu influenciar os responsáveis por institutos oficiais de pesquisa (IPEA, IBGE) e órgãos da sociedade civil (DIEESE, FASE), para que incluíssem o recorte racial em seus dados. Os resultados obtidos confirmaram o fosso existente entre brancos e negros no Brasil.[4] A que devemos essa longa ausência? Do que estavam convencidos os economistas brasileiros? Por que, por exemplo, nos EUA abundam trabalhos relacionando o econômico com o racial? A primeira edição da obra clássica de Franklin Frazier, *Black Bourgeosie,* data de 1957. Para buscar compreender esse distanciamento dos estudos econômicos, levantamos alguns questionamentos divididos em duas partes. No **capítulo 2,** denominado **Economia Política das relações raciais e sua pertinência para o debate sobre a transição para o trabalho livre no Brasil**, contextualizo os estudos econômicos clássicos da formação econômica brasileira, com enfoque sobre as razões que levaram esses estudos a desconsiderarem a visão de mundo dos ex-escravos e seus descendentes e a relação raça/economia. Também é abordada a origem do modelo racial brasileiro e a compreensão do que é o racismo. No **capítulo 1,** intitulado **Transição ou Transições?**, elaborado a partir da pergunta "como as sociedades herdeiras da escravidão resolveram seu passado escravista?", discuto como alguns dos clássicos da formação econômica brasileira trataram o tema da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, com ênfase em dois aspectos fundamentais: primeiro, questionando o argumento da uniformidade do processo de transição para explicar a formação econômica brasileira; segundo, propondo a centralidade do racismo para entender a passagem para o trabalho livre.

O que pretendo é *ogunizar*[5], abrir caminhos para outros olhares sobre a questão dentro

[4] Ver o trabalho do economista Marcelo J.P. Paixão, *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais* , Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

[5]Esse neologismo serve para reafirmar o lugar de onde estou falando. Ele apresenta uma perspectiva que referencia nossas próprias heranças mitológicas e questiona o fato de estarmos em um país com uma cultura advinda de outras origens e nos referenciarmos tão somente na mitologia greco-romana. O Brasil tem o maior contingente de negros fora da África; na Bahia respira-se a cultura negra. Na academia, essa cultura é objeto de estudos, mas há dificuldade epistemológica em considerá-la como referencial para pensar outras questões que não se refiram a ela mesma. Assim, peço licença ao orixá Ogun para fazer uso do seu arquétipo: orixá símbolo daquele que abre caminhos para vencer todas as demandas. Ver o trabalho de David Eduardo de Oliveira, *Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*, Fortaleza, LCR, 2003.

do quadro da história econômica, ou melhor, recuperar o "olhar racial" sobre a sociedade brasileira e sem o viés racista, reconhecer que ele existia e era parte do ideário da construção da nação chamada Brasil. Desse modo, mais uma vez, evidenciar o processo de transmutação que o"olhar racial" sofreu, como ele foi sendo progressivamente obnubilado pelo pensamento social brasileiro, a ponto de transformá-lo em um não-problema. O intuito aqui é por novamente a questão da visibilidade na relação que existe entre os aspectos raciais e econômicos na ordem do dia. Ou seja, torná-la um problema, uma questão, dar-lhe relevância, retirá-la dos porões do esquecimento do pensamento econômico e libertá-la do aprisionamento cultural imposto pelo pensamento social brasileiro.

Em síntese, os objetivos deste trabalho são: analisar as especificidades que envolvem a transição para o trabalho livre no Recôncavo baiano, contribuindo para o debate coevo em torno da heterogeneidade da formação brasileira; examinar o processo de reorganização do trabalho no pós-abolição na região, dando destaque para o papel desempenhado pelos controles sociais e raciais exercidos sobre a população negra e para as estratégias de sobrevivência e movimentos dessa população. Investigar o caráter estruturante do racismo nas relações de poder, como as hierarquias raciais e sociais foram mantidas.

CAPITULO 1

TRANSIÇÃO OU TRANSIÇÕES ?

Os Contornos do debate na historiografia econômica

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, atualmente, têm levado alguns estudiosos a preconizar o fim do trabalho, pelo menos na forma como foi criado na primeira Revolução Industrial e intensificado durante a Segunda. A mudança na base material que caracteriza a Terceira Revolução Industrial tem implicado em alterações profundas no mundo do trabalho, abrindo um novo processo de transição que pode implicar, segundo algumas opiniões, no trabalho sem futuro. Para as sociedades herdeiras da escravidão e de capitalismo tardio, como a brasileira, essas mudanças, de um lado, parecem encerrar o ciclo do modelo resultante da passagem de uma sociedade baseada fundamentalmente no trabalho escravo, para outra baseada no trabalho livre, com o progressivo predomínio do assalariamento. De outro, põem em trajetória ascendente a precarização das condições de trabalho, sobretudo daqueles que já foram excluídos durante a primeira transição.

As sociedades herdeiras da escravidão hoje se defrontam, assim como ocorrera durante a segunda metade do século dezenove, com questões cruciais relativas à transição no mundo do trabalho. Mais uma vez, o cenário se repete, pois o eixo dinâmico situado fora dessas economias impulsiona para dentro delas as mudanças, beneficiando as elites dirigentes, que por serem mais ágeis em sua capacidade de adaptação às transformações econômicas, mantêm um alto padrão de consumo incompatível com a estrutura econômica. Assim, as elites, ávidas por "mudar para tudo permanecer como está", continuam a ver o Brasil como um "negócio", como já sinalizara Caio Prado Jr.[1] Estas são questões já amplamente debatidas pelos teóricos do desenvolvimento, na tentativa de explicar as razões do atraso deste tipo de economia.

[1] Caio Pardo Júnior, *História Econômica do Brasil,* São Paulo, Ed, Brasiliense, 1969,p.23.

Entretanto, os teóricos têm deixado em segundo plano uma outra questão importante na explicação do atraso econômico, qual seja, a sua relação com a forma como as sociedades herdeiras da escravidão resolveram seu passado escravista, o que envolve o destino dado ao contingente de ex-escravos e seus descendentes, uma população numerosa mesmo antes da abolição. O enfrentamento dessa questão implica a necessidade de introduzir o racismo na agenda das discussões sobre desenvolvimento econômico, retomando, em bases diferentes, a discussão estabelecida no final do século XIX e a primeira metade do século XX, centrada no nexo entre cultura e desenvolvimento enquanto mecanismo de exclusão social e econômica. Vale dizer que com isso não se pretende reeditar o determinismo racial, mas explicitar a centralidade da relação entre economia e racismo para a compreensão do pós-abolição nas sociedades herdeiras da escravidão. Para tanto, a discussão da transição para o trabalho livre é tema incontornável.

Essa abordagem requer um breve cotejo das formas de tratamento dispensado aos ex-escravos, em diferentes sociedades: *'desaparecidos'*, como no caso da Argentina, onde se fez uma opção política explícita pelos imigrantes europeus;[2] *segregados*, como nos Estados Unidos, onde a escravidão chegou a significar uma ameaça à unidade nacional e aos interesses econômicos do norte do país; *mantidos, porém não integrados* devidamente, como no Brasil, que apesar do grande esforço para atrair a imigração branca européia, em substituição à mão de obra negra e mestiça, não obteve o mesmo o sucesso dos argentinos. No Brasil, a opção argentina - de fazer desaparecer da população os ex-escravos – e a norte-americana – segregação - seriam praticamente inviáveis, considerando que tudo que aqui andava, ou se movia era negro, como observou um viajante estrangeiro, em meados do século XIX, na província da Bahia.

[2] O caso argentino demonstra a eficiência da estratégia do país em apagar de sua historia a presença dos afro-argentinos. Quando o tema é abordado, umas das primeiras perguntas que se faz, é: houve escravidão na Argentina? Foi algo relevante? O estudo de George Reid Andrews, *The Afro-Argentinos of Buenos Aires, 1800-1900*, Madison, The University of Wisconsin Press, além de um exame minucioso dos censos do país, em particular da província de Buenos Aires, recupera a trajetória dos afro-argentinos, evidenciando, entre outros aspectos, a sua importância nas lutas pela independência (As Legiões Negras). A obra discute o processo pelo qual os afro-argentinos foram desaparecendo e, sobretudo, os porquês do seu desaparecimento. O autor ressalta que este processo não foi exclusivo da Argentina, tendo também ocorrido em outros países latino-americanos, como Chile, Guatemala e Peru.

A integração total dos ex-escravos exigiria incorporar uma nova lógica de "ordem e progresso": crescer economicamente com inclusão social. Assim, a saída foi alijá-los dos possíveis benefícios da nova organização social e econômica, mas garantindo igualdade formal perante as leis e facultando a ascensão social a alguns poucos. Parte importante dessa solução era o esquecimento do passado escravista e a culpabilidade dos ex-escravos e seus descendentes pelas mazelas do atraso, que se manifestava no divulgado "mito da preguiça" do trabalhador nacional. Diferentemente das sociedades norte-americana e Argentina,[3] em sociedades como a brasileira e a cubana, o peso numérico da população fez, e ainda faz, uma enorme diferença. Isso obrigou as elites brasileiras a serem relativamente "originais" em sua solução, ou seja, entre a integração e a segregação, os ex-escravos e seus descendentes foram transformados em minoria política, econômica e social. Contudo, cabe adiantar que esse tratamento dispensado à população negra não é originalmente brasileiro, mas sim uma característica singularizante de um *modus operandi* racial especificamente latino-americano.

O esforço de entender a suposta originalidade da solução brasileira referencia o tema da transição para o trabalho livre como incontornável e recorrente nos dias atuais. Nesse sentido, a afirmação de Peter Eisenberg é perfeita para explicar como a transição é tratada nos estudos clássicos sobre a formação econômica brasileira.[4] Segundo ele, a "problemática da transição da escravidão para o trabalho livre corre o risco, como vários outros temas da historiografia brasileira, de se tornar um chavão, uma questão fechada, com respostas padronizadas, que não

---

[3] "Desta maneira, enquanto os brancos argentinos reconheceram e de fato aprovaram o processo de mistura racial que estava acontecendo na cidade, processo análogo ao caso brasileiro, a visão deles sobre a raça e as coisas raciais se tornou progressivamente mais próxima da norte-americana. Aqueles portenhos que exibiam traços da ancestralidade africana foram proibidos de ingressar na sociedade branca e, conseqüentemente, permaneceram como parte daquela comunidade que havia ingressado no século XX enfraquecida, mas que não significa eliminada. Essa comunidade sobreviveu porque a sociedade dominante não a deixou morrer, mas a manteve como grupo cujos membros não podiam ser socialmente integrados a menos que sofressem uma integração genética. Os afro-argentinos foram invisibilizados, mas desapareceram somente diante dos olhos daqueles que se negavam a vê-los. Eram ainda visíveis para aqueles que quisessem vê-los, um grupamento pequeno, mas persistente na composição étnica da cidade."George Reid Andrews,*The Afro-Argentines of Buenos Aires 1800-1900*, Madison, University of Wisconsin, 1980, p. 200.

[4] Entre outros, Manoel Correia de Andrade, *A Terra e o homem no Nordeste*, São Paulo, Brasiliense, 1964 Caio Prado Jr, *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense,1969; Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil.* São Paulo, Ed. Nacional, 1982; Emilia Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*,3.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

são mais questionadas."[5]

Enquanto muitos estudos historiográficos vêm rediscutindo esta questão apontando novos caminhos, levantando novos questionamentos, propondo novos enfoques metodológicos, a partir do que os historiadores denominam "o olhar sob a perspectiva do escravo", nos estudos econômicos, até agora, não só a questão da transição, mas outras que dizem respeito à historiografia econômica mantêm-se como um ícone intocado.[6] Vale salientar o esforço empreendido pelos pesquisadores para recuperar o "terreno perdido" através da fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, em 1993, a partir da realização do 1º Congresso Brasileiro de História Econômica. Outro exemplo dessa estratégia de consolidação de espaços institucionais foi a transformação da área de concentração em história econômica do Instituto de Economia da Unicamp em um programa específico de pós-graduação, em 1996. Em meio a essa "disputa por mais espaço", foi lançada, em 1997, a coleção da História da Vida Privada no Brasil. O que foi ,em certa medida surpreendente, é o fato de a coordenação geral ficar a cargo de um autêntico representante da história econômica, o professor Fernando Novais, assim como a organização do segundo volume relativo ao Império caber a outro representante da história econômica, o professor Luiz Felipe de Alencastro.

---

[5] Peter L. Eisenberg. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil- séc XVIII e XIX*, Campinas, Editora da Unicamp, 1989, p. 186.

[6] Refiro-me às pesquisas desenvolvidas no âmbito da história social da escravidão a partir dos anos 80 do século XX, sobretudo nas pós-graduações em História da Unicamp, da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal Fluminense. cf. entre outros e a título de exemplo, Robert W Slenes, "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX", *Estudos Econômicos,* São Paulo, 13(1): 117-149, jan/abr 1983; *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*, São Paulo, Brasiliense, 1986. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*.São Paulo: Companhia das Letras,1990; Célia Marinho Azevedo, *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. João José Reis, (org). E*scravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1988; ____ "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição", *Afro-Ásia*, n.24(2001), 199-242. Hebe Maria M. Castro, *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo.* São Paulo, Brasiliense, 1987. Maria Helena Machado, *O Plano e o pânico – os movimentos sociais na década da abolição.* São Paulo: EDUSP,1994. Walter Fraga Filho, "Encruzilhadas da liberdade: historias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910". UNICAMP (Tese de doutorado), 2004; Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, "A exaltação das diferenças: raça, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)". UNICAMP (Tese de doutorado), 2004.

Sem por em questão o mérito de ambos, considere-se entretanto que, a primeira análise do tema se perfila entre os objetos de estudo da Nova História. No prefácio da coleção, Novais reconhece a contribuição da Nova História ao introduzir novas temáticas, com conseqüente enriquecimento do discurso historiográfico, mas faz questão de demarcar bem o lugar (conteúdo e concepção) de onde falará e estabelece uma crítica à falta de nexo entre os temas caros à Nova História, "[...] ficam pairando no espaço, como se nada tivessem a ver com as outras esferas da existência, as formas de estruturação da sociedade e do Estado, os modos de organização da vida material etc - temas todos esses da 'velha' história;".[7] A assunção de historiadores econômicos à direção e organização dessa publicação pode ser vista, de um lado, como uma demonstração de força política e prestígio da história econômica; do outro, como o reconhecimento dos limites das generalizações e da importância da articulação com os aspectos do cotidiano e das particularidades. Contudo, alguns historiadores sociais mantêm-se reticentes quanto o reconhecimento desses limites por parte da historiografia econômica.[8]

As análises da transição para o trabalho livre, propostas por estudiosos da formação econômica do Brasil, apresentam três problemas principais: (i) enfatizam o econômico, deixando de apreender o fenômeno na sua totalidade; (ii) tomam a experiência de São Paulo como válida para as demais regiões do país, assim *paulistizando* a questão; e (iii) desconsideram a ótica do ex-escravo, do negro, centrando na perspectiva dos ex-escravocratas e dos imigrantes. Desse modo, a transição é estudada não para também apreender as diversas formas de participação do ex-escravo e seus descendentes no mercado de trabalho, mas para explicar a opção pelos imigrantes, resultante de uma suposta falta de braços "adequados", e a importância desses na formação do mercado de trabalho no país. Como o destino dos negros no pós-abolição não tem relevância econômica, estes são acriticamente incorporados na categoria de "trabalhador nacional".

---

[7] Fernando A Novais In.: Laura de Mello e Souza (org), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.8.

[8] Ver mais sobre essa discussão, o artigo de Maria Verônica Secreto e Silvio Humberto Cunha, "Consenso e dissenso: o lugar da história econômica do Brasil e no Brasil" , *Revista de Ciências Humanas*,Criciúma, UNESC, v.5,n.2, (1999), p.19-39.

Os estudos clássicos da transição são unânimes em afirmar a incompatibilidade entre escravidão, capitalismo e sociedade de classes.[9] Para Prado Jr., durante o processo abolicionista, o escravo não teria assumido uma posição de vanguarda, devido ao seu "baixo nível cultural", razão pela qual não teria se modificado a estrutura fundamental da economia brasileira. Quanto à transição, o mesmo autor não só argumenta a "falta de braços" para a lavoura cafeeira como motivação para a entrada dos imigrantes, evitando-se assim a crise, como a incompetência de trabalhadores servis e ex-escravos para ocupações mais complexas na indústria manufatureira, pois

> [...] o escravo brasileiro era, em regra, o africano boçal recrutado entre as nações de mais baixo nível cultural do continente negro. Os povos negros mais cultos são os do Sudão, isto é, de regiões situadas ao norte do Equador, onde o tráfico foi proibido desde 1815.[10]

Tal afirmação denota que o autor ignorava o fato de que povos africanos trazidos para o Brasil já dominavam as técnicas de agricultura, metalurgia, e.g., talvez por conta de sua visão eurocêntrica sobre o exercício do trabalho industrial. Contrariamente, vários historiadores têm argumentado que os imigrantes europeus eram, em sua grande maioria, camponeses sem qualquer “cultura” moderna industrial.[11]

Em seu estudo, Ianni se debruça sobre como e porque o capitalismo cria, desenvolve e destrói a escravatura, destacando a incompatibilidade entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado. Mais uma vez, os historiadores apresentam uma visão contrária, dando conta da flexibilidade da escravidão brasileira, que convivia com sistemas de incentivos, alforrias e a presença de escravos ao lado de trabalhadores assalariados, ocupando até posições de supervisão, e outras funções especializadas, nos engenhos e mesmo nas fábricas.

---

[9] Caio Prado Jr, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense,1969; Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; Octavio Ianni, *Escravidão e Racismo*, São Paulo, Hucitec, 1988.
[10] Prado Jr, *História Econômica*,p.173.
[11] Ver George Reid Andrews, *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*, Bauru, EDUSC,1998.

Para Stuart Schwartz,

> A existência de escravidão em empreendimentos de grande escala usando trabalho especializado seria de fato teoricamente difícil se a escravidão fosse apenas um sistema imutável de exploração brutal da mão-de-obra no qual os senhores só conseguissem extrair trabalho por meio da força. [...] Sem dúvida é verdade que trabalhadores livres tendiam a ocupar as funções que demandavam maior especialização nos engenhos, porém nunca chegaram a substituir completamente os escravos, na verdade, em algumas propriedades os cativos realizavam todas as tarefas. A escravidão na grande lavoura mostrou-se menos rígida do que seus estudiosos muitas vezes a descreveram.[12]

Além disso, Ianni considera que os libertos e seus descendentes estariam marcados pelo "trauma da escravidão", o que tornaria difícil sua ascensão social. O argumento desconsidera o racismo na explicação da baixa mobilidade social dos negros e, conseqüentemente, perde de vista o fato de que os lugares sociais por eles ocupados resultavam da permanência de hierarquias raciais no pós-abolição. Sendo assim, a dificuldade de ascensão não residiria na condição de ex-escravo dos indivíduos, mas no seu pertencimento racial. Ou seja, a *condição* de escravo foi formalmente extinta com o fim da escravidão, contudo, não se extinguiu o fulcro da escravidão: o ser negro.

O trabalho de Cardoso discute os processos de formação e desagregação do escravismo no Rio Grande do Sul, a partir da realidade social vivenciada pelo negro, tendo por objetivo analisar a *totalidade social concreta* que resultou da interação entre senhores e escravos na sociedade gaúcha. Segundo o próprio autor, trata-se de uma tentativa de análise dialética dessa totalidade, que vai além das oposições gerais (senhores versus escravos, dominadores versus dominados, patrões versus empregados), para relacionar o geral com o particular, observando suas relações hierarquizadas e estruturadas que as articulam e as diferenciam, ao mesmo tempo.[13] As análises resultantes fornecem elementos para uma comparação com a transição baiana, no que se refere a aspectos tais como: momento de ruptura, especificidades da economia, papel dos imigrantes (no Sul, forte presença; na Bahia pequenos núcleos),

[12] Stuart Schwartz, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* São Paulo, Companhia das Letras, 1988,p. 121.
[13] Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão,* pp 16 e 23.

implicações para o desenvolvimento regional e para o destino do contingente de ex-escravos. Contudo, estudiosos da história econômica do Rio Grande do Sul apontam sérios limites na obra de Cardoso, embora a reconheçam como um clássico sobre a região. Em sua crítica, Targa aponta uma "espécie de vício de origem", que é pensar o Rio Grande a partir de São Paulo pois,

> [...] esse viés regionalista (e paulista) do pesquisador impediu-o de ver que o escravismo gaúcho não era um caso imperfeito de realização do escravismo clássico brasileiro (na verdade, paulista e nordestino), mas que estava diante de um outro escravismo, [...] Fazendo isso, Cardoso descaracterizou a sociedade escravista gaúcha [...] despojou o Rio Grande do Sul de sua própria história.[14]

A imigração européia para o Rio Grande do Sul é interpretada por Cardoso como algo que resulta menos da escassez de mão-de-obra e mais da necessidade de superar a ineficiência do trabalhador nacional, a incapacidade cultural do negro para o trabalho livre mais qualificado. O que se enfatizava era a

> *[...] grandeza do país* e [o] progresso que o estrangeiro, branco e livre, traria consigo. [...] Se, pois, por um lado, o movimento pela imigração constitui uma crítica indireta ao regime escravocrata e, nesse sentido, repercutiu sobre o destino do escravo, por outro lado não levou à reconsideração do problema do negro. Ao contrário, para a consciência do 'branco ilustrado', que se empenhava pela renovação das práticas de trabalho de sua terra, o negro passou, mais ainda, diante do imigrante próspero e proprietário, a simbolizar, mesmo depois de livre, o aviltamento do trabalho, a inépcia para as tarefas grandiosas, o *anti-homem*.[15]

Em que pese o fato de Cardoso evidenciar os aspectos raciais subjacentes à imigração européia, suas conclusões tendem a referendar, ainda que essa não fosse a intenção, o "mito" da inadequação dos ex-escravos às novas relações capitalistas, ou nas suas palavras, à nova ordem de classes proveniente da abolição. Do mesmo modo que afirmou Ianni, para ele, as adversidades enfrentadas pelos negros no pós-abolição se deviam, em grande medida, à sua condição de ex-escravo, que os colocava como indivíduos despreparados, social e

[14] Luis Roberto Pecoits Targa(org), *Gaúchos & Paulistas: dez escritos de história regional comparada*, (Porto Alegre, FEE-Siegfried Emanuel Henser), 1996, p.12.
[15] Cardoso, *Capitalismo e Escravidão*, p.201.

culturalmente, "para o exercício das possibilidades de atuação social inerentes à qualidade de *cidadãos"*. Em conseqüência, teria havido, por um lado, o ajustamento passivo aos interesses dos brancos, expresso na aceitação do "ideal de branqueamento". Por outro, malogradas tentativas por parte dos ex-escravos urbanos e seus descendentes para reverter uma realidade social espoliativa.[16]

É curioso notar que o programa de pesquisas que originou os trabalhos de Cardoso objetivava ampliar o conhecimento sociológico sobre o preconceito racial no Brasil. Entretanto, as abordagens desconsideram a dimensão racial como categoria analítica. O preconceito é analisado enquanto manifestação comportamental, surgindo para justificar as desigualdades sociais. Essa opção metodológica tem se revelado insuficiente para a compreensão dos (des)caminhos dos ex-escravos e seus descendentes nas sociedades herdeiras da escravidão, principalmente, nas de maioria negra.

Celso Furtado analisa a transição de forma mais pormenorizada, identificando a elasticidade da oferta de mão-de-obra escrava já na primeira metade do século XIX. Ao longo da segunda metade do século, em algumas regiões, a esta mão-de-obra vêm se somar os homens livres e libertos. Por sua vez, o desenvolvimento da lavoura cafeeira no oeste paulista recoloca o problema da força de trabalho após o fim do tráfico negreiro, acentuando a crise do Nordeste. Diferentemente de Prado Jr, Furtado chega a questionar se não haveria uma oferta potencial de mão-de-obra no setor de subsistência que pudesse ser utilizada. Mas ao responder afirmativamente, ele aponta que os vínculos sociais deste setor com latifundiários ligados aos setores da exportação - que lhes garantiam o mínimo para a subsistência - a dispersão geográfica e a baixa produtividade, impossibilitaram a sua utilização pelos setores mais dinâmicos da economia, em particular a cafeeira. Quanto aos trabalhadores livres residentes nas zonas urbanas, afirma que a principal dificuldade estava na sua inadaptação à disciplina das fazendas.[17]

[16] ibid, p.278.
[17] Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1982.

Descartando a possibilidade de utilização da mão-de-obra do setor de subsistência, Furtado se alinha novamente a Prado Jr. na interpretação da imigração européia como saída para a falta de braços. Ainda que aparentemente convencido disso, ao analisar a 'transumância amazônica' nos fins do século XIX, o autor aponta para a existência de um contingente de mão-de-obra nordestina que poderia ter sido utilizado.

> Excluídas as conseqüências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra.[18]

O fato é que a mão-de-obra negra e mestiça não foi absorvida pela lavoura cafeeira, pois, segundo Furtado, não houve um forte incentivo para que os ex-escravos se deslocassem em massa para o planalto paulista. Isso, mesmo considerando que a situação desse contingente na região cafeeira era melhor do que no Nordeste açucareiro, pois naquela havia um diferencial de salários, isto é, uma redistribuição de renda em favor da mão-de-obra. Diz Furtado:

> Sem embargo, essa melhora na remuneração real do trabalho parece haver tido efeitos antes negativos que positivos sobre a utilização dos fatores. Para bem captar esse aspecto da questão é necessário ter em conta alguns traços mais amplos da escravidão. O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos.[19]

Da citação, depreende-se que aos ex-escravos faltavam "qualidades", a racionalidade do *homo oeconomicus,* o que os tornaria inadequados para as relações de trabalho capitalistas. Nas palavras do autor, isso "determina de imediato uma forte preferência pelo ócio", e o "reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação, entorpecendo o desenvolvimento econômico do país".[20]

[18] Ibid, p.135.
[19] Ibid, p.140.
[20] ibid.

Assim, a literatura econômica constituiu o mito da inadequação do ex-escravo às relações capitalistas, ou melhor, às novas relações de trabalho no pós-abolição. Nada, no entanto, foi dito sobre o escravo de ganho que, ao longo do século XIX, em troca da alforria, trabalhava muito e em qualquer atividade, para prover sua sobrevivência e os rendimentos do seu patrão/senhor. Também não há menção à possibilidade do escravo constituir pecúlio, prevista pela Lei 2040, de 28 de setembro de 1871, (a Lei do Ventre Livre), tampouco aos inúmeros testamentos e inventários deixados pelos ex-escravos africanos(as) e crioulos(as), nos quais se observa um domínio dos códigos econômicos para o acúmulo de riqueza. Por outro lado, há um total silêncio sobre o significado do ócio, ao que parece entendido pelos estudiosos como sinônimo de não-trabalho. Na ótica do ex-escravo, o ócio poderia ser uma expressão da resistência à disciplina imposta pelo regime de trabalho assalariado. Discutirei mais essa questão quando forem abordadas as estratégias econômicas de sobrevivência dos emancipados.

Os estudos realizados por João Manuel Cardoso de Mello e Sérgio Silva, já considerados clássicos da historiografia econômica brasileira, representam um divisor de águas na literatura sobre a formação econômica brasileira, sobretudo pela ruptura com a análise sobre sua gênese.[21] O primeiro rompeu com o paradigma cepalino sobre a industrialização latino-americana, através do que ele denominou de crítica à Economia Política da CEPAL pelas raízes. O segundo autor demonstrou a unidade na contradição entre a acumulação cafeeira e a indústria que, de acordo com ele, constitui uma análise da inserção do Brasil na economia mundial.

Mello interpreta a transição considerando um absurdo supor iguais eficiências para o trabalho assalariado e o escravo, por várias razões: custo de locação, bloqueio de divisão técnica do trabalho, especialização e produtividade. Admite a "falta de braços" e a oferta potencial de mão-de-obra, mas numa perspectiva diferente da de Furtado: há homens, mas o mercado de

[21] João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1984; Sérgio Silva, *Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1986.

trabalho está vazio em razão da abundância de terras; a agricultura escravista colocou os homens livres e pobres à margem, e não à disposição do capital. Para Mello, a escassez de braços decorre das condições de expropriação; para Furtado a explicação está nos vínculos sociais do latifúndio e no "diferencial de salários".

Ainda faz questão de evidenciar ainda que sua análise sobre a transição, ou melhor, a passagem da economia colonial para a economia agro-exportadora, através da mercantil-escravista, é eminentemente econômica. Visto por esse enfoque, o Abolicionismo e o Imigracionismo tornam-se uma coisa só, embora com trajetórias distintas para imigrantes e ex-escravos.

Sérgio Silva reconhece também a "falta de braços" e o papel da imigração na formação do mercado de trabalho no Brasil; entretanto, questiona a exclusão do ex-escravo do mercado de trabalho. Inicialmente, por inadequação às formas supremas de dominação capitalista, por razões ideológicas e a preferência pelo ócio. Entende que tais dificuldades de integração são devidas à existência de preconceitos raciais.

Neste ponto, passo a discorrer sobre o que denomino de primeiro diálogo entre historiadores e economistas, centrando mais especificamente nos trabalhos de Peter Eisenberg, em particular *"Escravo e Proletário na História do Brasil",* que rediscute as principais interpretações sobre a transição para o trabalho livre.[22]

O trabalho de Eisenberg sobre a transição questiona as conclusões apresentadas em estudos econômicos e historiográficos. Primeiro, por se colocar a favor das especificidades quando analisa os engenhos nordestinos, particularmente em Pernambuco, concluindo que o declínio dos lucros explica a rápida conversão dos senhores de engenho para o trabalho livre. Segundo, por concordar com Warren Dean, quando diz "que as atividades dos imigrantes têm muito

[22] Eisenberg, *Homens esquecidos. pp.*187-212.

mais a ver com o vigor da economia cafeeira do que os talentos", assim se contrapondo à crença generalizada na melhor qualificação do imigrante europeu. Terceiro, por refutar as teses de irracionalidade do trabalho escravo e de inadequação do ex-escravo às relações capitalistas, com os seguintes argumentos: (i) os escravos produziam através de incentivos e incentivos diminuem os custos de supervisão; (ii) falta de base empírica para avaliar a produtividade do trabalho escravo e do trabalho livre; (iii) a ausência do progresso técnico em certas operações agrícolas se deve mais à sua baixa tecnologia estrutural do que à presença do trabalho escravo.[23]

Embora nem todas as afirmações de Eisenberg sejam conclusivas, seus estudos contribuem para que pelo menos se busque questionar mitos consagrados na literatura sobre transição: uma questão em aberto tanto no que se refere à sua cronologia como ao uso do termo pela qual é designada.

O equívoco de pensar a transição como um processo unívoco

Falar de transição como um processo unívoco é perder de vista sua complexidade, pois o debate aponta para existência de um processo plural, para formações econômicas do Brasil. Considerar a formação econômica brasileira no singular é tornar invisíveis as peculiaridades de cada região sob modelos generalizantes, adotados em estudos econômicos sobre a formação econômica paulista, cujas conclusões são estendidas para as demais formações econômicas do Brasil.[24] Um exemplo disso é o modelo Evsey & Domar, em que a presença de terras livres, crescente população livre e obstáculos extra-econômicos ao acesso à terra implicariam em

[23] Através do estudo das Cartas de Alforria, Eisenberg conclui que estas eram compradas a preços correntes de mercado. Portanto, antes de serem entraves à expansão do mercado, os escravos se constituiriam em um de seus principais elementos.

[24] "Um exemplo disso é a produção de conhecimento em história econômica, em que a história do capitalismo em São Paulo tem sido apresentada como sendo a história econômica do capitalismo no Brasil. Lá , por exemplo, os 'personagens sociais' que conduziram a passagem do escravismo ao capitalismo no Brasil aparecem como sendo categorias sociais que encontram correspondência somente dentro da história da sociedade paulista. Com isso, são negadas outras passagens regionais do escravismo ao capitalismo. São abolidas outras histórias econômicas regionais ao ser apresentada a história da região de São Paulo como sendo a história nacional". Targa, *Gaúchos & Paulistas,* p.11.

uma transição tranqüila para o trabalho livre, sem maiores ônus para as elites rurais, uma vez que os trabalhadores (livres, libertos) iriam progressivamente ocupando o lugar da população escrava declinante. [25] Mais do que negar as possibilidades de generalização, enquanto linhas que podem ser seguidas, o que se quer é enfatizar os limites das conclusões, quando tomadas como verdades absolutas e eternizadas.

Os estudos regionais têm revelado que mesmo uma unidade federada (estado) pode ter várias formações econômicas. Um exemplo disso é a região objeto deste estudo, o Recôncavo açucareiro, que apresenta uma formação sócio-econômica distinta de outras regiões da Bahia. O exame das fontes primárias e secundárias tem demonstrado que o produto agrícola cultivado (café, cana, fumo, mandioca) também pode implicar em formas diferenciadas de transição para o trabalho livre, uma vez que existem relações entre o tamanho/composição da população escrava e livre empregada na produção e as condições de acesso à terra, o tamanho do mercado interno e, sobretudo, a inserção da região e do produto no mercado internacional.

O que se questiona nas abordagens regionais é até que ponto o estudo das *partes* negaria, no fundamental, o conjunto. Mas seguir este raciocínio, não seria, de um lado, admitir um caráter teleológico para a história e, de outro, cair no regionalismo que se pretende criticar?

Neste estudo não pretendo negar a importância do fator econômico na análise das transições, mas redimensionar o seu papel para o entendimento da formação brasileira. Isto passa por relativizar a preponderância do econômico, tornando visíveis os processos sociais no interior das atuais periferias e suas (des)articulações com o centro dinâmico da economia nacional. Aqui, a opção metodológica é a de entender o nacional a partir dos processos locais, e não o local enquanto uma amostragem do nacional. Estuda-se o local para demonstrar o caráter multifacetado do nacional. Em última análise, os estudos regionais conferem aos espaços

[25] Ver a esse respeito, Luiz Aranha Corrêa Lago, "O surgimento da escravidão e a transição para o trabalho livre no Brasil: um modelo teórico simples e uma visão de longo prazo" ,*Revista brasileira de economia*, 42,(4) out/dez,1988, pp317-69.

considerados até então não-lugares a categoria de "lugares", possibilitando a compreensão de que a diversidade dos "Brasis" é muito mais do que um simples slogan.

O processo de transição para o trabalho livre na zona açucareira nordestina: a transição "fácil"?

Para a historiografia clássica, que trata a transição como unívoca, a discussão em torno da falta de braços no Nordeste é inusitada, pois os estudos da transição para o trabalho livre na região afirmam que o processo se deu de forma fácil, inclusive sem problemas de carência de mão-de-obra. Uma vez que o açúcar, principal produto da região, estava em crise, não havia porque os antigos senhores de engenhos manterem a escravidão ou, depois dela, se queixarem de falta de braços. Além disso, as terras já estavam monopolizadas. Para a população livre/liberta não restava outra alternativa a não ser se submeter às condições de trabalho oferecidas, fosse como assalariados, moradores ou agregados.

> É verdade que o Nordeste não recebeu, como São Paulo, imigrantes europeus, e que estes não se adaptariam às condições sub-humanas de trabalho aqui existentes, mas não havia aqui uma cultura em expansão, sequiosa de braços, como o café, e havia aquela formidável reserva de mão-de-obra representada pelos moradores que, devido às suas ínfimas condições de vida, à sua ignorância e às condições de trabalho então existentes, facilmente seria absorvida, como foi pela agroindústria do açúcar.[26]

Embora Manoel Correia de Andrade se refira à região Nordeste, seu objeto de investigação foi a Zona da Mata pernambucana, de onde retirou conclusões sobre o processo de transição nordestino. A transição em Pernambuco talvez seja a que mais se aproxima dos moldes clássicos da transição brasileira; por isso, tem sido tomada como emblemática para as generalizações sobre o Nordeste. Contudo, tal generalização é indesejável, pois também aqui se corre o risco de apreender apenas parcialmente a complexidade e o caráter multifacetado do processo de transição brasileiro, em particular o da região nordestina.

[26] Manuel Correia Andrade, *A terra e o homem no nordeste*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p.92.

Em seu estudo, Eisenberg qualificou o processo de transição em Pernambuco como "a modernização sem mudança", uma vez que, verificou-se uma concentração do capital, através da instalação de usinas - trazendo ganhos significativos de produtividade – que, contudo, não redundou em mudanças na estrutura fundiária ou nas relações sociais. A figura do escravo foi formalmente extinta, mas se mantiveram as hierarquias raciais e sociais, assim como as relações entre antigos senhores de engenhos e a população pobre livre - ex-escravos, meeiros e moradores.

> Em Pernambuco, o monopólio das terras da zona de açúcar pelos senhores de engenho e a continuada vantagem relativa do açúcar na província, deu-lhes a supremacia política. Este poder permitiu que fizessem a transição do trabalho escravo para o livre com o mínimo de inconveniências e, assim, transferissem grande parte do custo da crise exportadora para os trabalhadores livres, virtualmente privados de qualquer poder de barganha. [27]

Outros trabalhos sobre o fim da escravidão em Pernambuco seguem a mesma direção, por um lado, confirmando, o caráter multifacetado da transição brasileira e questionando a visão unívoca; por outro lado, simplificando a transição pernambucana ao considerá-la como um processo indolor, feito ao menor custo possível. E assim, entendem que "do ponto de vista do lavrador, a abolição foi simplesmente o fim de um longo período de transição. A abolição representou um problema financeiro, político e emocional, mas não um problema de mão-de-obra".[28] Na mesma linha, Jaime Reis, ao analisar o processo de emancipação na região, ressalta o impacto diferenciado sobre as regiões brasileiras devido a fatores como tamanho do contingente de escravos e da população livre disponível, e o tipo de colheita.

> Há plena concordância de que partes do Norte se constituíram de fato na parte "mais vulnerável"[soft underbelly] do establishment escravocrata e que nas lavouras açucareiras litorâneas, as relações econômicas e sociais entre senhores de engenho e o grosso da população de libertos sem acesso as terras foram um fator crucial na transição relativamente fácil operada em 1888.[29]

---

[27]Peter Eisenberg *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)***,** Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977, p.243.

[28] J.H. Galloway, " The last years of slavery on the sugar platations of Northeastern Brazil", *Hispanic American Historical Review*, 51:4(november 1971), p.601. (minha tradução).

[29] Jaime Reis, "Abolition and the economics of slaveholding in Northeast Brazil", *Boletin de Estudios Latinoamericanos y del Caribe,* Amsterdam, 17 :3-20, Diciembre de 1974, p.19.(minha tradução).

A idéia de que a transição em Pernambuco ocorreu com o "mínimo de inconveniências" deve ser relativizada, uma vez que há registros dos esforços realizados pelos oligarcas do açúcar, com o apoio do Estado (Imperial e, depois, Republicano), com a finalidade de assegurar seus interesses econômicos e políticos. A intenção era manter o controle sobre a população livre e recém-liberta, cujo crescimento, a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre, se intensificou durante os anos 80 do século XIX e nas décadas posteriores à abolição. Conforme questiona Martha Huggins :

> Esta inconsistência entre as afirmações de que a transição para o trabalho livre aconteceu sem nenhuma luta e a evidencia que foi necessária uma ação formal contra os trabalhadores livres parece paradoxal. Se os governantes pernambucanos ajudaram os latifundiários a obterem uma força de trabalho mediante a criminalização dos desempregados, então a transição para o trabalho livre não pode ter sido sem conflitos como sugerem certas análises. Mas por que, quando todas as evidências históricas sugerem a existência de uma mão-de-obra livre considerável que facilitaria a transição pernambucana para o trabalho livre, os lavradores se viram obrigados a recorrer ao Estado em busca de ajuda para resolver seus problemas locais de mão de obra ?[30]

A visão simplificadora é também questionada por Passos Subrinho, ao analisar a transição para o trabalho livre em Sergipe, trazendo à tona elementos importantes que se contrapõem à idéia de transição fácil no Nordeste. Ele enfatiza que, mesmo dentro do Nordeste, é complexo se falar de um processo único. Por exemplo, a zona do Agreste no sertão se diferencia da zona da Mata, onde se localizavam os engenhos. Além disso, evidencia os esforços da elite escravista sergipana para preservar seus interesses, não somente durante a escravidão, como também no período pós – abolição, através do envio de projetos à Câmara para impedir que o ex-escravo - agora trabalhador nacional - pudesse viver sobre si, entre as medidas possíveis tinham destaque aquelas que pretendiam coibir a vadiagem.[31]

Nessa linha de questionamentos, o trabalho de Nancy Naro faz referência aos diversos caminhos apontados pelos estudos regionais para a compreensão da transição. Para ela, o fim

[30] Martha K Huggins, *From slavery to vagrancy in Brazil: crime and social control in the Third World,,* New Brunswick, New Jersey, Rutgers University Press, 1985, pp.35-36.
[31] Josué Modesto dos Passos Subrinho, *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe 1850-1930,* Aracaju, Funcaju, 2000.

do tráfico se constitui no passo inicial em direção ao trabalho livre, seguido da chamada abolição progressiva. Analisa a transição em Pernambuco e concorda que havia uma mão-de-obra abundante e disponível para suprir as necessidades da economia agro-exportadora açucareira. Diferentemente de São Paulo onde, graças às subvenções do governo estadual, a imigração em massa de europeus foi a solução encontrada pelos cafeicultores, o que levou ao deslocamento da população doméstica no setor rural da economia. [32]

Todavia, Naro enfatiza os limites das generalizações sobretudo a partir da experiência paulista, indagando-se sobre como ocorrera a transição em uma economia na qual o trabalho escravo não era dominante e a produção voltada para o mercado interno, alerta para as especificidades da experiência de Minas Gerais, "[..] .mais diversificada do que outras economias regionais e onde o trabalho escravo foi utilizado mais em outros setores do que na agricultura".[33] Em Minas Gerais, o processo de transição não teve uma participação expressiva da imigração estrangeira e os plantadores recorreram à mão-de-obra doméstica (sazonal, diária). Essa constatação conduz a uma reflexão sobre a interdependência entre o capital mercantil e o capital produzido na esfera local, demonstrando que a complexidade da economia brasileira vai além de sua caracterização como dependente e cíclica, conforme os estudos de Celso Furtado, Caio Prado e Roberto Simonsen.

Tomando como referência municípios do Norte Fluminense - Vassouras, Itaperuna, Campos e Rio Bonito - Naro identifica quatro arranjos sociais no pós-abolição:

1. Êxodo dos municípios cafeeiros decadentes do oeste do Vale do Paraíba, onde os cafeicultores controlavam duramente a escravidão até os anos 80, com conseqüente queda da população não-branca no pós-abolição.
2. Migração do oeste do Vale do Paraíba e do norte Fluminense para a região de expansão do café, onde havia terra e salários existiam.

[32] Nancy Priscila Smith Naro, "Revision and Persistence: Recent Historiography on the trasition from slave to free labour in Rural Brazil", *Slavery and Abolition*, vol 13, number 2, (august 1992),p.69.
[33]Nancy Naro, "Revision and Persistence", p.74.

3. Migração para ou permanência em áreas próximas aos centros urbanos (Niterói e Rio de Janeiro), que assegurava a sobrevivência através da produção em pequena escala de gêneros alimentícios.
4. Migração campo-cidade.

Para Nancy Naro, tais deslocamentos se tornaram possíveis, pois no Brasil, ao contrario dos Estados Unidos, não havia mecanismos visíveis de controle da mobilidade física dos ex-escravos, a não ser a possibilidade de "sobrevivência social além dos limites das relações de patrão-cliente." Nesse sentido, a saída para a cidade era uma possibilidade de quebra das relações impostas pelo patriarcalismo rural, embora este não tenha sido extinto como arranjo social no pós-escravidão. Resta saber o quanto o ambiente urbano foi capaz de romper ou dar continuidade a relações características do campo. Para a autora, a resposta a essa questão é um desafio que persegue os historiadores da transição.[34]

Nas abordagens examinadas nesta seção não há qualquer menção ao papel do racismo como mecanismo de controle social dos ex-escravos e seus descendentes o que, a meu ver, é fundamental para compreender o processo de transição para o trabalho livre nas Américas. Daí a necessidade de entender os nexos entre o racismo e as relações patrão-cliente, em particular no Nordeste brasileiro, e no Recôncavo açucareiro baiano, onde o 'complexo de proteção' da Casa grande & Senzala não se desfez com a abolição.

As obras de Góes Calmon, Thales de Azevedo, Rômulo Almeida e Kátia Mattoso são referências obrigatórias no debate sobre a economia baiana. Apesar de terem produzido textos clássicos da historia econômica da Bahia, os três primeiros autores citados não tratam explicitamente da questão da transição. A preocupação central em seus estudos era entender a letargia em que se encontrava a economia do estado, desde a segunda metade do século XIX. Já Kátia Mattoso trata da transição pela ótica do mercado de trabalho e revela o pouco

[34] ibid, p.80.

interesse dos historiadores brasileiros pelas relações de trabalho não-escravistas, apenas abordadas da perspectiva da oferta interna em função da unidade exportadora.[35]

Mattoso assinala ainda algumas semelhanças da Bahia com as demais regiões do país, no que se refere à escassez de mão-de-obra, alegada pelos produtores de açúcar, após o fim do tráfico. Também neste caso, as investigações indicam o contrário, uma vez que existia uma oferta potencial de mão-de-obra, não utilizada. A historiadora sugere a existência de uma dupla rejeição, tanto aos imigrantes quanto aos descendentes de escravos; os primeiros eram temidos por sua capacidade de organização, que poderia vir a transformá-los em futuros concorrentes dos grandes proprietários; enquanto aos negros eram explicitamente rejeitados tanto por conta da suposta incapacidade para o trabalho, como pela possibilidade de se tornarem muito "exigentes" em relação às condições de trabalho.[36]

Segundo a autora, na Bahia, os pobres seriam "afortunados", porque participavam de uma rede clientelística que, no final das contas, lhes garantia a sobrevivência, mas diminuía o "espírito empreendedor". Tal afirmação fornece pistas a serem exploradas e, principalmente, questionamentos tais como: Por que tantos alforriados conseguiram fazer fortunas? Qual a relação entre a falta de espírito empreendedor e o atraso da Bahia? Qual a influência dos fatores psico-sociais na explicação do atraso baiano? Enfim, um caminho de perguntas, não respostas e reflexões para os quais a presente dissertação pode contribuir.

Outros estudos recentes também sugerem novos caminhos para a discussão da escravidão e do pós-abolição na Bahia. Até meados dos anos 90 do século XX, havia um claro refluxo da temática da escravidão na história econômica, tendência que refletia a perda de espaço da

[35]Francisco Marques de Góes Calmon, *Vida econômica-financeira da Bahia, elementos para a História,1808/1899,* Salvador,Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE, 1979; Thales de Azevedo, *História do Banco da Bahia1858-1958*.Coleção Documentos brasileiros. Rio de Janeiro: José Olympio,1969; Rômulo Barreto de Almeida, *Traços da História Econômica da Bahia no Último Século de Meio*, Planejamento , v.1.set/out.1973. Salvador- Fundação Pesquisa. CPE, 1973; Kátia M. de Queiroz Mattoso, *Bahia, Século XIX – Uma Província do Império,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
[36] Mattoso, *Bahia, Século XIX,* pp.528-30.

história econômica também no cenário nacional.[37] A este respeito, é ilustrativo o fato de que entre os trabalhos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, em setembro de 1993, apenas um se referia à Bahia e, mesmo assim, não tratava da escravidão.[38] Por sua vez, na história social, também seguindo a tendência nacional, ocorreu um expressivo aumento no número de obras sobre a escravidão baiana, sob a influência das pesquisas de Kátia Mattoso, Maria José Andrade, Maria Inês Côrtes de Oliveira e João José Reis, com foco na autonomia escrava, em contraposição à teoria do "escravo coisa".

Entretanto, nota-se, a partir da segunda metade dos anos 90 do século de XX, a emergência de uma linha interpretativa que considera superado o debate entre o "escravo coisa" e a "autonomia relativa do escravo". Além disso, também dialoga com os processos econômicos e com questões contemporâneas de relações raciais, o que contribui para novas agendas de pesquisa e proposições que buscam reinterpretar antigas fontes documentais, associando-as à descoberta de novas fontes. Enfim, outros olhares acerca da trajetória dos escravos, libertos e da gente livre na Bahia.[39]

---

[37] Os últimos trabalhos foram os de Luis Henrique Dias Tavares, *O comércio proibido de Escravos*,São Paulo, Ática; Brasília,CNPq, 1988. Maria Jose de Souza Andrade, *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860,* São Paulo, Corrupio; Brasília, CNPq,1988. Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*,São Paulo, Companhia das Letras, 1988. Ubiratan Castro de Araújo, *Lê politique et l'economique dans une societé esclavagiste, Bahia, 1820-1889,* Universidade de Paris IV, Sorbonne, 1992 (Tese de doutorado). Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, *A inserção da Bahia na evolução nacional 1ª. etapa: 1850-1889.* Salvador, 1978.

[38] Fernando Cardoso Pedrão, " O Recôncavo Baiano na Origem da Industria de Transformação no Brasil" In.: Tamás Szmrecsányi & José Roberto do Amaral Lapa(orgs), *História Econômica da Independência e do Império: coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, set/1993*(São Paulo, HUCITEC/FAPESP/ABPHE,1996), pp.307-324.

[39]Destaque para os trabalhos de : Jailton Lima Brito, *A Abolição na Bahia: uma história política – 1870-1888*,Salvador, UFBa, 1996. (Dissertação de mestrado). Walter Fraga Filho, *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo/ Salvador, Hucitec/Edufba, 1996. ____ "Encruzilhadas da Liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910". Campinas, UNICAMP (Tese doutorado), 2004; Kim D. Butler, *Freedom given, freedom won:afro-brazilian in post-emancipation São Paulo and Salvador,* New Jersey, Rutgers University Press, 1998; Isabel Cristina Ferreira dos Reis, *Historias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*, Salvador, Edufba, 1998; Wlamyra R. Albuquerque, *Algazarra nas ruas:comemorações da Independência na Bahia(1889-1930)*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999. Alfredo Eurico R. Matta, *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim*, Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo, 1999. Meire Lúcia Alves dos Reis, *A cor da Notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana. Do pós-abolição à 1937,* Salvador, UFBa, (Dissertação de mestrado), 2000. Iacy Maia Mata, *Os "treze de maio": polícia e libertos na Bahia pós-abolição, 1888-1889.* Salvador, UFBa, (Dissertação de mestrado), 2002.

Dentro dessa perspectiva é que apresentarei, no quarto capítulo, a discussão em torno da falta de braços ocorrida na Bahia, questão tratada como irrelevante pela historiografia clássica da transição para o trabalho livre no Nordeste. Um bom começo é a discussão extraída dos relatórios apresentados por uma comissão encarregada pelo governo do estado da Bahia, em 1891, de analisar as causas da decadência da agricultura e os meios para soerguê-la. Nos relatórios, chamou-me particular atenção as conclusões arroladas por Gustavo D´utra, professor e diretor do Instituto Imperial Agrícola da Bahia, que apontou a **falta de braços** como o problema crucial da lavoura baiana que carecia de solução imediata.

Para empreender esta análise, algumas questões devem ser enfrentadas: por que os estudos que abordam a transição ou as transições para o trabalho livre no Brasil não problematizam a dimensão racial? Haveria uma confusão entre o *modus operandi* do racismo e as relações de dependência patriarcalistas? Que modelo racial foi estabelecido na sociedade baseada no trabalho livre, com um contingente maciço de negros e de minoria branca?

Acredito que as respostas a essas questões contribuirão para o debate sobre os "segredos internos" das relações sociais no pós-abolição na Bahia. Além disso, possibilitarão introduzir o racismo e sua articulação com as questões econômicas no debate historiográfico da transição brasileira.

B.J. Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca, e escravidão no Recôncavo, 1760-1860,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003; ____ " Até a véspera : o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo, (1760-1860)", *Afro-Ásia,* 21-22 (1998-1999), pp.177-237.

CAPITULO 2

A ECONOMIA POLÍTICA DAS RELAÇÕES RACIAIS E SUA PERTINÊNCIA PARA O DEBATE SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE NO BRASIL [1]

A exclusão do paradigma racial das discussões da História Econômica

A relação racismo-economia, bem como a visão de mundo dos ex-escravos e seus descendentes, têm permanecido particularmente ausentes dos estudos histórico-econômicos sobre a transição para o trabalho livre no Brasil. Tal ausência pode ser atribuída a pelo menos três fatores, identificados nos clássicos da formação econômica brasileira: o recorte metodológico economicista das análises; o foco nos processos sociais, em detrimento da reconstituição dos fatos históricos; e a crença de que a sociedade brasileira é um paraíso racial.

O **economicismo** das abordagens desenvolvimentistas deve ser analisado à luz da necessidade de contraposição veemente às teses clássicas e neoclássicas sobre o desenvolvimento econômico – como as noções de atraso e a tese etapista rostowiana. Ou seja, era preciso demonstrar de forma inequívoca a incapacidade desse arcabouço teórico liberal para explicar o fenômeno do "subdesenvolvimento" e do "atraso" das economias latino-americanas, em particular o da brasileira, enfatizando que sua inadequação para a superação de problemas estruturais na América Latina. Embora as matrizes teóricas adotadas pelos estudiosos, a cepalina e a marxista, abrissem alguma possibilidade para o tratamento de fatores não-econômicos na compreensão do desenvolvimento, fundamentalmente, os estudos seguiram privilegiando uma abordagem de classe - burguesia industrial e trabalhadores – sem sequer especular, dada a evidente diversidade na composição racial da sociedade, que estas pudessem,

[1] A discussão teórica aqui apresentada deve seu enriquecimento e aprimoramento às idéias aportadas pela Profa Dra. Luíza Bairros, coordenadora do Programa Raça e Democracia.

internamente, percorrer trajetórias conflitantes.

Além disso, o economicismo contribuiu para limitar o alcance explicativo das análises, que em geral buscam apreender o todo a partir de um centro dinâmico - a economia paulista. A generalização de uma experiência como sendo válida para as demais regiões do país leva a que se considere como 'economicamente' relevante somente o papel dos imigrantes europeus na formação do mercado de trabalho nacional, em detrimento de uma melhor compreensão da trajetória do negro - liberto, livre ou africano. Assim, este segmento social passa a ser tratado apenas enquanto trabalhador nacional, como se essa categoria fosse homogênea, indiferenciada em termos raciais e regionais.

Em conseqüência do recorte economicista, os estudos clássicos se voltam para o passado apenas para confirmar o presente. Em outras palavras, **a explicação dos fenômenos é baseada mais na sua retrospectiva econômica** do que na história econômica propriamente dita, que implicaria na necessária reconstituição dos fatos históricos. Nessa linha pode-se incluir o trabalho de autores como Celso Furtado, Roberto Simonsen e João Manuel Cardoso de Mello, nos quais a história é utilizada para compreender o enredo dos processos econômicos e para buscar elementos que possibilitem modelos explicativos gerais da estrutura econômica contemporânea.[2] Portanto, a volta ao passado não visa desvendá-lo, mas responder questões contemporâneas relativas às raízes do subdesenvolvimento brasileiro, ao porquê do atraso nordestino ou da concentração de capital em São Paulo. Tal crítica não diz respeito apenas a se esse ou aquele autor faz história ou retrospectiva econômica, mas refere-se, principalmente, à necessidade de analisar o contexto social e intelectual no qual emergem suas premissas e suas idéias.

A **visão do Brasil como um paraíso racial** influenciou consideravelmente a produção da primeira geração de pesquisas de economistas desenvolvimentistas e de historiadores econômicos na década de 1950, embora, à época, vários estudos e a imprensa negra,

[2] Celso Furtado afirma: "O presente livro pretende ser tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira. [...] Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos". *Formação Econômica do Brasil*, pp. 1-2.

sobretudo a paulista, já assinalassem a inexistência de uma 'democracia racial' na sociedade brasileira.[3] A prevalência dessa visão deve ser creditada, especialmente, à hegemonia da abordagem freyreana das relações raciais, baseada na suposta harmonia entre os grupos raciais. Essa crença generalizada de que o Brasil, pela ausência de racismo, seria uma exceção entre as sociedades multirraciais, Michael Hanchard denominou de *exclusivismo racial*, o qual impôs uma barreira epistemológica ainda hoje presente na maioria dos estudos no campo da historiografia econômica.

> Como os Estados Unidos eram vistos como o modelo de ódio racial em relação ao qual todas as outras sociedades organizadas deveriam ser julgadas, os intelectuais latino-americanos nunca se preocuparam em investigar as fortes correntes racistas em seus próprios países. Aqueles que de algum modo escreveram sobre relações raciais estavam preocupados com o verdadeiro sistema de apartheid racial nos Estados Unidos, com suas formas legais de segregação racial, que deixaram de lado a possibilidade de o conflito racial, tal como o de classe, poder assumir uma variedade de formas. [4]

É importante notar que a omissão do racismo no debate econômico resulta da forma como parte da *intelligentsia* brasileira rejeitou as teses racistas do século XIX, defendidas na obra de intelectuais como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, para os quais as diferenças raciais (que eles supunham inatas) eram o problema central do desenvolvimento da nação brasileira. Mais especificamente, discutiam o 'atraso' do país em termos de *não há nação sem povo*; e animados pelo chamado racismo científico, realçavam como antagônicas a composição racial e étnica da população – majoritariamente negra - e as possibilidades de ingresso do Brasil no rol das nações ocidentais civilizadas.[5]

---

[3] Abdias Nascimento - artista, intelectual, político, ativista negro - escreveu vários artigos para o *Quilombo,* jornal do TEN (Teatro Experimental do Negro, fundado no Rio de Janeiro, em 1944); _____, *O negro revoltado,* Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, GRD, 1968 (2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982); Roger Bastide & Florestan Fernandes, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo,* São Paulo, UNESCO – Anhembi, 1955; Alberto Guerreiro Ramos, *Introdução critica à sociologia brasileira,* Rio de Janeiro, 1957; Clovis Moura, *Rebeliões da senzala; quilombos, insurreições, guerrilhas,* São Paulo, Edições Zumbi,1959.

[4] Michael Hanchard, "Fazendo a exceção: narrativas de igualdade racial no Brasil, no México e em Cuba". *Estudos Afro-Asiáticos,* 28, (1995), p.207.

[5] A este respeito, ver os trabalhos de Skidmore, *Preto no branco;* Djacir Meneses(org), *O Brasil no pensamento brasileiro* , Brasília, Senado Federal, 1998; Renato da Silveira, "Os selvagens e a massa: papel do racismo cientifico na montagem da hegemonia ocidental", *Afro-Ásia,*23(2000),pp.89-145. Gislene Aparecida dos Santos, *A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros,* São Paulo, Educ/Fapesp; Rio de Janeiro, Pallas, 2002.

A substituição das teses racistas em favor de uma interpretação calcada nas diferenças culturais (adquiridas e, portanto, passíveis de serem mudadas) produziu um duplo efeito: por um lado, contribuiu para suprimir, pelo menos teoricamente, as noções sobre a inferioridade inata da pessoa negra, por outro, camuflou na sociedade as possibilidades de tensão social de caráter racial, assim também eliminando do debate intelectual as dimensões política e econômica do pertencimento racial.

Desse modo, as abordagens passam a restringir-se às *relações [entre grupos] raciais*, sempre tidas como harmônicas, como se a dimensão racial operasse em uma esfera desconectada das demais dimensões da vida social e econômica. A interpretação das relações raciais, assim construída nos limites da suposta ausência de racismo, criou uma espécie de realidade sócio-econômica virtual que passou a vigorar tanto no senso comum como na produção intelectual.

As interpretações culturalistas das relações raciais no Brasil retiraram a composição racial da população do centro da disputa por um projeto de nação, pois a explicitação de ações que pudessem desencadear conflitos raciais poderia significar uma quebra da unidade nacional. Face ao tamanho do contingente negro, havia o temor das elites, talvez maior que as possibilidades concretas, de ver o país transformar-se em um novo Haiti, durante todo o período imperial e depois, durante a República Velha, em um novo Estados Unidos, onde as políticas de segregação no pós-abolição desencadearam conflitos raciais que perduraram ao longo do século XX.

A introdução da relação entre racismo e economia nos debates econômicos, confere dimensão política e econômica ao pertencimento racial, reconhecendo-o, portanto, como objeto passível de políticas de Estado. A historiografia norte-americana, que também trata de uma economia capitalista herdeira da escravidão, atribuiu um lugar teórico ao racismo na análise do processo de transição para o trabalho livre naquela sociedade. Isso pode ser conseqüência da aceitação mais generalizada de um modelo racial fundado em políticas de segregação racial. A natureza segregacionista do racismo estadunidense, além de forçar a análise da relevância social, política e econômica da dimensão racial,

contribuiu para os padrões de organização política-econômica-educacional dos afro-norte-americanos, ainda no XIX.[6] Mas a influência dos estudos norte-americanos sobre os produzidos no Brasil não chega a ser suficiente para que tais considerações passassem a figurar nas análises brasileiras.

Cabe assinalar que o sociólogo e economista sueco Gunnar Myrdal, um dos importantes teóricos do desenvolvimento econômico, exerceu uma forte influência sobre os desenvolvimentistas brasileiros ao enfatizar o papel desempenhado pelos fatores políticos no processo de desenvolvimento, abrindo caminho para estudos da dinâmica interna dos paises.[7] No entanto, curiosamente, sua obra clássica sobre o paradoxo entre o racismo vivenciado pelos negros e os ideais liberais e democráticos nos Estados Unidos - *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy* - publicada em 1944, não encontrou eco entre os desenvolvimentistas brasileiros, o que indica o quanto a visão do Brasil como paraíso racial estava consolidada.

Embora os clássicos da historiografia econômica brasileira buscassem compreender os fatores não-econômicos da dinâmica interna da sociedade, seus autores passaram ao largo da política racial, ignorando como ela influencia e é influenciada pelo conjunto das políticas formuladas pelo Estado brasileiro.[8] A ausência desse paradigma só não é total porque Sérgio Silva, ao estudar a transição do escravismo para o trabalho livre admite que, em certa medida, a exclusão do negro do mercado de trabalho no Brasil se deu em razão de preconceitos raciais.[9] Porém, tal constatação não chega a recuperar as implicações mais profundas do racismo, tal como evidencia a análise do mesmo

---

[6] Os primeiros *Black college*s foram fundados antes da abolição: Cheyney State Training School (1837), Avery College (1849), Lincoln University (1854), Wilberforce University (1856); o primeiro jornal negro, *Freedom's Journal,* foi fundado em Nova Yorque, em 1827; *The Capital Savings Bank of Washington*, o primeiro banco negro, abriu oficialmente em 1888. Ver mais sobre assunto em Lerone Bennett, Jr. *Before the Mayflower: a history of black América*, New York, Penguin Books,1987.

[7] Ver Guido Mantega, *A Economia política brasileira,* Petrópolis, Vozes, 1987, pp.53-57.

[8] "Uma das funções do aparelho de Estado em sociedades multiétnicas e multirraciais é regular e normalizar tais diferenças. Seus esforços podem ser encontrados nas políticas de imigração, na cultura popular e na política externa, além do direito doméstico. Nesse sentido, as histórias da diferença racial em Cuba, Brasil e México não são diferentes". Hanchard, "Fazendo a exceção", p.215

[9] Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria.*

período, proposta pelo brasilianista Thomas Skidmore:

> No final da década de 80, o ideal do branqueamento aglutinara-se ao liberalismo político e econômico para produzir uma imagem nacional mais definida. Espelhava-se tal atitude através da posição oficial em relação à imigração, na propaganda dirigida a estrangeiros pelas agências oficiais e na produção dos intelectuais que refletiam o pensamento da elite.[10]

Ainda que pertinentes, as críticas dos desenvolvimentistas brasileiros ao determinismo dos fatores não-econômicos - clima, mistura racial, religião etc. – na explicação do atraso das economias subdesenvolvidas, revelaram-se superficiais no tocante ao papel desempenhado pelo trinômio raça-eugenia-subdesenvolvimento. Se, por um lado, as críticas foram uma vitória da 'mistura racial' sobre a eugenia, por outro lado, representaram uma derrota por não conseguir apreender, de outra maneira, a forma pela qual a política racial brasileira (*melting pot*) se constituiu no *leitmotiv* do projeto de desenvolvimento nacional. A falta de nexos entre os elementos formadores da nação brasileira e as questões do 'atraso' econômico, faz supor que os desenvolvimentistas partiam da idéia de uma nação acabada, ou cuja construção já não era mais vista como um problema.

Para os desenvolvimentistas, o foco nos aspectos econômicos - condições de acumulação de capital, dependência ao setor agro-exportador etc. – separava as análises das condições do atraso econômico brasileiro da eugenia social e do racismo supostamente científico do século XIX, mas, ao mesmo tempo, as descaracterizava por não atribuir um lugar analítico para o racismo. Portanto, ao que parece, para os clássicos do desenvolvimentismo, o passado escravista se resolveu com a decretação da Lei Áurea. Tanto é assim que os diagnósticos e os receituários para a superação das condições do atraso brasileiro, circunscreveram-se apenas às questões sociais e econômicas, sem menção à forma como são reconfiguradas pela dimensão racial. Esse *não-lugar*, essa invisibilidade epistemológica do racismo, é parte do *modus operandi* da

[10] Thomas E. Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.154. A política de imigração praticada durante o Império e, depois, na Primeira República, é ilustrativa da forma como o Estado brasileiro buscou equacionar políticas econômicas com base em considerações raciais.

"democracia racial", absorvida sem críticas pelos teóricos do desenvolvimento brasileiro.

Caio Prado Jr, o primeiro autor a qualificar o Brasil como um "negócio" foi, talvez, também o primeiro a estabelecer uma separação entre o racial e o econômico, algo aceitável nos marcos da sua matriz teórica marxista. Como demonstra sua crítica ao caráter das elites brasileiras para ele, o racial, não se associa ao econômico, por ser essa uma dimensão que determina as demais. Entretanto, em sua crítica à escravidão essa separação se desfaz quando atribui a ausência dos trabalhadores servis nas tarefas mais complexas da incipiente indústria manufatureira brasileira ao atavismo e "o baixo nível cultural dos povos africanos" que foram trazidos para o Brasil.[11] Essa mesma visão eurocêntrica é compartilhada por Celso Furtado, ainda que este se paute por uma outra perspectiva interpretativa da formação econômica brasileira, e se reproduz em estudos mais recentes que criticam os pais fundadores, mas a eles se mantêm fiéis no que diz respeito ao não-lugar analítico do racial.[12]

Os três fatores abordados anteriormente, que explicam a exclusão do paradigma racial da história econômica do Brasil, indicam que o repensar da transição para o trabalho livre deve levar em conta: primeiro, o caráter multifacetado da formação econômica brasileira; segundo, a dimensão política e econômica do racismo e sua importância para a compreensão da urdidura do processo de desenvolvimento brasileiro. Esses dois aspectos são as credenciais que permitirão percorrer outros caminhos e descaminhos dos livres, libertos, descendentes dos ex-escravos, e ex-senhores, na velha Bahia e seu Recôncavo açucareiro no pós-abolição.

[11] "Não esqueçamos que o escravo brasileiro era, em regra, o africano boçal recrutado entre as nações de mais baixo nível cultural do continente negro. Os povos negros mais cultos são os do Sudão, isto é, de regiões situadas ao norte do Equador, onde o tráfico se proibira desde de 1815". Prado Jr, *História Econômica*, nr (55), p.173.

[12] Ver a esse respeito Amaury Patrick Germaud e outros, *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Atlas,1997.

Uma contribuição ao debate sobre o modelo racial brasileiro

No Brasil, a transição de uma sociedade escravista para outra baseada predominantemente no trabalho livre coloca para as elites o desafio de assegurar as condições para a manutenção e reprodução do "negócio" Brasil no pós-escravidão. Tal desafio tornava-se ainda mais decisivo considerando que o controle sobre a produção e a circulação de bens e serviços deveria ser exercido por uma elite branca minoritária. Daí a necessidade de pensar a transição sob uma ótica que transcenda o regime de trabalho.

Como contraponto aos princípios universalistas de análise até então vigentes, adoto princípios diferencialistas como referencial analítico, para asseverar o caráter estruturante do racismo no processo de transição. Ele se encontra tanto na origem da escravização e do tráfico dos africanos para as Américas, como na reprodução das condições de exploração dos africanos e seus descendentes dentro do sistema escravista.[13] O pressuposto é que na passagem para uma sociedade baseada no trabalho livre o binômio racismo-economia não foi desfeito, mas foi tornado invisível nos referenciais teóricos adotados pelos estudiosos da transição brasileira.

A perspectiva diferencialista aqui adotada não nega o papel do econômico, mas o relativiza, ao reconhecer, de fato e teoricamente, a existência de outras centralidades. Desse modo, a transição não é apenas econômica, ou seja, somente do regime de trabalho escravo para o semi-escravo e livre, mas é também das formas de preservação e reprodução do poder, de mentalidades, das maneiras de ser e agir individual e coletivamente. Em transição, também estão os elementos simbólicos que determinam a alteridade (o outro, antes escravo, agora um quase-cidadão, a relação escravo-senhor,

[13] Vale salientar que, como será visto no quarto e quinto capítulos, os debates contemporâneos sobre o racismo brasileiro, sobretudo a partir do final da década de 1980, têm influenciado as pesquisas em historia social da escravidão. Isso se deve vários fatores, entre eles o ingresso de estudantes negros nos cursos de pós-graduação e a disseminação de estudos de história comparada da escravidão e do pós-abolição norte-americano e caribenho. Contudo, esses novos ventos ainda não passam de uma leve brisa nos campos da história econômica brasileira.

relação empregado-patrão, a autonomia), os quais vão se refletir nas macro e micro-relações cotidianas de poder. Para tornar visível o binômio racismo-economia na formação do "negócio" Brasil, é condição *sine qua non* estudar o modelo racial brasileiro não como uma dimensão cabível apenas na antropologia e na sociologia, mas como requisito obrigatório para qualquer estudo que se proponha a entender a complexidade que envolve a saída da escravidão e as raízes do desenvolvimento do Brasil como nação.

O uso da categoria "econômico" tem sido marcado por uma concepção universalista e totalizante que lhe imprime um caráter determinante, em última instância, das relações sociais. E ainda que se reconheça que o político e cultural tenham lugar nas análises universalistas, o econômico permanece como determinante. Até por isso se aceita facilmente a noção de que existem modelos econômicos, mas falar em modelos raciais ainda causa certa estranheza, exatamente porque não se reconhece na dimensão racial a mesma capacidade de conformar as relações sociais, uma vez que se supõe que essas não poderiam ser determinadas/reguladas por fatores extra-econômicos.

A seguir apresento uma proposta de discussão do modelo racial brasileiro, como forma de entender os nexos entre racismo e economia na transição para o trabalho livre em uma sociedade multirracial, de minoria branca. Essa reflexão se deve, fundamentalmente, aos caminhos abertos pelas pesquisas de Carlos Moore, ainda inéditas no Brasil, desenvolvidas ao longo de sua trajetória acadêmica na Europa, Estados Unidos, África e Caribe. Por outro lado, também busca dialogar com as contribuições de pesquisadores brasileiros contemporâneos como Kabengele Munanga, Muniz Sodré, Antônio Sérgio Guimarães e Luiz Felipe de Alencastro.[14]

[14] Carlos Moore, *This Bitch of a Life,* London, Allison and Busby and Paris, Karthala, 1982; _____,*Castro,The Blacks, and África,* Los Angeles, Center for Afro-American Studies University of Califórnia,3ª edição, 1991; _____, "Afro-Cubans and the Communist Revolution" in Carlos Moore (org), *African Presence in the Americas,* Trenton, African World Press,1995,pp.199-239; Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, *Racismo e anti-racismo no Brasil,* São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34,1999; Kabengele Munanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra,* Petrópolis, Vozes, 1999; Muniz Sodré, *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil,* Petrópolis,Vozes, 2000. Luiz Felipe Alencastro, "Geopolítica da

Uma aproximação das origens do modelo racial brasileiro

O primeiro aspecto a ser destacado é que o modelo racial brasileiro aqui discutido não é original, mas uma adaptação às condições do "negócio brasileiro. Sua origem remonta à península Ibérica e, mais remotamente, pode ser considerada árabe-ibero, vez que seus princípios fundantes foram se construindo ao longo de quase oito séculos de dominação árabe sobre a península ibérica. De acordo com Moore, os "árabes que conquistaram a península Ibérica não somente introduziram a escravidão negra nesta parte do mundo, mas também todo código ético de regulação das relações entre brancos e negros".[15]

A expansão imperial árabe, fortalecida sob os califados abassida (786-930), deu lugar à implantação da escravidão negra no mundo árabe e nas sociedades turca e persa, já por eles dominadas. De marginal, na era pré-islâmica, a escravidão *especificamente africana,* passou a se inserir de maneira duradoura e com uma estratificação marcadamente racial, na estrutura geral das sociedades do Oriente Médio medieval. Elikia Mbokolo afirma que :

> [...] o tráfico e a escravidão pré-islâmicos foram marginais em relação ao continente africano, contudo as coisas mudaram bruscamente com a instauração do Islã, e mais precisamente com a criação do califado quando da morte do profeta Mohamed, e com a expansão militar e religiosa dos árabes e da nova religião [...] Ao mesmo tempo que a demanda por escravos crescia maciçamente, as conquistas árabes e a expansão do Islã tiveram conseqüências decisivas para o desenvolvimento do tráfico e da escravidão dos Negros.[16]

De um lado, a escravidão passou a ser legitimada pela "guerra santa" (jihad), pela qual qualquer "infiel" poderia ser reduzido à escravidão. Mas, na prática, essa possibilidade rapidamente se restringiu aos africanos, ao tempo em que a escravização de brancos no mundo árabe-semita se encontrava em pleno declínio e em vésperas de extinção. Como

---

mestiçagem", *Novos Estudos CEBRAP*, 11,(janeiro/1985),pp.49-63;_____,*O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul,* São Paulo,Companhia das Letras, 2000.

[15]Moore,"Afro-Cubans", p..205; ver também Rizwi's Bibliography for Medieval Islam<http:www.cnwl.igs.net/~faizer/biblio/medieval_intro.html>.Acesso em:19 jun.2000.

[16] Elikia Mbokolo, *Afrique Noire: Histoire et Civilisations*, tomo I, Jusqu´au XVIIIè siècle, Paris : Hatier-Aupelf-Uref, 1995, p.170.

assinala Mbokolo,

> [...] esta demanda constante por escravos, doravante legitimada, se converteu cada vez mais , com o passar do tempo, numa condição específica e exclusiva dos africanos negros [...].Toda essa demanda estimulou o desenvolvimento de três eixos principais [Saara, Mar Vermelho, Líbia-Egito] que permitiram o aprovisionamento do mundo árabe-muçulmano com escravos africanos.[17]

Assim, as relações entre brancos e negros no mundo árabe foram sendo moldadas por séculos de contatos, sobretudo sexuais, e codificadas num sistema complexo de dominação escravista, composto de um emaranhado de tabus, fobias e preconceitos contra os africanos escravizados, com as nuances de cor desempenhando um papel regulador:

> O código ético mediante o qual os árabes regularam as relações entre brancos e negros já havia sido elaborado no século VII d.c., designando claramente os delineamentos social, político e o papel sexual atribuídos para brancos e negros em um ambiente de manifesta desigualdade. Os dominadores (árabes) monopolizaram o poder político, religioso e social e ofereciam 'proteção' as populações subalternizadas. Por sua vez, estes últimos deviam obediência a cosmovisão árabe (Islã), lealdade absoluta como soldados e fanáticos nas conquistas imperialistas da expansão islâmica.[18]

O modelo racial árabe, instituído com base na dominação dos africanos, pôde assegurar sua continuidade a partir de uma política de miscigenação racial, importante para a compreensão do modelo brasileiro, em que [19]

> [...] a 'mulatização' se constituiu em um processo de transição da escravidão à liberdade e o reconhecimento social num ambiente que era decididamente anti-negro. A conversão religiosa e adoção dos modos árabes, da língua, e dos preconceitos árabes foram o corolário da 'mulatização', ou o processo pelo qual os negros se viam integrados na sociedade árabe, porém não mais como negros, mas como árabes. A integração e a 'mulatização' unilateral (homem árabe/ mulher africana) eram inseparáveis neste processo de mobilidade social

[17] Ibidem.

[18] Moore, "Afro-Cubans", p.206.(minha tradução).

[19] Moore sugere que o termo mulato vem originalmente do termo árabe *Mwalád*, utilizado para designar os indivíduos descendentes de africanos com árabes nos países arabicizados.Vale dizer que essas relações inter-raciais não significavam a existência de relações harmoniosas, mas de relações raciais estáveis. Moore faz referência aos levantes dos Africanos *Zenghs* no sul do Iraque, que finalmente constituíram um estado separatista de ex-escravos, entre 869-883 a.c. Ver a esse respeito, a obra de Alexandre Popovic, *La Revolte dês esclaves en Iraq au IIIè/Ixè Siècle*, Paris: Geuthner 1976.

> vertical para população *abd* [escrava]. Daí, o caráter "ameno" das relações entre brancos e negros nesses lugares.
>
> [...] porém, o 'sistema de cooptação do mulato'[system of mullato 'co-optation'] no grupo dominante evoluiu através dos séculos nas sociedades árabes convertendo-se numa necessidade *racial* simplesmente porque os brancos árabes (morenos) não podiam excluir o mulato com base na cor sem se auto-excluir. Essa situação é igualmente observável na Europa mediterrânea. Nas sociedades latinas da antiguidade, as populações brancas conquistadoras (gregos, romanos, etc) também se viram forçados a cooptar a numerosa população de "mestiços" que surgiu como conseqüência de suas conquistas na Europa meridional.[20]

Importa notar, que esse sistema se constrói num tempo e espaço pré-capitalistas, portanto, em sociedades presididas por outras noções, onde o econômico, tal como conhecido hoje, inexistia. As sociedades árabes ou "arabizadas" forjaram um sentido de riqueza posteriormente aperfeiçoado nas sociedades portuguesas e espanholas, em que o "econômico" é patrimonialista, e como tal ,

> [...] implica um complexo de relações mantido por família, clã ou grupo afim, que visa a preservação do conjunto pela distribuição interna de bens. O fator econômico é importante, mas a essência da razão patrimonialista é cultural: a manutenção daquele grupo específico, sua intrínseca familiaridade.[21]

É essa mesma noção que orientou o pioneirismo da expansão marítima portuguesa e espanhola nos finais do século XV e a introdução da escravidão nas Américas. No restante da Europa, especialmente na Inglaterra, para que a noção de econômico passasse a ser regida pela racionalidade capitalista, erigindo-se como uma esfera autônoma da vida social e do conhecimento, foi necessária uma revolução de valores ocorrida durante o renascimento europeu.[22]

As considerações em torno da diferenciação das noções de "econômico" são importantes para entender modelos raciais pois, a depender da perspectiva prevalente na

[20]Moore, Carlos "Afro-Cubans",1995, p. 207.(minha tradução).

[21] Sodré, *Claros e escuros*,p.76.

[22] A revolução de valores na Europa envolveu: o fortalecimento dos Estados nacionais europeus, a separação do Estado da Igreja, a mudança semântica do termo "interesse próprio", a resignificacão do conceito de riqueza com predomínio da riqueza móvel (dinheiro e seus equivalentes) sobre a riqueza fixa (terra), o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, entre outras.

origem de uma dada sociedade, podem emergir diferentes modos de regulação das relações sociais. É importante ressaltar que as dificuldades de apreender o alcance explicativo do racial advêm da compreensão equivocada de que nas sociedades de classe o econômico seria determinante; enquanto que nas sociedades de castas ou estamentos, como as árabes ou arabizadas das quais as sociedades ibéricas são tributárias, tanto o lugar teórico como o *modus operandi* do racismo seria mais facilmente apreendido. Mas também neste caso, corria-se o risco de transformar o racial como determinante, em última instância das relações sociais, assim produzindo um novo determinismo – o racial - e, no limite, a racialização da história. Tal contradição é afastada pela interpretação diferencialista proposta por Moore que, ao admitir a multicausalidade do objeto recupera sua complexidade, lançando luz sobre três elementos inter-relacionados: (i) o caráter metamórfico – o racismo é necessariamente plural; existem racismos; (ii) a temporalidade – o racismo não é um fenômeno historicamente recente, tendo sido gerado muito antes da escravidão nas Américas; (iii) a espacialidade – o racismo não é uma construção ideológica específica e exclusiva das sociedades européias; portanto o modelo racial segregacionista, característico das sociedades escravistas européias e norte-americana, não é um tipo único.

No modelo racial das sociedades européias ou europeizadas basta uma gota de sangue negro para que o híbrido, o(a) mestiço(a), o(a) mulato(a) seja considerado um não branco ou negro. Nesse caso, a mestiçagem não tem um valor intrínseco para a manutenção do modelo, pois a distância fenotípica entre os grupos é bem mais acentuada, a ponto de permitir a adoção de políticas segregacionistas.

Já as sociedades árabes ou arabizadas produziram um sofisticado modelo racial, aparentemente *integrador*, que incorpora a *mestiçagem* como mecanismo de mobilidade social, sem abrir mão da "cor" como elemento de diferenciação. Nelas, há uma menor distância fenotípica entre o mulato-mestiço e o branco árabe-ibero-mediterrânico, pois este também é produto de uma miscigenação. O fato de a distância fenotípica ser pequena impede a adoção de políticas de segregação, permitindo, primeiro, que a mestiçagem seja incorporada como parte do modelo, porque ela é produto da história das conquistas nessas sociedades pré-capitalistas; e segundo que ela se afirme como

forma de manutenção do poder feita verticalmente, de cima para baixo, pelas minorias fenotípicas. Assim sendo, a ascensão social será facilitada quanto mais claro for o híbrido; quanto mais próximo fenotipicamente do estamento dominante, maiores as suas possibilidades de mobilidade. [23]

O modelo racial árabe-ibérico, que atravessa o Atlântico e chega ao chamado Novo Mundo através dos portugueses e espanhóis, está na origem do "negócio Brasil". Ele é anterior aos modelos raciais europeu e norte-americano, cujo contato com os negros africanos é relativamente recente, quando comparado aos ibéricos e seus conquistadores, que há séculos já governavam um império com diversas etnias e povos. Para além dos traços fenotípicos da sua população, os oito séculos de dominação árabe deixaram na península ibérica uma herança cultural–racial-econômica-política que marcou sua cultura, os avanços tecnológicos, que possibilitaram sua expansão marítima, e o próprio sentido patrimonialista de riqueza e de colonização.[24]

A discussão acerca das origens dos modelos raciais contribui para a melhor apreensão da natureza da transição para o trabalho livre nas sociedades escravistas na América Latina e, particularmente, no Brasil. Os modelos raciais latino-americanos têm em comum a mesma matriz árabe-ibérica, ainda que os quase quatro séculos de escravidão tenham estabelecido contornos específicos às experiências nos diversos países, que as distancia ou as aproxima mais do modelo matricial, sobretudo no trato com a mestiçagem. As relações sincrônicas e diacrônicas com escravidão enquanto sistema, certamente confere singularidades, entretanto, essas são insuficientes para garantir uma originalidade propriamente dita. Exemplo disso é a similaridade da situação dos descendentes de escravos no pós-abolição em países como Brasil, Cuba, Uruguai e Colômbia.

[23]Convém observar que a heterogeneidade étnica nas sociedades árabes ou arabizadas, também resultou numa distância fenotípica entre os brancos mediterrâneos (árabes, portugueses, espanhóis e italianos) e os brancos europeus (ingleses, alemães, franceses, dinamarqueses e holandeses).

[24]Ver Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial(1777-1808),*São Paulo, Hucitec, 1979; Em *Casa Grande & Senzala,* Rio de Janeiro,1992, Gilberto Freyre afirma que os portugueses foram os primeiros a vencer nos trópicos devido a miscigenação com os mouros.

Racismo: ideologia versus consciência histórica

É possível que a constatada dificuldade da intelectualidade brasileira operar com o racismo enquanto categoria analítica provenha de limitações de ordem epistemológica, que se manifestam já nas tentativas de estabelecer o seu significado. Segundo Guimarães,

> [...] foi a adoção de uma visão equivocada da biologia humana, expressa pelo conceito de 'raça', que estabeleceu uma justificativa para subordinação *permanente* de outros indivíduos e povos, temporariamente sujeitados pelas armas, pela conquista, pela destituição material e cultural, ou seja, pela pobreza. A transformação da desigualdade temporária –cultural, social e política –numa desigualdade permanente, biológica, é um produto da ideologia cientificista do século XIX. [...] o racismo, origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os seres humanos (seja em situação de cativeiro ou de conquista), não pela forca ou pelo poder dos conquistadores (justificativa política que acompanhou todas as conquistas anteriores), mas pela desigualdade imanente entre as raças humanas (inferioridade intelectual, moral, cultural e psíquica dos conquistados ou escravizados). [25]

Como discutido na seção anterior, as múltiplas e complexas dimensões do racismo - caráter metamórfico, temporalidade e espacialidade - freqüentemente, escapam aos parâmetros conceituais conhecidos. Por isso, circunscrever o significado do racismo exclusivamente a uma doutrina ou a uma ideologia é insuficiente para apreender camadas mais profundas de sua manifestação.

No Ocidente, as desigualdades entre os seres humanos foram constituídas de diferentes formas, com base no sexismo, na conquista, na escravidão, no colonialismo e, mais recentemente, na imigração de trabalhadores de diferentes nacionalidades para os países ricos. Ao discutir o sexismo como sendo talvez a primeira e mais duradoura justificativa de desigualdade, Guimarães apresenta uma análise que evidentemente leva em conta a temporalidade e a espacialidade na construção de relações assimétricas entre homens e mulheres. No entanto, o autor parece abandonar esses dois fatores quando se trata de

[25] Guimarães, *Racismo e anti-racismo,* pp.197-98. O significado mais corrente do termo, como dicionarizado por Aurélio Buarque de Holanda, estabelece que a palavra racismo vem do inglês *racism* que se origina do francês *racisme.* É definido como "doutrina que sustenta a superioridade de certas raças" e identificado com segregacionismo.

analisar a desigualdade entre os grupos raciais. Datar o racismo no século XIX leva a uma imprecisão, pois, na verdade, nesse período foram sistematizadas diferenças raciais pré-existentes, por meio de um verniz de "cientificidade", para explicar as desigualdades entre povos fenotipicamente diferentes - brancos/negros, brancos/amarelos, brancos/indígenas.

Vale notar que o primado da racionalidade capitalista intensifica o avanço da base material nas sociedades industriais, através do uso crescente do conhecimento científico na apropriação da natureza. Por meio das leis que validam o conhecimento científico é que se construirá a categoria contemporânea de raça baseada no biológico, para legitimar as desigualdades em razão das diferenças fenotípicas. O que estava em curso, portanto, era um processo de resignificação, de transmutação do racismo - um fenômeno secularmente conhecido - para o conhecimento científico. Desse ponto de vista, o século XIX, marca um ponto de inflexão nas justificativas até então conhecidas para sustentar a escravização dos não-brancos, as quais se tornaram evidentemente insuficientes para justificar a continuidade das desigualdades de tratamento dentro da ordem econômica e política liberal do pós-escravidão.

Conseqüentemente, o esforço de conceituação empreendido por Guimarães não escapa à visão predominante que admite o racismo apenas como uma criação oriunda das sociedades européias do século XIX, assim como reproduz uma visão totalizante da história, cujo ponto de partida se localiza na Europa. Nesse sentido, o chamado racismo científico, proposto pelos positivistas europeus, seria apenas mais uma modalidade de racismo, produzida em sociedades capitalistas do norte da Europa, que teve um grande impacto também no Brasil.[26]

A capacidade de metamorfosear-se confere ao racismo uma propriedade singular que complexifica sua caracterização. Esse caráter mutante/mutagênico pode ser percebido pelas várias faces que assume - inicialmente, no choque de civilizações, na escravidão,

[26] Ver a esse respeito Silveira, "Os selvagens e a massa".

no pós-escravidão; também manifesta-se como sistema do apartheid e de castas; transmuta-se em culturalismo para reificar-se, contraditoriamente, enquanto anti-racismo, como ocorre na democracia racial brasileira. Para a sustentação dessas várias manifestações e denominações, as ciências são recrutadas para produzir justificativas (a biologia) e normatizar as condutas (o direito, que elabora um conjunto de leis segregacionistas, tanto no apartheid como no norte-americano Jim Crow).[27]

A fluidez do fenômeno faz com que apareça como se dotado de vida própria; em alguns momentos, se coloca acima da percepção racional, em outros, assume tal nível de sofisticação que dificulta a sua materialização. O racismo sobreviveu às tentativas de sua desconstrução teórica que, ao negarem o caráter biológico da raça – sua categoria central – não lograram "extinguir" o fenômeno. Pelo contrário, na ausência da raça, transmutou-se, abrigando-se no interior da própria perspectiva que buscava negá-lo, o culturalismo.

Uma maior aproximação ao fenômeno do racismo exige uma interpretação que respeite a sua historicidade e sua globalidade. Para dar conta da amplitude dessa abordagem, proponho pensar o racismo como *consciência histórica* global, uma espécie de metaconsciência, que escapa aos parâmetros conceituais conhecidos. O uso do termo *consciência* possibilita considerar o inconsciente coletivo, como categoria que poderia propiciar uma base a partir da qual se possa construir um entendimento sobre a capacidade de recriação e reprodução do racismo ao longo do tempo e em diferentes espaços. Por outro lado, essa categoria permitiria apreender tanto a fluidez do fenômeno como sua aparente falta de racionalidade - explicação lógica - presente nos comportamentos individuais e coletivos que perpetuam as desigualdades de tratamento entre pessoas e grupos, em razão de diferenças fenotípicas, étnicas, raciais e culturais. Por sua vez, o uso do termo *histórica*, remete ao fato de que as razões que se

[27] "[...] podemos ainda definir o racismo não com referência a atitudes, ações e preferências individuais, mas com relação a um determinado sistema social. [...]. Neste caso, as desigualdades são tidas como raciais na medida em que se encontrem e se comprovem mecanismos causais, que operem no plano individual e social, e que possam ser retraçados ou reduzidos à idéia de raça . Neste sentido, racismo não é mais uma ideologia que justifica desigualdade, mas um sistema que as reproduz". Guimarães, *Racismo e anti-racismo*, pp.200-1.

apresentavam nos primórdios do racismo não são as mesmas que hoje sustentam a sua reprodução.[28] [29]

Por analogia, o racismo enquanto consciência historicamente determinada é uma categoria analítica que está para as ciências sociais e humanas, assim como o elétron está para a física. A física clássica definia o elétron como uma partícula constitutiva do átomo de trajetória previsível, isto é, aprioristicamente seria possível precisar onde ele seria encontrado. Esse princípio permaneceu intocável por anos, até que a física quântica não só questionou a própria definição do elétron, como afirmou, com base no princípio da incerteza de Heisenberg, a impossibilidade de determinar com precisão o ponto exato em que o elétron pode ser encontrado. No máximo, diziam os críticos, se poderia, probabilisticamente, conhecer a região, o espaço orbital. Tal incerteza decorre, entre outras razões, da natureza do elétron, algo que a física clássica não conseguira captar face aos limites do cartesianismo. Fritjof Capra descreve bem a perplexidade dos físicos diante de um objeto de estudo que se apresentava de formas tão diversificadas:

> Parece impossível aceitar que alguma coisa possa ser, ao mesmo tempo, uma partícula, uma entidade confinada num volume pequeno, e uma onda que se espalha sobre uma vasta região do espaço . E, no entanto, era exatamente isso o que os físicos tinham que aceitar. A situação parecia irremediavelmente paradoxal, até que se percebeu que os termos 'partícula' e 'onda' referem-se a conceitos clássicos que não são inteiramente adequados para descrever fenômenos atômicos. Um elétron não é uma partícula nem uma onda, mas pode apresentar aspectos de partícula, é capaz de desenvolver sua natureza ondulatória às custas de sua natureza de partícula, e vice-versa, sofrendo assim transformações contínuas de partícula para onda e de onda para partícula. Isso significa que nem o elétron nem qualquer outro 'objeto' atômico possuem propriedades intrínsecas, independentes do seu meio ambiente. As propriedades que ele apresenta – semelhante a partícula e semelhante a onda – dependem da situação experimental, ou seja, do aparelho com que o elétron é forçado a interagir.[30]

[28] As razões mais remotas são, provavelmente, resultantes (i) de encontros conflitivos entre civilizações diversas, e até mesmo opostas, ocorridos em tempos já esquecidos; (ii) da necessidade dos conquistadores (minoritários fenotípica e culturalmente) manterem o poder junto às populações conquistadas , por meio de uma ordem de critérios para evitar sua diluição através da miscigenação com os conquistados (majoritários fenotípica e culturalmente).

[29] Agradeço ao professor doutor Carlos Moore por compartilhar suas pesquisas (inéditas) e reflexões que permitiram chegar a essa proposta de análise do racismo como *consciência histórica.*

[30] Fritjof Capra, *O Ponto de Mutação*, São Paulo, Cultrix,1982, pp.73-4.

Seguindo a analogia proposta, não seria demais afirmar que os estudos sobre o racismo e as relações raciais, de modo geral, apreendem os fenômenos a partir de referenciais conceituais inadequados (ideologia, por exemplo) para dar conta da complexidade do fenômeno, assim como eram inadequadas as ferramentas conceituais da física clássica para compreender o elétron. A possibilidade de pensar o racismo como consciência histórica desvenda dimensões *quânticas* desse fenômeno, que escapam aos limites do paradigma racionalista, traduzido na busca pela definição. Mas como definir precisamente um fenômeno cuja natureza é marcada por um alto teor de imprecisão? Assim, não se trata de definir o racismo mas, com fez a física quântica diante da impossibilidade de definir o ponto exato onde o elétron pode ser encontrado e sua natureza mutante, de indicar como ele pode se inserir num sistema mais amplo e integrado. O universo passa a ser visto como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão inter-relacionadas e só podem ser entendidas como modelos de um processo, características aplicáveis para a compreensão do racismo.[31]

Resta salientar que o racismo como consciência histórica não se confunde com as dimensões identitárias descritas como consciência de classe ou como consciência racial; também não se presta à análise das relações sociais do ponto de vista de classe ou de raça. O lugar ocupado pelo racismo é o de uma *metaconsciência* que forma e informa as construções teóricas, inclusive a consciência de classe e de raça.

Assim, como a física quântica admite que a medida de um determinado objeto é influenciada tanto pelo tipo de aparelho usado para medi-la, bem como pelo seu observador, admito que, na presente pesquisa, a interação sistêmica sujeito-objeto foi fundamental para me fazer chegar a essa forma de apreensão aproximativa do real através da consciência histórica. Por isso, afirmo que as propostas de interpretação aqui apresentadas também são fruto de minha vivência cotidiana, na qual o racismo atua, de forma implícita ou explícita, e de uma busca, individual e coletiva, pela construção de novos paradigmas baseados nos princípios da transdisciplinaridade.

[31] Capra.*O ponto de Mutação,* p.72.

Desse modo, uma discussão sobre transição não pode ser restrita ao regime de trabalho. É essencial ultrapassar o econômico e perpassar articulada e integradamente todas as instâncias, como veremos no capítulo que abordará o processo de transição para o trabalho livre no Recôncavo Açucareiro baiano.

CAPÍTULO 3

RECÔNCAVO, DESVENDANDO OUTROS SEGREDOS INTERNOS

Aspectos gerais

Fundo de baía, assim a historiadora Kátia Mattoso inicia seu esboço de definição do Recôncavo baiano.[1] Composto de rico e vasto ecossistema - com cerca de 300 quilômetros de orla e vários rios a lhe entrecortar, tais como o grande Paraguaçu, Sergipe, Açu, Pericoa, Subaé, Jacuípe, Joanes e outros menores - próximo do oceano, com um relevo variado a conferir ao Recôncavo também características de uma região de microclimas, de ricos manguezais, que, nos nossos dias, apesar das agressões sofridas pela ação predatória do homem e seus agentes poluentes, ainda garantem a sobrevivência de parcelas significativas da população descendente daqueles homens e mulheres que tiram deles a alimentação complementar ou, quiçá, a principal para lhes garantir a sobrevivência sob a escravidão. Para aqueles que ainda não desfrutaram da sua beleza natural ou de pisar no seu solo de massapê, sobre o qual ergueu-se o mundo do açúcar baiano, resume-o assim Kátia Mattoso: "O Recôncavo é, assim, antes de tudo, uma terra oceânica: suas áreas agrícolas encontram-se em estreita dependência das águas salgadas e dos rios marinhos".[2]

O Recôncavo possui cerca de 10.000km². Limita-se ao norte com os municípios de Feira de Santana, Coração de Maria, Pedrão, Alagoinhas e Entre Rios; ao sul, com os municípios de São Miguel das Matas, Laje e Valença; a oeste, com os municípios de Antônio Cardoso, Santo Estevão e Castro Alves, e, a leste, com o Atlântico. À sua frente, situa-se a cidade de Salvador, à qual se encontra umbilicalmente ligado, não somente por ser ela a capital da província e depois do estado, mas porque o Recôncavo era também responsável pelo abastecimento alimentar da capital. Dele provinha o suprimento de víveres e o combustível, relata Stuart Schwartz.[3] Salvador era, em contrapartida, o porto de saída dos produtos (açúcar,

[1]Mattoso, *Bahia, século XIX*, cap.3.
[2] ibidem,p.54.
[3]SCHWARTZ, *Segredos Internos,* parte II.

fumo) para o exterior, sem contar que era na praça da cidade da Bahia onde a riqueza circulava, onde os senhores de engenhos, homens de negócios, traficantes de escravos, escravos, a gente livre, circulavam, transacionavam, perdiam e refaziam riquezas, formando com o Recôncavo, de fato, um importante complexo sócio-econômico do açúcar, tabaco e de outras atividades deles decorrentes. É impossível imaginar o Recôncavo sem a cidade de Salvador e vice-versa.[4]

A configuração do Recôncavo anteriormente descrita foi resultado, inicialmente, das divisões de suas terras em sesmarias em meados do século XVI. Sua configuração resulta também de diversas divisões paroquiais ocorridas a partir da segunda metade do século XVI e ao longo dos séculos XVII e XVIII. Em 1698, o sistema paroquial de organização do Recôncavo foi complementado pelo sistema de municípios, sendo criadas as vilas de São Francisco de Conde (que mais tarde, constituirá, juntamente com Santo Amaro, o coração econômico do açúcar), Cachoeira e Jaguaripe.[5]

A heterogeneidade das condições climáticas, pedológicas e morfológicas produziu no Recôncavo três zonas de predominância de cultivo distintas: a zona do massapê, situada na orla norte, que vai do rio Sergipe às terras próxima à baía, onde se concentrou a grande plantação de cana de açúcar; a zona dos terrenos mais arenosos, situada na microrregião de Cachoeira, entrecortada pelo rio Paraguaçu, onde se desenvolveu a cultura do fumo; a chamada zona do Recôncavo Sul, que se especializou na agricultura de subsistência.

O objeto de estudo proposto é a zona açucareira do Recôncavo responsável direta pela criação e desenvolvimento do pedaço inicialmente "luso-brasileiro" do mundo do açúcar no período colonial e depois "brasileiro", no período imperial, embora durante o segundo império essa

[4]Ver a esse respeito, a título de exemplo, Maria de Azevedo Brandão(org), *Recôncavo da Bahia: sociedade em transição*. Salvador, Fundação Casa de Jorge de Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
[5]Relatos dos viajantes sobre os aspectos demográficos e econômicos da região ver Schwartz, *Segredos internos*, p.82-3.

participação baiana tenha sido reduzida consideravelmente, como veremos mais adiante.[6]

O açúcar era o ar que o Recôncavo respirava, seu principal produto exportável. Desvendar alguns dos segredos internos das relações de sua produção no século XIX – identificando, de um lado, os porquês e para onde migraram os homens, as mulheres, as famílias, os capitais, e do outro, os porquês e como todos eles permaneceram - são partes fundantes desse processo de transição. Muito embora escolha o açúcar como um móvel condutor dessa transição, reconheço explicitamente a existência de outras formas de transição no interior do próprio Recôncavo. Insisto nesse recorte, pois é o caminho que mais se aproxima da construção de uma visão sistêmica da transição brasileira, ao meu ver. Saliento que não há nessa opção um fechamento no "mundo" do açúcar, mesmo porque para uma melhor compreensão do processo de transição, faz-se necessário compreendê-lo em si e para si, daí a importância de estabelecer diálogos comparativos e possíveis articulações com o setor dinâmico da economia nacional. Assim, terei os elementos para questionar a caracterização da transição nordestina como unívoca e fácil.

A desintegração do escravismo no Recôncavo açucareiro (1871-1888)

Antecedentes

Os anos 70 e 80 do século XIX testemunharam o agravamento da situação de crise em que mergulhara o Recôncavo açucareiro, e o relativo malogro das medidas adotadas (proibição do tráfico interprovincial, a instalação de engenhos centrais) pela aristocracia açucareira para a reversão desse quadro de desalento e perda de espaço dentro do mundo do açúcar.

[6] Ver o mapa da região em B.J.Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo,mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,2003, p.40.

O outrora coração da Província da Bahia assistiu, dia a dia, a "vida" se transformar em "sobrevida", à medida que se esvaía a escravidão. Observado a partir da distância cômoda dos nossos dias, percebe-se mais nitidamente o dilema da época: entre as tentativas de preservação do *status quo* e as tentativas de soerguimento da lavoura de açúcar, algo que acompanhará o Recôncavo açucareiro por muitas décadas. Entretanto, o lugar primordial não estava mais em jogo, porque esse lugar já não mais lhe cabia, apesar da gama de esforços envidados pela aristocracia. O essencial é perceber que estava em jogo a busca de uma nova posição vital, ainda que secundária. Metaforicamente, buscava-se garantir uma existência da posição de um apêndice: necessário embora descartável ao menor indício de crise, sem prejuízo do funcionamento do sistema. Dito de outra forma, estava em questão a continuidade do poder político dessa aristocracia para impor ou convencer a sociedade baiana de que a defesa dos interesses do açúcar era a defesa do interesse do Estado da Bahia, portanto, o interesse de "todos".

Esse quadro de crise tem como um dos marcos importantes a ascensão do café, a partir de 1840, como principal produto de exportação brasileiro. Até então o açúcar predominava soberanamente na liderança da pauta de exportações, embora tenha experimentado diversos reveses desde a sua introdução no Brasil no século XVI. A Província da Bahia liderou a produção açucareira nacional, responsável direta pela sua opulência no século de XVIII, até ser substituída por Pernambuco, no século XIX.[7]

A reversão dessa tendência de baixa foi proporcionada pela revolução dos escravos haitianos em 1791, que desorganizou o mercado de açúcar e café, favorecendo o crescimento da produção dos produtores concorrentes, inclusive a capitania baiana e demais regiões brasileiras produtoras de açúcar. Não se deve atribuir essa retomada do açúcar tão somente à eliminação da concorrência haitiana, como também não foi o açúcar o único produto a se beneficiar, o café também teve sua parcela. Schwartz aponta as reformas pombalinas como co-responsáveis por essa nova retomada. Essa tendência de alta com pequenas oscilações durou até 1830, quando uma nova inflexão do mercado açucareiro ocasionou a queda de

[7]Ver sobre a periodização da economia açucareira baiana, Schwartz, *Segredos internos*,parte II; Barickman, *Um contraponto baiano,* .p.47

preços. A desvalorização cambial frente à moeda londrina e a boa safra não evitaram a queda das receitas das exportações. A recuperação ocorreu cinco anos mais tarde, entretanto vale dizer que o Brasil já vinha em um crescente declínio da sua participação no mundo do açúcar, caindo de cerca de 1/3 em 1730 para algo próximo aos 10% em 1776, assinala Stuart Schwartz. Apesar disso, o período compreendido entre 1780 a 1860 foi de crescimento de longo prazo para as exportações de açúcar e café. Entre os anos de 1790 e 1795, havia cerca de 221 engenhos matriculados na Bahia. Esse número alcançou, no ano de 1855, um total de 1274 estabelecimentos, incluindo as engenhocas.[8]

Em linhas gerais, a retomada do crescimento da economia escravista açucareira baiana se deu com base na capacidade instalada (engenhos e escravos negros) e baixo nível de incorporação tecnológica. Esse período de prosperidade foi acompanhado de um tensionamento social e racial crescente. A província da Bahia foi palco de várias revoltas e insurreições de diversas matizes contra a coroa portuguesa e a ordem escravocrata, todas duramente reprimidas tanto pela coroa portuguesa como pelas autoridades brasileiras.

> É verdade que nenhum dos movimentos com apoio popular conseguiu formular um projeto econômico global para a Bahia. No entanto, ao longo de todas estas revoltas, é possível recompor uma pauta de reivindicações que terminam por configurar uma espécie de programa de caráter urbano e popular, alternativo ao modelo *escravidão – império – açúcar*. As quatro linhas fortes eram a emancipação dos escravos, autonomia política da província, diversificação da economia de exportação e a abertura da fronteira para a pequena propriedade. [9]

Outro elemento de crise, que mais adiante abalou o quadro de prosperidade, foi a pressão exercida pela coroa britânica para a interrupção do tráfico de escravo no Brasil, finalmente bem sucedida em 1850, embora os sinais de crise já se mostrassem evidentes em decorrência do acirramento da concorrência do açúcar antilhano e asiático e do açúcar de beterraba europeu, que praticamente decretaram a expulsão do açúcar baiano (de má qualidade) do mercado mundial. Os senhores de engenhos baianos estavam cônscios da péssima qualidade

[8]Vale salientar que o número médio de novos engenhos matriculados variou de 8,7 (1818-1820) para 26,4(1830-1834), período de mais alto índice, caindo para 6,2 (1855-1859) e chegando a 1,0 (1870-1874). Barickman, *Um contraponto baiano,*pp.74-75; "Matricula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais administrados pela Junta da Real Fazenda"[1807-1874], APEB,Série Histórica,maço 642.

[9] Ubiratan Castro Araújo, "Por uma História Política da Economia", *Revista Resgate*, 7, 1997, p.107.

do seu produto e do seu lugar dentro do mundo do açúcar. A proposta era continuar a "inundar" o mercado com este açúcar de péssima qualidade, uma vez que era praticamente impossível competir com o teor de sacarose do açúcar antilhano e europeu. Barickman assevera que, no início da década de 1850, o açúcar branco representava cerca de dois quintos do total das exportações, mas no final da mesma década o açúcar mascavo correspondia a 80% do total exportado.[10] Nesse sentido, uma carta enviada, em 1863, ao Ministro de Agricultura do Império por Francisco Adolpho Varnhagen é bastante ilustrativa:

> A América não pode metter-se a querer competir com a Europa em detalhes de refino. Estarei em erro; mas por ora sou de opinião que se o Brazil proceder nesta industria (o açúcar) como fez a do caffé, procurando produzir antes mutissimo inferior, que um pouco menos, um tanto melhor, os seus assucares,embora menos alvos, matarão com o tempo (em virtude da grande differença nos preços) todos os outros, por mais refinados que saiam dos engenhos.[11]

Um registro anterior dessa política já havia sido efetuado pelo engenheiro João Monteiro Carson em relatório enviado ao presidente da província João Mauricio Wanderley, em primeiro de março de 1854, após viagem a Cuba, Estados Unidos e Antilhas:

> Ha mais de 3 séculos, que principiou-se no Recôncavo da Bahia a lavrar a canna, e fabricar-se o assucar, e de então para cá tem crescido o numero dos engenhos a ponto que hoje, conforme as melhores informações, que se puderão obter, orção, mais ou menos, em 1,200 de todas as qualidades nesta Provincia. 70,000 escravos, na maior parte importados da Costa d'Africa, se empregarão neste serviço, e durante uma longa serie de annos tem produzido de 50 a 80,000 caixas de assucar, reconhecido geralmente na Europa como próprio para as refinarias, sendo de tão baixa qualidade, que precisa passar por novos processos antes de entrar no consumo dos differentes paizes para onde se exporta.[12]

O fim do tráfico trouxe formal e definitivamente o problema da substituição da mão-de-obra escrava para o centro das preocupações do Império e das suas oligarquias. Sabia-se que a escravidão acabaria, a questão ainda em aberto era como e quando. Para os senhores de

[10] Barickman, *Um contraponto baiano,* p.79.
[11] Francisco Adolpho Varnhagen, "Carta ao Exmo. Ministro da Agricultura a respeito principalmente de vários engenhos de assucar da Antilhas aplicáveis ao Brazil", Segunda tiragem.Caracas:Imprensa de V. Espinal.1863, p.14.
[12] João Monteiro Carson, *Primeiro relatório apresentado a presidência da Bahia sobre os melhoramentos da cultura da cana, e do fabrico do assucar,* Bahia,1854 in Waldir Freitas Oliveira, *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*, Salvador, FCJA; UFBA - Centro de Estudos Baianos,1999, p.104.

engenhos baianos, em particular do Recôncavo, a permanência e generalização da escravidão foram fundamentais para a garantia da sua sobrevivência econômica e política. Ao contrário do que argumentavam os estudos clássicos da transição brasileira, os senhores de engenhos baianos e outros nortistas empreenderam uma forte resistência com vistas a prolongar a escravidão o máximo possível e, como pleito final, reivindicar junto ao governo imperial indenização pela perda da propriedade escrava e, assim, recapitalizarem-se para novos investimentos.

> [...] Até as vésperas da abolição, a causa da escravidão tinha os seus adeptos distribuídos nos vários estratos da sociedade baiana, o que nos autoriza a afirmar, sem risco de exagero, que em nenhuma sociedade regional brasileira a escravidão foi tão generalizada como na Bahia. Este fenômeno constituiu-se em uma particularidade, que contrastava com uma realidade nacional onde, na maioria das províncias do império, registrava-se uma tendência ao estreitamento da base social de apoio à escravidão pela diminuição progressiva do número de senhores de escravos e sua concentração em algumas atividades econômicas bem-definidas.[13]

É sob essa ótica que percorremos os caminhos da transformação do trabalho no mundo do açúcar baiano, focalizando a política da escravidão empreendida pelos senhores de engenhos baianos bem como os contrapontos e as adaptações a essa política vivenciada pelos demais sujeitos da escravidão (escravos, libertos, população livre, protagonistas de outros projetos políticos).

Como se materializou a política da escravidão nessa conjuntura de acirramento da concorrência internacional e sem o tráfico negreiro? Significou uma maior racionalidade no uso da mão-de-obra escrava e a incorporação de novas tecnologias à indústria açucareira?

A política da escravidão da aristocracia açucareira baiana foi conservadora na absorção das novas técnicas disponíveis no mercado para cultivo da cana e produção de açúcar. Essa incapacidade crônica de vencer a rotina constituiu uma marca registrada do Recôncavo açucareiro, embora várias iniciativas tenham sido tomadas, algumas até com relativo

[13] Araújo, "Por uma Historia da Economia", p.108.

sucesso.[14] Percebe-se, no entanto, face às constantes referências nos relatórios, pareceres, editorias sobre a situação da lavoura, que essa rotina não era adstrita ao açúcar, mas à agricultura baiana em geral. A rotina era qualificada como uma terrível hydra que atemorizava os campos da província da Bahia e se seguiu durante o período republicano.

Com efeito, é ilustrativo outro trecho do primeiro relatório apresentado por João Monteiro Carson:

> As primeiras descripções que temos dos processos praticados neste ramo de indústria datão de 1720, e é provável, que remontem a epoca muito anterior; e como não teem sido alterados, é evidente, que o systema de cultivar a canna, importado d'Africa, tem passado entre nós, com todas as imperfeições e defeitos primitivos, de paes a filhos, como um legado funesto: o mesmo methodo de plantar a canna, e de moel-a; a mesma forma de alimpar o caldo, o mesmo emprego de tachas, e a mesma maneira de bater, e de purgar. Assim, se ha hoje alguma differença, é que os terrenos antigamente frescos e productivos estão ja cansados, pois a substituição do vapor por cavallos, e moendas horisontaes, a applicação de clarificador separado, e algumas pequenas modificações mechanicas facilitão e accelerão os trabalhos, mas deixão subsistir os dous males essenciaes – pouca quantidade e má qualidade do assucar. D'esta forma a Bahia, encostada á sua velha rotina, descansa e fica estacionaria, ou antes retrograda comparativamente aos outros paizes productores do assucar, que vão em continuo progresso.[15]

O conservadorismo estende-se, sobretudo, ao plano político. A aristocracia baiana tornou-se bastante conhecida pelas suas posições reacionárias na defesa da escravidão e pelo anti-republicanismo durante o império, e não é por acaso a perda de espaço político ocorrida na Primeira República.

No plano econômico, observa-se que a continuidade dessa política da escravidão teve altos custos para os barões do açúcar. Se por um lado, eles mantiveram o controle político, por outro, economicamente, sua riqueza era cada vez menos aparente, uma vez que eles estavam sendo tragados, à medida que a crise se agravava para as mãos dos comerciantes, os

[14] Ver os relatórios, cartas, pareceres do engenheiro americano João Monteiro Carson aos presidentes de província da Bahia Francisco Gonçalves Martins e João Maurício Wanderley, elaborados após viagem aos Estados Unidos , Cuba e Antilhas com vistas melhoramentos das técnicas de plantio da cana de açúcar e produção de açúcar nos anos de 1852 e 1854 in Oliveira, *A crise da economia açucareira,* pp.75-155.
[15] João Monteiro Carson in Oliveira, *A crise da economia açucareira,* pp.104-5.

verdadeiros senhores do capital.[16] Esses comerciantes, localizados em Salvador, acumularam riquezas através do crescimento das exportações baianas (açúcar, fumo, algodão e café) que eram por eles controladas diante da incapacidade, sobretudo, dos senhores de engenhos de incorporar novas técnicas que proporcionassem ganhos de produtividade. Estes se viam freqüentemente sem capital de giro para financiar a nova safra. Assim, se colocavam a mercê dos interesses desses comerciantes que adiantavam o capital a juros elevados e obtendo como garantia as safras de canas a serem colhidas e a produção de açúcar e, em alguns casos, as próprias propriedades. Oliveira relata que as maiores fortunas da Bahia estavam nas mãos dos comerciantes, principalmente, dos negreiros Antônio Pedroso de Albuquerque, Antônio Francisco de Lacerda, o conde Pereira Marinho .

> A importância econômica desses comerciantes que exorbitavam suas funções específicas, ao atuarem como verdadeiros banqueiros, pode ser corretamente avaliada com a instalação, em 1840, da Associação Comercial da Bahia em suntuoso palácio construído na Cidade Baixa, congregando os possuidores das mais vultosas fortunas locais.[17]

Os anos 60 aprofundaram a dependência dos senhores de engenhos em relação aos negociantes, que por sua vez aumentaram a sua inserção na economia através de investimentos no setor bancário - a exemplo do Banco da Bahia (1858) - favorecidos pelo processo inflacionário em curso e por uma legislação permissiva à criação de instituições bancárias com poder emissório. Por sua vez, essa permissividade levou muitos bancos, principalmente os baianos, a abusarem dessa prerrogativa. É importante salientar que estava em curso no país uma séria crise financeira (1857/1858), que, apesar de provocar falências, concordatas, pedidos de moratórias, teve seus efeitos menores na Bahia. Houve um incremento nas transações comerciais da província com os países europeus no período de 1855 e 1860. Uma das medidas adotadas para conter a crise financeira foi a instituição do monopólio do Banco do Brasil para a emissão de papel moeda, o que gerou inúmeros protestos, inclusive do Banco da Bahia e dos parlamentares baianos.[18]

---

[16] Sobre as dívidas dos senhores de engenhos no período de 1801 –1889, ver Mattoso, *Bahia, século XIX,* cap.31, especialmente as tabelas 123 e 124, p.639. Ver também, Schwartz, *Segredos Internos,* cap.8.
[17] Oliveira, *A crise da economia acucareira,* p.19.
[18] ibidem,pp.33-40; ver Thales de Azevedo e E.Q.V. Lins, *História do Banco da Bahia –1858-1958* ,Rio de Janeiro, José Olympio,1969,cap.IX.

Os comerciantes investiram também na indústria, participando diretamente da fundação de fábricas ou entrando com aporte de capital, como fizera Luiz Rodrigues Dultra Rocha Filho, um dos fundadores do Banco da Bahia, que se associou a Bernardino de Sena Madureira, proprietário da fábrica de tecidos Nossa Senhora do Amparo, constituindo a firma Madureira & Dultra. Em 1862, Antônio Joaquim da Silva Bastos, dono de uma fábrica de chapéus de feltro, também se associou ao rico comerciante Antônio Francisco de Lacerda.[19]

Outro elemento de crise nos anos sessenta do século XIX foi o fato de Salvador perder o lugar de metrópole regional das províncias do Norte para Recife, em razão, dentre outros fatores, da gradativa perda de capacidade de resposta à crise por parte da economia baiana, principalmente, do setor açucareiro, que atravessava uma conjuntura desfavorável com baixa dos preços internacionais, redução do plantel de escravos pela venda para as províncias do sul e pela queda na taxa de natalidade, aliada à escassez de capital e à debilitação das finanças públicas em decorrência da guerra do Paraguai e dos efeitos da reforma bancária do início dos anos 60.[20]

Os anos 70

Foi imersa nesse ambiente de crise que a província da Bahia recebeu a promulgação da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre. O açúcar, que representava, em 1796, 68,2% das receitas totais das exportações baianas, chegou a 69,8% em 1850, caiu sensivelmente para 26,6%, em 1860. Apesar da recuperação obtida em 1869 com 46,1% jamais voltou aos tempos áureos de outrora. Na década de 1870, a participação média do açúcar na pauta das exportações ficou em torno de 29,4%. Por outro lado, cresceram as participações médias do café de 6,4% (1851-1860) para 15,1% (1869-1879) e do fumo de 14,8% (1851-1860) para 35,6% (1869-1879). Houve também uma redução considerável na quantidade exportada de açúcar, 3.448.529 arrobas (1850-55) para 2.529.181(1855-60), seguida de recuperação nos qüinqüênios seguintes, chegando a 4.422.667arrobas (1870-75),

[19] Ver Oliveira, *A crise da economia açucareira,* p.41.
[20] Wilma Peres Costa, *A espada de Damôcles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império.* São Paulo, Hucitec;Unicamp,1996.

para, novamente, manifestar uma nova tendência de queda no período de 1875 -78.[21] Nesse sentido, Barickman apresenta um contraponto importante para a afirmação feita por Schwartz sobre o Recôncavo: "'falar da Bahia era falar do Recôncavo, e este foi sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos'. Embora muita coisa já tivesse mudado, a definição de Schwartz ainda poderia ser aplicada de certa forma ao Recôncavo de meados do século XIX; a partir de 1860, porém, tornou-se rapidamente um anacronismo".[22]

Uma vez que não restava mais dúvida de que a escravidão acabaria, estava em curso o projeto imperial de transformação do trabalho: a abolição lenta e gradual. Quais foram os efeitos da Lei 2.040 sobre aquele cenário? Como se posicionar diante desse novo quadro? Investir em novas tecnologias? Atrair a população livre para o trabalho da lavoura? Incentivar a imigração estrangeira? Organizar sociedades representativas dos interesses da lavoura? Sabe-se que estas foram questões postas a toda sociedade escravista brasileira. No entanto, aqui nos interessam diretamente as respostas dadas pelos senhores, "os seus comensais", o governo provincial, a gente livre, o escravo, o liberto, enfim, os diversos personagens que compuseram e fizeram os diversos cenários do mundo do açúcar do Recôncavo baiano, ora como atores principais ora coadjuvantes, ora figurantes, ora massa, ora povo. Estava em disputa não somente o fim do trabalho escravo no mundo do açúcar, mas também o fim do próprio mundo do açúcar. Vale dizer que os produtos (café, fumo, cacau) que sucederam o açúcar na liderança da pauta das exportações baianas jamais conseguiram substituir à altura um mundo de tal magnitude.

O exame das fontes primárias (jornais, Anais da Assembléia Provincial, Relatórios de Presidentes da Província) permite qualificar os anos 70 como anos de crise e de oportunidade. O aparente anacronismo, no uso do termo *oportunidade*, é intencional para demarcar bem a natureza multifacetada dessa crise. De um lado, os anos que se seguiram imediatamente à entrada em vigor da Lei do Ventre Livre constituíram um período de conjuntura desfavorável para a agricultura baiana, leia-se a lavoura da cana-de-açúcar. Do outro, observa-se que as conseqüências funestas para a lavoura da cana ocasionadas pela falta de braços não chegaram

[21] Fontes: Bahia,Seplantec-CPE, *A inserção da Bahia na evolução nacional 1ª etapa:1850-1889,* Salvador, 1978,v.1,p.52,p.67; Barickman, *Um contraponto baiano,*pp.56-7.

a se concretizar, permanecendo mais no plano da retórica e da ameaça. Pode–se ir mais longe e afirmar que a retórica da falta de braços se converteu em mais uma excelente moeda de troca dos homens do açúcar do Recôncavo, para alicerçar suas reivindicações junto ao governo provincial e ao governo imperial. É fato que não foi pela ausência de braços para a lavoura que o mundo do açúcar baiano ruiu.

O pronunciamento de Jacome Martins Baggi, membro da Assembléia Provincial da Bahia e representante de um distrito agrícola, durante a sexta sessão ordinária em 7 de março de 1872, expressa bem a natureza multifacetada da crise. O parlamentar apelava aos colegas para que adotassem medidas para melhorar a situação desanimadora da lavoura. Citava a cessação do tráfico de escravos, a grande mortalidade, o tráfico interprovincial para o sul do império como fatores indutores da crise, por provocarem a diminuição do número de braços nos campos. Entretanto, ressaltava que

> Não diminuiu com tudo com os braços a produção que temos mandada ao mercado, este resultado, porém, à primeira vista fenomenal tem fácil explicação na superabundância de braços que antigamente serviam as nossas propriedades, na mudança para o vapor de diversos motores de algumas fábricas, na introdução de aparelhos mais aperfeiçoados, na aplicação, em parte, de instrumentos mais apropriados ao rateio dos campos, e principalmente, sr. Presidente, na maior inteligência que de então para cá tem presidido os trabalhos.[23]

Esta citação aduz questões importantes para repensar o debate acerca da falta de braços, entre elas, reforça-se a tese de que esta pode ser uma falsa questão, vista sob a perspectiva da retórica dos homens do açúcar e não nos termos da transição para o trabalho livre no norte agrário, com o mínimo de inconvenientes, como defende a literatura clássica. Outro elemento elucidativo do debate foi apresentado pelo parlamentar Baggi ao afirmar que o desequilíbrio entre os braços (superabundantes) variava de acordo com a zona da província.

A partir do argumento do parlamentar acerca da introdução de novas tecnologias, outra perspectiva se abre para repensar a transição no Recôncavo açucareiro, não mais analisando-a

---

[22] Barickman, *Um contraponto baiano,* p.85.
[23] BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia Sexta Sessão Ordinária em 7 de Março de 1872.p.82.

apenas sob o aspecto moral da condenação da escravidão e, sim, no sentido estrito da racionalidade econômica capitalista, pois neste caso a intensificação da mão-de-obra tenderia a elevar a produtividade, superando, assim, o debate acerca da incompatibilidade da presença do escravo com o desenvolvimento das técnicas; também poderia implicar numa liberação da mão-de-obra escrava para outras atividades da produção açucareira, sobretudo para o trabalho duro dos canaviais.

Talvez o pronunciamento do parlamentar seja um exagero, uma vez que não houve uma generalização do emprego dessas tecnologias acima citadas, tendo sido muito mais uma exceção do que a tônica em todas as zonas açucareiras do Norte. As freqüentes referências à rotina como um dos grandes males da agricultura baiana, no Recôncavo açucareiro, é um bom exemplo disso. A "racionalidade capitalista" esbarra na mentalidade conservadora dos homens do açúcar. Pelo que se verificou nas décadas que se seguiram, esta mentalidade conseguiu sobreviver a essa racionalidade, mantendo-a presidida por sua lógica. Talvez essa seja a senha para o desvelamento dos outros segredos internos das relações de produção no Recôncavo açucareiro, isto é, para entender as razões para o mundo do açúcar tombar em ruínas.

Afirmou o parlamentar Baggi, consciente sobre os efeitos da Lei do Ventre Livre: "lei que libertou a geração vindoura não pode, Sr. Presidente, deixar de ser precursora da que libertará a geração atual. A abolição da escravidão no Brasil não passa hoje de uma questão de tempo". Apesar de perceber que a extinção da escravidão conduziria a nação ao rol das nações civilizadas, ela marcaria também o início de uma crise para a lavoura. Nesse sentido, era necessário que a abolição viesse acompanhada de leis

> [...] que obriguem ao trabalho do campo os braços que neste trabalho se empregavam; mas essas leis não podem ser tão coercitivas, tão attentatórias da liberdade individual que se oponham à deslocação de braços de uma para outras propriedades, e os obrigue a produzir o que dantes produziam. Assim, Sr. Presidente, estes novos cidadãos criados por essa lei afeitos a toda sorte de privações, desconhecedores do gozo e do conforto, descuidosos do futuro da família, indiferentes mesmo a esse futuro, em dois dias de trabalho ganharão o necessário para subsistirem durante o resto da semana e deixarão

de ser assíduos em cumprir com seus deveres.[24]

Essa preocupação manifesta de manter os ex-escravos nos campos foi recorrente durante o Império e a República. Ainda segundo o parlamentar citado, a falta de disciplina e assiduidade ao trabalho dos libertos levaria à escassez de mão-de-obra, conseqüentemente, à elevação dos salários que, ultrapassando certos limites (não especificados), conduziria à ruína da lavoura, já combalida pelo endividamento, pelo pagamento de juros elevados e prazo curto para pagamento das amortizações. Daí propôs Baggi à Assembléia "habilitá-la [a lavoura] com os capitais precisos, não só para libertá-la de suas onerosas dívidas, como para comprar aparelhos aperfeiçoados que, economisando braços e tempo, dêem maior quantidade de produto". Para tanto, apresenta um projeto para a criação do Banco Rural Hipotecário Provincial, reconhecendo, porém, que a idéia pertence originalmente ao conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, quando Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em linhas gerais, pelo projeto, o governo emprestaria recursos aos proprietários rurais, juros de no máximo de 6% ao ano, prazo de vinte e cinco anos para extinção da dívida e amortização de 4% da dívida primitiva, tendo como garantia as propriedades. No parágrafo quinto, garantia-se que as dívidas contraídas não poderiam ser superiores à metade da avaliação de suas propriedades. E, no parágrafo décimo, previa-se a aplicação em obras de infra-estrutura (estradas e pontes), quando os lucros acumulados se mantivessem acima das necessidades da lavoura.

As conjecturas e as soluções propostas para a lavoura configuram o parlamentar Baggi como um homem liberal, à frente do seu tempo, e acrescentam novos elementos à tese da presença da racionalidade econômica capitalista na transição: não foi por falta de braços que a lavoura da cana mergulhou na crise e, sim, por falta de dinâmica própria (empresarial) para reagir. Em 1876, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos, foi encaminhado ao presidente de província, Luiz Antonio da Silva Nunes, um relatório elaborado pelo inspetor interino Evaristo Ladislao e Silva, contendo uma avaliação sobre o estado da lavoura de cana na província.

[24] ibidem

> Nota-se um definhamento geral, seja pela doença das cannas, que ainda não cessou, seja pelo rebaixamento de preço em razão da concurrencia do fabrico extrangeiro, e á meu ver tende á extinguir-se no todo, porque alem desses males, os proprietários ficaram brevemente sem ter pessoal para o trabalho.
>
> Não o terám nos braços escravos, porque estes se acabam pela exportação, pelo fallecimento e pela libertação; não o teriam nos braços livres, porque estes encontram na fertilidade do paiz, na independência em que hoje vivem todos e de tudo, e na deficiência de Leis, que os obriguem directa ou inderectamente ao trabalho, meio efficaz de se negarem á elle, e quando se prestam é por sinal fabuloso, e ainda assim tanto á vontade, que se não póde tel-os na occasião da maior e indispensável urgente precisão!
>
> E' verdade, que se pode descobrir na mudança da lavoura, que se irá desenvolvendo, e tão bem na pequena lavoura um remédio para o mal, porem uma e outra carece igualmente de braços, e se não faz sem trabalho e sem tempo.
>
> Offerencendo á consideração de V.Ex. estas causas de definhamento da lavoura como conducentes de diminuição da renda, deixei incluída nellas, a necessidade de removel-as mediante o emprego de meios, que despertem o amor ao trabalho, e obriguem á elle pela dependencia ou por outros quaesquer caminhos indirectos: *não temos falta de gente pelos nossos mattos para cultivar nossas terras, precisamos só de fazer, que saiam da ociosidade.*[25]

No relato acima, é possível identificar a multicausalidade da crise bem como elementos que consubstanciam as minhas dúvidas acerca da autenticidade da falta de braços. Além disso, o inspetor afirma que se faz necessário encontrar os meios que pusessem esses braços à disposição da lavoura. Então, o problema não era de ordem quantitativa e sim de ordem qualitativa, ou seja, era a economia açucareira, o baronato do açúcar, que não reunia, naquele momento, todas as condições necessárias e suficientes que possibilitariam a subsunção real daqueles braços ociosos ou de manutenção dos braços escravos existentes. Por isso, insisto que o argumento da falta de braços foi mais retórico do que um perigo iminente e real. Isso não significa desconsiderar os numerosos casos de libertos que apresentaram algum tipo de resistência ao trabalho duro dos canaviais, ou buscaram outras formas de sobrevivência. Entretanto, essa não foi a tônica no Recôncavo açucareiro baiano, nem antes nem depois da abolição, apesar das "imagens" de terra arrasada (não por falta de braços) apresentadas nos relatórios sobre a situação da lavoura no pós-abolição. Por sua vez, isso não significa dizer que não houve problema com a mão-de-obra, ou melhor, que a transição ocorreu com o

[25] Documentos anexos ao relatório do presidente de província Luiz Antonio da Silva Nunes, abriu a Assembléia Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876. Bahia, Typ. Do Correio da Bahia, 1876, www.crl-jukebox.uchicago.Edu/bsd/bsd/150/index.html,A-9,A-10, Acessado em 08 nov.2000.

mínimo de inconvenientes, bastando ver os esforços envidados pelo governo provincial e depois pelo governo federado para atrair a corrente imigratória estrangeira para a Bahia.

É importante salientar que a questão dos braços não pode ser vista apenas sob a perspectiva imigracionista, visto o grau de complexidade do processo de transição para o trabalho livre no país. Além do que, atribuir ao binômio falta de braços/imigração européia uma relação de causa e efeito limita a apreensão dessa complexidade, uma vez que se torna imperceptível a centralidade da dimensão racial , isto é, a procura por imigrantes europeus objetivava mais do que constituir um exército industrial de reserva, já que havia o interesse de promover uma mudança na composição étnica da força de trabalho.[26]

O aspecto multifacetado da crise é mais uma vez evidenciado, desta feita no discurso do deputado Miguel Calmon, um defensor dos interesses agrícolas na Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, no ano de 1873. Sobre a crise, afirma o deputado: "O nosso comércio acha-se em completa paralisação, a nossa agricultura definha debaixo do peso de grandes dívidas e da falta de capitais, que só lhe são oferecidos com ônus tão pesados, que acarretariam a ruína daqueles que aceitassem."[27] É possível identificar no discurso a disputa entre as frações do capital, de um lado, o capital comercial/bancário, e, do outro, o capital agrário, revelando assim traços de uma típica crise capitalista.

> Não é só porem das instituições de bancos que nós necessitamos; a assembléia sabe que o governo decretou a criação de diversos bancos nas províncias; a lavoura tem pedido a esses estabelecimentos seus capitais, e é precisamente para pagar estes capitais que ela se acha em grandes dificuldades. [...] É hoje geralmente sabido que a média do trabalho agrícola só produz 6% líquidos, e o lavrador que tem 6% líquidos não pode pagar aos estabelecimentos o juro de 12% e fazer amortizações.[28]

Como saída para a crise, propôs-se o capital barato, que poderia ser conseguido através da fundação de sociedades de crédito rural e com prazo de amortização compatível com as

[26] Ver a titulo de exemplo os trabalhos de Skidmore, *Preto no branco,*pp.154-62; Abdias Nascimento, *O Brasil na mira do pan-africanismo,* Salvador, EDUFBA/CEAO,2002, cap.V; Cleber da Silva Maciel, *Discriminações raciais - negros em Campinas(1888-1926)*, Campinas,CMU/Unicamp,1997,cap.1; Andrews, *Negros e brancos,* cap.3.

[27] BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial, Décima Primeira Sessão Preparatória em 12 de março de 1873.

condições da lavoura. O deputado Miguel Calmon considerava que a descapitalização da lavoura criaria dificuldades para operar a transição para o trabalho livre na província.

> Depois cumpre aquilatar que a lavoura vai passar pela grande crise da transformação do trabalho. Como poderá realizar essa transformação e adquirir braços livres em vez do braço escravo que hoje trabalha, tendo grandes dívidas e não tendo capitais para poder fazer essa transformação.[29]

Outras discussões se seguiram ao longo da década de setenta do século XIX, inclusive com a criação de comissões, em torno dos destinos da lavoura. Diante da impossibilidade de registro neste espaço de todas as discussões suscitadas, uma delas é destacada porque interessa de perto aos objetivos deste estudo: "Os auxílios à lavoura", como o próprio nome revela, foram um conjunto de medidas revitalizadoras da agricultura nacional, em particular do Norte, encaminhadas a partir dos relatórios das comissões nomeadas pelos governos provinciais em cumprimento ao aviso circular de 18 de outubro de 1873 do Ministério da Fazenda. Particularmente, interessa os resultados da comissão nomeada em 27 de outubro de 1873, pelo presidente da província da Bahia, para investigar a situação da grande e pequena lavoura na província. [30]

Esta comissão era composta de figuras proeminentes da sociedade baiana, ligadas aos interesses da lavoura açucareira e ao grande capital comercial e bancário. Eram eles o Barão de Cotegipe (presidente), Manoel Joaquim Alves (secretário), Gonçalo Alves Guimarães, Antônio de Lacerda, Francisco de Sampaio Vianna, José Lopes da Silva Cirne, Joaquim Elizeo Pereira Marinho.

Um resumo dos trabalhos da comissão foi enviado ao presidente da província da Bahia, Comendador Antônio Candido Cruz Machado, em 17 de abril de 1874.

> Os trabalhos da comissão estão um tanto resumidos e foram limitados a 24 dos 72 municipios que tem a provincia; nem podia deixar de assim acontecer pelo pouco tempo que decorreu de sua nomeação, e pelas difficuldades com

---

[28] ibidem
[29] ibidem.
[30] Ver também Evaldo Cabral Mello. *O norte agrário e o Império(1871-1889)*, Rio de Janeiro,TOPBOOKS, 1999, cap. "o norte agrário e os 'os auxílios à lavoura' " .

> que teve de lutar para a execução de um serviço, que pela primeira vez se tenta fazer, e contra qual se levantava, não só a repugnância natural das nossas populações, principalmente a dos campos, para certas informações; mas também a deficiências das nossas estatísticas, objecto assas importante, e a que não se tem applicado a conveniente attencão. Creio muito superior ao que está indicado, o numero dos estabelecimentos ruraes e a comissão não considera perfeitamente exactos os dados estatísticos a tal respeito. E' para lamentar que se não saiba o seu numero, a espécie dos motores que empregam, o numero de braços de que se servem e a extensão do terreno cultivado. Só assim se poderia formar uma idéia exacta do estado da grande e pequena lavoura, comprehendendo a canna de assucar, o algodão, o café, o cacao, o fumo e outros generos de consumo e de exportação.
>
> A commisão, quanto à industria assucareira nos 19 municipios, que ella comprehende no inquérito, e nos quaes contam-se os mais productores para a exportação, calcula em actividade 892 engenhos, sendo 300, pelo menos, movidos a vapor, incluídas as pequenas fabricas; e em 200.000:000$000 o valor da propriedade rural, dos quaes um terço pertence a essa industria.
>
> A má divisão das terras, segundo as antigas concessões de sesmarias, é um dos maiores obstáculos ao progresso da população agrícola, principalmente nos municípios próximos à capital, e, portanto, ao desenvolvimento da lavoura em seus variados ramos.[31]

Em seus aspectos preliminares, o relatório é claro quanto às dificuldades enfrentadas para a coleta das informações referentes ao estado da lavoura na província da Bahia, precariedade dos dados estatísticos, ignorância da população para fornecer os dados, embora, recentemente, tivesse sido efetuado um recenseamento da população (1871). Observa-se que o foco do relatório era a zona açucareira, apesar da menção a outras culturas agrícolas. Esta era a tônica que nos revela Evaldo Cabral de Mello:

> [...] a noção de 'auxílios à lavoura' excluía flagrantemente os setores não-dominantes da economia brasileira, isto é, os setores não diretamente vinculados à exportação. Em primeiro lugar, ela eliminava, *ipso facto,* as atividades rurais como pecuária (só parcialmente ligada ao mercado internacional através do comercio de couros), o que redundava em discriminação contra importantes setores de certas províncias, quando não na exclusão daquelas províncias em que o subsetor pastoril era o dominante ou até o único: no norte, o caso Piauí. (...) Daí o desinteresse, quando não a hostilidade, dos representantes de algumas províncias do norte vis-à-vis de medidas reputadas como exclusivamente vantajosas para as províncias açucareira.[32]

Essa concentração sobre o açúcar joga mais luz sobre a conjuntura da época e possibilita

[31] AEL,Coleção Peter Eisenberg, microfilme (Milet- informação sobre o estado da lavoura), Antonio Candido da Cruz Machado, Officio da Presidência da Província, abril de 1874, p.3.

entender mais finamente os reais desafios dessa lavoura e do mundo criado em torno dela. Nesse sentido, a análise de outros trechos do relatório final endereçado ao Ministro e Secretário dos Negócios da Fazenda e intercalada pelo parecer original da Comissão Central será bastante reveladora, pois nele o presidente da província da Bahia, Antônio Candido da Cruz Machado, teceu comentários e fez adendos aos resultados apresentados pela comissão encarregada.

A comissão central, como fora denominada, diante da exigüidade do tempo e do tamanho da tarefa, distribuiu o trabalho em sub-comissões dentre os seus membros, que apresentaram pareceres sobre as seguintes questões:

> 1º Sobre a taxa de juros dos empréstimos ao commercio e lavoura: condições com que são feitos; e o montante da dívida da lavoura nos estabelecimentos de crédito, quer por hypothecas, quer por letras de responsabilidade directa ou indirecta.
>
> 2º Probabilidade de creação de estabelecimentos de crédito, que auxiliem a lavoura: com que condições e favores.
>
> 3º Estado da grande e pequena lavoura: causas de sua prosperidade ou decadência.
>
> 4º Influencia dos impostos geraes, provinciaes e municipaes - sobre as diversas industrias exploradas na provincia.
>
> 5º Quantidade e qualidade de todos os gêneros de produção da provincia, recolhidos ás casas de arrecadação, e dos que foram exportados, com seus valores officiaes.
>
> 6º Preço corrente dos gêneros, seu aumento e diminuição, e porque causa.
>
> Os respectivos pareceres precedem ao presente, com excepção dos de n.5º e 6º , que foram refundidos. Prescinde a comissão de apreciar os que versam sobre os impostos e a divida da lavoura (1º e 4º), por nada ter que addicionar-lhes, para occupar-se com os de n. 2º e 3º pela sua connexão.[33]

Sobre a terra, as propriedades

O relatório assinalou a queda e o baixo valor das terras, mesmo nas zonas

> [...] apropriadas á cultura da canna nas comarcas da Capital, Nazareth, Santo Amaro, Cachoeira e Inhambupe, oscilam de 20$000 á 60$000 por tarefa (um

[32] Mello, *O norte agrário,* pp.101-2.
[33] AEL, Coleção Peter Eisenberg, microfilme (Milet- informação sobre o estado da lavoura), Parecer da Commissão Central, 17 de Abril de 1874,VI, p.41.

> quadrado de 30 braços por face. Algumas épocas anteriores alcançaram até 100$000. Nas demais comarcas e para outras culturas o preço é de ordinário englobado, sem designação da quantidade por tarefas.[34]

A concentração de terras, atribuída às sesmarias e ao direito de posse, era considerada pelos pareceristas como um dos obstáculos a serem enfrentados pela agricultura, posto que impedia o progresso da população agrícola. A solução proposta pela comissão foi a aplicação do imposto territorial, alertando o Presidente da província para a necessidade de uma lei que regulasse as relações no campo entre os rendeiros, foreiros, agregados e os proprietários de terras, garantindo-lhes igualdade de direitos e deveres, a fim de evitar os abusos (despejos, descumprimento de contratos) de ambas as partes. Para ele, essa lei evitaria o êxodo para outras atividades e outros municípios ao fixar a população "onde convem que se concentre para a pequena lavoura e para offerecer braços livres por contratos de parceria ou por salario para a grande lavoura, mormente de canna [...] á medida que lhe vão faltando os braços escravos, ora reduzidos a 173.639 em toda província".[35]

Os pareceristas e o Presidente de província caracterizaram os campos baianos como imersos num estado de anomia. Ao contrário do que eles pensavam, os campos baianos não precisavam de uma nova lei e, sim, de que fossem removidas as dificuldades que obstaculizavam a aplicabilidade da lei em vigor, a Lei de Terras. Na verdade, eram justamente essas dificuldades que produziam na prática esse estado de anomia, afinal de contas, já havia se passado quase 25 anos desde a sua promulgação, em 18 de setembro de 1850, tempo mais que suficiente para a lei "pegar".[36]

Por que havia tanta dificuldade para se aplicar a Lei de Terras? Tal Lei não resultou de um consenso entre o governo imperial e as oligarquias regionais de modo a garantir uma transição

[34] ibidem,p.42.
[35] AEL, Coleção Peter Eisenberg, microfilme (Milet- informação sobre o estado da lavoura),Antonio Candido da Cruz Machado, Officio da Presidência da Província, abril de 1874, p.4.
[36] Em síntese, dispõe "sobre as terras devolutas no Império, e ácerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legaes, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejão ellas cedidas a titulo oneroso assim para emprezas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionaes, e de estrangeiros, autorisado o Governo a promover a colonisação estrangeira". Ver Amâncio José de Souza Netto&Lafayette Pondé, *Terras Devolutas,* Ed. Mensageiro da Fé, 1974. pp.97-123.

gradual para o trabalho livre com o mínimo de inconvenientes?

Lígia Osório Silva, em seu estudo sobre os efeitos da Lei de Terras, nos fornece elementos elucidativos dos porquês dessas dificuldades. Ela parte inicialmente do pressuposto de que, para o entendimento da dinâmica da sociedade brasileira, a compreensão das relações entre os proprietários de terras e o Estado é um dos aspectos fundamentais. Tendo como centro da análise essa Lei, demonstra como ocorreu o processo de formação da propriedade privada das terras no Brasil. Considerava que a lei estava diretamente relacionada com duas ordens de fatores: primeiro, deveria ser elemento fundamental na estratégia de transição gradual do trabalho escravo para o trabalho livre, iniciado com a Lei Eusébio de Queiroz, contudo enfatiza a dinâmica própria da regulamentação das terras (portanto, seria um equívoco apreendê-la apenas como um efeito da cessação do tráfico negreiro); segundo, a garantia ao Estado imperial do controle ativo sobre as terras devolutas, que, até então, vinha sendo passado ao domínio privado de forma livre e desordenada.

> Em tese, a necessidade da regulamentação da propriedade da terra era do interesse de todos os proprietários de terras. Entretanto, o tipo de agricultura predatória e extensiva que se praticava conflitava na prática com essa necessidade. Enquanto fosse possível a incorporação não problemática de novas terras por meio da posse e do trabalho escravo (que mantinha a mão-de-obra cativa), essa mobilidade característica da nossa agricultura podia continuar existindo. Naturalmente, o problema da necessidade da regulamentação não foi sentido por todos os proprietários de terras das diferentes regiões, nem da mesma maneira, nem ao mesmo tempo. [37]

As dificuldades de aplicabilidade da Lei de Terras resultaram em grande medida das contradições (consensos e dissensos) entre os interesses privados, em particular dos setores agro-exportadores, e o governo imperial e, posteriormente, o governo republicano.

> Uma copiosa legislação auxiliar – três leis, dois regulamentos, oito decretos, e mais de cem avisos – não foi suficiente para que o objetivo inicial do projeto se tornasse realidade. Em grande parte a fraqueza do sistema decorria da determinação de demarcar as terras devolutas após as terras particulares. A recusa dos posseiros a demarcar suas terras e legalizar seus títulos, impediu a implementação do projeto imperial de colonização com a pequena propriedade.[38]

[37] Ligia Osório Silva, *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850.* Campinas, Ed.Unicamp,1996.p.91
[38] ibidem,p.335.

Com base no exposto, pode-se inferir que as dificuldades para a aplicabilidade da Lei de Terras eram generalizadas, portanto o parecer sobre a situação das terras no Recôncavo encaixava-se, e bem, neste cenário. Lígia Silva assinala que "a permanência da 'fronteira aberta' contribuiu, provavelmente, para a acomodação relativa da situação social no campo".[39] No Recôncavo, o estado de letargia em que se encontrava a lavoura açucareira pode ter contribuído ainda mais para o arrefecimento dos conflitos de terra na região. Na Bahia, a regulamentação das terras devolutas somente ocorreu seis anos após a promulgação da constituição estadual, através da Lei nº 198 de 21 de agosto de 1897; mesmo assim sofreu várias prorrogações entre 1899 e até, pelo menos, 1921.[40] Não obstante (durante o período da ditadura Vargas, através do interventor federal na Bahia, foi promulgado o Decreto-Lei nº 633 de 5 de novembro de 1945), dispõe sobre as terras devolutas do Estado, sua discriminação e condições de venda, legitimação de posse e reconhecimento do domínio particular.[41]

Vale assinalar ainda a preocupação com o valor diminuto da terra e a redução progressiva da mão-de-obra escrava e as possíveis dificuldades para substituí-la. Essas questões, embora preocupantes, não representavam a essência dos problemas do complexo açucareiro. A maior dificuldade dos senhores de engenhos do Recôncavo e, provavelmente, das demais províncias açucareiras do norte, residia na incapacidade tornada crônica da lavoura açucareira para conseguir se capitalizar. Insisto que a falta de braços era um dos problemas, mas não o problema central como desejavam fazer crer os senhores de engenhos. A força dos argumentos advém da hipótese de que, uma vez resolvido o problema de capitalização da lavoura de cana, aumentar-se-iam as possibilidades de se acelerar o processo de modernização, facilitando, assim, a transformação do trabalho.[42]

É importante dizer que a modernização não ocorreria de forma automática. O processo de modernização dentro do mundo do açúcar, em particular do Recôncavo baiano, envolve uma

[39] ibidem,p.337.
[40]ibidem,p.255. Ver também Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira. *Recôncavo Sul:Terra, Homens, Economia e Poder no século XIX*. UFBA,(Dissertação Mestrado) 2000.
[41] Ver Amâncio José de Souza Netto, Lafaytte Ponde. *Terras Devolutas.* Salvador, Editora Mensageiro da Fé, 1974, pp131-7 e 189 (leis baianas sobre terras devolutas - 1897 a 1974).
[42] "A questão da mão-de-obra foi resolvida sem a demarcação das terras devolutas. Nos últimos anos do Império impôs-se, nesta matéria, o ponto de vista dos cafeicultores de São Paulo, no sentido da constituição de um amplo contingente de trabalhadores livres, por meio de imigração subsidiada". Lígia Silva, *Terras devolutas,*p.335.

complexidade que vai além da relação de substituição técnica da mão-de-obra (máquinas, equipamentos, novos métodos de fabrico do açúcar, engenhos centrais). Compreende a relação social entre os sujeitos da escravidão ou da transição, considerando não somente as condições objetivas do processo, mas também a interação com as subjetividades da transição - o plano das mentalidades. Um dos elementos emblemáticos disso foram as constantes discussões sobre como vencer a rotina a que estavam submetidos os barões do mundo do açúcar e outros baianos homens do campo.

Sobre a rotina

O presidente da província, Antônio Machado, considerava imprescindível, antes de tudo, vencer a rotina que grassava os campos da província da Bahia, em 1874:

> Não se póde esperar regeneração para a lavoura, sem dar-lhe instrucção theorica e pratica; sem preparar chefes para os estabelecimentos ruraes; administradores e prepostos devidamente habilitados com os conhecimentos especiaes para bem dirigil-os; sem preparar operários que estejam habilitados no manejo das machinas e instrumentos agrícolas, e conheçam praticamente a sua qualidade e applicação, sua utilidade e vantagens. Quaesquer que sejam os favores concedidos à lavoura, entendo que pouco alcançariam pela deficiência de luzes para apreciar o seu verdadeiro estado e compenetrar-se, como já disse em meu relatório a Assemblea provincial , da utilidades das reformas tantas vezes apontadas, o que interessam, não só o methodo do trabalho, como o principio cardeal das explorações.[43]

A afirmação denota que havia uma incompreensão acerca dos limites reais a serem transpostos pela lavoura. O presidente da província põe a discussão em outros termos, deslocando dos seus aspectos conjunturais (falta de capitais) para os aspectos estruturais (a ausência da racionalidade, do espírito inovador "capitalista").

Prossegue dizendo:

> Em geral preparam-se os terrenos, plantam-se, fazem-se as limpas e depois a colheita pelo mesmo modo, com pequena diferença, que ha 100 ou 150

[43] ibidem.

> annos passados.
>
> Há excepções, porém são poucas, de proprietários, que se arriscam a innovações; quasi todos fogem dellas, sem fé nos resultados, pelos sacrifícios pecuniários que exige a sua acquisição, e pelas difficuldades com que tem de lutar para conserval-as e para não achar nellas a ruína que procuravam evitar.
>
> Sem esta instrucção, por muito activo e assíduo que seja o lavrador, atem-se á rotina, e, não confiando em si nem nos melhoramentos que deve empregar, não se pode também inspirar confiança para se aproveitar de alguns desses favores, como seja o crédito rural.[44]

Para o estudo em questão, interessa saber quais foram as respostas dadas pelo Recôncavo Açucareiro, em particular pelos senhores de engenhos, a essa situação cada dia mais adversa. As respostas foram diversificadas: a modernização com incorporação dos elementos da nova racionalidade; resistência ao "canto das sereias" da modernização, mantendo-se firme às suas práticas rotineiras; resistência parcial à modernização - adotando um caminho próprio de reação que incorpora parcialmente os elementos da modernização, ou seja, uma estratégia que pode ser denominada de racionalidade capitalista "adocicada pelo açúcar" dos senhores de engenhos, que pelos resultados conhecidos não evitaram a decadência da região.

Sobre os efeitos da Lei de 28 de setembro de 1871

A comissão central apontou a ação da Lei do Ventre Livre como uma das principais causas que influíram de forma permanente, para a decadência da lavoura açucareira porque provocou, progressivamente, a escassez dos braços:

> Duas causas principaes influem permanentemente para o depericimento de tão antiga e importante cultura, que entra por mais 1/3 no valor de nossa exportação:
>
> 1º A concurrencia de outros centros productores, protegida por direitos differenciaes em alguns Estados que cultivam a beterraba;
>
> 2º A ação lenta, mas constante, infalível da Lei de 28 de setembro de 1871 sobre a escravatura;
>
> Combater ou diminuir os effeitos destas duas causas, que, se forem deixadas

[44] Ibidem.

> desempedidas, bastarão por si só para o aniquilamento desta indústria, é o problema a resolver-se.
>
> Sem que a commissão pretenda de modo algum acoimar os fins moraes e políticos da Lei de 28 de Setembro, é indubitável que a sua promulgação acarretou um depreciamento geral em todas as industrias, cuja exploração demanda escravos, e da canna resentiu-se mais do que nenhuma outra.[45]

Contraditoriamente, a comissão estava ciente que os problemas da lavoura da cana eram anteriores à Lei de 28 de setembro de 1871, como demonstra o trecho a seguir:

> Assim é que commetteria grave erro, quem não attentasse para o estado da cultura de canna, antes mesmo da crise actual. De annos a esta parte da exportação constante de braços escravos para as províncias do sul denotava um symptoma de soffrimento, que vai-se aggravando. Em vinte annos(de 1853 a 1873) foram despachados para fora da provincia 18.012 escravos, dos quaes pagaram imposto de sahida 13.506 na importância de 1.921:360$. Contando-se os passados por contrabando, e os que sahiram em companhia de seus senhores, o numero não é inferior a 24.000, a maior parte tirada dos trabalhos agrícolas.[46]

Em outro parecer, os membros da comissão – comendador Francisco de Sampaio Vianna e o negociante Antônio Lacerda – relataram a dificuldade em empregar a mão-de-obra livre na grande lavoura devido à sua irregularidade: "satisfazem suas mais urgentes necessidades com o producto de um ou dous dias de salário, e gastam a maior parte do tempo na pesca e na caça"[47]. Ainda houve referência à situação do pequeno lavrador que sofria com a baixa rentabilidade das culturas e com o recrutamento.

Os pareceristas consideraram que as maiores dificuldades estavam em encontrar braços para a grande lavoura devido, entre outras causas, à falta de educação e à resistência dos homens livres em trabalhar ao lado dos escravos. Como solução, sugeriram a organização de colônias agrícolas nacionais com regime apropriado, ensino, polícia e a catequese dos índios em maior escala e mais racional voltada para o trabalho agrícola.

[45] AEL,Coleção Peter Eisenberg, microfilme (Milet- informação sobre o estado da lavoura), Parecer da Commissão Central, 17 de Abril de 1874,VI,p.45.
[46] ibidem,p.45.

Já o presidente da província Antônio Machado contrapôs com o seguinte argumento:

> Nota-se também no inquérito o pedido geral de colonisação para supprir o déficit crescente dos braços escravos e aproveitar a uberdade dos terrenos nacionaes. Não creio que haja, por ora, nas propriedades agrícolas em actividade falta de braços para o trabalho, o que nella subsiste é deficiencia de organização regular e consideráveis desperdícios de tempo e de capitaes. O total da produção desses estabelecimentos está aquém da força empregada; emquanto não fornecerem os agentes do trabalho todos os recursos de que são susceptíveis, há manifesto desequilíbrio, que se aggravaria cada vez mais á medida que fossem os trabalhadores mais numerosos.
>
> [...] Se actualmente custa ao proprietario manter a escravatura existente, como lhe será possível satisfazer as naturaes exigencias do colono, estranho ao clima e a alimentação local?[48]

Ele rejeitou a imigração asiática por falta de garantias da grande lavoura. Como forma de diminuir o ônus das propriedades, acatou a sugestão da comissão para instituição de um imposto territorial com o objetivo de evitar a conservação de terras improdutivas. Atentou para o caráter redistributivo a favor da população livre habitante dos campos na condição de agregados, sujeita aos desmandos dos proprietários.

> Com essa medida de imposto territorial deveria ser traçado um verdadeiro código para regular as relações entre o senhorio e os seus aggregados, chamando estes para auxiliar os trabalhos daquelle, mediante remuneração eqüitativa, e dando-lhes ao mesmo tempo as garantias de estabilidade que hoje não têm, sujeitos como se acham ao bel-prazer do senhorio, que da noite para o dia lhes dão mandato de despejo forçado, não poucas vezes sem indenização do trabalho feito.[49]

Os trechos citados anteriormente consubstanciam a proposição de que os argumentos acerca do vazio de braços dos campos baianos eram parte da retórica dos grandes proprietários de terras desejosos de recapitalizar a lavoura.[50] Ao longo da segunda metade do século XIX, em

---

[47] AEL, Coleção Peter Eisenberg, microfilme (Milet- informação sobre o estado da lavoura), Trabalho da comissão . Parecer do Commendador Francisco de Sampaio Vianna e do negociante Antônio de Lacerda, membros da commissão sobre a lavoura em 13 de janeiro de 1874,II, p.12.

[48]AEL, Coleção Peter Eisenberg, microfilme (Milet- informação sobre o estado da lavoura),Antonio Candido da Cruz Machado, Officio da Presidência da Província, abril de 1874, p.8.

[49] ibidem.

[50] A conclusão semelhante chegou Henrique Lyra ao analisar os problemas de ocupação da mão-de-obra na segunda metade do século XIX. O fato de a província da Bahia não só exportar braços para o Sul, como também procurar meios, através dos núcleos coloniais nacionais, para estabelecer a sua população rural excedente que vagava pelos campos, "pode-se dizer que a 'crise' que realmente existia na época era muito mais de liberação do que falta de mão-de-obra". Acrescento que essa "crise" de liberação foi resultante da falta das condições

particular a partir da década de 70, foram recorrentes os reclames por parte do baronato do açúcar e seus representantes acerca da "falta de braços", mas braços para trabalhar onde? Na economia açucareira descapitalizada? No estado em que se encontrava a lavoura, era pouco provável. Por outro lado, observa-se por parte dos representantes da economia açucareira uma dubiedade no diagnóstico da crise: ora era a falta de braços que depauperava a lavoura, ora era o estado da lavoura que ocasionava a escassez da mão-de-obra.[51] Os reclames em relação à falta de braços vão se tornando mais intensos à medida que eram mais visíveis os sinais do final da escravidão. A retórica vai sendo utilizada como uma espécie de "moeda de troca" para garantir a recapitalização da já cambaleante economia açucareira. Essa hipótese se confirma através das críticas à abolição sem indenização proferida pelos senhores de engenhos e seus representantes. Um bom exemplo dessa retórica ocorreu em 1891, quando um dos representantes da economia açucareira na comissão que discutia a situação da lavoura baiana comparou, dentre outras metáforas, a falta de braços a uma terrível "hydra" a devorar os campos baianos.

Ainda sobre os efeitos da Lei de 28 de setembro, o presidente Antônio Machado assumiu uma posição francamente desfavorável ao parecer da comissão:

> Não penso com a comissão que as duas causas *que influem para o deperecimento da cultura da cana sejam a concurrencia de outros produtores protegidos por leis especiaes, e a ação lenta da Lei 28 de Setembro de 1871.*
>
> Nem uma nem outra influem para o resultado considerado sob pena de subversão completa dos princípios econômicos .
>
> [...] Não são os direitos protectores, mas o progresso constante e agigantado

---

necessárias e suficientes, entre elas a descapitalização, da economia açucareira para subsumir de forma real e formal aquela mão-de-obra. Henrique Jorge Buckingham Lyra, *Colonos e colônias – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XX,* UFBa, (dissertação de mestrado), 1982,p.53.

[51] "Cabe aqui dizer-vos que perdura a falta de braços uma das incontestáveis do estado de definhamento em que se acha a lavoura do Paiz, e especialmente a Bahia, que há annos e em conseqüência da epidemia do cholera tão grande desfalque soffrêo. E essa falta crescente conseqüência mesmo do misero estado em que se acha a lavoura e da crise que atravessa. Baldos de recursos que solvão os seus débitos, vêem-se os lavradores obrigados á triste necessidade de se desfazerem de seus instrumentos de trabalho, tornando-se assim cada vez mais precária a sorte que os aguarda." Relatório de Luiz Antonio da Silva Nunes, presidente da província , abriu a Assembléia Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876. Bahia, Typ. Do Correio da Bahia, 1876, www.crl-jukebox.uchicago.Edu/bsd/bsd/150/index.html, p.106, Acessado em 08 nov.2000.

> que vai se operando na industria peculiar, as causas do movimento ascendente do assucar da beterraba; [...] onde o assucar existia na proporção de 3% ao Maximo, em uma raiz tuberculosa, de grande formato, com 12% e mais de assucar cristalisado.
>
> Entre nós a canna que tinha 16 a 18% veio a ter 10% e não poucas vezes menos, segundo as indicações areometricas.
>
> **A Lei de 28 de Setembro não pode produzir ainda os effeitos nocivos que acusa a comissão.** Lei muito moderna que tem de produzir o resultado proposto só dentro de 12 ou 15 annos, como póde ella influir, já não digo sobre a colheita futura, mas sobre as duas colheitas passadas depois da sua promulgação? E por ventura seria ella uma novidade no fundo? Se a forma podia ser variável, segundo a maneira de pensar de vários grupos políticos, nenhum d'entre estes combatia a sua essência, nem no paiz se duvidou jamais da necessidade de resolver a crise que dependia della.
>
> **A considerável exportação de braços, apontada pela comissão, não menos de *24 mil dentro de 20 annos,* indica claramente que desde essa época subsistia o vicio que desalentava a lavoura e lhe sugava a própria seiva, sem que nesse longo tirocínio de adversidade fosse tomada providencia alguma para remover os males occasionaes.[52] (meus grifos).**

Não é de se estranhar, na seqüência, a crítica por ele formulada ao final do documento encaminhado ao Ministro dos Negócios da Fazenda, acerca da precariedade das informações apresentadas pela comissão sobre as culturas do fumo, café e algodão, quando comparadas às informações sobre a cana-de-açúcar. A situação agrícola da província exigia soluções múltiplas, mas o fundamental era concentrar os esforços na instrução especial dos cultivadores. Era contrário a uma generalização do ensino prático meramente imitativo dos modelos existentes, principalmente o modelo inglês, pois os seus defensores "desconhecem a verdade da situação do paíz, e ignoram o que se passa realmente nos centros apontados [centros mais desenvolvidos]." Conclui o presidente que somente "uma prévia educação, ilustrada, enérgica para a realização das medidas complementares, reclamadas pela revolução dos tempos e dos costumes [...] qualquer tentativa fora de semelhante programma, calamitosa para os interessados e excessivamente onerosa aos cofres publicos".[53]

Os pontos divergentes representam, prudentemente, as resistências dos senhores de engenho à política da escravidão, bem como indícios de um projeto alternativo de modernização da lavoura. Muito embora não fosse possível avaliar, através da várias passagens do documento,

[52] ibidem,p.9 (grifo nosso)
[53] ibidem.

claramente em nome de quais interesses falava o presidente, em suas proposições pode-se perceber a influência do liberalismo econômico. Inclusive, ele é cético em relação à eficácia do sistema protecionista (redução de impostos e tratados comerciais), proposto pela comissão e favorável à maior autonomia dos municípios. Não é demais supor que o presidente possa ter sido porta-voz dos setores da sociedade baiana identificados com um projeto propendente à modernização da lavoura através da introdução dos elementos da racionalidade capitalista e uma maior diversificação da pauta das exportações da província da Bahia.

A dívida da Lavoura, falta de capitais, a criação de bancos de crédito rural

A dívida da lavoura foi outro quesito abordado pela comissão, baseada em parecer do presidente do Banco da Bahia, Gonçalo Alves Guimarães. O presidente da província da Bahia não apresentou um comentário direto ao quesito, mas afirmou: "Em geral, os diversos pareceres de inquérito compõem-se dos mesmos clamores, sob diversos tons, havendo aqui ou alli alguma idéia aproveitável, porém insufficientemente estudada e exposta".[54]

Segundo o presidente do Banco da Bahia, Gonçalo Alves Guimarães, a dívida da lavoura foi estimada em 5.949:167$343 réis em letras de firmas. O próprio Banco da Bahia era o principal credor individual com cerca de 23% da dívida de responsabilidade direta e indireta. Outras instituições de crédito eram também credoras: New London & Brazilian Bank, Banco Mercantil, Caixa Hypothecaria, Caixa Econômica, Sociedade de Comércio. Das dívidas por hipoteca, apenas o Banco da Bahia, a Sociedade Commercio, e a Caixa Hypothecaria eram detentores do valor estimado de 926:780$000. As taxas de juros variavam entre 9% a 12% ao ano; para as hipotecas e letras de concordata, variavam de 4,6 e 8%. Em geral, buscava-se a maior amortização possível, diferentemente da lavoura, que pagava uma amortização bem menor em relação ao montante devido.

Um complicador dessa dívida estava no fato de que a maior parte dela encontrava-se nas mãos de particulares, segundo o presidente do Banco da Bahia estimada em torno de 10 mil contos

de réis.

> [...] por quanto, nos estabelecimentos de credito, somente transigem firmas de lavradores, que encontram abonos de pessoas residentes na capital, condição essencial da transação, conforme os estatutos de todos os estabelecimentos; mas os que não podem obter firmas na capital, limitam-se ás relações com seus correspondentes, ou a obter dinheiro de um ou outro capitalista do interior, que muitas vezes lhes impõe juros verdadeiros onzeneiros. Esses lavradores, portanto, só figuram nos Bancos como devedores indirectos, isto é, como passadores ou aceitantes de letras a favor de commerciantes, que as descontam algumas vezes nos estabelecimentos. Póde-se calcular, sem receio de erro, que pelo menos a <<dez mil contos>> chega a quantia que aos particulares deve a lavoura desta provincia. No geral, a taxa dos juros é de 12% ao anno, variando, porém, a reforma dos títulos, que, conforme as praticas seguidas em cada casa commercial, dá-se no fim de cada safra, ou na época do vencimento de cada letra.[55]

O trecho transcrito reflete bem o nível do desenvolvimento das relações financeiras na província da Bahia, bem como o desenvolvimento capitalista brasileiro, uma vez que esta prática deveria ser comum em outras praças, embora mais comum nas províncias do norte. Com efeito, a escassez de capitais era relativa na praça da Bahia. Na verdade, havia capitais, muitos oriundos do tráfico de escravos, em busca de novas oportunidades de negócios, mas não eram baratos, devido, entre outros fatores, à instabilidade do mercado internacional e às dificuldades de reação da lavoura açucareira. Daí as reivindicações dos comerciantes, lavradores, até dos banqueiros, girarem em torno de capitais baratos, bancos de crédito rural, medidas reformadoras do sistema hipotecário como formas de soerguimento da grande lavoura. A reivindicação para a fundação do banco rural hipotecário provincial já havia sido proposta na assembléia provincial, através do projeto do deputado Jacome Martins Baggi, em 5 de março de 1872. Esse tema, inclusive com algumas tentativas de implementação malogradas, percorreu as décadas seguintes e estendeu-se às primeiras décadas do século XX, até com registro na imprensa de um acalorado debate envolvendo acusações de mau uso dos recursos entre os grupos políticos.[56]

Em suma, a comissão considerava que a falta de capitais baratos, seguida dos impostos

---

[54] Ibidem,p.7.

[55] AEL, Coleção Peter Eisenberg, microfilme (Milet- informação sobre o estado da lavoura), Parecer do Presidente do Banco da Bahia, Gonçalo Alves Guimarães, membro da commissão de inquérito sobre a lavoura, 30 de janeiro de 1874, III, p.16.

elevados que gravavam a produção, a deficiência das vias de transporte e a rotina como os principais obstáculos a serem superados pela grande lavoura. As palavras do presidente do Banco da Bahia foram categóricas sobre o destino reservado à lavoura, leia-se para a cana-de-açúcar. Sem a remoção desses obstáculos e, sobretudo, sem capitais baratos por meio da fundação de um banco especial, não havia como saldar a enorme dívida que, segundo os cálculos realizados à época, totalizara cerca de 17 mil contos, sem contar a incidência de juros elevados. Entretanto, o presidente da província, Antônio Machado, recebeu com ressalvas a proposta de um banco especial para a lavoura, dizendo:

> Pedem todos a creação de bancos próprios para fornecer dinheiro a premio barato; e é incontestavel que taes estabelecimentos devem prestar serviço aos proprietários onerados, mas *sub conditione* de que melhorem elles de processos empregados e tentem resolutamente uma reforma radical, ainda que conduzida paulatinamente.
>
> O credito territorial é, por tanto, uma necessidade imprescindível, que deve ser satisfeita desde já, proporcionando-o aos interessados com summa cautela, para que seja realmente proventoso.[57]

Em verdade, a grande lavoura estava em xeque. Sem capital não poderia assegurar o processo de modernização. Sem este processo, como se manter competitiva no mercado açucareiro? Os anos 70, vistos em seu conjunto, caracterizaram-se por uma maior movimentação política da oligarquia açucareira baiana, a exemplo das ações do Imperial Instituto Agrícola da Bahia (1859) para a fundação da Escola Agrícola de São Bento das Lajes (1877)[58], a participação no Congresso Agrícola de Recife (1878), as discussões para a implantação dos engenhos centrais – considerados como a salvação da lavoura àquela época. A análise dessas discussões proporcionará uma melhor compreensão do processo de modernização do Recôncavo açucareiro.

---

[56] Ver o jornal *Correio da Manhã,* dezembro de 1914.

[57] AEL, Coleção Peter Eisenberg, microfilme(Milet- informação sobre o estado da lavoura),Antonio Candido da Cruz Machado, Officio da Presidência da Província, abril de 1874, p.7.

[58] Ver Maria Antonieta de Campos Tourinho. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado UFBA, fevereiro de 1982.

Engenhos centrais – a salvação da lavoura!

Salvação! é a primeira impressão que se tem ao examinar os pareceres sobre a situação da cultura da cana-de-açúcar, apresentados pela comissão geral, encarregada de avaliar o estado da grande e pequena lavoura na província da Bahia. Os engenhos centrais despontaram como a grande saída rumo à modernização do setor açucareiro, o *deus ex machina* .

> Da fundação de fabricas centraes muito espera a commissão, dando-lhes importância capital. A Assembléia provincial considera este assumpto, e é muito provável que algum ensaio se faça á imitação do que se tem praticado na Martinica e Guadalupe. Os inglezes, em sua colônia de Santa Luzia, cuidam seriamente de fundar taes fabricas...[59]

Em 1873, a Câmara dos Deputados nomeou a comissão especial, que se juntou à comissão da fazenda para estudar os meios de auxiliar a lavoura nacional. Posteriormente, os resultados obtidos dos inquéritos arrolados pelo país subsidiaram a elaboração da Lei 2.687/75, conhecida como os "Auxílios à Lavoura". As comissões partiram das seguintes premissas: "1º Que a lavoura é a principal fonte de riqueza nacional; 2º Que lhe é indispensável a proteção dos poderes públicos; 3º Que prestar-lhe justo, legítimo e conveniente auxilio é dotar o paiz dos meios de augmentar sua receita".[60]

Concluíram que a decadência e o atraso da lavoura eram devidos a cinco causas: I) falta de conhecimentos profissionais; II) falta de estradas; III) elevados impostos de exportação; IV) falta de braços; V) escassez de capitais. No parecer, o quesito "engenhos centrais" aparece de forma nada casual como um subitem da falta de braços, demonstrando a vinculação direta entre a introdução dos engenhos centrais e o processo de transformação do trabalho. Segundo a comissão,"O mais difícil e temeroso problema, que no Brazil se apresenta actualmente ao estudo do homem publico é a transformação do regimem economico do trabalho".[61]

---

[59] AEL, Coleção Peter Eisenberg, microfilme (Milet- informação sobre o estado da lavoura), Parecer da Commissão Central, 17 de abril de 1874, VI, p.48.
[60] AEL, Coleção Peter Eisenberg, microfilme (Milet – informação sobre o estado da lavoura), (Appendice (A), Câmara dos Deputados, Parecer apresentado na sessão de 20 de Julho de 1875, pela Commissão encarregada de propor os meios efficazes de auxiliar a lavoura. p.101.
[61] ibidem.

Entender o porquê dessa vinculação entre a introdução dos engenhos centrais e o processo de transformação do trabalho passa por conhecer a análise feita pela comissão da situação dos braços. Salientaram-se as dificuldades e a urgência em conseguir arregimentar mão-de-obra, uma vez que se previa a emancipação total dos escravos para dentro de poucos anos. Alertou-se que a demora em adotar as providências cabíveis poderia exigir maiores esforços para sanar as conseqüências. Quanto a qual mão-de-obra deveria ser utilizada pela lavoura, inicialmente descartou-se os indígenas, face a sua índole resistente ao homem civilizado. A comissão demonstrou-se reticente em relação ao aproveitamento dos ex-escravos e dos ingênuos. Restava o trabalho livre nacional. Ao mestiço, segundo a comissão, faltava o hábito do trabalho, dificuldades com o recrutamento para o exército e marinha, deficiências do sistema de parcerias nas grandes propriedades, falta de ensino agrícola, a incapacidade da lavoura de pagar os altos salários, a concorrência com a oferta de vagas em outras atividades industriais. Como medidas saneadoras, propôs-se que o governo oferecesse proteção aos fazendeiros e senhores de engenhos que conseguissem fixar a população no campo; incentivasse a organização de colônias agrícolas, a isenção do serviço militar, a educação para o trabalho rural, uma boa lei de locação de serviços e facilitasse o desmembramento da grande propriedade.

A outra alternativa era o colono estrangeiro. De início, recusou-se a mão-de-obra asiática por considerá-la cara, embora se reconhecesse que o coolie e o chim eram os trabalhadores mais aptos para promoverem a transição do regime do trabalho escravo para o trabalho livre. Ainda que não explicitado, havia um preconceito racial contra os asiáticos. A comissão deixava a possibilidade do emprego dessa mão-de-obra como o último recurso. Quanto ao colono europeu, a comissão entendia que os males eram os mesmos que acometiam o trabalhador nacional, principalmente os salários elevados. Apesar desses obstáculos, considerava-se que somente os trabalhadores nacionais e os europeus estavam em condição de substituir de imediato o escravo, " os únicos que podem salvar do naufragio os engenhos e fazendas".[62]

A comissão atribuía ao tempo e à ação dos poderes públicos a incorporação dos trabalhadores nacionais, mas em relação ao colono europeu indagou: "O que faremos para prender o

[62] Ibidem,p.112.

europeu às grandes explorações agrícolas?". Em sua resposta, além das medidas anteriormente propostas, foi possível identificar qual era o papel a ser reservado aos engenhos centrais:

> Separada a cultura do fabrico e preparação do producto, simplificar-se-ha a tarefa do fazendeiro, que será exclusivamente agricultor, podendo assim, e com o auxilio das machinas da lavoura, produzir muito mais e pagar os altos salários exigidos pelo trabalhador livre, já acostumado ao moderno systema de cultura e ao novo regimem rural. O engenho central, collocado perto da fazenda e ligado a elle por facceis e rápidas vias de communicacão, representara o emprego de outros braços europeus, a perfeição do fabrico e o lucro do senhor de engenho, que venderá o gênero por melhor preço do que se ao mercado exportador o enviasse sobrecarregado das despezas do transporte.[63]

Os engenhos centrais eram parte da estratégia de transformação do regime de trabalho, representavam a introdução de elementos da modernização capitalista na lavoura açucareira: o aprofundamento da divisão técnica do trabalho, a não admissão de trabalhadores escravos, facilitando a atração de capitais estrangeiros, sobretudo dos capitais ingleses. A introdução desses engenhos centrais não pode ser dissociada dos aspectos conjunturais do mundo capitalista. A Segunda Revolução Industrial dava seus primeiros passos: a intensificação da concorrência, a emergência de novas nações capitalistas (EUA e posteriormente a Alemanha), a primazia crescente do capital financeiro sobre as demais frações do capital, associada ao fato de que a tecnologia dos engenhos estava disponível no mercado, concorrem avidamente para a busca de novas fontes de acumulação. Dito de outra forma, os engenhos centrais simbolizavam o regime de produção e trabalho mais integrado com as condições de reprodução do grande capital financeiro internacional.

Apesar de denominar-se "auxílios à lavoura", este conjunto de medidas não foi recebido de forma unânime por todos os oligarcas, inclusive a proposta de instalação dos engenhos centrais. Segundo Evaldo de Mello, um dos focos de resistência estava nas oligarquias açucareiras, em particular, a oligarquia pernambucana.

Vale dizer que essa falta de unanimidade desdobrou-se em objeto de um debate importante na

[63] Ibidem, p.113.

historiografia acerca do real poder de pressão das oligarquias açucareiras, durante o Império. Gadiel Perrucci afirma que os engenhos centrais resultaram da pressão dos oligarcas do açúcar sobre o governo imperial.[64] Evaldo de Mello, seguindo a tendência de Sérgio Buarque de Holanda, considera que essa afirmação precisa ser qualificada "se tomarmos a experiência principal, a pernambucana [...] ela seria válida para a política levada a cabo no período republicano pelo Governo estadual mas, seguramente, falsa para a política implantada pelo Governo imperial".[65]

Ainda segundo Mello, a política dos engenhos centrais foi imposta pelo governo imperial às oligarquias açucareiras nortista, para favorecer os interesses estrangeiros e dos especuladores instalados no Rio de Janeiro. "Na realidade, a açucarocracia nortista encarou, primeiro com reserva, e depois com hostilidade, a implantação de engenhos centrais, especialmente quando se tornou evidente, desde o começo da experiência, que, na distribuição dos favores, o Estado tencionava preteri-la em favor daqueles interesses."[66] Os oligarcas pernambucanos não se mostraram contrários à proposta de fundação de engenhos centrais em si, mas a forma de sua implementação. "O principal dirigente da SAAP [Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco], Inácio de Barros Barreto, afirmava não reprovar em princípio os engenhos centrais, mas 'interessando-se vivamente pela sorte dos atuais produtores de açúcar, a cuja classe pertence, não pode aplaudir a introdução de tais fábricas', segundo ele úteis ao fisco imperial e aos capitais estrangeiros".[67]

Em termos de efetividade, a experiência dos engenhos centrais apresentou resultados pífios, favorecendo muito mais a ação dos especuladores em torno das concessões do que a efetiva instalação das fábricas. No período de 1876 a 1881, foram expedidas cerca de 50 concessões de garantias pelo governo imperial para todo o país, revela Mello. Entretanto, em 1889, aquele total fora reduzido para 26. Ressalte-se que nesse ínterim o ministério chefiado por João Alfredo empreendeu uma reforma para coibir os desmandos então verificados na Lei. Das 26 garantias apenas 12 estavam em funcionamento.

---

[64] Gadiel Perruci, *A República das usinas: um estudo de historia social e econômica do Nordeste, 1889-1930,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.119.
[65] Mello, *O norte agrário,*p.161.
[66] ibidem,p.162.

Em síntese, para Mello, o malogro dessa experiência expressa os limites do poder de pressão das oligarquias açucareiras nortistas, embora os estudos históricos recentes recomendem prudência - pisar com calma e caminhar com vagar - no terreno das generalizações, sobretudo quando o assunto é a transição do regime de trabalho. Não se nega que, para o caso pernambucano, tanto pela linha argumentativa desenvolvida como pelos documentos apresentados, a assertiva é que de fato há necessidade de se redimensionar aquele poder de pressão atribuído à oligarquia açucareira nortista. Por outro lado, existe a necessidade de situar os grupos oligárquicos das demais províncias nortistas. Eles formavam um bloco monolítico? O exame das discussões ocorridas no Congresso Agrícola de 1878, em Recife, demonstra que não. Em algumas passagens Mello cita a ação dos políticos baianos para evidenciar que, apesar da sua forte presença numérica nos gabinetes imperiais, em termos de melhoramentos materiais para a província ficaram aquém da expectativa. Embora os oligarcas nortistas não fossem ardentes defensores da República, foi justamente sob este regime, segundo Evaldo Mello, que a oligarquia açucareira pernambucana conseguiu novamente se viabilizar economicamente ao assumir o controle das usinas de açúcar. Isto só foi possível pelas pressões exercidas junto ao governo estadual, proporcionado pela descentralização republicana.

Na Bahia, por certo, houve também o malogro dessa experiência. Resta investigar se tiveram as mesmas razões. No relatório elaborado pela comissão da Bahia encarregada de diagnosticar e propor medidas para auxiliar a lavoura, fica evidente o apoio à instalação dos engenhos centrais. No ano de 1876, oficialmente, tiveram início as concessões de garantias de juros de 7%, dadas pelo governo imperial, para o estabelecimento dos engenhos centrais. Neste ano a Bahia obteve o maior número de concessões, seis contra três do Rio de Janeiro.[68] No período de 1877 a 1886 apenas duas novas garantias de juros foram concedidas pelo governo imperial

---

[67] ibidem,p.166.

[68] "Algumas concessões se fizerão para o estabelecimento de engenhos centraes n'esta Província: nenhum d'elles porém teve ainda lugar, lutando os respectivos concessionários com os embaraços provenientes da desconfiança geral e do retrahimento de capitaes na Europa. Os do paiz não são tantos que se possa distrahir parte d'elles para esse fim, não lhes faltando alias melhor e mais lucrativo emprego no comercio e n'outras industrias já conhecidas e experimentadas". Relatório do presidente de província Des. Henrique Pereira de Lucena passou a administração da província ao Conselheiro Luiz Antonio da Silva Nunes, em 5 de fevereiro de 1877. Bahia, Typ. Do Correio da Bahia, 1877, www.crl-jukebox.uchicago.Edu/bsd/bsd/151/.html , pp.59-60. Acessado em 08 nov.2000.

para a Bahia, contra pelo menos doze concessões para o Rio de Janeiro. Foram emitidos vários decretos prorrogando as concessões, em razão do não cumprimento dos prazos, assim como outros declarando a caducidade das concessões, confirmando, em certa medida, o caráter especulativo anteriormente assinalado por Mello. Entretanto, na Bahia há indícios de que a especulação com as garantias ocorreu em menor escala. Um desses indícios é o fato que os primeiros engenhos centrais a serem instalados pertencerem a indivíduos ligados ao complexo açucareiro baiano, embora alguns desses concessionários constassem em mais de um contrato de garantia. [69]

Apesar das queixas de Pernambuco, o exame da documentação baiana não revelou resistências visíveis, pelo menos dos políticos, à proposta modernizante dos engenhos centrais. A forte presença da bancada baiana nos gabinetes imperiais, bem como a própria situação desanimadora da grande lavoura de cana, colocam-se como as explicações mais prováveis. Além disso, acrescente-se o importante fato de a Lei provincial nº 1.385 de 4 de maio de 1874 estabelecer que o Governo da Província da Bahia, mediante autorização da Assembléia Legislativa Provincial, podia celebrar contratos para a instalação de engenhos centrais. Em 30 de abril de 1874, a Assembléia Legislativa Provincial autorizava, através de lei, o governo a conceder empréstimo de um milhão e quinhentos contos de reis, com juros de 7% anuais, a Joaquim Fernandes Ribeiro ou a quem melhor oferecesse projetos para instalar três fábricas centrais, provavelmente no Recôncavo.[70]

Na realidade, o contrato somente veio a ser celebrado em 6 de junho de 1875, através do qual Joaquim Fernandes Ribeiro, brasileiro, negociante, domiciliado na cidade da Bahia, se comprometia em estabelecer três fabricas centrais de açúcar - mesmo sistema adotado nas colônias francesas de Martinica e Guadalupe - nos municípios de Santo Amaro, São Francisco

[69] O primeiro engenho central da província da Bahia somente foi instalado na cidade de Santo Amaro em 21 de janeiro de 1880, o engenho central Bom Jardim, de propriedade Antonio Costa Pinto, Visconde Sergimirim, Antonio da Costa Pinto, Barão de Oliveira e Manoel Lopes da Costa Pinto, Barão de Aramaré. Esse engenho central recebeu a primeira concessão de garantia de juros de 7% sobre o capital de 700:000$ em 10 de março de 1876. Essa concessão foi prorrogada por duas vezes em dezembro de 1876(decreto n.6422) e em novembro de 1877(decreto n.6731) cada uma por mais um ano. Ver a respeito desse engenho a obra de Eul-Soo Pang, *O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana. Alguns aspectos de sua história,1875-189,* Rio de Janeiro, Arquivo Publico Nacional; Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro, 1979.

[70] APEB, Seção colonial /provincial, Maço 1225, Presidência da província (1872-1875).

e Nazaré. Ainda segundo o contrato, o primeiro engenho devia ser instalado dezesseis meses depois de organizada a sociedade para este fim e somente depois de testada e considerada satisfatória poderiam ser instaladas as outras duas fábricas. A garantia concedida pelo governo provincial era de 7% sobre o capital de quinhentos contos de reis, prevista a duração da sociedade para 25 anos. É importante registrar que o art.10 do referido contrato vedava a admissão de braço escravo no serviço da fábrica.[71]

Em 30 de julho de 1879, o secretário da Assembléia Legislativa Provincial, José Alves de Mello, encaminhou à Presidência da Província uma correspondência dando ciência de uma lei que autorizava a concessão de novas garantias:

> A este acompanha uma lei da Assembléia Provincial auctorisando o governo da provincia a garantir os juros de 7% às empresas que se organizaram para a construcção de seis fabricas Centraes, com a força de moer por dia 200,000 kilogrammas de cannas, preferindo àquellas em que entrasem lavradores ou a emprestar-lhes a metade do capital necessario, considerando como limite maximo do capital para cada uma a quantia de 600:000$000; sirva-se V. Sª apresental-a ao Exmº Senr. Presidente da Provincia afim de ter sua sancção.[72]

Então, até que ponto é verdadeira a assertiva de que os engenhos centrais foram resultado da imposição imperial ao complexo açucareiro baiano ?

Com efeito, a "baixa resistência" não é sinônimo de ausência de possíveis conflitos, pois os elementos críticos permanecem, de forma latente, prontos para desencadear uma crise. Entre eles a falta de tradição associativa dos senhores de engenhos, tanto para a defesa dos seus interesses de classe (a ausência desse *spirit de corpus* foi por várias ocasiões criticado pelo jornal *Echo Santamarense*), como para a formação de sociedades de negócios extra-familiares no âmbito do açúcar.[73] Não fazia parte da tradição dos senhores de engenhos estabelecer

[71] APEB, Seção colonial /provincial, Maço 4596, Engenhos centrais - Fabricas centrais de açúcar (1846-1887).
[72] APEB, Seção colonial /provincial, Maço 1228, Presidência da província (1878-1881) - Assembléia legislativa provincial (1879).
[73] " Já não pode a nossa agricultura conservar-se por mais tempo estacionaria e sem a consciência da sua existencia social: é preciso despertal-a d'esse desanimo em que se acha, convidando-a para o movimento de uma organização, que lhe reanime as forças enfraquecidas e que lhe dê representação n'este mundo social". *Echo Santamarense,* Interesses agrícolas, Santo Amaro, 24 de agosto de 1882.

sociedades que implicassem na divisão do comando administrativo-financeiro dos seus engenhos. Qual o significado de ser senhor dentro da subjetividade da escravidão? Era ser absoluto, onipotente, onisciente – status de "Deus" em seus domínios. Seguindo essa lógica, "um indivíduo não pode servir a dois senhores". Embora indiretamente, a duplicidade de comando dentro do complexo açucareiro talvez fosse um fato inconteste, na medida em que a crescente descapitalização da lavoura canavieira colocava os senhores de engenhos nas mãos dos comerciantes e banqueiros. Essa descapitalização tendeu a favorecer o movimento especulativo das concessões em direção aos investidores estrangeiros e se constituiu em um dos fatores limitativos da "vulgarização" dos engenhos centrais na província da Bahia.

De fato, os engenhos centrais eram parte da política de modernização da lavoura proposta pelo governo imperial através do emprego de novas técnicas de fabrico de açúcar, aquisição de equipamentos e aceleração do processo de transformação do regime de trabalho, com o objetivo de melhorar a competitividade do açúcar no mercado internacional. Os anos finais da década de 70 foram insuficientes para avaliar a eficácia dos engenhos centrais na Bahia, porque ainda não havia um engenho desses sequer em funcionamento, embora a própria demora em implementá-los também possa ser vista como dificuldade para superar as resistências dos senhores de engenhos. Vale fazer o registro da polêmica entre dois periódicos baianos (*O Correio da Bahia* e *O Diário da Bahia*) ocorrida no início do ano de 1876, acerca da proficuidade dos "Auxílios à Lavoura". Afirmava o *Correio da Bahia*, em editorial de 27 de fevereiro de 1876 :

> Em alguma provincia mais que na Bahia a questão da lavoura tem agitado a imprensa.
>
> Dir-se-hia que sérios problemas, a que se prendem os destinos da grande industria, teem encontrado sua ultima palavra.
>
> Engano. A controvésia não tem sahido do terreno da accusação e da defesa ao governo - aquella negando e esta affirmando os esforços desenvolvidos pelo gabinete de 25 de junho no intuito de prover às necesidades da predita industria[...]Si não fomos nós quem abriu a discussão, não nos resta também a responsabilidade de sua innutil producção, e, ao invez, arguida de improficua a lei de 6 de novembro ultimo[lei nº2.687], e querendo nós encarreirar o debate pelo lado de sabermos de nossos adversários - quaes os

> meios promptos, energico e poderosos que poderiam rehabilitar a agricultura, a não serem os daquella lei, debalde o temos tentado.[74]

Na verdade, a discussão da lei de 6 de novembro nos periódicos baianos foi mais um campo de batalha para liberais (*Diário da Bahia*) e conservadores (*Correio da Bahia*) exercerem sua retórica. Não existem divergências profundas em relação às medidas contidas na lei para o soerguimento da lavoura. Basta ver que entre os argumentos do editorial estava o fato da referida lei resultar de um consenso na Câmara dos Deputados. Quanto ao atraso assinalado pelo Diário da Bahia na implementação das medidas, o editorial alegava que era devido às dificuldades encontradas pelo governo imperial no convencimento dos capitalistas europeus para a concessão dos empréstimos e o empreendimento de outras ações complementares que demandavam um certo tempo até a efetivação dos contratos de empréstimos. Há que se registrar também, na Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, uma certa preocupação acerca das dificuldades encontradas pelo governo imperial para arregimentar os capitais necessários junto aos financistas europeus.[75]

Anos 80

Durante os anos 80, o mar da história se tornou mais agitado, derrubando alguns dos marcos do plano de abolição lenta e gradual estabelecido pela Lei do Ventre Livre. Essa "agitação", evidentemente, também refletiu-se na política de modernização do complexo açucareiro. Entretanto, a análise ampla dos efeitos dessa "agitação" envolve várias nuances que ultrapassam o escopo deste exercício de pesquisa.

Assim, inicia-se a entrada na década de 80 através do exame dos dez anos de aplicação da Lei do Ventre Livre, com destaque para os efeitos sobre os sujeitos da escravidão no Recôncavo baiano. Para tanto, foram selecionadas matérias relativas à transformação do trabalho

[74] APEB, Seção colonial provincial, Maço 3001-1, documento impresso, presidência da província (1842-1889), delegados (1876) .
[75] Ver o pronunciamento do deputado Olavo Góes nos Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia. 59ª sessão ordinária, em 14 de julho de 1876. p.236.

abordada, principalmente, no jornal *Echo Santamarense*, periódico fundado na cidade de Santo Amaro, centro do Recôncavo açucareiro. Através de seus artigos, foi possível conhecer um pouco mais sobre o pensamento dos senhores de engenhos acerca da transição, bem como evidenciar outros olhares sobre aquela realidade em mudança. Feito isso, a análise se volta aos engenhos centrais, a outro marco legal da escravidão (a Lei dos sexagenários) e, finalmente, aos significados da extinção legal da escravidão.

Lei do Ventre Livre: dez anos depois

A emancipação seguia seu curso, lento e gradual. Aumentara o número de ações de liberdade, manumissões gratuitas e indenizatórias através do fundo de emancipação, mas avolumavam-se as queixas de falta de braços por parte da grande lavoura. Em 20 de julho de 1875, a comissão da Câmara dos Deputados encarregada de propor meios para auxiliar a lavoura apresentou parecer, evidenciando, de forma inequívoca, sua desconfiança em relação ao aproveitamento dos escravos alforriados.

> Dos escravos alforriados muito pouco se póde esperar nos primeiros annos que se seguirem á alforria. Impacientes de gozar da liberdade, abandonarão os engenhos, fazendas e fabricas, uns para se tornarem proprietários por sua conta, mediante algum pecúlio, que hajam adquirido, outros para se internarem nas mattas, onde vivendo na indolência , facilmente encontrarão na caça e na pesca os meios de subsistência .
>
> A historia das ex-colonias da França e da Inglaterra na America nos diz que foi esse o procedimento dos libertos por occasião das leis de libertação.
>
> Alli os escravos alforriados recusaram-se tenazmente a trabalhar nos engenhos de assucar, que lhes lembravam dolorosos padecimentos. Residindo em miseráveis cabanas, que com as próprias mãos construíam, passavam vida erradia; poucos dentre os melhores desses libertos se prestavam, mediantes salários exagerados, a ajudar os cultivadores na plantação e preparo da canna e de outros gêneros de lavoura. A maioria delles, *saciada de vagabunda ociosidade,* voltou afinal ao trabalho nas fazendas e fabricas; mas só com difficuldade se podem reparar os effeitos da perturbação, que no regimem econômico do trabalho resultara da ausência em massa de taes cooperadores da producção.[76]

O trecho acima demonstra que havia o conhecimento prévio do governo imperial e de outros segmentos da sociedade acerca dos possíveis efeitos da abolição da escravatura sobre a lavoura. Eles estavam na ante-sala dos acontecimentos, a "ouvir" e a "ver tudo" que se passava no mundo do trabalho em transformação nas Américas. Se todos ouviram atentamente e interpretaram corretamente os sons que ecoavam das regiões recém-saídas da escravidão, esta é uma outra questão. O certo é que havia alguns cenários postos, mesmo aqui no Brasil. Tudo leva a crer que o Brasil, por ser o último país a abolir a escravidão e, particularmente, pelo encaminhamento dado à questão em algumas das regiões do país, coloca o Recôncavo açucareiro como um desses lugares, onde, graças às ações individuais e coletivas dos membros do poder local, os ecos da liberdade encontraram sérias dificuldades de ressonância.

Pergunta-se: decorridos dez anos da Lei do Ventre Livre, eram procedentes os reclames da classe agrícola ou era apenas parte da retórica escravista? De fato escasseavam-se os braços? Eram os sinais de problemas com o plano de emancipação gradualista devido à falta de resultados concretos ou aquém das expectativas da grande lavoura?

Sabe-se que um dos problemas que tanto afligiam a lavoura baiana era a falta de capital. Decorridos dez anos, o problema persistia, assim como o tráfico interprovincial. Sobre o tráfico, vale um breve parêntese para um diálogo com a literatura clássica da escravidão brasileira, a fim de dizer que a venda de escravos para as províncias do Sul não deve ser vista de forma indiscriminada, como se as províncias do Norte fossem um grande bloco monolítico. Estudos regionais recentes têm questionado esse tratamento indiferenciado e generalizante sobre o tráfico e outras questões relativas à desagregação da escravidão no Norte.[77] Em relação ao tráfico interprovincial, argumenta Passos Subrinho:

> [...] contestamos as afirmações de alguns autores que declaram que as Províncias do Nordeste Açucareiro foram as principais perdedoras de

[76] AEL, Coleção Peter Eisenberg, microfilme(Milet – informação sobre o estado da lavoura), (Appendice(A), Câmara dos Deputados, Parecer apresentado na sessão de 20 de Julho de 1875, pela Commissão encarregada de propor os meios efficazes de auxiliar a lavoura. p.110.

[77] Ver a título de exemplo, os trabalhos de Galloway, " The last year of slavery",p.589; Eisenberg, *Modernização sem mudança,*pp.174-75; Robert Conrad, *Os Últimos anos da escravidão no Brasil(1850-1888),*Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978,pp.79 e 82-3; Kátia M.de Queiroz Mattoso, *Ser Escravo no Brasil,* São Paulo, Brasiliense,1988,p.63-4; Mello, *O norte agrário,*pp.29-30.

> escravos no tráfico interprovincial e que o tráfico foi a principal causa da redução da população escrava nessas Províncias. O estudo da documentação sergipana sobre o tráfico de escravos, especialmente no período 1873-86, levou-nos a confirmar o reduzido impacto negativo, ao nível da Província como um todo, ou mesmo a possibilidade de ter havido uma pequena importação líquida de escravos. Esse resultado médio da Província, entretanto, esconde uma diferença interna muito grande, que demonstramos: os mais importantes municípios produtores de açúcar foram também os que mais receberam escravos, apresentando índices de importação líquida semelhantes e mesmo superiores às médias das províncias cafeeiras. Por outro lado, os municípios do Agreste-Sertão foram os que apresentaram maiores saídas de escravos, chegando a apresentar índices de exportação líquida semelhante aos das Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.[78]

A análise dos debates que houve em torno das restrições impostas ao tráfico interprovincial na província da Bahia, em prol do aumento progressivo do imposto sobre cada escravo exportado ou em defesa da sua total proibição, suscitaram importantes conclusões de ordem qualitativa, que confirmam também para Bahia as proposições anteriormente expostas.

Não se trata da reprodução do debate do tráfico *ipse litteris* e, sim, a análise do discurso dos parlamentares, que explicitavam as controvérsias que o tema encerrava (entre o fim da escravidão que se avizinhava, o debilitamento das finanças públicas provinciais e a já crônica descapitalização dos barões do açúcar). Como ponto de partida, veja-se o pronunciamento do deputado Souza França, que considerava a cobrança do imposto sobre a exportação de escravos inoportuna, pois penalizava os lavradores num momento em que a lavoura definhava e precisava de braços.[79] Seguiu-se o discurso do deputado Olavo Góes, sinalizando para os interesses orçamentários que gravitavam em torno do tráfico, isto porque o aumento do imposto incrementava as receitas fiscais do governo provincial. "É preciso que a província vá se acostumando a passar sem a receita dessa verba. Neste país onde a lei de 28 de setembro plantou a árvore da libertação dos escravos; neste país de instituições libérrimas, não é decente nem bonito figurar na lei orçamentária uma verba sobre escravos!".[80] O deputado Silvestre de Faria pede um aparte e salienta que, apesar do imposto, os senhores continuam a vender seus escravos por estarem com a corda no pescoço. Contra-argumenta o deputado

[78] Passos Subrinho, *Reordenamento do trabalho,* p.147.
[79] BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, 50ª sessão ordinária em 4 de julho de 1876.

Olavo Góes, dizendo que a execução da lei de 6 de outubro de 1875 reduziria essa drenagem de escravos, uma vez que haveria uma capitalização da lavoura.

A discussão continuou nas sessões dos anos seguintes. Na sessão 75ª, de 1878, foi a vez do deputado Arthur Rios criticar a postura da comissão de fazenda, que propôs o aumento do imposto de 200$000 para 300$000 sobre escravo vendido para fora da província. Ele considerava que o aumento do imposto deveria ser uma quantia equivalente ao valor de venda do escravo, pois, assim, o lavrador que tivesse uma dívida não poderia saldá-la com o escravo. Salientou que a terra não tem valor e o único bem que pode ser imediatamente convertido em dinheiro era o escravo, portanto votaria contra aquela emenda e apresentaria outra, elevando o imposto para um conto de réis. Segundo ele, era uma forma indireta de proteção à lavoura: "assim os braços destinados à lavoura não serão dela afastados, empobrecendo-a e aniquilando-a para irem enriquecer a de outras províncias".[81]

Na sessão seguinte, o deputado Carneiro da Rocha também saiu em defesa do aumento do imposto:

> A comissão de fazenda, não sendo, portanto, um filósofo entendeu que no orçamento não podiam resolver-se questões sociais de grande alcance; unicamente limitou-se a aumentar esse imposto, e, fazendo-o, consultou à necessidade da receita [...] a principio desejou de uma vez eliminar o imposto de exportação, querendo ver se assim podia conseguir que a Bahia se visse livre do braço escravo no trabalho, regenerando-o com pessoas livres;[82]

Relatou que a comissão de fazenda não dispunha dos meios para substituir os escravos por trabalhadores livres, mas a medida objetivava dificultar ao máximo a saída do braço escravo da província. Por sua vez, fica explícito também o cunho fiscalista da emenda:

> [...] porem entendeu também não podia usar dessa medida porque, além de escapar de sua competência, era preciso que a assembléia provincial começasse por estabelecer medidas complementares, e, portanto, entre esses

[80] BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, 59ª sessão ordinária em 14 de julho de 1876.p.236.
[81] BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial, 75ª sessão ordinária em 20 de agôsto de 1878,p.57.
[82]BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, 76ª sessão ordinária em 21 de agosto de 1878, p.59.

> dois extremos, e devendo a comissão criar receita, resolveu aproveitar do estado anômalo da propriedade escrava, e, então aumentou o imposto de exportação; de modo que nem proibiu-a completamente, nem tornou-a completamente franca, apenas tirou vantagem tanto quanto pode da exportação de escravos, que infelizmente ainda vigora entre nós como de uma mercadoria.[83]

O discurso do deputado Carneiro Rocha evidencia o que pode ser mais outro indício (a proposta de centralização da propriedade escrava) de que o contingente maior de escravos para o tráfico não provinha das grandes lavouras de açúcar:

> Aumentando o imposto a comissão teve ainda por fim ver se concorria para esse desiderato dos grandes estadistas, dos grandes agricultores, que ainda agora se revelou no congresso agrícola **centralizar o escravo nas fazendas de cultura da cana**, ou de café e nas grandes fabricas, porque as capitais não precisam deles para prosperarem. [84]

Na 73ª sessão, do ano de 1880, o nobre deputado Carneiro da Rocha, declaradamente abolicionista, voltou a defender a cobrança de impostos sobre a exportação de escravos:

> [...] eu sustentaria com todas as forças que devíamos facilitar a exportação; se eu visse que os lavradores podiam tirar em qualquer outro lugar os braços para substituírem os escravos, que lhes vão faltando, eu diria: - vão se embora, porque assim indenisaria os lavradores, em pouco tempo livrar-nos-íamos dúm mal, cuja expiação nos acabrunha; mas eu não vejo medida alguma a respeito de colonização;[85]

O posicionamento do deputado é um retrato dos limites do processo abolicionista brasileiro nos anos 80. Em um extremo, a condenação moral da escravidão, em geral como um atentado ao avanço da civilização ocidental, no outro extremo os interesses da grande lavoura. O interessante é notar que o fato de ser membro da Sociedade Abolicionista Sete de Setembro e contrário à exportação pelo tráfico interprovincial, não significa que há entre ambas uma relação de causalidade. O deputado defende o fim do tráfico não por razões humanitárias e, sim, para salvaguardar os interesses econômicos e políticos da grande lavoura. A sua opinião sobre a emancipação dos escravos é bastante ilustrativa: "atendendo-se ao abalo que ia causar no país e consultando-se as razões econômicas e sociais de ordem muito importante, as quais

[83] Ibidem.
[84] Ibidem,(meus grifos).
[85] BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial, 73ª sessão em 30 de julho de 1880, pp.265-67.

devem aconselhar uma certa cautela e critério em uma transição tão brusca".[86] Outrossim, alertava para as dificuldades de controle do tráfico clandestino na província em razão das fronteiras extensas e ao fato das comarcas limítrofes à província de Sergipe burlarem a fiscalização através do envio de escravos para lá, onde o imposto era reduzido e depois, reexportarem para o Sul através do porto de Salvador.

Em 1881, protagonizou-se mais um episódio do debate, desta vez um projeto que pretendia dificultar a saída de escravos através da instituição de um fundo provincial de emancipação. A proposta foi duramente criticada pelo deputado César Zama, notório abolicionista.

> O projeto, pois, com seu fundo de emancipação, poderá ser tudo quanto quiserem, mas nunca uma lei que possa ter por fim a conservação dos braços escravos para a lavoura da província. E, senhores, se o trabalho escravo inspira tamanho horror ao nobre autor do projeto, porque quer ele conserva-lo no seio da nossa província?
>
> O que há de acabar com o cruel tráfico de escravos do norte para o sul não será de certo este projeto. Ele está extinto, pode-se dizer, pelas leis ultimamente decretadas pelas assembléias provinciais do Rio de Janeiro, Minas, S.Paulo e Paraná. [87]

O deputado também criticou as condições de preferência para libertação dos escravos constantes no projeto: escravos cujos senhores se comprometessem em conceder um abatimento de no mínimo 5% sobre o preço de venda dos mesmos. Com isso, salientava o deputado, apenas os escravos considerados inúteis seriam libertados. O projeto era um flagrante retrocesso ao espírito da Lei do Ventre Livre e, talvez, um esboço da reação conservadora que mais tarde se materializaria na Lei dos Sexagenários.[88]

Apesar das críticas, o projeto se transformou em lei (nº 2.146 de 14 de maio de 1881), sendo o fundo de emancipação composto da arrecadação dos impostos sobre escravos, do produto

---

[86] Ibidem.

[87] BPEB,Anais da Assembléia Legislativa Provincial,18ª Sessão ordinária em 28 de abril de 1881,p.26 A. César Zama, abolicionista, autor de vários projetos emancipacionista: projeto para acabar com os açoites contra os escravos; projeto de abrir escolas públicas para crianças escravas cujo senhores desejassem oferecer algum tipo de instrução.

[88] Art.4º Nem o estado, nem o sexo, nem a idade, nem o fato de possuir o escravo o pecúlio de que trata a lei em geral, nem o de ter filhos maiores ou menores, ingênuos ou escravos, darão direito à libertação pelo fundo de

líquido de uma loteria anual de cem contos de réis e de doações particulares. Para o deputado Garcia Pires, esse fundo de emancipação era insuficiente para atender aos objetivos de libertação dos escravos."E não somente isto, mas a elevação do Império de Santa Cruz ao número dos países civilizados".[89] Além disso, assinalou que diante das leis repressivas ao tráfico interprovincial o fundo teria um alcance limitado. Demonstrou ainda uma preocupação com o destino dos emancipados ao sugerir que:

> [...] se transformasse esse pequeno fundo de emancipação em um fundo para a organização de colônias orfanológicas nas quais só fossem admitidos filhos livres de mulher escrava. Desta forma, sr. Presidente, eles aprenderão a conhecer os seus direitos de cidadão, e os seus deveres, a pesar e honrar o trabalho, e a executá-los com proficiência; porque fiquem v.ex. e a assembléia convencidos de que um dos males de nossa lavoura e do trabalho escravo é a falta absoluta da educação.[90]

Vale ressaltar que, anteriormente, o deputado Alexandre Herculano havia encaminhado à Assembléia Legislativa Provincial um projeto fechando a Bahia à importação de escravos, pois era a província que possuía o maior capital empregado em escravatura. Segundo ele, a Bahia possuía o maior número de engenhos de açúcar entre as províncias do Norte do Império, portanto, um pólo de atração para a escravidão.

> Ora, desde que se tiver notado o fato de ser a província da Bahia o maior repositório da escravatura, há de se concluir que necessariamente, por uma lei de atração, a escravatura do norte, das províncias que dela se querem ver livres, há de se procurar a província da Bahia, que a isso se prestará logo que as circunstâncias da nossa lavoura melhorem [...] Além disso, sr. Presidente, se o projeto não conseguir impedir a importação da escravatura na província da Bahia, porquanto ela não se faz; uma utopia que ela seja, que importa? Em todo caso será uma medida preventiva, a única lembrada neste e em casos análogos.[91]

Na sessão seguinte, discursava o deputado Alexandre Herculano em defesa do seu projeto:

> E nesta ocasião, Sr. presidente, preciso ainda dizer alguma coisa em refutação aos argumentos aqui apresentados, dizendo-se que era o mercado aqui da província da Bahia o que ia abastecer o sul. Isto é contra os fatos.A

---

emancipação provincial. (Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, sessões do ano 1881, 18ª sessão ordinária em 28 de abril de 1881, 1º volume, pág.28 A).

[89] BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial,39ª sessão ordinária em 20 de maio de 1882.

[90] Ibidem.

[91] BPEB, Assembléia Legislativa Provincial,29ª sessão ordinária em 10 de maio de 1881, p.40B.

> Bahia, com efeito, exportava em grande, número, mas a grande corrente de escravos que se dirigia para o sul não era proveniente da Bahia, e sim do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, de Sergipe e de Alagoas. A nossa província concorreu também, mas não principalmente, para formar aquele grande nucleo de população servil que ascende actualmente a 279.000 escravos no Rio de janeiro, a 168.000 em S.Paulo, e a 289.000 em Minas.[92]

Esse conjunto de discussões acerca do fim do tráfico e da aprovação do fundo de emancipação provincial constitui-se em um importante contraponto às teses que desconsideram ou secundarizam as especificidades relativas à desagregação do escravismo no Norte. Não obstante, a fala do deputado Alexandre Herculano traz também elementos que tendem a confirmar a tese da abolição na Bahia como um processo de ruptura com muitos inconvenientes, diferentemente de algumas províncias do Norte (Ceará, Maranhão e até mesmo Pernambuco). Os estudos de Passos Subrinho confirmam a resistência dos escravagistas sergipanos e os inconvenientes gerados com o fim da escravidão, bem como as diferenças entre as províncias nordestinas e, mesmo entre as suas microrregiões."Se estivermos corretos em nossa hipótese e na interpretação dos dados, a abolição da escravidão, teria representado para os senhores de engenho sergipanos, a ruptura de uma ordem social, sem que estivessem claramente delineados os contornos da nova ordem." [93]

Outro importante estudo foi realizado por B.J. Barickman sobre o Recôncavo, no qual problematiza a tese da abolição no Nordeste como um processo de continuidade, defendendo que o processo na região do Recôncavo foi, sim, de ruptura. Referenciado na amostra de 47 inventários *post-mortem* dos senhores de engenhos entre 1850 e 1888 (fornece informações sobre mais de 4.500 escravos e 63 engenhos localizados no Recôncavo), combinado com a análise da demografia escrava (censo de 1872, matrículas de escravos de 1872-73 e 1886-87), da estrutura de posse da terra, da evolução da produção de açúcar na Bahia e no contraste com a Zona da Mata pernambucana, ele afirma que "a transição para a mão-de-obra livre nos engenhos do Recôncavo baiano não pode ser descrita como um processo gradual e muito

[92] BPEB, Assembléia Legislativa Provincial,30ª sessão ordinária em 11 de maio de 1881,p.49.
[93] Passos Subrinho, *Reordenamento do trabalho,*p.277.

menos como um processo que trouxe aos senhores de engenho 'apenas um mínimo de inconveniências'".[94]

Embora ressalte que o tema exige novas pesquisas, Barickman afirma que a documentação consultada sustenta a hipótese de que a existência de *alternativas é* um elemento fundamental para explicar tanto a queda na produção de açúcar, como para a permanência da mão-de-obra escrava nos engenhos do Recôncavo. De um lado, as alternativas econômicas à produção açucareira buscadas, principalmente, nas culturas do café e do fumo para a exportação e na produção de gêneros alimentícios para mercados locais, por um contingente nada desprezível de pequenos e médios proprietários livres (destaque para os produtores localizados no Recôncavo Sul). Do outro, as alternativas ao trabalho na indústria açucareira para uma parte considerável da gente livre e pobre do Recôncavo. Daí "os senhores de engenho do Recôncavo ─ ao contrário dos proprietários da Zona da Mata pernambucana ─ não puderem contar com uma força de trabalho livre barata, segura e abundante antes de 1888; e, por isso mesmo, continuarem a depender, sobretudo, da mão-de-obra escrava até as vésperas da abolição."[95]

Outros registros, a exemplo dos artigos publicados pelo jornal *Echo Santamarense*, demonstram a resistência senhorial e as ressalvas de parcelas da sociedade baiana ao fim brusco da escravidão. O *Echo Santamarense*, jornal "político-comercial-agrícola", como se autodenominava, considerava a emancipação dos escravos, ao lado do fim do regime colonial passando ao democrático, da vitória da ciência sobre a rotina, como os principais problemas a serem enfrentados.

Em sua análise do primeiro semestre de 1881, o *Echo Santamarense* classificou como crítica a situação da lavoura, com efeitos negativos sobre os rendimentos do comércio, e acusou o

[94]B.J. Barickman, "Até a véspera : o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano(1850-1881)",*Afro-Ásia*, nº21-22(1998-1999),p.182.
[95] Ibidem,p.229.

governo provincial de descaso.[96] Criticou a Lei do Ventre Livre por não prever nada sobre a sorte do liberto e nem os meios de adquirir novos braços,

> [...] o melhor meio de acabar com a escravidão, não é formular projectos absurdos e combinações legislativas engenhosas. [...] é fazer crescer a seu lado o trabalho livre, mas fecundo, e depois mais fácil, mais barato; é em uma palavra, matal-a economicamente. [...] Não será preciso, portanto, pedir ao governo que decrete leis contra a escravidão; elle não o fará, e sem mister desenvolver o trabalho livre**.** [97]

Para tanto, o periódico defendeu um conjunto de medidas que visassem melhorar as condições religiosas, políticas, sociais e econômicas. Propôs eliminar tudo que se constituísse em empecilho para a livre concorrência do trabalho nacional e estrangeiro. E, por fim, afirmava: "Para isso, não será necessário pregar o ódio de raças e impingir-nos a superioridade do negro sobre o branco; não se fará preciso repetir phrases feitas sobre o amaldiçoamento da escravidão. Por ahi iremos mal".[98] Essa preocupação manifestada com o racial, nesse momento, denota que havia um perigo imanente; porém, a questão fulcral aqui era remover o preconceito/as reservas contra os imigrantes europeus enquanto mão-de-obra a ser aproveitada pela grande lavoura da cana. O curioso é perceber como o racial se converteu em um critério amplamente favorável aos imigrantes europeus durante o processo de seleção dos indivíduos aptos ao "novo" mundo do trabalho brasileiro, ou melhor, à formação da nação brasileira.

Durante o segundo semestre de 1881, o *Echo Santamarense* veiculou seis artigos intitulados "A questão agrícola". Entre avaliações e propostas, encontrava-se aquela que considerava a Lei de 1871 como suficiente para realizar em mais de um decênio a completa extinção do elemento servil sem ônus à propriedade particular e aos interesses do país. Não obstante, manteve a crítica aos defensores de uma abolição imediata e rápida, sem estabelecer os meios de substituição da mão-de-obra. Por duas oportunidades afirmou que:

> Dous milhões de homens libertos de momento, deixariam os centros para habitarem as cidades e capitaes, e sem principio algum de moralidade e

[96]BPEB, *Echo Santamarense*, Abatimento da nossa lavoura, Santo Amaro, 4 de julho de 1881.
[97] BPEB, *Echo Santamarense,* A questão do dia: a emancipação dos escravos, 14 de agôsto de 1881.
[98] Ibidem.

> instrucção, sem cultivo intellectual de ordem alguma, se constituiram outros tantos elementos do crime.[99]
>
> A abolição dos escravos é para nós como tem sido para todos o amanhecer sublime do progresso, da regeneração promettedora de mil felicidades e o está attestando a civilisação moderna; na questão, porém, é simplesmente dos resultados d'essa medida, dos meios de que se deva lançar mão para não produzir, dada a reforma, o novo estado de coisas, alterações e abalo as instituições e interesses sociaes.[100]

Essa avaliação, provavelmente, representava o pensamento de muitos dos senhores de engenhos e de outros setores da sociedade baiana que percebiam claramente a inevitabilidade do final da escravidão e buscavam salvaguardas: "A abolição pela forma que se pretende, é esbulho; seja cauteloso pois o governo para não dar um passo arriscado no terreno complicado e melindroso dos interesses particulares".[101] Mas, pela forma como ocorreu o 13 de maio, não há dúvidas do tanto que para estes segmentos configurou-se como um processo de ruptura e com ônus sobre suas propriedades. Entretanto, em geral, os senhores de engenhos conseguiram se ressarcir, indiretamente, através da ausência de um plano pós-emancipação para os ex-escravos, o que lhes garantiu a manutenção de sua rede clientelista (o complexo Casa Grande & Senzala não se desfaz). Outra forma indireta de ressarcimento foi a migração destes senhores e seus familiares para os cargos públicos e as carreiras de Estado, no aspecto micro; No macro, através da descentralização republicana, que aumentou o poder de pressão junto aos governos locais para a concessão de favores e outras garantias. Muito foi sendo resgatado em prestígio e bens. Diferentemente, os ex-escravos e seus descendentes, ainda não conseguiram até hoje o reconhecimento elementar do direito à compensação.

Decorridos dez anos de pleno exercício da Lei 28 de setembro, eram visíveis os sinais de que o fim da escravidão estava cada dia mais próximo. Era crescente a preocupação, mesmo entre os abolicionistas, de que a abolição não provocasse um cataclisma social. Igualmente, outra ordem de prioridades se apresentava aos escravagistas. Provavelmente, aqueles mais argutos, perceberam mais claramente a nova conjuntura, uma vez que as medidas para a revitalização da grande lavoura da cana tiveram um alcance limitado, pois a falta de capital permanecia. Na verdade, a falta de capital dificultou o processo de modernização do complexo açucareiro, por

[99] BPEB, *Echo Santamarense,* A questão agrícola II, Santo Amaro,20 de agôsto de 1881.
[100] Idem, A questão agrícola V,Santo Amaro, 14 de setembro de 1881.

conseguinte a passagem com o mínimo de inconvenientes para o trabalho livre.[102] Todavia, não se pode atribuir à escassez de capital ao alcance limitado do processo de modernização: outros fatores contribuíram, tais como a rotina, a incapacidade organizativa dos senhores de engenhos e a dependência em relação aos comerciantes.

Segundo o *Echo Santamarense* era preciso vencer o inercialismo da maioria dos senhores de engenho, por isso cobrava deles um comportamento mais atuante diante das questões prementes à grande lavoura.

> [...] os escravos vão desaparecer em pouco tempo, é que sobreviver compreenderá o acerto do juízo que vamos externando presentemente. É tempo de formarem-se associações agrícolas em que nossos lavradores compenetrando-se dos seus próprios interesses, tomem medidas que os encaminhem a procurar os meios de remover os males que não podem deixar de cabrunhá-los poderosamente conduzindo-os a completa ruína.[103]

Anteriormente foi questionado se os "braços" realmente escassearam ou isso era apenas parte da retórica escravista, ou eram sinais de dificuldades com o plano gradualista. A resposta é afirmativa para as três questões, cabendo ressaltar a interdependência entre elas e a necessidade de qualificar a resposta em relação à escassez de braços. Diante da percepção da inexorabilidade do final da escravidão, verificou-se uma mudança no tom da discussão, sobretudo por parte dos setores escravistas mais esclarecidos, seja no plano nacional ou regional. A argumentação em torno da escassez de braços se tornou mais incisiva, porém isso não significou que ela tivesse se tornado menos retórica. Já foi dito, que a falta de braços foi utilizada pelos barões do açúcar baiano como um dos instrumentos de pressão para a capitalização da lavoura. A retórica se manteve, mas a necessidade de ações concretas para a organização do trabalho se tornou mais real. Como se manter no poder sem o controle sobre a força de trabalho? Agora, mais do que moeda de troca para a capitalização da lavoura de cana, estava em jogo a preservação dos privilégios de raça e classe dos senhores da escravidão.[104]

---

[101] Idem, Colonisacão, Santo Amaro, 19 de janeiro de 1882.
[102] A inconcretude das medidas de capitalização da grande lavoura de cana contribuiu para reforçar as discussões em torno da defesa da propriedade escrava, em muitos casos, a única fonte de liquidez imediata. Aqui reside um dos porquês da reivindicação da abolição com indenização.
[103] BPEB, *Echo Santamarense,* Organização do trabalho,Santo Amaro, 25 de janeiro de 1882.

A organização do trabalho e a "falta de braços" na década de 80

O acompanhamento do debate acerca da organização do trabalho, a partir do exame, principalmente dos periódicos locais, a exemplo do *Echo Santamarense*, proporcionou conhecer um pouco mais sobre os efeitos da estratégia da emancipação estabelecida na Lei do Ventre do Livre, no Recôncavo Baiano. Ao tempo que se abre espaço para as especificidades da região, reafirma-se o treze maio como uma quebra dessa estratégia da abolição lenta e gradual. O treze de maio resultou do desfazimento momentâneo do consenso entre as oligarquias nacionais acerca do final da escravidão. Dito de outra forma, os setores mais dinâmicos da economia brasileira (em particular o café) conseguiram estabelecer um novo consenso interno, ou melhor, a hegemonia acerca da melhor estratégia para manter o controle sobre a mão-de-obra e, evidentemente, pressionados pelo clamor das ruas, fizeram ruir o pilar de sustentação do edifício da escravidão entre as oligarquias escravistas. Daí porque se refutar a tese da abolição uniforme e com o mínimo de inconvenientes para os senhores de engenho nortistas. Para a maioria dos senhores de engenho baianos, o final da escravidão representou de imediato um corte nas suas pretensões de indenização da propriedade escrava, levando muitos à bancarrota, ao suicídio, ao abandono das propriedades. Mas estes foram os custos da falta de sincronia e da percepção parcial dos reais limites da escravidão. É certo que, ao longo da primeira metade da década de 1880, não faltaram sinais de alerta acerca das possíveis conseqüências que representariam para a oligarquia açucareira a brusca transformação do trabalho, assim como não faltaram propostas "salvadoras" da lavoura .[105]

Sobre a colonização nacional

O projeto do deputado provincial Caldas Brito - transcrito para o *Echo Santamarense* sob o título de "Assembléia Provincial" – considerava como causa principal da decadência da

[104] Os documentos registram a presença de senhores de escravos negros na Bahia, entretanto, além de minoria, freqüentemente sua condição de senhores era questionada até mesmo por um simples funcionário da burocracia.
[105] Barickman salienta que os escravagistas baianos e de outras partes, em 1881, tinham motivos racionais para acreditar que a escravidão, provavelmente, se estenderia até o final do século. Barickman, "Até as vésperas", p.229.

lavoura a falta de braços. "Os escravos diariamente diminuem e em ephoca não remota desde todo desaparecerão. O trabalho escravo é passado, o trabalho livre é o futuro".[106] Criticava a contratação de colonos europeus, pois não se adaptavam ao clima e o dinheiro gasto nisso seria em vão. As tentativas de trazer os asiáticos tenderiam a malograr, porque eles não eram bem vistos. Para ele, a solução estava em incentivar a colonização nacional, estabelecer escolas agrícolas teóricas e práticas para todos (filhos de fazendeiros, órfãos, pobres), isto é, uma educação voltada para o trabalho. A defesa da colonização justifica-se pela adaptabilidade do colono nacional, que se daria mediante a distribuição de lotes de terras, maquinários para cultivos diversos, aberturas de estradas, bancos agrícolas e elaboração de leis que obrigassem a todo cidadão a ter um meio lícito para viver, além de facilitar os meios para emprego dos desocupados.

No mês de agôsto publicou-se uma matéria na qual se defendia a instalação de colônias nacionais. O trabalhador nacional era apresentado como dócil, que se alugava por um pequeno jornal e não temia os rigores do clima. O principal problema que o afligia era a falta de instrução e boa alimentação. Defendia de forma semelhante ao projeto anteriormente referido, que as colônias nacionais fossem organizadas para o ensino agrícola prático, tendo por base a exploração das culturas alimentícias (mandiocas, aipins, batatas e outras raízes, cereais, leguminosas), criação de animais domésticos, além de hortaliças e frutas. Salientava que os terrenos deveriam ser escolhidos de tal forma que se pudesse variar, plantando cacau, café, fumo e outras especiarias. Chegou-se a um nível de detalhamento que se estimou o capital necessário para cobrir as despesas com instalação do núcleo colonial em cerca de 17 contos e seiscentos mil réis. É importante dizer que nessa proposta há uma sinalização para a diversificação de culturas de exportação como uma saída previdente para a crise, bem como apresenta elementos que vêm confirmar a hipótese de Barickman de pensar a transição para o trabalho livre no Recôncavo a partir da busca de alternativas, em outros cultivos, à produção açucareira.

[106] BPEB, *Echo Santamarense*,Santo Amaro, 17 de junho de 1882.

Concluiu dizendo que:

> É por este, e por outros meios práticos e racionaes em acção que devemos provar a excellencia das nossas terras e a força dos recursos da lavoura brasileira e sustentada pelo trabalho livre dos nacionais e dos estrangeiros, que verão em seu auxilio para a conquista e gozo das riquezas agricolas".[107]

É provável que a proposta do deputado Caldas Brito, uma vez aprovada, encontrasse sérias dificuldades para ser posta em prática, entre elas, a resistência imposta pelas oligarquias regionais (açucareira e cafeeira) a aplicabilidade da Lei de Terras. Como fazer a distribuição dos lotes de terras se o Estado Imperial não conseguia demarcar suas terras, fosse por inércia, inapetência ou, sobretudo, conivência com os interesses agro-exportadores que desejavam manter permanentemente as fronteiras abertas? O que se verificou ao longo dos anos 80 foi a hegemonização da estratégia dos cafeicultores que resolveram seu problema da mão-de-obra via imigração européia subsidiada pelo Estado sem a necessidade de promover a regularização fundiária. Contudo, Lígia Silva salienta que a Lei de Terras não deve ser vista apenas nos termos da sua aplicação ou não e, sim compreendida como resultado de um "processo histórico real que consistiu exatamente na adaptação da lei aos interesses de algumas camadas da população em detrimento de outras".[108]

Outra proposta do periódico era a reformulação da lei de locação de serviços, considerada um importante instrumento regulador das relações de trabalho no campo, que atenuaria a escassez de braços e reduziria os perigos da ociosidade. No entanto, a falta de rigor no cumprimento da lei de serviços, "affugentam-se [os jornaleiros] hoje de se prestarem com o seu trabalho, uma vez que estão sujeitos a vontade interesseira, e aos ajustes verbaes que muitas vezes não são compridos."[109]

Em um longo artigo, intitulado, "O Trabalho", o *Echo Santamarense* antecipou, de forma bastante previdente, as ações e comportamentos a serem adotados pelos senhores de engenhos para salvaguardarem os interesses da lavoura. "Todas as vezes que uma crise, um mal

[107] Idem,Colônias nacionaes I, 2 de agosto de 1882.
[108] Lígia Silva, *Terras devolutas,* p.344.
[109] BPEB, *Echo Santamarense,* O governo em face a lavoura, Santo Amaro, 26 de julho de 1882.

eminente ameaça uma classe ou associação, cumpre a mesma pelo espírito de conservação, antepor os meios de resistência para salvaguardar os seus direitos". Nesse sentido, aconselhou os senhores de engenhos a constituírem uma organização de defesa dos interesses da classe produtora, revelando o grau de fragilidade organizacional dos senhores de engenhos para enfrentar os novos tempos. "*Não convém esperar que o edifício desabe para então procurar os meios a sair de suas ruínas; antes dessa queda infalível, já devemos estar preparados para o novo método de trabalho."* Ao ser enfático com os proprietários para que saíssem da inércia e tomassem o destino nas mãos, relativiza o peso da escassez de braços na deflagração da crise."Não inteiramente é a falta de braços a causa do nosso atraso, não é inteiramente a falta de colonos, que venham procurar fortuna, o que faz a nossa ruína, é, sim a falta de espírito de classe."[110]

Enfim, os sinais foram emitidos, não se podendo atribuir à ausência de cenários de crise para os senhores de engenhos baianos, o estado de letargia em que mergulhara a economia do Recôncavo açucareiro baiano, sobretudo no pós-abolição. Eles não conseguiram evitar a *débâcle*. Pelo visto os sinais não foram decifrados pela classe produtora, se os ouviram, não escutaram, se os viram não enxergaram, particularmente, aqueles senhores de engenhos. Os resultados sugerem que os senhores de engenhos do Recôncavo apostaram na velha fórmula política da solução por dentro da escravidão, e da "ajuda" do Estado. Assim como fizeram durante as negociações para o fim do tráfico e preservação do status escravista, agora reforçavam o argumento da legalidade através da defesa do estatuto liberal do direito sagrado à propriedade, posteriormente, materializado na conservadora Lei dos Sexagenários.

Uma tentativa de inflexão: a defesa da legalidade como estratégia

A recorrência freqüente ao estatuto liberal da propriedade demonstrou claramente a perda progressiva da legitimidade da escravidão no seio da sociedade. A legitimidade social que se constituíra em um dos principais sustentáculos da estratégia política dos senhores de engenho baianos para a manutenção do complexo açucareiro escravista pós-tráfico vai sendo paulatinamente solapada pelo avanço do movimento abolicionista e pela política contraditória

[110] BPEB, *Echo Santamarense*, O Trabalho, 11 de junho de 1884. (meus grifos).

do estado imperial, através do acolhimento crescente de ações judiciais para a libertação dos escravos[111], pelas fugas, pela intensificação da pressão internacional, enfim, pela perda de competitividade do trabalho escravo frente ao trabalho livre. A instauração desse ambiente antiescravista nos primeiros anos da década de oitenta, se de um lado em sua aparência resultou numa "vitória" abolicionista pela libertação dos sexagenários em 1885, do outro, abriu caminho para a possibilidade de indenização da propriedade escrava e outros retrocessos.

O processo de desconstrução do ambiente escravista em curso encontrou nas linhas do periódico *Echo Santamarense* um adversário qualificado, baseando-se nos princípios liberais e na defesa do estado de direito. Perfilava-se o jornal junto àqueles que compartilhavam da condenação moral da escravidão e desejavam o seu fim, ao tempo em que se ancoravam nos mesmos princípios, não somente para criticar as ações do movimento abolicionista, qualificando-as de precipitadas e desorganizadoras da estratégia emancipacionista da lei de 28 de setembro, como também para defender o direito à indenização dos proprietários de escravos através do fundo de emancipação.

> [...] da lei de 28 de setembro leva pacificamente ao fim as suas salutares disposições no desideratum de extinguir inteiramente a escravidão, que ainda não pode de todo modo ser extinta, **sem grave ataque a propriedade e ao direito**, sem enorme descalabro das rendas publicas, sem o anniquilamento consequente da sociedade brazileira. [...] havendo recebido em compensação e como agentes, e instrumentos de trabalho os escravos que a lei considerou sempre como uma propriedade, como um valor e como tal acceitamos em retribuição aos onus que contrahimos como, pois havemos de ceder d'esse direito ou sermos arrancados dessa propriedade.[112]
>
> Apezar da indenização, a abolição não pode ter logar de uma vez, porque desorganiza o trabalho abala consideravelmente o credito, diminui a

[111]O *Echo Santamarense* relata a situação de um grupo de escravos do Engenho do Pato que receberam suas liberdades por meio de pecúlio em letras firmadas pelo antigo proprietário no valor de oito mil contos. Entretanto, este direito foi suprimido pelo juiz de direito para favorecer terceiros. Além disso, não proveu curadores aos escravos que, insatisfeitos, recorreram da decisão do juiz.(Echo Santamarense, Escravos do Pato pedindo justiça, 21 de outubro de 1882, ano II. n.103). Vale dizer que a posição do jornal em defesa da legalidade implicava em ir de encontro, em certa medida, aos interesses escravocratas, sobretudo nas ações de liberdades pleiteadas pelos escravos. Essa "independência relativa" do jornal , pode encerrar uma contradição, mas esta é aparente. Abertura de espaço para denúncia do abuso de autoridade se alinha perfeitamente com a defesa dos princípios da legalidade (lei nº 2040) e da propriedade privada. Mais tarde, justifica seu posicionamento a favor da indenização da propriedade escrava.

[112] BPEB, *Echo Santamarense,* Os pseudo-abolicionistas, Santo Amaro, 14 de abril de 1883. (meus grifos).

> produção , e altera a segurança publica. Os escravos se (?) de liberdade e acostumados a tutela não saberão viver de seu direito e reunidos sem meios de viver tendo horror ao trabalho se voltarão para a pilhagem e commetterão distorbios de lamentáveis consequencias, convêm, que a abolição se faça gradualmente, mas em um prazo, que não mate a esperança ainda do escravo que estiver adiantado em annos principiando a libertação pelos mais velhos; é justo que do beneficio aproveite todos.[113]

Cabe conjecturar se nesse momento, 1883, já estavam dadas as condições para uma abolição total. As evidências[114] apontam para uma resposta afirmativa, desde que preservado o direito de indenização à propriedade, em razão da forte resistência escravista. Na verdade, a defesa da legalidade da propriedade escrava se converteu numa espécie de última grande trincheira da escravidão.

> As disposições da lei n.2040 de 28 de setembro de 1871 constituem, em seu complexo um 'plano' de emancipação e não é licito ao governo, nem convém ao paiz, desvirtuar esse plano, truncando-o, e arbitrariamente pondo à margem algumas medidas, quando aliás foram todas consagradas por serem indispensáveis para salvaguardarem-se os interesses que se prendem ao objecto regulado pela lei"."os que se queixam de estarem os abolicionistas a promover numerosas libertações sem que os libertos deem garantias de ir trabalhar, devem antes queixar-se das autoridades que não fazem effectiva a lei que regula o caso e dos representantes da nação que em vez de fiscaes do governo se tornam seus cumplices e se fazem seus servos.[115]

Um ano mais tarde, na Assembléia Provincial da Bahia, discursava o deputado Barão Vila Viçosa, manifestando-se a favor de medidas que protegessem os interesses dos lavradores e comerciantes diante da crise do elemento servil, caso contrário, o país cairia em ruínas. Acusava os abolicionistas de sentimentalistas e de desvio do dinheiro do fundo de emancipação. Contrário à emancipação imediata e defensor dos princípios do fundo de emancipação, afirmava**:** "como demorar, se o fundo de emancipação não tem limites na lei e dentro de suas disposições o governo imperial pode libertar hoje o último escravo do país?".[116]

---

[113] ibidem, Providencia a bem da agricultura, Santo Amaro, 26 de abril de 1883.
[114] As evidências se fazem notar na preocupação crescente com o destino dos libertos, a necessidade de controlá-los, a cobrança de leis para coibir a vadiagem; nos chamados à responsabilidade coletiva dos agricultores para que se organizem e se previnam diante do fim da escravidão; no reconhecimento do crescimento da campanha abolicionista.
[115] BPEB, *Echo Santamarense,* Cumpra-se a lei, Santo Amaro, 7 de julho de 1883.
[116] APEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial, 77ª sessão ordinária em 14 de julho de 1884.

Em outros trechos do discurso, torna-se mais evidente que a defesa da legalidade da propriedade escrava e dos princípios estabelecidos na Lei de 28 de setembro de 1871 eram os pilares centrais da estratégia a ser seguida pelos senhores de engenho do Recôncavo baiano, dentro do processo emancipacionista brasileiro. Sobre a Lei de 28 de setembro disse: "A sabedoria da lei está em poder satisfazer o mais trôpego abolicionista e ao mesmo tempo prestar-se à emancipação gradual e sempre dentro das raias constitucionais".[117]

> O ponto de divergência entre nós é apenas o modus agendi: o governo quer a libertação imediata, sem indenização dos escravos sexagenários, e a gradual dos de idade inferior pelo aumento do fundo de emancipação à custa de vexatórios e multiplicados impostos sobre os senhores, e pela ação fatal do tempo, que fará uns atingirem aquela idade e outros desaparecerem nas voragens do túmulo. Nós queremos a libertação gradual sem atenção à idade e somente pela liberalidade dos seus senhores e pela indenização por parte do governo de acordo com as garantias ao direito de propriedade dos seus senhores e pela indenização por parte do governo, de acordo com as garantias ao direito de propriedade prometidas pela constituição do Império, com as salutares disposições da lei 28 de setembro de 1871, com os luminosos pareceres da maioria do conselho de estado, com a opinião nacional manifestada por meio de reclamações da imprensa, de representações da lavoura e do comércio.[118]

O Barão Vila Viçosa advogava ainda uma nova matrícula, isentando de multas os proprietários que não tivessem dado baixa nos casos de alforrias e mortes. Almejava modificações na Lei de 28 de setembro, de modo que se privilegiasse os escravos domésticos que vivessem em cidades ou centros populares ou estivessem em trabalhos não ligados à lavoura.

Um contraponto interessante à tese da legalidade foi apresentado pelo *Diário da Bahia,* que criticou o número de manumissões obtidas a partir do fundo de emancipação: cerca de 19 mil em treze anos, quando as manumissões particulares haviam chegado a 145 mil: "cada distribuição das quotas do fundo emancipador pode ser comparada a uma gotta que se tira do oceano da escravidão".[119] Nesse número constava também o parecer de Rui Barbosa sobre o projeto para emancipação do elemento servil. Ele se contrapôs à indenização dos senhores

[117] Ibidem.
[118] Ibidem.
[119] BPEB, *Diário da Bahia*,29 de setembro de 1884.

consubstanciada no direito à propriedade. Defendeu o estabelecimento de um salário mínimo a ser definido pelo Estado, caso as partes não chegassem a um acordo, além da ampliação do direito de movimentação do liberto em relação ao estabelecido no projeto.

No início dos anos 80, apesar de assentada em bases já fragilizadas, a aliança escravista norte-sul se mantinha. A fragilidade revelava-se, justamente, nas discussões das alternativas efetivas para a substituição do trabalho escravo: os senhores de engenhos baianos estavam entre aqueles que se mantiveram na trincheira do estado de legalidade. No entanto, os barões do café do oeste paulista (hegemônicos economicamente) optaram pela solução imigrantista, fortemente subsidiada pelo Estado como forma de compensação. Os antigos aliados dos baianos converteram-se rapidamente à abolição imediata, sem considerar a indenização direta à propriedade escrava. O treze de maio atendeu aos clamores das ruas e aos interesses imigrantistas na transformação do trabalho. Ficaria a cargo do "dia catorze de maio", isto é, dos rearranjos sociais estabelecidos no pós-abolição a compensação dos senhores de engenho.

RITOS DE PASSAGEM PARA O PÓS – ABOLIÇÃO NO RECÔNCAVO AÇUCAREIRO BAIANO

O uso da linguagem antropológica - ritos de passagem - incomum ao jargão da história econômica, serve aqui para reafirmar, peremptoriamente, que há questões incontornáveis para quem se propõe a percorrer os caminhos das relações sociais nas sociedades herdeiras da escravidão. Considerar a centralidade das relações raciais e da terra é um desses ritos de passagem, e o nosso Recôncavo Açucareiro constitui-se como um locus privilegiado para validar essa proposta de construção teórica, porque, até agora, os estudos sobre a região têm sido pautados pelo exclusivismo das categorias econômicas e sociais para compreensão dessa tão rica realidade. Trabalhar a hipótese da centralidade das relações raciais oferece a possibilidade de maior compreensão da realidade do pós-abolição, do destino dos ex-escravos, bem como amplia as possibilidades de comparação com outras regiões similares.

No plano internacional, as experiências haitiana e norte-americana constituíram-se em dois marcos catalisadores dos processos de transição para o trabalho livre nas Américas, por evidenciar as conseqüências extremas que poderiam resultar, para as sociedades escravocratas, a passagem para o regime de trabalho livre. No Haiti significou, dentre outras coisas, a mudança na composição étnica da classe dirigente. A experiência americana mostrou para o mundo que as disputas em torno do fim ou da continuidade da escravidão poderiam deflagrar um processo de beligerância total entre as elites dirigentes nacionais e resultar na ruptura da unidade nacional.

A experiência do estado da Louisiana analisada por Rebecca Scott é um bom exemplo para explicar como o processo de transição e o racismo operam dentro de uma sociedade, na qual a ruptura com a escravidão ocorreu através de uma guerra que quase levou à cisão do país. A Guerra de Secessão americana demonstrou para o mundo até que ponto poderia levar o tratamento não adequado da transição. Na Louisiana, apresenta-se um caso *sui generis*, pela forma como ocorreu, resultante de uma guerra civil como teatro da disputa entre dois "modelos de desenvolvimento" para os EUA, baseados em dois regimes de trabalho distintos e, ainda, não incompatíveis economicamente. A vitória do modelo nortista representou, inicialmente, para os negros americanos, a conquista de direitos civis e os deixou numa condição "privilegiada" enquanto interlocutores no Velho Sul. Isso nos conduz a um outro elemento diferenciador, que é a existência de um plano pós-emancipação, que garantia 40 acres de terra e uma mula para os negros americanos, uma política sem precedentes na América escravista, que segundo o ativismo negro americano, "eles não receberam".

Decorridos 12 anos do período de reconstrução, os negros americanos sofreram uma brutal repressão racial e o conseqüente retrocesso dos direitos civis. Apesar dessa política de segregação normatizar as relações raciais no pós-abolição americano, foi possível um certo fortalecimento econômico dos negros, pois datam do século XIX os *colleges* negros. Obtiveram ganhos relativos, embora infinitamente desiguais dentro do desenvolvimento capitalista americano, fosse ocupando autonomamente as poucas brechas surgidas, ou pela ampliação dos níveis de assalariamento face ao processo de modernização crescente. No caso do estado da Louisiana e demais estados do Sul, além da política segregacionista, a coerção

física foi uma prática bastante exercitada pelos fazendeiros para impedir a migração dos trabalhadores negros.

Ressalte-se que eles reagiram de diversos modos para garantir direitos e melhores salários, entre eles, o recurso à greve. Naquele estado, essa mobilização dos trabalhadores, negros em sua maioria, culminou nos eventos grevistas de 1887 e na reação violenta dos supremacistas brancos que se seguiu. Este episódio retrata bem como o racismo opera dentro de uma sociedade herdeira da escravidão no pós-abolição: em algumas situações, opera acima dos interesses de classes, na preservação da raça branca, impondo limites às alianças transraciais entre os trabalhadores. Em outras, submete-se de forma tênue aos interesses nacionais, como por exemplo, as alianças inter-raciais em torno da independência - a cubanidade, a brasilidade, a reconstrução americana, atuando, ainda, simultânea e conjuntamente aos interesses de classe para viabilizar a hegemonia de raça e classe.

Em suas conclusões, Rebecca Scott enfatiza as dificuldades para operacionalizar e historicizar o conceito de racismo que ultrapassa as fronteiras da psicopatologia:

> Não importa o cuidado com que investiguemos as relações de classe e as formulações sociais, há no racismo uma espécie de 'excesso' vicioso, como disse Thomas Holt, que muitas vezes desafia nossas tentativas de analisar as forças envolvidas. [...] O desafio mais difícil é historicizar o conceito de racismo a fim de compreender de que modo, num certo momento, comportamentos que em outras circunstâncias pareciam patológicos vêm a ser vistos como normais para muitos dos envolvidos, enquanto em outros momentos as divisões raciais vindas da escravidão foram efetivamente sobrepujadas na busca de objetivos comuns.[120]

Quais as outras lições que podem ser aprendidas destas experiências para a releitura do Recôncavo açucareiro? Uma das possibilidades é entendê-lo a partir da ausência do conflito racial explícito. Ao que se atribui essa ausência? Do ponto vista macroeconômico, Cuba e Louisiana são regiões que não mergulharam no estado de letargia econômica experimentado pelo Recôncavo açucareiro baiano, o que certamente pode ter contribuído para reduzir e

[120] Rebeca J.Scott, " Construção, transporte, ruptura da linha de cor: ação coletiva rural na Louisiana e em Cuba,(1865-1912)",*Estudos Afro-Asiáticos*,27(1995), p.129.

diferenciar os níveis de subsunção real e formal da população negra em relação ao capital. Do ponto de vista político, o grau de mobilização dos emancipados no pós-abolição, ao que parece, pelos menos na região em questão, esgotou-se na busca da liberdade em si. A sua consolidação, uma espécie de cidadania plena, tornou-se uma ação individual e não coletiva, identificada no fim das sociedades abolicionistas logo após a abolição ou na sua permanência apenas no campo filantrópico.

Não há, até então, registro de reivindicações explicitamente de cunho racial, ou melhor, a partir de uma leitura racial da realidade por parte das organizações negras da Bahia (Sociedade Protetora dos Desvalidos dos Homens Pretos, Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Sociedade Montepio dos Artistas na Bahia), como ocorrera com as associações negras nos EUA, e até mesmo no sul do Brasil, onde a população negra se tornou minoria graças à maciça imigração européia (há registros de uma imprensa negra, a Liga e a Banda dos homens de cor de Campinas). No capítulo 5, serão apresentados traços de uma protoconsciência racial, evidenciada no protesto efetuado por uma associação de operários contra a contratação de imigrantes europeus para trabalhar em obras públicas na cidade de Salvador, bem como a leitura racial contida na resposta dada pelo operário Domingos Silva a uma enquête realizada por um jornal acerca da carestia dos gêneros alimentícios na cidade de Salvador.

A tomada de posição afirmativa da centralidade do racismo para a compreensão do processo de transição do trabalho livre nas sociedades herdeiras da escravidão significa reconhecê-lo como um dos elementos estruturantes dessas sociedades. Parte-se de uma perspectiva diferencialista/dinâmica/recíproca que considera os (re)arranjos sociais surgidos da interação entre os sujeitos do mundo da escravidão, fundamental para entender aquele "excesso vicioso", já assinalado por Holt citado por Scott. Dito de outra forma, isso quer dizer que há um racismo formatado a partir das experiências da escravidão negra nas Américas, plenamente explicado pela sua própria natureza (mutante e mutagênica).

Não obstante, os argumentos propostos apontarem para o caráter metamórfico do racismo, cabe perguntar em que se metamorfoseia o racismo no Recôncavo açucareiro baiano durante o

pós-abolição. Na realidade, a resposta a essa pergunta é uma espécie de anverso da questão suscitada anteriormente no capitulo 2 sobre a invisibilidade do racial.

O racismo pode se manifestar desde sua forma e expressão visível, identificado numa política racial de estado, a exemplo das políticas de segregação racial (as leis Jim Craw nos EUA e mais tarde o apartheid na África do Sul), até as formas de expressão sutil que caracterizam a quase totalidade dos modelos raciais latino-americanos. Nesses modelos, o racismo é metamorfoseado: no racismo científico, na política de imigração seletiva perpetrada pelos Estados, nos princípios da eugenia que nortearam as reformas urbanas no final do século XIX, nos mecanismos de controle social das massas urbanas.

No Recôncavo açucareiro, o caráter metamórfico/mimético do racismo é investigado a partir do olhar racial dos mecanismos de controle social que possibilitam visibilizar os mecanismos raciais de controle subjacentes e também expressos nas reivindicações (classistas, raciais, filantrópicas) ou na simples e contundente ausência de reivindicações explicitamente de caráter racial por parte das instituições negras, a exemplo da SPD (Sociedade Protetora dos Desvalidos dos Homens Pretos, fundada em 1832).

A ausência de planos pós-emancipação que beneficiassem os libertos tem sido a tônica das sociedades herdeiras da escravidão, principalmente aquelas de maioria negra. Essa ausência deve ser entendida como parte da estratégia de preservação racial das elites brancas minoritárias. Por exemplo, qual seria o impacto para os negros brasileiros se houvesse a aplicação de um plano pós-emancipação nos moldes dos Estados Unidos (40 acres e uma mula)? Os estudos econômicos do pós-abolição, conforme já salientado no primeiro e segundo capítulos, quando reconhecem o problema, não aprofundam o debate porque, metodologicamente, o mantêm apenas dentro da perspectiva de classe, sem considerá-lo também sob uma perspectiva racial, o que nos permitiria apreender essa ausência como uma repactuação das elites brancas no pós-abolição.

A abolição representou, tanto no plano das mentalidades como no plano da cultura material,

uma espécie de "trauma" para os antigos senhores de escravos, sobretudo os senhores de engenhos do Nordeste, em particular para os senhores do Recôncavo açucareiro (depressão, indignação, inconformismo, letargia, incredibilidade, perda de patrimônio, metamorfose da riqueza), que resistiram até as últimas exéquias escravistas, muito embora as condições objetivas para o fim da escravidão estivessem postas. É importante salientar que alguns senhores de engenhos, e até a própria cidade de Salvador, já se preparavam para o término da escravidão, antecipadamente alforriando gratuitamente ou condicionalmente seus escravos, ou firmando contratos de trabalho como forma de mantê-los e assegurar a continuidade dos seus empreendimentos. Entretanto, mesmo para aqueles promotores dessa "antecipação" ou praticantes de atos de "redenção moral", não significou sequer uma conversão imediata aos princípios morais do liberalismo político e econômico, tão em voga à época.[121]

Torna-se essencial apreender como as mentalidades e as condições materiais operam no pós-abolição. Para tanto, cabe perguntar se as mentalidades representadas pela consciência/conversão 'moral' para a defesa do fim da escravidão prescindem ou precedem as bases materiais para a instituição de um novo regime de trabalho. As condições objetivas já estavam dadas para a abolição da escravatura através da introdução progressiva das bases para a generalização do novo regime de compulsão ao trabalho, que não necessariamente nem imediatamente significou a conversão ao trabalho livre e ao assalariamento.

No entanto, a mudança da mentalidade racial-escravista não é, necessariamente, sincrônica com as condições de materialidade do novo regime de trabalho necessárias à continuidade do padrão de acumulação de capital do eixo dinâmico da economia brasileira e não precisava sê-lo, pois não se constituiu em entraves imediatos ou incompatíveis com a reprodução do modelo. O que se esgota, fundamentalmente, são as bases materiais da escravidão, enquanto regime de trabalho para garantir a reprodução do modelo. Asseguradas as condições mínimas de continuidade com outro regime de trabalho, faz-se abolição, porém isso não nega a importância da resistência escrava, das ações contraditórias do Estado Imperial, da campanha abolicionista etc, para a destruição dos alicerces da escravidão.O importante é evidenciar os

[121] Ver Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910.* UNICAMP Ttese de doutorado), 2004, pp107-109.

limites dessas ações, sobretudo dos abolicionistas, no tocante à permanência da mentalidade racial-escravista no pós-abolição.

Ao que parece, essa mentalidade perpassa a própria ideologia do trabalho livre, presente nos princípios norteadores da política imigracionista brasileira - privilegiando os imigrantes brancos europeus, e manifesta nos posicionamentos assumidos pelos abolicionistas no pós-abolição. Houve um silêncio sobre os negros. Os abolicionistas tratavam da condição de escravos; poucos foram os esforços para integrá-los como cidadãos.[122]

Refiro-me a algo além da retórica, das ações filantrópicas, das comemorações festivas do 13 de maio nos anos que se seguiram à abolição, isto é, pressões políticas junto aos representantes legislativos para votarem leis que garantissem aos ex-escravos e aos seus descendentes até mesmo algum simulacro de um plano pós-emancipação. Aqui nos parecemos com as saídas americana e cubana. As propostas se encontram, de alguma forma: inviabilizar os negros, pois a sua ascensão coletiva significaria inviabilizar as elites brancas. Brancos abolicionistas e antigos senhores se encontram na preservação dos valores da civilização branca e ocidental contra a "nigrícia".

A permanência da mentalidade racial-escravista, com o fim da escravidão, fornece mais elementos elucidativos desse "excesso vicioso" do racismo. De forma preliminar, posso dizer que o racismo se metamorfoseia e se potencializa seja dentro da escravidão, do capitalismo ou em qualquer outro sistema econômico. Ele independe das condições materiais ou do regime de trabalho para garantir as suas condições de existência. Considerem-se as construções ideológicas oriundas do racismo "cientifico", característico do século XIX: tratar os não brancos, sobretudo os negros, como inferiores. Alguns até reconhecem sua humanidade, mas sua integração é como cidadão de segunda categoria. Observe-se que a humanidade (a

[122] Ver o que diz a Sociedade Bahiana de Immigração: "E si **o** assucar de canna, que constitue a sua principal industria no Reconcavo, ainda não pode competir com o que fabrica a provincia de Pernambuco, devemos esperar que com a transição do trabalho rustico do escravo para o trabalho intelligente do europeu chegue em breve a província da Bahia a não temer a competencia d'aquela". fl.3. APEB, Relatório apresentado pelo cons. João Capistrano Bandeira de Mello durante a passagem da administração da Província ao 1º vice-presidente des. Aurélio Ferreira Espinheira. Maço 974 de 29/2/1888.

civilização) não é algo nato, intrínseco aos povos não brancos. Ela precisa ser referenciada e validada através da comparação com o outro (branco). Assim, justifica-se o tratamento desigual, sem contrariar os princípios liberais e civilizatórios ocidentais.

Enfim, as hipóteses aqui discutidas objetivam manter a discussão acerca da centralidade das relações raciais para a apreensão do pós-abolição como uma questão em aberto e incontornável, uma vez que, tradicionalmente, o racismo tem sido concebido dentro do campo ideológico e subordinado aos interesses de classe e não pelo seu contrário, isto é, o econômico como um instrumento para a preservação da hegemonia racial. Daí a miopia em não conceber a hipótese da predominância do racismo nas relações sociais ou em reconhecer seu caráter estruturante, em particular, nas sociedades herdeiras da escravidão racial.

Uma discussão sobre outros caminhos possíveis da transição no Recôncavo Açucareiro

Um dos caminhos a serem percorridos entre aquelas discussões obrigatórias para entender o pós-abolição no Recôncavo Açucareiro é investigar com mais acuidade as questões relativas à terra. Essa percepção advém de um conjunto de indagações suscitadas a partir do exame, principalmente, dos Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia. Chamou-me a atenção, tanto nos pronunciamentos dos deputados provinciais como no relatório que serviu de base para a lei de Auxílios à Lavoura, a referência ao baixo valor da terra no Recôncavo como um dos óbices ao desenvolvimento da grande lavoura de cana, e posteriormente, já no pós-abolição, a marcante ausência de graves conflitos fundiários na região.[123]

Muito embora fossem parte do processo de transição para o trabalho livre, as questões relativas à terra no Recôncavo açucareiro emergiram como uma discussão correlata a outros temas (do tráfico interprovincial, o gravame do açúcar, dos auxílios à lavoura), diferentemente do que ocorrera em outras regiões do mundo do açúcar (Cuba, EUA) e, até mesmo, em outras

[123] Ver a importante discussão em relação à distribuição da propriedade fundiária e ocupação da terra no Recôncavo, em Barickman, *Um contraponto baiano,* cap.4.

regiões brasileiras após o advento da Lei de Terras, em 1850. Neste período esteve no centro do debate da transição para o trabalho livre, inclusive com ações explícitas, visando impedir o acesso dos ex-escravos à terra.

Em 1878, o deputado Arthur Rios discursava na Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, criticando o aumento do imposto sobre o escravo comercializado proposto pela comissão de fazenda para coibir o tráfico interprovincial, por penalizar o lavrador, uma vez que este não poderia dispor do escravo como meio para saldar suas dívidas. E subsidiariamente, afirmava:

> Nós sabemos que hoje a terra entre nós não obtém preço algum; que o credor que vai sobre o proprietário para cobrar uma dívida não aceita de modo algum em pagamento; procura, pelo contrário, receber em pagamento aquilo que de pronto pode converter em dinheiro; e atualmente o único bem que possui o lavrador, que pode ser prontamente convertido em dinheiro, é o escravo.[124]

A valorização da terra estava condicionada de um lado à existência de terras devolutas que tendia a forçar para baixo o seu preço e, do outro lado, ao processo de modernização da grande lavoura, através da instalação dos engenhos centrais em diversos pontos da província, o que criaria as condições para a fixação da mão-de-obra.

> Quando chegarmos a este ponto, o proprietário que tiver grande extensão de terras, longe de ter sobre si um pesadelo constante, como acontece atualmente; longe de encontrar a cada passo motivos de desgosto, de descontentamento, [...] porque verá que a terra terá valor que deve ter, como em outras nações [...].[125]

Outro pronunciamento, desta feita do deputado Garcia Pires, que, ao criticar a emenda orçamentária propositiva da taxação sobre o açúcar, apresentou, entre outras, a seguinte justificativa:

> Em principio a barateza das terras habilitou cada lavrador a tornar-se possuidor de um extenso domínio. Já nesse tempo constituía parte do domínio do lavrador um capital morto porque o mesmo trafico de africanos não podia oferecer números de braços suficientes para o aproveitamento das terras. Cessando o tráfico, o depreciamento dos terrenos foi aumentando na razão direta da diminuição dos braços. Daí grandes embaraços, embaraços

[124] BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, Sessões do ano de 1878, 75ª sessão ordinária em 20 de agosto de 1878, p.57.
[125] Ibidem.

> que muita vez nasceram até dos direitos de sucessão. Dando-se a partilha de uma propriedade entre muitos herdeiros, ou à propriedade deveria ser conservada, encabeçando-se nela um dos herdeiros com tornas aos outros, e assim geraram-se dúvidas que tornaram o proprietário insolvável, ou a propriedade seria dividida, perdendo o seu valor e prejudicando a todos.
>
> Sabe V. Exa que não por nosso gosto ou ambição conservamos essas grandes propriedades, em quais temos um imenso capital morto. Mas é que não têm elas valor, não as podemos vender, não temos com quem sobre elas transigir.
>
> Este é um mal de origem. Este mal agravou-se com as crises por que tem passado a lavoura.[126]

A partilha igual entre os herdeiros, ocasionando o desmembramento das propriedades, foi apontada por Kátia Mattoso como um dos três problemas que contribuíram para a queda da produção açucareira na segunda metade do dezenove.[127] Barickman argumenta que, apesar das limitações impostas pela documentação (inventários *post mortem,* registros de propriedades, especialmente de duas importantes e tradicionais freguesias produtoras de açúcar: N.Sra. do Socorro do Rosário do Recôncavo, localizada no município de São Francisco do Conde e de Santiago do Iguape, no município de Cachoeira) é possível afirmar que a economia exportadora não gerou uma estrutura fundiária uniforme na região: havia grandes proprietários nos distritos açucareiros tradicionais e pequenos e médios situados no lado sul e oeste do Recôncavo. Em relação à partilha, ele alerta que a ênfase sobre essa questão pode ser enganosa. A partir da segunda metade do dezenove, a crescente modernização da indústria açucareira passou a exigir, fundamentalmente, o capital para acompanhar essa evolução, algo de que a maioria dos senhores de engenho não dispunha. Esta injeção de capital foi conseguida mediante subsídios governamentais na década de 1890, que possibilitaram a modernização da indústria açucareira. Segundo Barickman, permitiu ainda o começo de consolidação das propriedades rurais na região.

> Em resumo, apesar do sistema de herança de partilha igual, os senhores de engenho conservaram firme controle sobre a propriedade rural nas freguesias da margem norte da baía. Seus engenhos não só se destacavam como grandes propriedades pelos padrões locais, como tinham dimensões adequadas para a produção lucrativa de açúcar.Ao mesmo tempo, essa concentração da posse de terra nas mãos de um grupo relativamente pequeno de proprietários distinguia açucareiros tradicionais das áreas do oeste e do sul do Recôncavo.[128]

---

[126] Idem,Sessões do ano de 1880, 68ª sessão ordinária em 24 de julho de 1880, pp.208-211.
[127] Mattoso, *A Bahia, século XIX,* pp.459-460.
[128]Barickman, *Um contraponto baiano,* p.189-190.

A questão da terra no Recôncavo açucareiro produziu uma peculiaridade bem interessante dentro mundo do açúcar. Não obstante a terra estivesse sujeita aos princípios econômicos, como qualquer bem econômico, a sua peculiaridade no Recôncavo foi justamente sofrer durante o processo de transição para o trabalho livre, de forma paulatina, uma espécie de "transmutação" da sua condição de bem econômico puro para a condição de bem político. Isso não significou em absoluto a perda das suas características econômicas (reserva de valor, fator de produção, etc), mas a incorporação dos elementos da esfera política. No pós-abolição, o que se viu foi a terra se converter em um bem dotado de características híbridas necessárias para satisfazer aos anseios de preservação do status social e racial dos oligarcas do Recôncavo Açucareiro, sobretudo durante a fase de descapitalização.

Durante a escravidão a queda no valor da terra reforçou a defesa da abolição com indenização por parte dos senhores de engenho como a única forma de evitar a descapitalização da lavoura, e ao mesmo tempo, assegurava-lhes a manutenção do status senhorial/racial/classe, isto é, o poder político. Por sua vez, no pós-abolição (período que vai da abolição em 1888 a até finais da década de 1890) o baixo valor da terra, aliado ao baixo dinamismo da economia açucareira, tendeu a facilitar o processo de negociação e permanência dos ex-escravos. O trabalho em troca de terras com os campos negros, diferente dos campos cafeeiros paulistas, nos quais as populações negras tiveram sérias dificuldades para permanecer devido à valorização econômica da terra e à concorrência com os imigrantes europeus. No Recôncavo, curiosa ou paradoxalmente, o baixo valor das terras deve ter contribuído para evitar o aniquilamento completo ou, dentro de uma perspectiva menos catastrófica, garantir uma espécie de "sobrevida" ao status de senhor de engenho, ou melhor, preservando e ampliando suas relações senhorias e clientelísticas. Se, por um lado, no sentido estritamente econômico, o baixo valor das terras significava um depauperamento do patrimônio, do outro, a propriedade de grandes extensões de terra demonstrava o potencial controle sobre a mão-de-obra, e não tardou muito em se converter novamente em efetivo. Essa hipótese de reconversão social e econômica das terras do Recôncavo Açucareiro pode ser um novo caminho a ser perscrutado, com vistas a uma melhor compreensão da complexidade do processo de transição na região.

Walter Fraga, ao analisar as trajetórias dos libertos e seus descendentes no Recôncavo, revela que as conquistas dos libertos estavam sob constante ameaça; entre elas, o sistema de partidas no qual o liberto trabalhava três dias na sua roça e quatro dias no canavial. Ele evidencia o "fogo cruzado" a que estiveram submetidos os ex-escravos e seus descendentes nas primeiras décadas do século XX: de um lado, a pressão dos usineiros para que eles destinassem tempo integral aos canaviais; do outro, a conversão das terras dos engenhos em pastagens para a criação de gado como forma de recapitalizar o patrimônio, " o que implicou na expansão das áreas de pastagens sobre espaços outrora dedicados às rocas. Para os descendentes dos escravos, isso significou menos alternativas de sobrevivência no campo" .[129]

Outro caminho a ser seguido é aquele que pensa a transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro para além do trabalho, dentro do processo de acumulação de capital na economia baiana. Sob essa ótica, o processo de transição não desencadeou mudanças estruturais na economia baiana; manteve-se o padrão de acumulação de capital. No entanto, no interior desse complexo político agro-exportador-mercantil, os anos de transformação do trabalho coincidiram com a perda progressiva de espaço político e (em menor escala) econômico do açúcar. Dentro e fora do Recôncavo açucareiro se intensificou o processo de diversificação das atividades econômicas e da pauta das exportações baianas, com o crescimento da participação do fumo, do café e do cacau. Embora a Bahia ainda permaneça mercantil e agro-exportadora, não se trata da troca de seis por meia dúzia, posto que nenhum desses produtos conseguiu criar um mundo semelhante ao açúcar, isto é, devolver à Bahia a pujança de outrora.

Havia por parte do capital comercial da economia baiana, principalmente dos segmentos ligados ao setor agro-exportador, o forte desejo de se tornar hegemônicos econômica e politicamente. Para tanto, era preciso subjugar os barões do açúcar que de certa forma já

[129] Fraga , *Encruzilhadas da liberdade,* p.229. A esse respeito conclui Lígia Silva: " a exclusão de parcelas significativas da população brasileira da propriedade da terra não deve obscurecer o fato de que a continuidade do apossamento, defendida pelos fazendeiros, tornou menos rígida a situação social no campo (em comparação com outros países) e permitiu a ocupação da terra pelo pequeno posseiro, mesmo que de maneira instável e secundária. Nesse sentido, seria possível talvez (só um estudo específico poderia confirmá-lo) falar-se no exercício de uma hegemonia por parte dos grandes fazendeiros, organizada em torno do acesso continuado às terras devolutas e integrando de modo subordinado os pequenos posseiros". Lígia Silva, *Terras Devolutas,* p.344.

estavam em suas mãos face à crise financeira, mas continuavam a controlar a política baiana. Essa será uma das questões a serem abordadas no quarto capítulo.

Em uma primeira apresentação do novo cenário das discussões sobre a transformação do trabalho no pós-abolição, pode-se afirmar que, em geral, a continuidade do padrão de acumulação da economia baiana facilitou a permanência da mão-de-obra liberta na região, com isso não se pretende negar a resistência havida à compulsão ao trabalho, mesmo porque esta ocorreu em outra escala. O fundamental aqui, conforme já salientado, é a emergência de elementos que reafirmam o significado político da conjuntura do *13 de maio*, como marco legal final do regime de trabalho escravo no Brasil e igualmente dos seus desdobramentos.

O 13 de maio de 1888 foi resultado das diversas ações individuais e coletivas que venceram a resistência escravista, com diferentes impactos sobre os sujeitos da escravidão. Aquele foi um momento de grandes celebrações no Brasil. O país, de fato, parou. O Brasil dava um passo em direção ao "mundo civilizado", livrava-se daquele "cancro", como se referiram à data vários articulistas, durante as passagens comemorativas que foram bastante efusivas nas duas primeiras décadas, para paulatinamente arrefecerem o brilho.

Do ponto vista da organização do trabalho, o *13 de maio* foi um momento de apreensão para as oligarquias baianas, que permaneceram atônitas e indefinidas coletivamente. Entretanto, atitudes individuais foram tomadas para a arregimentação e permanência da mão-de-obra. É importante lembrar que a falta de organização de classe foi um dos entraves assinalados pelo jornal *Echo Santamarense.*

A hipótese levantada se resume na seguinte questão a ser discutida e consubstanciada nos capítulos que se seguem: por quanto tempo durou o estado de perplexidade coletiva das oligarquias açucareiras baianas? Sob outro ângulo, o problema que se apresentava aos libertos e aos seus descendentes não estava no *13 de maio* em si (simbolicamente representado como momento de indefinição), mas no *14 de maio* (justamente o fim deste momento de indefinição) e, portanto, de reorganização coletiva dessas oligarquias através da definição de

estratégias e ações para garantir coletivamente a compulsão ao trabalho. Nesse sentido, a manutenção do padrão da acumulação de capital tendeu a favorecer a efetividade dessas estratégias de compulsão ao trabalho, uma vez que não havia necessidade de mão-de-obra especializada ou de uma nova mão-de-obra para assegurar sua continuidade, embora constantemente fizesse parte dos argumentos pró-imigracionistas, a alegação de falta de braços, a desídia dos libertos, a baixa qualificação da mão-de-obra nacional etc.

Nos capítulos quatro e cinco vamos nos deter sobre o cenário da economia baiana no pós-abolição e as questões fundamentais com que se defrontavam os antigos sujeitos da escravidão. Quais foram as estratégias adotadas para manter essa população, até então submetida às agruras da compulsão ao trabalho, sob a disciplina dos engenhos como empregados, moradores ou a viver sobre si ? Do ponto vista dos africanos e seus descendentes como ocorreu o processo de resistência e adaptação aos novos tempos? Enfim, quais foram as suas estratégias de sobrevivência?

CAPÍTULO 4

O RECÔNCAVO AÇUCAREIRO NO PÓS-ABOLIÇÃO (1888-1902)

Intróito

Um estado de perplexidade coletiva: assim se pode caracterizar os momentos iniciais do pós-abolição para os antigos sujeitos da escravidão. Um cenário de incertezas diante dos novos "tempos", fosse para os oligarcas açucareiros baianos defensores da abolição com indenização, fosse para os africanos e seus descendentes. O fim da escravidão não representou uma mudança no padrão de acumulação de capital da economia baiana. Entretanto, para o açúcar, significou o agravamento da já combalida posição de liderança absoluta na pauta das exportações, passando a dividí-la com outros produtos agrícolas: o café, o fumo e, sobretudo, o cacau.

A continuidade da crise da economia açucareira baiana nesse período envolveu diversas ordens de fatores, entre eles a incapacidade crônica das oligarquias açucareiras de criar as condições para o soerguimento da lavoura de cana e a disputa entre as frações do capital baiano em torno da sucessão política e econômica dessas oligarquias açucareiras. Na verdade, sob a sua perspectiva, havia pelos menos dois níveis de disputa: o primeiro, uma "guerra de posição" para manter a hegemonia do complexo açucareiro diante da iminente perda de espaço político e econômico, ocasionada pela ascensão e fortalecimento de velhos e novos sujeitos do complexo agro-exportador baiano; o segundo, uma "guerra interna" contra as idiossincrasias da maioria dos senhores de engenhos do Recôncavo baiano face ao processo de modernização ocorrido durante a escravidão e, ao que parece, agravado com seu final.

Evidentemente, estudar o desempenho da economia açucareira baiana no pós-abolição, nos seus diversos aspectos, é uma tarefa que ultrapassa os objetivos deste estudo. Assim,

primou-se por enfocar aqueles aspectos que possibilitem uma aproximação não linear daquela conjuntura e revelem a articulação entre o econômico, o racial e o político, conexão fundamental para compreender as respostas dadas pelos antigos sujeitos da escravidão aos "novos tempos" do Recôncavo baiano. Decorrente disso, o fato de eleger como *locus* preferencial da análise as discussões que envolveram a reorganização do trabalho no pós-abolição, buscando desvelar, de um lado, as estratégias empreendidas pelas elites dirigentes da Bahia, em particular pelos antigos senhores de engenhos que perderam seus escravos, mas não o status de "senhor"; e do outro lado, as estratégias de sobrevivência dos africanos e seus descendentes, objeto do quinto capítulo.

É importante salientar que o controle sobre os libertos e a necessidade de mantê-los sob a disciplina do trabalho eram preocupações centrais das elites dirigentes nas sociedades pós-escravistas. Entretanto, observam-se diferenças acerca dos mecanismos adotados para controlá-los, o que, por sua vez, guarda uma relação fundamental com o tamanho do passado escravista a ser administrado. Este é o ponto diferenciador em relação às interpretações dadas pelos estudos que primam pelo determinismo econômico ou atribuem ao racial um papel de coadjuvante na análise para entender o pós-abolição. A maior ou menor presença dos elementos raciais enquanto mecanismos de controle dos africanos e seus descendentes está na base do processo de estratificação dessas sociedades. Daí porque o centramento nos aspectos qualitativos mais que nos aspectos quantitativos daquela conjuntura, na construção desse entendimento que considera o racismo como elemento fundante para a compreensão da formação social baiana.

A atmosfera dos primeiros dias de liberdade e a reação de perplexidade e indefinição dos oligarcas e seus porta-vozes sinalizavam, a todo momento, que a economia baiana, em particular o Recôncavo, caminhava para a *débâcle* caso não fossem adotadas medidas urgentes com vistas à reorganização do trabalho, fosse compelindo o liberto ao trabalho ou arregimentando novas fontes de mão-de-obra.

No mês de janeiro de 1889, o *Diário da Bahia* retratou a grave situação vivenciada pelos engenhos localizados na Vila de São Francisco, um dos principais centros produtores de

açúcar do Recôncavo:

> [...] depois da abolição, que causou enormes prejuizos à lavoura e profunda desorganização do seu trabalho, e a que não acompanhou nenhuma das promettidas medidas, nem sequer as que dizião complementares, estamos com cerca de seis mezes de intenso sol, e portanto com uma secca declarada, e de que não há memória n'essa zona beira - mar , onde, por muito chuvosos os verões de 86 e 87, não puderão os proprietários realisar suas safras.
>
> Estão os engenhos, em geral, e os poucos que conseguirão realisar uma pequena safra com o trabalho quase paralysado, e já se fazem sentir ameaças de fome.
>
> As questões financeiras, econômicas do trabalho, da emigração, de crédito adaptado à lavoura estão a reclamar immediata solução.[1]

Ainda em janeiro de 1889, desta feita no *Diário do Povo* sob o título de "Crise desesperadora" , relatava-se que:

> A situação em que se tem parado os centros agrícolas da provincia vae levando a todas as outras fontes da nossa vida econômica e social as consequencias funestissimas que presagiam o aniquilamento das forças vivas do trabalho.
>
> Por toda parte ouvem-se em côro, as sentidas e justas lamentações dos lavradores, que lutam com duas calamidades: a seca e a falta dos braços laboriosos.
>
> O pouco que resta das colheitas e safras a serem aproveitadas está sendo inutilisado pelas inclemencias do sol que queima as plantações com uma crueldade atteradora.(...)
>
> Por todo reconcavo das cidades visinhas e pelo centro da provincia pesa uma fatalidade destruidora das ultimas esperanças dos lavradores.
>
> E nós que descrevemos palidamente as tristes verdades, pintadas pelas ultimas cartas recebidas e presenciadas em parte por nós mesmos, não podemos também deixar de apontar as suas causas.
>
> É facil encontrá-las: parte nas fatalidades da natureza; parte no desprezo a que o governo condenou a lavoura.
>
> Amolentados nos foufos cochins de uma gloria que reivindicam com a promulgação do 13 de Maio, reforma que não lhes cabe definitivamente porque já tinha sido imposta pela consciencia universal do paiz, os diretores do estado e seus prepostos nunca procuraram, com seriedade e com afinco, satisfazer a lavoura com os beneficios que decorrem daquela

[1] BPEB, *Diário da Bahia*, Villa de São Francisco, 6 de janeiro de 1889

> lei.
>
> Jamais impugnamos o mais brilhante acto de justiça que a nação tem merecido; mas o estado actual do centro apresenta-nos um scenario lugubre diante das desgraças que a malandragem tem ocasionado, esta mesma malandragem que auxiliada pela seca deserta das fazendas, para fazer das escassas plantações uma coivara.[2]

Era evidente o estado de paralisia que dominava os campos do Recôncavo e demais regiões, segundo os lavradores, ocasionado pelas intempéries, pelo descaso do governo e pela escassez de braços. Esta escassez de braços, diria momentânea, provavelmente se deveu às estratégias iniciais de muitos libertos que buscaram seguir caminhos alternativos longe dos seus antigos espaços de vida e trabalho de tristes memórias.

No dia seguinte, 15 de janeiro de 1889, o *Diário do Povo* voltaria à carga para denunciar o clima de insegurança que pairava sobre o Recôncavo, em particular sobre a cidade de Cachoeira, após o fim da escravatura, e clamava por medidas complementares urgentes que reprimissem a ociosidade, denotando que havia braços, mas estes ainda não estavam à disposição do capital. Estavam os libertos a exercer sua autonomia sob as mais variadas formas – desídia, saques, roubos de animais, incêndios:

> Ninguém ignorava que a radical transformação porque passavam os nossos costumes, as nossas leis e a nossa lavoura, após o advento da abolição dos escravos, (sic) traria implicitamente [...] desorganisação, influindo poderosamente em nossa economia: e todos [...] que a luminosa lei deveria ser [...] de urgentes e efficazes medidas que reprimissem a vagabundagem, prevenindo o crime.
>
> O governo preoccupou-se com a questão financeira, descuidando-se da social, que primeiro devia ser ventilado e resolvida. Introduziu capitaes no paiz, mas não tratou de procurar braços para pôr em jogo as forças productivas do paiz, nem de prevenir a deserção do trabalho, o saque as fazendas e os crimes que de um modo assustador estão se reproduzindo.
>
> Os furtos de animais, o fogo lançado a propriedade alheia. Como acaba de ser a do nosso digno amigo tenente coronel José Joaquim de Novaes e Albuquerque; o espancamento (...) a uma senhora e a um rapazinho liberto, defloramento (...) .[3]

[2] APEB, *Diário do Povo*, 14 de janeiro de 1889

[3] BPEB. *Diário do Povo*, Falta de Segurança. 15 de janeiro de 1889.

A assinatura do Barão de Vila Viçosa, autêntico representante da oligarquia açucareira, em uma série de três artigos, sob o título "A lavoura da canna de assucar, as causas de sua decadência n'esta província e o seu estado depois da lei 13 de maio", publicados no *Diário da Bahia* nos primeiros meses do ano de 1889, configura bem o estado de coisas dos "novos" tempos.

No primeiro artigo, o Barão de Vila Viçosa apresentou uma radiografia da crise da lavoura açucareira, afirmando que ela conseguiu resistir à ignorância, à má divisão de bens nas heranças, às custas judiciais na transmissão de bens e ao gravame dos impostos. Entretanto, após as epidemias (febre amarela, cólera), que diminuíram os braços disponíveis, associadas à moléstia das canas e à concorrência do açúcar de beterraba, chegou-se a uma situação praticamente insustentável:

> Engenhos desfabricados pelas perdas dos braços, e não podendo produzir assucar em grande escala e não remmunerando com a pequena quantidade produzidas nas peiores condições, as despezas da fabricação as da substituição de utensilios deteriorados e a conservação de todos os seus aparelhos, foram pouco a pouco, se fundindo em lettras a juros elevados, pondo os proprietarios sob a tutela (...) dos negociantes.[4]

O Barão criticou ainda a falta de recursos para o Instituto Imperial Agrícola, que, até o momento, não havia produzido resultados práticos, assim como a falta de legislação para evitar a divisão das propriedades agrícolas entre muitos herdeiros, "bastava que a lei considerasse indivisiveis, para que em vez do seu fraccionamento, ficasse plantado o salutar systema da associação entre elles".[5] Defendeu que os acessórios indispensáveis à manutenção das propriedades não poderiam ser alienados para pagamentos de custas judiciais e impostos e a instituição de bancos de crédito agrícola que emprestassem a juros baratos e a longo prazo, sob forma de penhora de capitais ou hipoteca. Finalmente, contrário ao sistema de comissões para atrair os imigrantes, argumentou favoravelmente a promoção de uma corrente imigratória de diversas nacionalidades através de leis que incentivassem a imigração espontânea.

[4]BPEB. *Diário da Bahia*, 23 de fevereiro de 1889.
[5]Ibid.

O Barão de Vila Viçosa afiou ainda mais sua pena em defesa dos interesses oligárquicos na segunda parte do artigo e, com isso, jogou mais luzes sobre alguns aspectos da conjuntura pré e pós-abolicionista baiana, pouco explorados pela literatura da escravidão, entre eles, o processo de abolição como um desfazimento, ainda que momentâneo, do consenso nacional estabelecido entre as oligarquias, no qual o maior ônus coube às oligarquias nortistas defensoras da abolição com indenização. Uma evidência disso, é o fato de o final da escravidão ocorrer, coincidentemente ou não, durante a colheita da safra da cana, momento em que mais se precisava de mão-de-obra. Registre-se, mais uma vez, as estratégias individuais empregadas pelos barões do açúcar do Recôncavo para não sucumbir à desorganização inicial do mercado de trabalho.

> Luctavão ainda os lavradores para vencerem a moagem da maior parte de sua safra com os grandes obstaculos produzidos pela perturbação geral do trabalho em consequencia da desmoralisação e da fuga quotidiana de escravos, da degeneração das cannas, da quase impossibilidade do combustível em um verão todo chuvoso, como foi o passado, quando o telegrapho annunciou-nos a passagem da lei de 13 de maio.
>
> [...] a perda de todos os braços justamente na ephoca da colheita da safra, com a impossibilidade de uma prompta substituição d'elles, e a falta absoluta de recursos para pagamento de salarios, uma só interrogação, partida de todos os ângulos do imperio, echou aos ouvidos do governo.
>
> Que é dos meios de que dispondes para [manter] na continuação do trabalho agricola dos vossos libertos; para evitar os perniciosos effeitos da vagabundagem; para prover os lavradores de braços facilitar-lhes dinheiro já para os salários e dar-lhes o crédito de [que] agora mais carecem para desenvolverem a sua industria?
>
> [...] respondeu com recrutamento dos seus novos cidadãos, com a promessa de colonisação chinesa, com desvio do fundo de emancipação para presentear os bancos e com a negativa do pagamento da indennisação aos proprietários.[6]

Os primeiros dias de liberdade aos olhos da oligarquia açucareira: caos, indignação e comiseração.

Assim traduzo os sentimentos vivenciados no pós-abolição, de um lado, perplexidade, indignação e injustiça, sentimentos que acometeram o Barão de Vila Viçosa e seus pares

[6] BPEB. Barão de Vila Viçosa, *Diário da Bahia*, 24 de fevereiro de 1889.

diante daqueles primeiros dias de liberdade. Do outro, libertos inebriados pela possibilidade concreta de exercer livremente o controle sobre o seu tempo de vida e trabalho. O clima de caos e indefinição não se perpetuou por muito tempo. A "liberdade do fluir do nada fazer", logo apresentaria seus limites: um deles, a necessidade de garantir a sobrevivência em meio a uma conjuntura de carestia dos gêneros alimentícios. Era visível a preocupação do Barão de como manter o controle sobre os destinos dos libertos, não apenas para assegurar a reprodução econômica do complexo açucareiro, mas também para assegurar a perpetuação das hierarquias raciais e sociais. Isso se torna evidente quando ele considera que os negros e negras são ignorantes, agem por instinto e sucumbem facilmente aos "vícios e às paixões mais desregradas", ou seja, não sabem o que fazer com a liberdade. Ao que parece, era inconcebível aos olhos da oligarquia açucareira, pelo menos naqueles dias iniciais de liberdade, que os negros e negras pudessem viver "sobre si" e longe da "proteção" do complexo Casa Grande&Senzala.

O caos:

> Os ex-escravos durante todo aquele mez nada mais fizerão senão vadiar, sambar e embriagar-se. Grande parte d'elles n'este municipio, onde habito, abandonarão as propriedades e forão para a cidade de Santo Amaro, os mais velhos e preguiçosos limitarão-se a ficar nas suas casas e sem se prestarem a mais nenhum serviço. Todos raciocinarão da seguinte forma *se quando nós éramos escravos estávamos sujeitos ao trabalho de todos os dias, agora que nós somos libertos, não devemos mais trabalhar*. Não podião pensar diferentemente os que, acostumados a olhar o trabalho como um titulo de abjecção, viam-se de um dia para o outro, abandonados à sua ignorancia, obedecendo unicamente aos habitos da indolencia e ás suggestões dos vícios e das paixões mais desregradas. Os casebres da cidade ficarão logo atulhados de negras entregues a prostituição.[7]

A indignação:

> Havia eu partido no trem para Santo Amaro no dia 12 de maio, deixando a fabrica trabalhar, e quando no dia 14 voltei não tinha meios de se prosseguir o serviço de moagem, e nem d'isso me pude admirar, por que já vinha da cidade sem meu criado, que desde o dia 13 tinha tomado um tal carraspanha, que ainda no outro dia não podia mecher-se e só no seguinte appareceo-me de cara toda arrebentada para dizer-me que não

[7] Ibid.(meu grifo)

> queria mais ser meu criado e ia procurar um outro meio de vida.[8]

A auto-comiseração:

> Quando mães de famílias qualificadas virão-se obrigadas a ir para a cosinha, quando creanças ficarão sem amamentação, viuvas octogenarias forão forçadas a esmolar o pão pelas portas, quando os proprios libertos incapazes de trabalho, abandonados pelos filhos morrerião de fome e se não contassem com a caridade de seus ex-senhores, estava eloquentemente demonstrado que a lei 13 de maio era um ponto final à colheita da safra.
>
> Assim aconteceu: todos os engenhos pararão a moagem, perdendo-se no campo mais de metade das cannas.[9]

A busca individual de uma alternativa de transição: o uso dos agregados

> [...] estando com grande porção de canna na fabrica, para que ellas não azedarem nos picadeiros, como aconteceu a diversos collegas meus, teve precisão de recolher aos aggregados que se prestarão ao serviço mediante salário, enquanto esgotassem-se os picadeiros. Depois disso vi-me forçado a parar com o trabalho[devido] a falta de braços.[10]

A adoção de outras estratégias por parte dos senhores de engenhos pode ser observada no comunicado enviado pelo Barão Moniz Aragão, presidente da Câmara Municipal da Villa de São Francisco do Conde, ao presidente da província da Bahia, Manuel do Nascimento Machado Portela, seis dias após a promulgação da Lei Áurea. Nele, o Barão afirmava que:

> [...] antes de terem noticia da definitiva apresentação do projecto da lei ao corpo legislativo quasi todos os proprietários deste termo havião manumitido incondicionalmente seus escravos ingênuos, na supposição de que desta maneira obstarião á retirada em massa das propriedades para a capital e poderião organizar novo trabalho. Me parece, que gosão dos últimos proprietários o coronel José de Teive e Argolo e Tenente Coronel Vereador Constancio José de Queiroz, aliás reconhecidos pelo seu excellente espírito de caridade, e eu mesmo em sete de maio, aniversario natalício de um de meus filhos assim procedi em relação á 346 individuos, sendo 203 escravos e 143 ingenuos, ainda existentes na três propriedades de engenhos denominadas Cassarangongo, Maracangalha e

[8] ibid.
[9] ibid.
[10] ibid.

> Mataripe, onde já habitão considerável numero de antigos moradores e libertos anteriormente do meu cazal.[11]

Apesar dessa "antecipação", não se conseguiu evitar a evasão momentânea de braços, conforme demonstra o seguinte trecho do comunicado:

> [...] Portanto, ao ponto da libertação que se propoz a lei sanccionada em 13 de maio, posso dizer à V. Exa com segurança que n'este município á ninguém tomou de sorpreza a sua promulgação, que nem os proprietários se illudirão com supposição de prazo nem os sujeitos aguardarão a solução legislativa. Tudo já se anarchisou antes do tempo e tudo continua na maior confusão!!! Nas propriedades mais moralisadas, em cuja conta tenho as do meu domínio, há o que qualifico de respeitosa inércia. Nos últimos quinze dias ninguém trabalha, ninguém comprenhende o que lhe convem nem sabe o que vae fazer. Aqui não há enthusiasmo delirante pela decantada liberdade; há disposição para viver do que por descuido vir do céu, em forma de carne e farinha, sem trabalho, e o do que poder furtar-se do vizinho [...].
>
> Abundão a vagabundagem e os furtos audaciosamente, até nos pastos; por ora, os carneiros bem sabem. Os proprietários tem feito propostas convenientes; mas tudo está em suspenso e declamação; somente com vagar se poderá conhecer a verdade nua e crua deste péssimo e perigoso estado em que decahiu este município.[12]

O *Diário da Bahia*,[13] em matéria intitulada "Assalto à propriedade", traz à tona indícios de outra estratégia adotada pelos senhores de engenhos. Curiosamente, a matéria noticia a invasão do engenho Bomba, de propriedade do Cap. Francisco Ribeiro Lopes, pelos capangas do engenho Mataripe, de propriedade do Barão Moniz Aragão. Os capangas tocaram fogo nas casas dos trabalhadores e os levaram amarrados para o engenho Mataripe. Embora faltem elementos para uma análise mais pormenorizada do conflito, pode-se dizer que a atitude do Barão Muniz Aragão, ao não se furtar em recorrer ao expediente da violência na disputa por braços, acrescenta dois elementos importantes ao debate do pós-abolição no Recôncavo: primeiro, a continuidade da violência-extraeconômica enquanto parte da estratégia de arregimentação da mão-de-obra, não importando que ela pudesse ser usada contra membros da própria elite; segundo, a falta de definição clara de uma estratégia coletiva para o controle do trabalho por parte das

[11]APEB, Seção colonial-provincial, Presidente da Província 1881-1889, Governo da Câmara de São Francisco do Conde 1888, Maço 1436.
[12] Ibid.
[13]BPEB, *Diário da Bahia*, 28 de março de 1889.

oligarquias açucareiras do Recôncavo.

Embora defendessem uma abolição com indenização, alguns dos grandes e influentes proprietários de engenhos no Recôncavo Açucareiro, não foram absolutamente surpreendidos. Em certa medida, até se prepararam para o final da escravidão. Evidencia-se mais uma vez o clima de indefinição e tensão daqueles dias, contudo cabe indagar até que ponto esse clima também não fora alimentado pelos próprios senhores de engenhos, como forma de ampliar seu poder de barganha junto ao poder provincial e imperial. Vejamos mais essa passagem do comunicado:

> [...] Achando-nos aqui à mercê da fatalidade e não deverá V.Exa sorprehender-se quando accontecer, que voltem libertos exigindo a permanência na propriedade, sem trabalho nem aluguel ou qualquer arranjo com o respectivo senhorio, simplesmente em previsão da prometida abolição da propriedade em proveito exclusivo do liberto. De que meios dispõe a autoridade, nessa circunstancia, para garantir o proprietário contra tal intruzo ou rebelde? Por ora, ainda tem algum valimento a força moral de que gozava um ou outro proprietário; mas cessando este paradeiro, à que vamos recorrer, que surta effeito contra a vadiação e o crime?[14]

De volta ao Barão de Vila Viçosa e sua cruzada em favor da lavoura açucareira, o último artigo da série sobre a cana-de-açúcar voltou suas atenções para os efeitos do 13 de maio sobre as relações de poder dentro do complexo açucareiro. Ele constatou que, após o 13 de maio, as fortunas agrícolas foram consideravelmente diminuídas, em razão do aumento das despesas dos lavradores com o pagamento de salários e da retração do comércio. O resultado foi a intensificação da pressão dos negociantes para o recebimento das dívidas, conseqüentemente, o agravamento das tensões e do desequilíbrio de forças em favor dos negociantes e banqueiros, o que ocasionou o abandono e a perda da safra, gerando dificuldades para os engenhos centrais. Segundo ele, o governo a tudo assistia, de camarote, enquanto muitos lavradores, diante do estado de penúria, eram obrigados a vender boi e vaca. Por fim, alertava que:"Não devião, porém, ser os lavradores as únicas victimas de semelhante estado de cousas; também os libertos; depois de terem esgotado na vadice os pequenos recursos que tinhão, devião ficar privados de ganhar o pão, por que

[14] Ibid.

ninguém lhes podia pagar o trabalho".[15]

Apesar do hiperbolismo dos relatos, não se pode negar que o momento era de indefinição em geral, e, particularmente, para a oligarquia açucareira do Recôncavo. Diante do malogro inicial do plano "A" - a abolição com indenização - qual seria o plano alternativo? Antes de responder a esta interrogação faz-se necessário saber por quanto tempo durou o estado de perplexidade. Um dos caminhos é investigar o debate acerca da falta de braços na Bahia: se havia de fato escassez de mão-de-obra ou era apenas a velha retórica escravista. A priori, a ausência de uma corrente imigratória estrangeira significativa para o estado da Bahia alimentou o forte conteúdo retórico dessa crise.

Cabe ressaltar que essa discussão está ausente na literatura sobre a economia baiana do pós-abolição. Não obstante os limites de uma análise preliminar, o historiador Ubiratan Castro de Araújo admite que o massacre empreendido pelo Estado brasileiro sobre Canudos pode ser identificado como um dos possíveis marcos finais do processo de reorganização do trabalho.[16] A violência brutal que marca a destruição de Canudos se constitui também em um recado aos Treze de Maio[17], informando que o Estado e a sociedade em geral não tolerariam situações semelhantes que representassem uma possibilidade de organização autônoma coletiva da população (negra e mestiça), fora de qualquer controle das oligarquias e dos poderes constituídos.

Já foi dito que o término da escravidão não atingiu de forma capital o complexo agro-açucareiro baiano, como se propugnava à época, mas redefiniu a correlação de forças no seu interior. Previu-se uma crise catastrófica; entretanto, ao avaliar o complexo agro-açucareiro em sua totalidade, observa-se que, em certa medida, a crise não chegou a se configurar na intensidade que propalavam os seus interlocutores e porta-vozes. Talvez o hiperbolismo dos discursos tenha funcionado como sinais de alerta para que se buscasse,

[15] BPEB, Barão Vila Viçosa, *Diário da Bahia*, 26 de fevereiro de 1889.
[16] Comentários sobre o pós-abolição na Bahia realizados no Centro de Estudos Afro-Orientais, em julho 2002.
[17] Assim eram chamados os libertos no pós-abolição. Havia até uma ladainha ("nem papel, nem papagaio não quero conta com Treze de Maio"), citado pelo prof. Ubiratan Castro de Araújo.

de forma urgente, os meios para soerguer a lavoura de cana. Contudo, esta compreensão não significa subestimar os efeitos da abolição sobre a economia açucareira, ou negar que o mundo criado pelo açúcar entrou em ruína. Proceder dessa forma seria desconhecer os aspectos estruturais da crise, isto é, sua natureza crônica. É fato que senhores de engenhos do Recôncavo morreram de melancolia ou desgosto, perderam suas fortunas, mas também é fato que eles sobreviveram, mantiveram o status de senhor, resignificaram a função da terra face à diminuição crescente do seu valor intrínseco.[18] Forçaram a acomodação e se acomodaram dentro da redefinição da correlação de forças dos novos tempos. Nesse aspecto, foi através do Estado e do seu aparato institucional que os antigos senhores conseguiram preservar o real e o imaginário do complexo Casa Grande & Senzala, seja pela entrada na burocracia (secretários, juízes, promotores, desembargadores, chefes de policia) ou no ente político (governadores, deputados, intendentes, senadores) e, assim, conseguindo recompor parte de suas fortunas, em alguns casos e, em outros, ampliá-la. Desse modo, os antigos senhores de engenhos e seus comensais, ainda que momentaneamente deserdados, conseguiram a indenização pretendida com a abolição.

As considerações feitas anteriormente são parciais, o rigor acadêmico exige mais vagar e tratamento acurado das fontes documentais. A tarefa, agora, é evidenciar mais claramente os elementos que possibilitaram formular essa interpretação sobre o 14 de maio, de modo a reduzir as chances de cair em tentações anacrônicas e em conjecturas tão peculiares aos recém-convertidos ao ofício de historiador.

Estagnação e diferenciação

A revisão da literatura econômica sobre a Bahia no pós-abolição revela um consenso entre

[18] A proposição é que a redução progressiva do valor das terras no Recôncavo, inclusive com o simples abandono de algumas, diante da necessidade de assegurar a sua sobrevivência política e econômica, levou parte dos proprietários a mantê-las mais como espaço de barganhas clientelísticas, através da cessão de terras aos ex-escravos e aos novos agregados, do que como reserva de valor. O clientelismo se constituiu em uma das principais práticas políticas da Primeira República. Isso é inconteste. Entretanto, é importante perceber sua presença como fundamental no processo de recomposição e manutenção das fortunas dos antigos senhores de engenhos durante a primeira Republica. Embora, economicamente, o negócio do açúcar se mostrasse cada vez mais inviável, era justamente a força política do complexo açucareiro que lhe garantia sobrevida. Ver mais a esse respeito, Silva, *Terras Devolutas*, cap.XIV.

os estudiosos. A extinção do estatuto legal da escravidão e o advento da República não consignaram uma alteração do padrão de acumulação de capital da economia baiana, que se manteve agro-exportadora e subordinada aos interesses do capital bancário e comercial, principalmente aos interesses dos setores ligados ao comércio de exportação e importação.[19] Em estudo já considerado clássico da historiografia econômica baiana sobre a inserção da Bahia na evolução nacional, os pesquisadores, Ubiratan Castro de Araújo e Vanda Sá Barreto demonstraram como essa subordinação remontava aos tempos imperiais:

> Numa época em que a economia imperial passava por circunstâncias tão instáveis, as casas exportadoras estrangeiras, tendo as condições e facilidades de crédito fornecidas pelas suas casas matrizes, passaram naturalmente a controlar as atividades produtivas da Província. Controle este que lhes permitia manter elevado o nível das suas transações mesmo quando um dos produtos tinha problemas de produção ou de aceitação no mercado internacional.
>
> A atuação do capital comercial na Província foi marcada pelo não envolvimento na produção (entendido como a não solidariedade nas perdas) mas pela sua dominação pelos mecanismos de crédito e mercado. O que foi possibilitado pelo raio de ação da praça comercial da Bahia e pelos tipos de produtos, que sendo marginais no mercado internacional não justificavam a especialização.[20]

A economia baiana se constituiu em um caso clássico da fase imperialista do capitalismo, na qual as atividades motrizes da economia estavam de tal forma atreladas à lógica do capital comercial-bancário local e ao grande capital internacional, representado pelas firmas comerciais de exportação e importação[21]e pelos bancos internacionais (ingleses, alemães, franceses), que praticamente "bloqueavam" as condições objetivas de

---

[19] Ver Westphalen, Bach & Krohn, *Centenário: Bahia 1828-1928.* Bahia, 1928; Wildberger, A. *Notícia histórica de Wildberger e Cia. 1928-1942*.Bahia: Beneditina, 1942. Thales de Azevedo. *História do Banco da Bahia1858-1958*.Coleção Documentos brasileiros. Rio de Janeiro: José Olympio,1969; Rômulo Barreto de Almeida. *Traços da História Econômica da Bahia no Último Século de Meio.* Planejamento , v.1.set/out.1973. Salvador- Fundação Pesquisa. CPE, 1973; K.M. de Q. Mattoso, *A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. Bahia.Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação Pesquisa.CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional: 1ª etapa 1850-1889.* Salvador, 1978. Francisco Marques de Góes Calmon. *Vida econômica-financeira da Bahia, elementos para a História,1808/1899*. Salvador: Fundação de Pesquisas-CPE,1979. Bahia.Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas -CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional: 2ª etapa 1890-1930.* Salvador, 1980. Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE. *A economia baiana de 1850 a 1930: algumas questões (contribuição técnica a 33ª reunião anual da SBPC).*Salvador, jul/1981; Waldir Freitas de Oliveira. *História de um Banco: o banco econômico*. Salvador, Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico.1993;

[20]Fundação CPE. A inserção da Bahia,.v.1.p.78

[21] Ver a trajetória de duas autênticas representantes : a alemã – Westphalen e a suíça Wildberger .

endogenização do crescimento, como também o fomento de outras atividades que escapavam a essa lógica. A importância do setor externo é real, porém precisa ser relativizada face ao risco, no plano da análise, de subestimar a dinâmica interna da economia baiana e o desenvolvimento de outras atividades complementares dentro e fora da praça comercial de Salvador.[22]

Essa hegemonia do capital comercial-bancário se estende ao plano institucional, manifesta nas inúmeras ações em defesa dos interesses dos setores ligados ao complexo agro-exportador praticadas pelos governos que se sucederam na chefia do executivo baiano, independente da coloração partidária, durante a Primeira República.[23]

> Em nenhum momento as práticas governamentais se descolam das necessidades impostas pelo bom andamento da vida da 'Praça Comercial'. A intervenção é relevante: garante os juros para os empreendimentos inovadores; socorre as sucessivas 'crises' do açúcar; cria a infra-estrutura necessária; mantém a "paz e a ordem" e irá prestar a informação básica para a compreensão de que novos tempos estão surgindo – a realização de empréstimos junto a bancos estrangeiros.[24]

Nos primeiros seis meses da República, essas práticas governamentais já eram alvo de denúncias em matérias publicadas pelo *Pequeno Jornal*, periódico oposicionista ao governador provisório Manoel Victorino Pereira. Sob o título, "A' s.exc..o sr.genersl. Governador deste Estado", criticou a situação da colonização no estado e o descaso do governo. Denunciou que as comissões encarregadas de fundarem os núcleos coloniais em Vila Nova e nos vales dos rios Jequitionha e Pardo sofreram oposição da Inspetoria Especial de Terras e Colonização.

Em documento encaminhado ao Governador Virgilio Damásio, o inspetor especial Dionísio Gonçalves Martins afirmou textualmente que o relatório apresentado pelas duas comissões: "não pode ter a nossa approvação sussitando-se d'esse facto desintelligencias

[22] Ver José M. P. O. Baptista e Ubiratan Castro Araújo. *Notas sobre a importância da intermediação comercial e financeira na Bahia(1850-1930) in A economia Baiana de 1850 a 1930: algumas questões.* CPE. Jul/1981.p.12.
[23]Ver Consuelo Novais Sampaio, *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.
[24] Baptista, José M.O.P. e Araújo, Ubiratan C. *Notas sobre a importância* , p.10.

mortificadoras que tem prejudicado o serviço, gravando o erário improficicamente(sic)"; prosseguiu "se ao em vez do que foi decretado, essas comissões demarcadoras de lotes tivesse iniciado-o no trabalho no litoral como pedio esta Inspectoria innumera vezes em terrenos já descubertos e experimentados ao plantio, já alguma coisa de sério já teria fundado com esperanças de rápido desenvolvimento". Segundo o inspetor, haveria, inicialmente, certas localidades que caberiam perfeitamente para a realização do programa de colonização. Assim, enumerou: primeiro, a Ilha de Itaparica, "onde pela módica quantia de 45:000#000rsse pode obter uma área de bons terrenos aptos a toda cultura"; segundo,"os antigos engenhos de Aratu e Cotegipe marginais das linhas fornecem a extensão igual ao precedente[...] de terrenos de variada natureza podendo adaptar-se a diversos tipos de cultura; terceiro, "o núcleo em identicas condicções no Iguape(Cachoeira) outros análogos nos municípios de Santo Amaro e Nazareth".[25] Coincidentemente, essas localidades estão situadas próximas ou dentro do perímetro do Recôncavo Açucareiro, onde os seus proprietários, provavelmente senhores de engenhos, estavam descapitalizados. Daí as ilações apresentadas pelo *Pequeno Jornal.*

> Foi n'estas condições que s.exa. sem mais conhecimentos, além das suspeitas informações da Inspectoria Especial, resolveu dissolver as commissões, alegando presumidamente a má execução do serviço profissional e o excesso de despezas, quando, entretanto, as comissões, em um anno do exercício, não chegaram a despender metade da verba que lhes havia sido destinada![26]

Acusou ainda o governador Manoel Victorino e a Inspectoria de estabelecerem um outro plano para a solução do problema da imigração: "Foi então que, por insinuação interessada da Inspectoria Especial, emprehendeu S.Ex. a compra, por alto preço, de terrenos cansados, no recôncavo d'esta capital, principalmente em Itaparica, onde pretendia fundar burgos agrícolas"[27]. Essa suspeita de favorecimento a antigos senhores de engenhos foi confirmada quando, em outro artigo, sob a epígrafe, "Collaboração", o *Pequeno Jornal*, voltou a denunciar a política de colonização do governador Manoel Victorino, inclusive acusando-o, entre outras coisas, de superfaturamento na construção da hospedaria dos imigrantes:

> [...] como também das razões da conveniencia publica autorisaram a

[25] APEB, Seção de Arquivo Colonial Provincial, Presidência de Província, Terras Publicas e Colonização, Série: Viação(1889), Maço 4850, fl.623.
[26] BPEB, *Pequeno Jornal*, 12 de maio de 1890.
[27] Ibid.

> despeza de quarenta contos de reis(!) com a compra de uma velha fazenda, com pequena área de terrenos cansados e reputados insalubres, na Vila de Itaparica, operação esta ordenada pelo ex-governador nos últimos dias de sua administração [...]consta ter sido offerecida esta mesma fazenda a um particular pela quantia de 8 contos de reis, que mesmo assim foi rejeitada.[28]

Essas práticas estavam em perfeita sintonia com o caráter patrimonialista do Estado brasileiro, cuja fronteira entre o público e o privado era constituída por uma linha tênue. A figura jurídica da descentralização instituída pela Constituição da República muito contribuiu para que essa fronteira fosse constante e facilmente ultrapassada. Essa promiscuidade no trato da coisa pública, evidentemente, somada às limitações impostas pela permanência do padrão de acumulação centrado no setor agro-exportador, contribuiu certamente para a redução da margem de autonomia do Estado em auferir novas fontes de receitas, sendo este freqüentemente obrigado a recorrer a empréstimos externos - dadas as dificuldades crônicas (falta de numerário) de acesso a crédito interno - a fim de cobrir os déficits nas contas públicas. Assim, a desvalorização cambial, de que o governo estadual não tinha controle, se, por um lado, aumentava as possibilidades de realização das exportações baianas, por outro, era certo o crescimento em moeda nacional do serviço da dívida, reduzindo parte do ganho obtido com essa desvalorização. Esse círculo vicioso foi experimentado por todos os governadores baianos ao longo da Primeira República, isto é, uma espécie de herança maldita recebida do antecessor e repassada ao sucessor.

Os trechos das mensagens dirigidas aos deputados estaduais baianos por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos pelos governadores Joaquim Manoel Rodrigues Lima(1896) e José Marcelino de Souza (1905) ilustram a cronicidade do problema:

> O serviço da dívida interna, que pezará por muito tempo ainda sobre o nosso movimento financeiro, entorpecendo a marcha progressiva do Estado.[29]
>
> Se d'aquele bonito saldo a nosso favor, porém, deduzir-mos as grandes quantias remettidas, annualmente, para a Europa, a titulo de renda e de amortizações dos capitaes estrangeiros aqui collocados,[...] fica o líquido do dito saldo reduzido a muito pouco.

[28] BPEB, *Pequeno Jornal*, 19 de maio de 1890.
[29] APEB, Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia pelo Exmo Sr. Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, Governador do Estado, 1896.

> Para um Estado rico e novo como o nosso, é pouco lisongeira esta situação econômica.[30]

Para a quebra desse círculo, seria necessário romper estruturalmente com o modelo de acumulação, isto é, substituir o eixo dinâmico da economia baiana (fomento à política de industrialização) e, dentro do próprio modelo agro-exportador, implementar ações para reduzir a dependência dos intermediários externos, buscar novos mercados, aumentar a produtividade agrícola (vencer a rotina, ensino técnico, popularização da educação primária), entre outras. Um rompimento dessa natureza requereria, entre outras atitudes, uma mudança de mentalidade das elites baianas, uma visão de futuro, acerca das suas decisões ou opções de investimento, em última instância, significaria ir além da lógica rentista ou do capital usurário.

Sobre o grande capital comercial na economia baiana, afirma Gustavo Falcon:

> Operam como representação de sindicatos bancários imperialistas, companhias de navegação, de seguros, possuem fábricas e manufaturas e, sobretudo, submetem o produtor agrícola com financiamentos usurários, com taxas de juros elevadíssimas e prazos apertados, muitas vezes utilizando não apenas seus recursos próprios, mas recursos postos à disposição pelo Estado, que são repassados gananciosamente. **São inúmeras as famílias da elite baiana ainda hoje cujas fortunas foram forjadas com recursos usurários – porque não inescrupulosos?** – de tais expedientes, que não são localizados: sofrem com eles combalidos "barões do açúcar" , os pioneiros pequenos produtores de cacau, garimpeiros de diamantes, plantadores empobrecidos de fumo, etc.., enfim, o conjunto de produtores submetidos ao controle especulativo de uma ou duas dezenas de casas comerciais de porte, boa parte das quais estrangeiras.[31]

Cabe observar que os "barões de açúcar" não compunham um bloco monolítico, portanto, o "sofrimento" deles foi desigual. Muitos participavam ativamente desse circuito do capital usuário. Basta ver que, nos seus testamentos, foram encontrados títulos públicos, apólices,

[30] APEB, Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na 1ª Sessão ordinária da 8ª Legislatura pelo Dr. José Marcelino de Souza, Governador do Estado, 1905.
[31] Gustavo A. O. Falcon "Preeminência do Capital Comercial na Economia Baiana(1850-1930)" In. A economia Baiana de 1850 a 1930,p.25-6.

ações de bancos comerciais, imóveis etc. [32]

Outra possibilidade de ruptura daquele círculo seria uma repactuação das forças políticas dirigentes, face à ascensão de novas elites oriundas de outros setores econômicos. Na história da República Velha, essa possibilidade se fez presente com a ascensão de Getúlio Vargas, no plano nacional, em 1930. Inicialmente, houve um revés na política brasileira e a Bahia, que mais uma vez se colocara na contramão dos acontecimentos. Assim como ocorrera durante a proclamação da República, viu-se preterida. Nesse sentido, é importante o registro da avaliação feita por um porta-voz esclarecido das elites baianas, Clemente Mariani[33], sobre a revolução de 30, classificada por ele como "A revolução madrasta":

> Mesmo assim, até à Revolução de 30, a economia baiana, modesta mas equilibrada, se perdia para o maior desenvolvimento, sobretudo industrial, dos Estados do Sul, ainda conseguia, graças sobretudo à nova lavoura do cacau, acumular margens de poupança que lhe permitiam, como há um ano passado salientou em carta ao Sr. Presidente da República o atual Governador do Estado, 'realizar, às suas próprias custas, investimentos relativamente importantes [...].
>
> A revolução de 30 trouxe, entretanto, no seu bojo, duas conseqüências da maior gravidade para os interesses econômicos da Bahia. A primeira foi o soçobro do prestígio político do Estado, sem nenhuma afinidade com o movimento vitorioso, tanto pelas características do espírito conservador e jurídico das suas elites, como em conseqüência da união de todos os seus partidos em apoio à chapa presidencial liquidada pela Revolução. A segunda foi a instalação como fonte legislativa, inclusive em matérias tributária e nas correlatas, como comércio exterior, da vontade discricionária do Chefe do Governo, sujeito apenas às influências dos que lhe giravam em torno, por direito de conquista do poder, ou levados pela mão de algum deles, de qualquer modo excluída qualquer participação da Bahia na elaboração daquela vontade legislativa discricionária.[34]

É interessante notar que esse distanciamento foi relativamente momentâneo, pois a falta de interlocutores próprios na Bahia, como ocorrera durante a proclamação da República,

---

[32] Kátia Mattoso. *A Bahia, Século XIX:uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1992.cap.31.
Ver lista dos acionistas do Banco Econômico da Bahia. Livro de Contractos e Distratos de 1893, p.277-93-Junta Comercial da Bahia. Ver também Waldir Freitas Oliveira. *História de um Banco*, p.84. que contém a transcrição da carta endereçada ao Barão de Jeremoabo, figura proeminente da oligarquia açucareira, por João Moreira Pinho, solicitando apoio para sua eleição ao cargo diretor do banco.

[33] Presidente do Banco da Bahia, jurista, parlamentar, Ministro de Educação e Saúde no governo Dutra, Presidente do Banco do Brasil na gestão do Ministro Eugenio Gudin.

[34] Clemente Mariani. *Análise do Problema Econômico Baiano*. Planejamento. Salvador, 5(4), out/dez.1977.p.64.

levou o governo Vargas a “garimpar” entre os antigos membros da velha oligarquia baiana os elementos para a composição da sua base de sustentação no Estado, apesar do seu poder discricionário. Enfim, era a velha política de acomodação novamente em ação. [35]

Sob os auspícios dessa política foi construída uma imagem de Bahia que caminhava a passos lentos, como se estivesse mergulhada em profundo estado de letargia. Nos anos 50 e 60 do século XX, os intelectuais foram convocados ao debate acerca das causas desse atraso. A situação era considerada tão complexa que chegaram a caracterizá-la como um enigma.[36]

Cabe indagar se os qualificativos atribuídos à Bahia durante a República Velha - baixo dinamismo, economia modesta ou a alcunha de **“mulata velha”** [37]- deve-se à proeminência da lógica do grande capital comercial sobre as demais atividades ou do espírito rentista dos homens de negócios da praça da Bahia.

---

[35]Ver Consuelo Novais Sampaio, *Partidos Políticos da Bahia.*

[36]Ver o célebre artigo de Manoel Pinto de Aguiar, “Notas Sobre o Enigma Baiano´”.Salvador, *Planejamento*,5(4), out/dez.1977.

[37] Essa era a imagem da Bahia no cenário nacional durante a Primeira República. Não faltaram protestos fervorosos e indignados dos intelectuais e da alta sociedade baiana. Um desses episódios foi relatado pelo periódico *Jornal da Manhan*, em 25 de outubro de 1908. "Já tivemos occasião de dizer, em abril do corrente anno, ao sr. senador Azeredo, proprietário da revista ilustrada - O Malho, em presença do illustre conselheiro Ruy Barbosa, **que sua revista fazia com a Bahia a maior das injustiças , representando-a sempre ou como uma negra mechendo panellas, ou como uma mulata de trunfa e chinellas, ou então representando seus homens políticos com as vestes de sexos trocados, quando não debaixo da forma de animaes asquerosos.**" (meus grifos)
Segundo o autor do artigo, dentro do Brasil, a Bahia, era o único estado que recebia esse tratamento.
“[...] Explicamos então donde se originou o tal costume banal de chamar-se a Bahia de - mulata velha, de um dito cômico-espirituoso de Gaspar da Silveira Martins, que foi fabricador delles e do qual dous somente escaparam, que foram, o tal: - o poder é poder, e o relativo a Bahia ; - devemos respeitar a mulata velha".
A resposta da sociedade: "[...] A lição consistirá na repulsa, por parte de nossas patrícias, jovens e elegantes, e pelo publico em geral , por todos os números de revistas illustradas do Rio, que trouxeram a Bahia tão indignamente figurada!Greve geral: ninguém comprará a gazeta ou revista, e assim ellas se deixarão d'esse tão mao verso e feio gosto". Interessante que o artigo faz referencia a caricatura de outros paises ocidentais - todos representados por figuras arianas, ou nas palavras do autor: " intelligentes, bellas , dignas". Segue o desalento:
"[...] e da Bahia, sob as formas de uma negra africana, ou de uma mulata chinelluda. A cada um sua gloria.
Estes typos, pode-se dizer que foram creados no Rio, para a Bahia, de sorte que, quando nas revistas theatraes apparece um typo de mulata requebrando-se nos dengues do maxixe, ou uma preta de trunfa e saia desponta nas ruas da bella capital, todos dizem a uma só: l'a vem a baihiana". Para uma certa camada do Rio e do Sul do paiz não existe, na Bahia, ninguém que não seja assim."
Vale dizer que o autor escreveu propositadamente na data de um acontecimento marcante na cidade de Salvador, que era a disputa da Federação dos Clubes de Regatas, segundo ele um dia para dar uma licão, : "[...] escolhemos muito de propósito o dia hoje, por ser o dia de uma festa elegante, chic e de civilisacão"

As respostas não podem ser perscrutadas no econômico strictu senso. Até agora, o recorte dado pela literatura econômica, bem como suas conclusões, sugerem pontos encobertos, vozes silenciadas em relação aos aspectos subjetivos que, à época, condicionaram as decisões de investimento dos agentes econômicos; ou, quando os reconhecem, os enquadram na categoria de fatores extra-econômicos sem, contudo, evidenciar a articulação entre eles. Nesse sentido, é importante a referência à análise inovadora e precisa acerca da influência dos aspectos psicológicos na tomada das decisões de investimento, feita por Keynes na Teoria Geral, *"O estado da expectativa a longo prazo":*

> O estado da expectativa a longo prazo, que serve de base para as nossas decisões, não depende, portanto, exclusivamente do prognóstico mais provável que possamos formular. Depende, também, da *confiança* com a qual fazemos este prognóstico – à medida que ponderamos a probabilidade de o nosso melhor prognóstico revelar-se inteiramente falso. Se esperarmos grandes mudanças, mas não tivermos certeza quanto à forma precisa com que tais mudanças possam ocorrer, nosso grau de confiança será, então fraco.
>
> *O estado de confiança,* que é o termo comumente empregado, constitui uma matéria à qual os homens práticos dedicam a mais cuidadosa e desvelada atenção. *Todavia, os economistas não analisaram esta matéria com o devido cuidado e se limitaram, no mais das vezes, a discuti-la em termos gerais.* Em particular, não se demonstrou com clareza que sua relevância relativamente aos problemas econômicos decorre da considerável influência que exerce sobre a curva da eficiência marginal do capital. Não se trata de dois fatores distintos exercendo a influência sobre o fluxo de investimento, ou seja, a escala da eficiência marginal do capital e o estado de confiança. O estado de confiança é relevante pelo fato de ser um dos principais fatores que determinam essa escala, a qual é idêntica à curva da demanda de investimento.[38]
>
> [...] Ao calcular as perspectivas que se oferecem ao investimento, devemos levar em conta os nervos e a histeria, além das digestões e das reações às condições climáticas as das pessoas de cuja atividade espontânea ele depende principalmente.
>
> Não devemos concluir daí que tudo depende de ondas de psicologia irracional. Pelo contrário, o estado de expectativa a longo prazo é, no mais das vezes, estável e, mesmo quando não seja, os outros fatores exercem seus efeitos compensatórios. O que apenas desejamos lembrar é que as decisões humanas que envolvem o futuro, sejam elas pessoais, políticas ou econômicas, não podem depender da estrita expectativa matemática, uma vez que as bases para realizar semelhantes cálculos não existem e que o nosso impulso inato para a atividade é que faz girar as engrenagens, sendo que a nossa inteligência faz o melhor possível para escolher o melhor que pode haver entre as diversas alternativas, calculando sempre que se pode, mas retraindo-se, muitas vezes, diante do

[38] John Maynard Keynes. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda,* São Paulo: Abril Cultural, os economistas, 1983.p.110.(meus grifos)

capricho, do sentimento ou do azar.[39]

A centralidade nas condições objetivas, seja com ênfase nos fatores exógenos (lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho, o controle dos mercados pelo grande capital internacional, a inserção subordinada) ou com ênfase nos fatores endógenos (questionamento da visão oceânica que não considera a dinâmica interna das economias periféricas, a articulação da burguesia local com a burguesia internacional) para explicar o baixo dinamismo da economia baiana deixou de fora do debate outra ordem de fatores igualmente importantes, que influenciaram a realidade objetiva daqueles agentes econômicos. Entre eles, o fato de a Bahia ser uma sociedade herdeira da escravidão e majoritariamente negra, embora seja difícil perceber explicitamente. A rigor, não é algo a ser encontrado na superfície, nos textos e nas falas dos agentes, como essas características influenciaram as decisões de investimento. Entretanto, podem ser lidas nas entrelinhas, a exemplo da falta de confiança manifestada pelos homens de negócio da Bahia em se associar aos bacharéis da terra. Veja-se os comentários de Clemente Mariani sobre o ambiente da praça da Bahia, quando iniciou sua carreira de advogado, em 1921:

> Prevalecia ainda nos meios tradicionais da Bahia o conceito de inferioridade das profissões mercantis ou industriais relativamente às profissões liberais, exercidas por homens de educação superior, os formados em direito, medicina, ou engenharia. Reconhecia-se, é verdade, o mérito da realização de Luiz Tarquínio, construindo, com o apoio de comerciantes esclarecidos, a então modelar fábrica da Boa-Viagem, mas isso era um pouco levada à conta da sua educação "prática", para não dizer "inferior", realizada no estrangeiro [...]. As vinte e poucas usinas de açúcar sediadas no Recôncavo, embora em crises periódicas, eram ainda consideradas a sublimação da antiga lavoura nobre dos senhores de engenho e como tal à frente de meia dúzia delas se encontravam alguns doutores em medicina e bacharéis, ocupados em conservar e se possível desenvolver os respectivos patrimônios da família [...] Não é, assim, de admirar que o julgamento dos comerciantes sobre os doutores e bacharéis, - "uns poetas" , lhes fosse, por sua vez, desfavorável. Nos assuntos de direito, entregavam-se-lhes confiantes, como entregavam a saúde ao médico da família. Nem de longe, porém, a idéia de associar uns ou outros aos seus negócios. Quanto à construção das suas residências preferiram " mestres de obras" de confiança, enquanto os engenheiros que não conseguiam colocação nos poucos cargos públicos, não tinham outro recurso senão embarcar para o Sul.
>
> A descrença quanto aos resultados práticos da educação era fortalecida pelos exemplos pouco eloqüentes de alguns filhos de comerciantes abastados que os pais haviam feito educar na Europa, em colégios

[39] Ibid., p.118.

aristocráticos.[40]

Na verdade, o clima de desconfiança se estendera aos membros das elites, pois, originalmente, sobretudo no pós-abolição, estava relacionado às características étnicas da maioria da população que compunha a mão-de-obra potencial, considerada como racialmente inferior, portanto, incapaz e insuficiente para alcançar os padrões civilizatórios ocidentais.

A correspondência de Francisco Moniz Barreto de Aragão - o Visconde de Paraguassu, proprietário do engenho Vitória, membro da tradicional oligarquia açucareira, doutor em ciências jurídicas e sociais pela Universidade de Heidelberg na Alemanha, cônsul geral do Brasil na cidade de Hamburgo - endereçada a Rui Barbosa, fornece elementos preciosos para a compreensão do aspecto fundante do racismo no pós-abolição baiano.

> O que V.Excia diz relativamente ao caracter do brasileiro, é infelizmente exacto. Mas, discordo de V.Excia em um ponto. V.Excia que foi abolicionista esta em seu direito de atribuir nos por deffeitos à escravidão... Penso que a escravidão em nada contribuiu para estragar-nos. Possuí escravos, não observei que o ter sido possuidor de escravos, houvesse feito de mim peior que fui creado por Deus Nosso Senhor.
>
> **O que estragou-nos foi a convivência com o negro. Isto sim!** A desgraça consistiu em introduzil-os no Brazil. [...] Os norte-americanos, matando-os na praça pública, sentem que o elemento negro é incompatível com a civilização e a grandeza de uma nação tão adiantada.[41]

Decorridos exatos 35 anos, Góes Calmon, outro importante membro da oligarquia baiana, Governador do Estado em 1924, relacionava a estagnação da Bahia à presença desses fatores extra-econômicos:

> [...] Causas, quiçá ethnicas, agglomeração humana, constituída por elementos dispares em raça e no processo mau e vicioso da transplantação até então havida da maior parte de seus elementos constitutivos; sociaes, políticas, econômicas, financeiras, physicas, e destas sobretudo, as climatericas, repetindo-se em cyclos decenaes,

[40] Clemente Mariani, *Análise do Problema Econômico Baiano*, p.118.
[41] FCRB. Correspondências.CR 980(1). 6 de marco de 1892(meu grifo). Agradeço a profa. Wlamyra Albuquerque pela cessão de cópia desse documento.

> notadamente, nos annos terminados em 3 e 9, períodos de secca,...[42]

Ele foi criticado, na introdução à re-edição do seu livro pela Fundação de Pesquisas CPE e Banco Econômico, por imprecisão e ausência de categorias teóricas que explicassem as origens das crises por ele assinaladas.

> [...] O declínio histórico da Bahia é procurado nos fatos e fenômenos desastrosos.[...]
>
> Por certo, fenômenos físico-naturais ocorreram. Mas na interpretação panorâmica de Góes Calmon, eles não conseguem ser articulados analiticamente, não conseguem expressar a dinâmica das transformações mais profundas que estão por trás da estagnação regional. Algumas causas sacadas, entre as muitas, como aquela que aponta na direção de uma "degeneração" racial não encontram qualquer respaldo científico no pensamento contemporâneo.[43]

As críticas acima dirigidas a Góes Calmon são pertinentes, sobretudo a crítica aos determinismos, seja de ordem climática, geográfica ou racial. Entretanto, é importante salientar que essa crítica também se baseia em outro determinismo, desta feita o econômico. Com efeito, será que classificar a afirmação de Góes Calmon como desprovida de cientificismo, por si só, é suficiente para garantir que a composição étnica da população baiana ou que outros fatores extra-econômicos não tiveram influência sobre as decisões de investimento daqueles homens de negócios, ou seja, sobre suas decisões de acomodamento e permanência dentro do modelo agro-exportador ?

Ao contrário, afirmo que essa influência é uma hipótese perfeitamente cabível, mas, para tanto, é fundamental reconhecer a articulação entre o econômico e o extra-econômico. Não se trata de uma articulação simples, ou de enquadrar o extra-econômico apenas como elemento de um mosaico, e, sim, uma articulação diacrônica entre ambos, de tal ordem que não há lugar para uma posição fixa entre determinante e determinado: ora é um, ora é outro, ora se manifestam sobrepostos.[44] A hipótese a ser testada reconhece o papel das

[42] Francisco Marques de Góes Calmon, Vida Econômico- Financeiro da Bahia..op.cit. p.28.
[43] CPE, *Vida Econômico-Financeira da Bahia*.(Introdução).p.7.
[44] O Prêmio Nobel de Economia(2002), Daniel Kahneman, recebeu a premiação em razão de ter "integrado às ciências econômicas os avanços das investigações em psicologia, em particular sobre os juízos e a tomada de decisões em situações de incerteza" destacou a Academia Sueca. "Os estudos de Kahneman superam a tradicional visão acerca do ser humano como animal racional que atua em função do seu próprio interesse.

condições objetivas, mas avança no sentido de buscar questionar o que influencia a percepção dos agentes econômicos sobre a realidade objetiva. Detecta que há outras ordens de fatores que influenciam/condicionam essa percepção, entre eles, o racismo; mas, diferentemente dos demais fatores extra-econômicos, ele é portador de uma lógica própria, que estrutura a sociedade. Retomando a discussão estabelecida no segundo capítulo, o racismo recobre todo o espectro da realidade social: as relações interpessoais, políticas e econômicas.

Para um melhor entendimento dessa influência, analisarei a questão que ocupou o centro das discussões pré e pós-abolicionistas: a falta de braços. A proclamação da República e a descentralização que se seguiu acentuaram a tendência, já verificada anteriormente no Segundo Congresso Agrícola (1885), em torno do desfazimento do consenso nacional escravista entre as oligarquias para a substituição dos braços escravos. A mão-de-obra e igualmente o acesso à terra que no período imperial eram uma questão nacional, passam, no período republicano, para a órbita estadual. A discussão da falta de braços envolve uma ordem de fatores inclusive questionadores da extensão da sua realidade ou da retórica dos senhores da escravidão, momentaneamente deserdados, em busca de um novo vale para fazer ecoar suas reivindicações. Na Bahia, em particular no Recôncavo Açucareiro, a questão dos braços ganha conotações catastróficas por parte das oligarquias e seus porta-vozes, a ponto de ser comparada ao enigma da Esfinge.

Esta linha de trabalho chega a demonstrar que a tomada de decisões escapa muitas vezes ao campo das probabilidades, das previsões econômicas e até da racionalidade". http://www.psicociudad.com/article

“Resolve-me ou eu te devoro!”: uma discussão sobre a falta de braços no Recôncavo baiano.

O ano é 1891, marco de novos elementos no cenário de crise generalizada no Estado da Bahia. Entra em cena a primeira constituição da República, instituindo uma nova organização do Estado, uma nova ordem tributária, a autonomia federativa (agravando ainda mais a situação de desprestígio da Bahia no quadro nacional), consagrando o princípio liberal nas relações trabalhistas. Esse é o ano de maior número de greves no período de 1890 a 1917: foram registradas nove ocorrências, sendo oito por motivo de salário e uma por suspensão de multas.[45] A seca continuava a assolar o campo, arrasando plantações, provocando escassez de alimentos, flagelados, alta dos preços dos gêneros alimentícios; persistiam-se os déficits orçamentários, a dívida externa e a tendência à queda das exportações. É importante ressaltar que a situação econômico-financeira atravessada pela Bahia não pode ser dissociada da crise estrutural que atingiu as economias centrais a partir dos anos 70 do século XIX.

As previsões acerca do esvaziamento do mercado de trabalho se configuraram? Os braços sumiram ou foi apenas retórica das elites para “justificar” a vinda dos imigrantes europeus? Esta foi uma realidade de norte a sul do país ou de certas regiões do Sul e do Norte, entre elas o nosso Recôncavo? Quais foram as soluções propostas?

A proposta é pensar essas questões e seus desdobramentos, através da análise dos pareceres dos membros da comissão externa nomeada pelo Senado da Bahia para avaliar a situação da lavoura na Bahia, e do relatório do núcleo colonial Gougogy - comarca do Rio de Contas - que se constituiu em um contraponto às soluções propostas para soerguer a agricultura baiana.[46]]

[45] Ver Mário Augusto da Silva Santos. “Sobrevivência e tensões sociais. Salvador (1890-1930)”. USP.(Tese de doutorado), 1982. pp.355-361.
[46] APEB. Fundo: Senado do Estado da Bahia. Série: pareceres.n°86.Ano.1891.Seção Republicana. Secretaria da Agricultura.Caixa.n°2382.Maço 163. documento n°622.Ano.1892.

Já vimos que o estado de crise estava diretamente relacionado à letargia em que se encontrava mergulhado o Recôncavo. A dependência crônica da economia baiana ao desempenho do setor externo é um dos importantes elementos deflagradores da crise; não obstante a isso, a Bahia não estava sozinha. Os descalabros experimentados pela economia brasileira durante a República Velha, graças aos (des)sabores do café, tipificam bem esta situação.

A situação de penúria da agricultura baiana, de falta de perspectivas, leva, em 1891, o Senado do Estado da Bahia, atendendo ao requerimento do Governador do Estado Dr. Manuel Victorino Pereira, a promover uma detida investigação acerca das causas da decadência das atividades econômicas na Bahia, especialmente as agrícolas. Em 23 de julho de 1891, o secretário, Barão de Geremoabo, encaminhou ofícios nomeando uma comissão externa com a missão de apresentar um diagnóstico sobre a lavoura, viação, comércio, indústria e apontar possíveis soluções. Foram convocados o desembargador Júlio Cesar Berenguer de Bittencourt, o engenheiro civil Affonso Glycerio da Cunha Maciel, Jacome Martins Baggi, Dionizio Gonçalves Martins, Affonso Augusto Teixeira de Freitas, Antônio Joaquim Gomes, Gustavo d'Utra e Manuel Gomes Costa.

Os membros da comissão foram instados a responder duas questões fundamentais:

> 1º Quaes as causas de decadencia ou de moroso desenvolvimento dos diversos ramos da produção agricola e pastoril?
>
> 2º Quaes os meios de corrigi-los?[47]

Concentrarei a presente análise, sobretudo nos pareceres do Desembargador Júlio César Berenguer Bittencourt (apresentado em 2 de setembro de 1891) e de Gustavo d'Utra (apresentado em 6 de setembro de 1891) por trazerem elementos essenciais à discussão aqui proposta. A esse tempo, vivia-se um momento de vicissitudes devido a uma transição inacabada do ponto vista político (a República ainda não se consolidara, a organização do Estado estava em curso), estando ainda em construção as normas com as quais o Estado se

[47] APEB. Fundo Senado do Estado da Bahia. Série: Pareceres, n°86, 1891.p.1.

relacionaria com a sociedade. No ano de 1891, promulgava-se a nova Constituição. Não obstante a formalização inacabada dessas relações - o tempo não para - o mundo do trabalho segue seu curso.

Segundo Bittencourt, cultivavam-se neste Estado as principais culturas exportáveis do Brasil: algodão, açúcar, café, cacau, tabaco. Além disso, contava-se com uma pequena agricultura de subsistência: milho, feijão, arroz, mandioca, que nunca foram exportáveis e nem mesmo supriam o consumo interno, obrigando a Bahia a importar de outros estados e do estrangeiro. Essa deficiência crônica, que vinha do período colonial, permanecerá ao longo de toda a República Velha (1889-1930), ligando-se seja a fatores exógenos (Primeira Guerra Mundial) seja à não superação dos problemas estruturais, e provocando a elevação do custo de vida e das tensões sociais, principalmente em Salvador ao longo da Primeira República.[48]

Para Bittencourt a decadência era um fato insofismável:

> E' um facto; que nos salta aos olhos. O senado d'este estado tanto a reconheceu, que impelio pela consciencia de dever, deo-se pressa em estudar, e fazer estudar por uma comissão externa e especial, as causas do seu declinio, afim de que possa providenciar em ordem a levantal-a do abatimento em que jaz, e fazel-a tomar a verdadeira via de salvação.[49]

Discordando daqueles que consideravam a rotina como a causa principal da morosidade agrícola baiana, acreditava que as verdadeiras causas deviam ser buscadas no processo que se iniciou com a Lei do Ventre Livre:

> [...] os graves sofrimentos da lavoura, com a especialidade a da canna de assucar, datão da lei de 28 de setembro de 1871, porque foi esta lei, que podia ter produsido execelentes fructos, mal comprehendida e pessimamente executada.[50]

[48] Ver Santos, "Sobrevivência e tensões..."
[49] APEB.Fundo: Senado do Estado da Bahia. Série- Pareceres.nº86.1891.p.1.
[50] ibid.

Qual era o real significado das expressões **mal compreendida** e **pessimamente executada?** Qual o significado do processo de transição para o nosso parecerista? Por que a lei não cumpriu o seu papel, e quais seriam seus resultados ?

> [...] Se fosse lealmente executada como bem disse um distincto agricultor do Rio de Janeiro, e seguida de medidas complementares, poderia graças a aquiescencia com que foi recebida e a cooperação dos mais interessados na permanencia do elemento servil, **realisar em 30 anos** a suppressao de uma instituicção tres vezes secular, e fazer **pacificamente a melindrosa transição do trabalho escravo para o trabalho livre**.[51]

A"contragosto" das expectativas, a transição não se deu pacificamente e nem tão lentamente. Em grande medida, tais fatos podem ser explicados pela ação/interação/reação entre os sujeitos da escravidão, que produziram sobre a estratégia da abolição progressiva uma catálise - através da intensificação das negociações e dos conflitos entre os escravos e os senhores, da ação dos libertos, da pressão dos abolicionistas, da paulatina desaplicação escravista do Estado Imperial - [52] e da dinâmica contraditória da economia cafeeira.[53]

A discussão da **precipitação,** identificada pelo parecerista Bittencourt como uma das causas para as dificuldades enfrentadas pela lavoura baiana, talvez tenha resultado fundamentalmente dos embates entre os sujeitos da escravidão. Uma vez definida a estratégia da abolição, entendida como também resultante desses embates, cabia definir o seu ritmo. A "precipitação" vem do crescimento da pressão das classes subalternas, e da quebra da unidade da escravidão entre as elites agro-exportadoras. O rompimento da unidade advém, em grande medida, da dinâmica contraditória da economia cafeeira, que encontra na imigração européia a solução para seu problema da mão-de-obra. Neste

[51] ibid. meus grifos

[52] O Estado imperial vai progressivamente adotando medidas que sinalizam o seu desapego ao instituto da escravidão: as inovações constantes nas Leis do Ventre Livre, do Sexagenário, as recomendações à Justiça nas ações movidas por libertos e escravos contra os senhores e até a própria Lei Áurea. No entanto, esse desapego não significou um "apego" ao ex-escravo, ou preocupação com suas condições de existência, pois não foram tomadas medidas que se importassem em transformá-lo em cidadão **nacional**, ao não ser em casos excepcionais (Guerra do Paraguai, Guarda Negra). Para o cidadão **nacional,** o Estado Imperial desejava sim, o imigrante europeu, e talvez aqui resida o fulcro do desapego ao instituto da escravidão.

[53] Ver Mello. *Capitalismo tardio*..

sentido, a Lei dos Sexagenário é um marco na conversão dos fazendeiros do oeste paulista à solução imigracionista.[54]

Segundo Bittencourt, na Bahia nenhuma providência foi tomada para cobrir " os claros do exército negro de trabalhadores do campo", deixados pela Lei do Ventre Livre.[55] Seguiu-se a esta a Lei do Sexagenário, que marcou data e hora para extinguir a escravidão. A propósito do **13 de maio de 1888,** diz Bittencourt:

> [...] foi para a lavoura uma verdadeira catastrophe, porque privando-a de uma propriedade legal sem prévia ou posterior indennisação de todo a depauperou! De todas as culturas nenhuma há soffrido tanto quanto a da canna de assucar, depois da abolição do elemento servil.[...] como se o exercito de um novo Atila os tivesse atravessado.[56]

Segundo a descrição acima, após a abolição, o estado do Recôncavo baiano era de terra arrasada. Para o parecerista, a culpa era do legislador brasileiro e da falta de atenção dada à agricultura, pois, sob o argumento de escassez de recursos, não lhe proporcionara os capitais necessários ao seu soerguimento. Apontar a rotina do agricultor como o responsável pelo estado de inanição da agricultura não expunha o verdadeiro responsável: "[...] o nosso **paternal governo"**.

O que se observa ao longo da Primeira República é a destinação de inúmeros recursos para a lavoura da cana sob a forma de isenção de impostos, de financiamento de engenhos centrais, usinas, estrada de ferro (como a Santo Amaro) e, mesmo assim, não se verifica o retorno à pujança econômica de outrora, observando-se apenas breves períodos de recuperação. Não é demais salientar que a perda da hegemonia econômica não se traduziu em perda de hegemonia política da aristocracia canavieira nos governos que se sucedem ao longo de toda Primeira República.

---

[54] Ver Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil(1850-1888)*. 2ªed. RJ: Civilização Brasileira, 1978; Passos Subrinho. *Reordenamento do trabalho...*
[55] APEB. Fundo: Senado do Estado da Bahia . Série – Pareceres. nº86.1891.p.1.
[56] ibid.

O que propõe Bittencourt para alavancar a agricultura baiana? Braços, estações agronômicas e banco agrícola. Recorrendo a um provérbio camponês para exaltar a importância dos braços para a lavoura, pergunta o Desembargador: "Mas se não houver quem cultive, que valor pode ter a terra? É o que infelizmente se dá entre nós.[...] salvar a industria assucareira e reanimar as outras culturas, de onde nos virão os braços ? **That is the question..."**[57]

Esta foi uma questão que preocupou as elites nacionais, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, e que persistiu durante toda a Primeira República. Entretanto, a questão da mão-de-obra não se restringe tão somente ao aspecto quantitativo: envolve também seu aspecto qualitativo, o perfil do trabalhador (branco - europeu). Aqui vale registrar dois marcos importantes na organização do trabalho: um no início dos dezenove, quando houve a influência da revolução do Haiti, que figurará como um "fantasma perigoso", em termos demográficos no imaginário das elites no Brasil; e o outro, a proclamação da primeira Constituição Republicana, na qual se instituiu o federalismo, cabendo doravante, a cada unidade da federação a organização do trabalho. O problema da mão-de-obra não seria mais uma questão nacional: cada Estado tem autonomia para criar a sua estratégia, isto é, cada unidade federada "resolva o seu Haiti".

A falta de braços era realmente a questão? Estava de fato vazio o mercado de trabalho? Qual era o projeto presente no imaginário das elites baianas? Quais as alternativas para resolver o problema da mão-de-obra? Por que a mão-de-obra se constituía num problema? Era ele de natureza quantitativa ou qualitativa? Responde-nos Bittencourt:

> Se o europeu recusa nos a prestação de seus serviços por lhe ser nocivo o clima do norte do Brazil; se o liberto não quer trabalhar, porque prefere fruir a liberdade - de nada fazer - só a vinda do chin, único trabalhador capaz de dar ao nosso solo valor inestimavel, e transformar em explendidos jardins nossas enfezadas plantações.[58]

Podemos observar o quanto o aspecto qualitativo está presente na resposta. Como primeira solução, apresenta-se o europeu - a farta documentação comprova os esforços envidados

[57] ibid. Grifo no original, escrito em inglês.
[58] Ibid.

para atrair tal corrente imigratória. Na falta do europeu, busca-se o liberto, mas ele "prefere" o ócio. Aqui, vemos que o problema de mão-de-obra não é quantitativo, isto é, o mercado de trabalho não está vazio. Cabe a afirmativa: há uma ordem preferencial, com o europeu ocupando o primeiro lugar. Cabe a pergunta: por que os ex-escravos e os já libertos não foram imediatamente incorporados aos campos do Recôncavo? Ou ainda, por que optaram preferencialmente por "fruir a liberdade"?

O "fruir a liberdade" pode ser interpretado como a fuga de condições adversas existentes no Recôncavo, a fuga dos lugares que proporcionaram atrocidades, privações e infortúnios. É aproveitar a liberdade, exercitar autonomia, ser e estar *flâneur*. Posso encontrar inúmeros motivos para os ex-escravos ali não permanecerem, ainda se restringirmos a análise apenas ao campo da subjetividade. Atravessando essa fronteira e entrando nas condições materiais de sobrevivência, o oferecido ao negro para garantir a sua permanência - salários e parceria - era insuficiente. É certo que muitos saíram do Recôncavo para a capital[59] em busca de novas oportunidades que garantissem a sua sobrevivência, ou emigraram para o sul do Estado, ocupando o que é hoje conhecido como a região do antigo Baixo Sul (Valença, Nilo Peçanha, Maraú, Cairu e outras localidades), ali plantando para a subsistência e vivendo da pesca, ou aproveitando as oportunidades da lavoura cacaueira, não somente como jornaleiros, mas como pequenos proprietários de terras. O excerto que se segue da tese apresentada por Alexandrino José de Sant'Anna (natural de Santo Amaro) na Escola Agrícola da Bahia, em 1895, é bem ilustrativo desse êxodo dos libertos para o sul do estado em busca de melhores alternativas de trabalho.

> [...] A cultura mais antiga, a da canna, que pede hoje melhores processos de cultivo, e que devia ser a mais adiantada, até porque foi sempre, é ainda hoje, a mais extensa e de que se occupa a grande pluralidade dos lavradores do norte, acha-se atrasadissima, de modo a afugentarem-se dos engenhos os operarios, que buscam trabalhos menos rudes e mais ligeiros na exploração do café e do cacau, que podem, em verdade, pagar mais salario em vista dos preços altos em que, no mercado, se manteem constantemente esses productos, cuja procura augmenta dia a dia, por isso

[59] Ver João José Reis, "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição", *Afro-Ásia*.(24), 2000. pp.199-242.

> mesmo que é ainda fraca a concorrência dos paízes estrangeiros que os exploram. [60]

Anteriormente já relatara o juiz comissário de Ilhéus, em correspondência dirigida ao Ministro da Agricultura , onze dias após a abolição:

> [...] grande numero de libertos aos quaes não convem trabalhar assalariados tem me requerido posses de terrenos devolutos, onde pretendem cultivar cacao lavoura única a que se dedica o povo desta rica e fertil comarca. Firmado no aviso de 24 de março de 1886, desse Ministério, tenho indeferido os seos requerimentos prometendo-lhes consultar por telegrama a v.Exa., visto a grande quantidade e impaciencia dos mesmos requerentes. **E' manifesta a tendencia desses individuos pelo solo pela sua posse e grande repugnancia pelo trabalho assalariado.** Conta-me que alguns contrariados em suas pretenções começam a derrubar e queimar as mattas. Aguardo resposta de V.Exa. de quem espero ordens no sentido de proporcionar, quanto antes, aos requerentes o trabalho honesto e evitar a pratica abusiva da invasão, derrubada e queima e posse illegal das terras devolutas que me compete zelar.[61] **(grifo nosso)**

O desejo de plantar cacau manifestado pelos libertos evidencia a sua visão econômica de mundo e oferece mais uma vez o questionamento à tese de sua inadequação às relações de trabalho no pós-escravidão. É também revelador do preconceito racial que está na raiz da exclusão do liberto o argumento do "fruir a liberdade de nada fazer". Sinônimo de autonomia, vai sendo transformado paulatinamente pelas elites em uma pecha que o acompanhará (sobretudo ao homem liberto em maior escala do que à mulher, e seus descendentes), na luta pela inserção no mercado de trabalho (formal) e na garantia das condições de sobrevivência (mercado informal).[62]

---

[60]"Alexandrino José de Sant'Anna, *Lavoira e Despovoamento dos campos,*Tese apresentada a Eschola Agrícola da Bahia a fim de obter grau de engenheiro agrônomo. Bahia, Tipografia de João Gonçalves Tourinho, 1895.

[61] Engenheiro Theodoro Augusto Cardoso, Juiz Commissario de Ilhéus, APEB. Seção Colonial. Avisos recebidos do Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas. 24.5.1888. Maço 783. Doc.59-ª fl.90 .

[62] Veja-se o que diz Joakim Gonçalves, natural de Salvador em sua dissertação apresentada na Escola Agrícola da Bahia para obtenção do diploma de engenheiro agrônomo, em 1896. " E effectivamente as estatísticas criminaes demonstrão que antes da emancipação, o roubo e assassinato erão insignificantes no Brazil. E como não ser assim? Habituados a lavrar a terra sob azorrague o feitor, os libertos só tiveram em mira: *Viver sem trabalhar!* E como a ociosidade não lhes podia fornecer certos fluxos inherentes a civilisação que tem assentado seus arraaies em nossa pátria, elles roubão e Matão para obter o que almejão". Joaquim Gonçalves, *Necessidade do trabalho obrigatório no Brazil,* Eskhola Agrícola da Bahia, Typografia Tourinho, 1896.

Diante da incompatibilidade entre os desejos dos libertos - traduzidos na resistência às condições de sobrevivência existentes, especialmente o regime de trabalho assalariado – e dos proprietários ávidos pela manutenção do *status quo,* chega-se à idéia de que os negros são inadequados às novas exigências da lavoura. Não sendo possível atrair os imigrantes europeus, restaria como última opção a vinda dos asiáticos, defendia o desembargador Bittencourt.

A opção pela imigração dos chineses precisava vencer o preconceito dos agricultores baianos e de outros setores da sociedade, que consideravam a entrada daqueles uma escravidão disfarçada.[63] Argumentava o desembargador que já havia submetido à apreciação do governador uma representação, contendo mais de quarenta assinaturas de agricultores das comarcas de Santo Amaro e São Francisco favoráveis à importação do trabalhador chinês, considerado apto às condições mais adversas de trabalho. Propôs que se tomasse o exemplo dos resultados obtidos na Califórnia, com a construção de estradas de ferro e agricultura: "Em que pese, pois, aos chinophobos, voto pela acquisição de trabalhadores de raça amarela - como medida ao menos de transição".[64]

Salientou Bittencourt que, se seus argumentos não fossem suficientes para convencer de que o europeu e o negro não podiam servir à lavoura baiana, buscaria no arrazoado do economista Jean Baptiste Say a sustentação para a sua defesa da imigração chinesa. Ao analisar o caso das Antilhas, Say propôs que se libertassem gradualmente os escravos e lhes dessem trabalho a dia ou por tarefa. Para Bittencourt, isto seria inviável, principalmente devido ao nosso clima. O europeu não resistiria e o negro,

[63] Efectuou-se ontem, no prédio nº.50 , à rua dos Capitães, a reunião convocada pelo sr. Eduardo Carigé contra a idéia da imigração chineza.

Analysando o projecto do deputado Cruz Rios, de eminente família de traficantes de escravos, e censurando a lembrança de introduzirem-se chineses neste estado o sr. Carigé firmou a sua opinião contrária em autoridades de valor. Compareceu à reunião grande numero de cidadãos de todas as classes, notando-se a presença de sócios das sociedades abolicionistas José Bonifácio, Luiz Álvares, Libertadora Bahiana, Francisco do Nascimento e Rio Branco, de S. Felix, os presidentes dos clubes Luiz Gama desta capital e Carigé da cidade da Cachoeira.

O negociante Euclides Ribeiro Sales apresentou uma proposta para que fosse fundada imediatamente uma sociedade com o fim de fazer propaganda contra a emigração chineza, proposta que foi aprovada, depois de usarem da palavra os senhores Cerqueira Lima, João Moreira, Euclides Salles, Cincinato França, Eloy da costa e Argemiro Leão. Tendo sido largamente discutida a proposta ficou resolvida a convocação de uma reunião para o dia 7 do corrente. " Imigração chineza". *Jornal de Noticias,* 04/09/1891.p.1.

[64] APEB. Fundo Senado do Estado da Bahia. Série Pareceres.nº86.1891.p.2.

> [...] não se prestará nunca a tal trabalho voluntariamente este tem poucas necessidades, e sob a zona torrida, em que a terra é tão fecunda, uma hora de trabalho por dia basta a um negro para satisfazer e nutrir sua família.
>
> Livre, trabalharia ao levantar do sol durante uma hora e duas, e nenhuma satisfação valeria para elle o encommodo que teria - trabalhando o resto do tempo.
>
> O plantador que quizesse occupal-o como trabalhador livre seria constrangido a ver em repouso os seus capitaes durante os nove decimo do dia.[65]

Reforçava-se, assim, a sua proposta de imigração asiática.

Se retirarmos do nosso parecerista a carga do preconceito racial contra o negro, podemos perceber alguns indícios do que seria a concepção afro-brasileira de trabalho, construída na experiência com a escravidão e em concepções africanas de trabalho. O tempo de trabalho africano/afro-brasileiro entrava em choque com tempo de trabalho objetivado pelo lucro, denotando compreensões diferentes de "tempo" e de visão econômica de mundo. É o choque entre o viver para trabalhar e o trabalhar para viver, do que, provavelmente, resulta o argumento da inadequação do ex-escravo às relações capitalistas (tanto à época quanto posteriormente) utilizado pelos defensores da imigração branca (europeus do norte, se possível) para justificar a sua exclusão. Ocultava-se, assim, a ideologia racial brasileira na base de sustentação dessa exclusão. O liberto é excluído não só pela ação dos mecanismos produzidos pela ideologia racial brasileira, mas também pela concepção de trabalho/ visão de mundo de que era portador. [66]

Dando seguimento à análise da situação da lavoura baiana, passo agora ao parecer do Dr. Gustavo d'Utra. Argumentava ele que, sem capitais, braços e vias de comunicação e com a deficiência do ensino agrícola e do espírito de iniciativa não haveria saída (esperança) para

[65] ibid.

[66] Podemos conjecturar que a(s) concepções de trabalho africano/afro-brasileira estão diretamente relacionadas às condições que asseguram a sobrevivência. Podemos pensar, ainda que preliminarmente, na existência de três modalidades: o assalariamento, como um completa subordinação às relações capitalistas; a autonomia, como um meio termo, influenciado pelas necessidades de intercambiar as trocas; e o "ócio" que, no limite, é a não sujeição à lógica capitalista.

a lavoura da Bahia. Para ele, a crise era uma realidade de conseqüências graves para o futuro do Estado.

> [...] Se, pela fraqueza dos poderes competentes e pela incuria da propria classe interessada, prolongar-se por mais algum tempo a temerosa crise economica que nos assoberba, bem pode succeder que sejamos fatalmente arrastados ao triste espetaculo de uma liquidação que attinja todas as nossas fontes de renda, porque a actividade industrial tem seu ponto de partida no solo e a causa da lavoura aqui, como em toda parte, é a causa do estado.[67]

O estado em que se encontrava a agricultura era atribuído à rotina agrícola: "entregue a si mesma, sem incentivos, sem orientação nem arte, considerada mesmo por muitos como um simples offício, tem caminhado as tontas, tendo por guia o acaso e por norma o empirismo".[68] Analisando a indústria açucareira, Gustavo d'Utra sinaliza para a necessidade de se promover a diversificação das exportações, a substituição das importações e, com isso, dinamizar a indústria local, assim reduzindo a dependência às flutuações externas.

> [...] quando as consequencias malfazejas do exclusivismo cultural vão fazendo-nos comprehender já a necessidade de novas culturas, que nos poupem o capital que as importações de productos similares estrangeiros consommem em larga proporção e em desfavor das industrias timidas e fracas, que agora ensaião os primeiros passos; quando a organização do trabalho que está por fazer-se, e o supprimento dos braços que desapparecerão, com abolição do elemento servil ainda occupão a attenção dos nossos proprietarios, quando as terras pingues e ferazes de outrora já não dão avantajados lucros e o condennado pousio se apresenta ainda aos nossos lavradores como uma necessidade do systema cultural adoptado:[69]

Sobre as deficiências do ensino agrícola argumenta:

> A grande necessidade do estado e do paiz depois de sua nova Constituição é esta: crear escholas de agricultura praticas por toda parte e fundar orphelinatos em que a nova geração rural, os meninos pobres e desamparados, que se vão creando no entrestecimento, que embota-lhe a intelligencia e no vicio que os avilta, aprendão, ao menos, algumas noções de agricultura para mais tarde poderem agir em proveito proprio e da propriedade geral.[70]

[67] APEB.ibid...p.3
[68] ibid.p.4
[69] ibid.
[70] ibid

Ele via na melhoria do ensino agrícola um caminho para evitar a migração da população para as cidades.

> Houve tempo em que, entre nós, se dizia que a ignorancia em que vivião atufadas as populações do centro era uma especie de mal necessario, para fixal as ao solo, evitando-se assim as migrações para as villas e cidades; hoje, porém, que a escravidão já desapareceu e a lavoura não pode mais arreciar se de perder esses braços, que aliás já a abandonarão, seu maior interesse deva ser vel-os restituidos, fortes, activos e instruídos.[71]

Gustavo d´Utra considerava que um dos problemas cruciais da lavoura baiana era a falta de braços: "é hoje mais que nunca uma das grandes e indeclinaveis necessidades da nossa primeira industria; principalmente na Bahia, onde a grande cultura e designadamente a da canna de assucar, que é sem contestação a mais importante [...] reclama pessoal mais numeroso."[72]

Ele testemunhou o êxodo dos canaviais na busca de melhores condições de trabalho, o que denota mais uma vez as condições adversas existentes no Recôncavo, que deviam estar na base da saída dos migrantes. Não é de uma hora para outra que se muda a mentalidade dos senhores de engenhos, não só para incorporação de novas técnicas agrícolas, bem como para as novas relações de trabalho: salário, disciplina, patrão... empregado: "a medida que os operarios se transportão para as villas e cidades e até para a capital do estado, onde a vida lhes corre menos precaria e para onde os attrahem mil ocupações suaves e momentaneas, que lhes garantem, não obstante, quase certo e elevado jornal."[73]

De um lado, o trecho acima permite extrair mais alguns indícios (*ocupações suaves e momentâneas*) para reforçar a construção dos nossos argumentos em termos de uma outra concepção de trabalho, ou em termos de um possível tempo de trabalho afro-brasileiro, diferenciado do tempo objetivado pelo lucro. Do outro lado, a situação de crise generalizada se contrapõe ao cenário de oportunidades e ocupações descritas acima. A cidade de Salvador não passou incólume, vivenciando ao longo da Primeira República

[71] ibid
[72] ibid.,p.7
[73] ibid.

crises de diversas ordens: financeira, habitacional, de abastecimento, epidemiológica, que importaram na deterioração dos meios de vida da população.[74] Deve-se, no entanto, ressaltar os efeitos do encilhamento sobre as atividades econômicas, impulsionando o surgimento de 123 fábricas entre 1890/1891, mas que não resultou na industrialização do Estado.

A necessidade de organizar o trabalho era premente. Segundo o parecerista Gustavo d'Utra, não havia uma lei que obrigasse a trabalhar.

> Na ausencia de uma lei, talvez impossivel no regimem em que vivemos, que coagisse a voltarem para o theatro de suas antigas occupações os numerosos braços já affeitos ao trabalho, mas agora ociosos, sem occupação séria ou definida, torna-se necessario á lavoura lançar mão de outros recursos.[75]

O "lançar mão de outros recursos" significava recorrer a uma solução que vinha se consolidando nos estados do Sul: a imigração européia. No entanto, os esforços envidados não foram suficientes para atrair a corrente imigratória européia para o norte, "[...] e que há custado ao erario publico Amazonas de dinheiro" - tendo sido desviada para os estados meridionais, onde as condições climáticas, de vias de comunicação e transporte oferecidas são melhores, onde " [...] o trabalho está organisado e são mais faceis e perfeitos os meios de producção". Para o norte, a imigração européia "é ainda uma vã esperança". Os imigrantes que chegaram não atendiam às expectativas nem qualitativa nem quantitativamente. Para Gustavo d'Utra, o imigrante deve ser o agente impulsionador do desenvolvimento, deve introduzir novas técnicas de cultivo, fomentar o desenvolvimento de pequenas indústrias e "[...] proporcionar a produção geral com as crescentes necessidades do consumo e abrir aos nossos productos benificiados largo caminho à concurrencia com os similares de diferentes procedencias."[76]

Nesse contexto, o imigrante que se desejava atrair deveria deter características específicas:

[74] Ver Santos, "*Sobrevivência e tensões*"...
[75] APEB.Fundo do Senado do Senado do Estado da Bahia. Série Pareceres. n°86.1891.p.7
[76] Ibid

> Seria muito para desejar, realmente, que para a Bahia se estabelecesse uma corrente voluntaria de immigrantes europeus, que demandando nossos ferteis, mas incultos terrenos, viesse agricultal-os de um modo mais racional e economico do que fazem os nossos mestiços, trazendo-nos certo concurso de conhecimentos o solido cabedal de processos praticos que elles não possuem e com os quaes indo teria a ganhar a nossa agricultura.[77]

Fica evidente a racialização do parecerista, o imigrante europeu não foi considerado superior ao trabalhador nacional em geral e, sim, a um tipo especifico de trabalhador nacional, os mestiços. A Bahia não conseguiu atrair uma corrente migratória significativa porque os imigrantes que aqui se aventuravam não buscavam a lavoura como primeira opção para se estabelecer, criando sérias dificuldades para se constituir na mão-de-obra desejada, sem tradição na lavoura:

> [...] muitos evitão o trabalho rural em que alguns se mostrão desageitados, outros, e estes constituem a grande pluralidade, não se querem submetter ao regimen das nossas propriedades, porque se têm aspirações de fazer fortuna pelo trabalho, não querem trabalho senão por conta propria. [...] o colono europeu evita a grande lavoura e fal-o para provavelmente para fugir ao pequeno salario que os lavradores lhe podem abonar principalmente no serviço do engenhos de assucar [...] Elle sente por outro lado que, subordinando-se ao regimen do salario, fica em uma posição obnoscia quando suas vehementes aspirações vão muito além do nosso systema de parceria...[78]

Se comparadas as descrições das atitudes dos ex-escravos e dos imigrantes europeus frente ao trabalho observa-se uma similitude: ambos rejeitam a subordinação ao regime de trabalho assalariado das grandes propriedades. Tal rejeição se deve, provavelmente, aos baixos salários e à natureza estafante do trabalho, sobretudo nos engenhos. Observa-se também uma dissimilitude: no tratamento dado pelo parecerista ao **exercício da autonomia** de ambos. A autonomia exercida pelo negro ex-escravo, aqui traduzida pela não-subordinação ao regime assalariado, é vista como a busca da ociosidade pela ociosidade, isto é, sem aspirações reais, definidas e concretas - o **"fruir da liberdade do nada fazer".** No entanto, para o branco imigrante europeu, a resistência ao assalariamento é interpretada como resultado do seu **desejo de alcançar a fortuna**, é portadora de um

[77] Ibid.,
[78] Ibid.,p.8

sentido de objetividade que ultrapassa a organização de trabalho ainda existente nos engenhos.

Diante da inabilidade e insuficiência dos trabalhadores nacionais e da inadaptabilidade do europeu às condições oferecidas pela lavoura canavieira, mais uma vez a imigração asiática seria apontada como a solução: "os únicos que podem presentemente corresponder as necessidades da lavoura de canna" A despeito dessa orientação, vigia uma visão pragmática e preconceituosa contra os asiáticos, inclusive com um dispositivo legal (Decreto-lei n. 528 de 28/06/1890) que vedava a imigração de negros e asiáticos.

> Estudando-se o elemento chinez sob ponto de vista philosofico, religioso e politico fica logo lavrada a sua condemnação, [..], entretanto a organisação do estado não se pode fazer sem que novos e talvez extraordinários sacrificios nos sejão fatalmente impostos, [...] seria desacerto não recorrer ella aos unicos trabalhadores que se pudesse accomodar ás exigencias da industria assucareira.[79]

Conclui o parecerista Gustavo D'utra :

> De uma cousa, porém, estamos plenamente convencidos: o europeu nunca será jornaleiro nos nossos engenhos. [...] A questão dos braços entre nós é uma das que pedem solução mais prompta, e é preciso que se faça alguma cousa n 'este sentido. O tempo urge; e agora mais que nunca, quando atravessamos uma crise sem precedentes nos annaes da agricultura bahiana e que se pôde dizer que a questão da lavoura se nos apresenta com toda a fatalidade do temível enigma : **resolve-me ou te devoro**! .[80]

No trecho acima, é visível a gravidade da situação e o quanto era sensível a falta de braços para esse integrante da comissão externa. A reversão do quadro, na sua avaliação, passava por mudanças nas rotinas, incorporação de novas técnicas, mecanização agrícola para poupar braços, criação de instituições de crédito rural, melhorias nas vias de comunicação e de transporte e na imigração chinesa. Não é demais afirmar que as medidas, mesmo aquelas implementadas (isenções de impostos, melhoria nos meios de transportes-ferrovias -, implantação de usinas, crédito) pelos governadores baianos ao longo da Primeira República, necessariamente não implicaram em mudanças significativas na

[79] ibid
[80] ibid.p.9 (meu grifo)

mentalidade das elites agrárias, em particular as elites do Recôncavo, nem recuperação agrícola e nem alterações na estrutura social vigente. Vale lembrar que este não foi um fenômeno local. Ao analisar o processo de modernização nos engenhos de Pernambuco, Peter Eisenberg já havia assinalado a "modernização sem mudança".[81]

Há uma certa unidade nos pareceres apresentados, embora separadamente, pelos membros da comissão externa nomeada pelo Senado do Estado da Bahia quanto aos problemas da lavoura no Estado e às possíveis soluções. O problema da falta de braços foi diagnosticado como resultado da preferência do ócio do ex-escravo e da inadaptabilidade do imigrante europeu. A solução asiática foi apresentada como a mais viável, apesar de todos os preconceitos contra o chinês.

A saída chinesa, porém, como se verá, não era unânime. No entanto, a resistência/discordância não se fundamentava tão somente no preconceito contra o asiático, mas também numa compreensão diferenciada da realidade vivida pela lavoura da Bahia, em particular a falta de braços. Essa compreensão aponta para a construção de outras possíveis soluções/cenários que, talvez, se levadas a cabo, implicassem na modernização com mudança.

Uma Alternativa

Com base no exame do relatório elaborado pelo Inspetor Geral de Terras Públicas e Colonização, Virgílio David, encaminhado ao Presidente da Província Luiz D'Almeida Couto, em 1892, verifica-se que uma proposta alternativa foi construída.[82] Essa documentação revela elementos que nos possibilitam, ainda que preliminarmente, montar este quebra - cabeça que era a Bahia à época. Ela traz à tona outras vozes/visões que permitem apreender o problema da falta de braços sob outro ângulo.

[81] Eisenberg, *Modernização sem Mudança...*
[82] APEB. Caixa 2382.Maço 163. Doc.620.24.01.1892.

O inspetor Virgílio David apresenta inicialmente uma crítica contundente ao sistema de recrutamento de imigrantes: "estou mesmo convencido e certo de que os únicos culpados são os nossos agentes no estrangeiro".[83] Embora acreditasse que a colonização fosse o caminho para a salvação da lavoura, argumentava que não se devia confundir os elementos atrativos que o Sul dispunha em relação ao Norte. A falta de um estudo mais aprofundado que apontasse para essa diversidade de elementos, se traduzia, para o inspetor, no "entorpecimento da realidade. Esta falta de attenção em questão desta naturesa, a ideia que diz que o colono que se estabelece no Sul pode residir no norte, provem de um defeito todo natural entre nós - **a imitação.**"[84]

Além disso, o inspetor Virgílio David assinalou as diferenças de mentalidade que existiriam entre os lavradores do Sul e do Norte: ambição versus indolência, atividade versus inércia. E indagava até que ponto a necessidade de imigração estrangeira para o Norte era conseqüência direta da extinção da escravidão. Para o inspetor, estabelecer essa relação é um erro: "o certo que a agricultura ao qual faltaram-lhe os braços escravos, vinha a necessidade de substituil-os por outros, e a imitação os leva a procurar colono estrangeiro, porque elle não pensa que possa haver outros."[85]

Qual é o significado do termo imitação? É fundamental ir além do simples ato de imitar; é necessário apreender o significado ideológico, isto é, identificar a ideologia que norteia essa ação. Assim como a escravidão era uma instituição, para muitos, responsável pela unidade nacional, a ideologia racial – parte da construção da identidade nacional - objetivava transformar o Brasil em um país de brancos, negando todo o seu passado escravista.[86] Nesse sentido, devem ser entendidas as manifestações/apelos/esforços pela vinda dos imigrantes europeus. A Bahia não era uma exceção; muito pelo contrário: aqui a situação era agravada, tal o tamanho do passado a ser apagado, tal o peso demográfico dos negros.

[83] Ibid., fl.2.
[84] Ibid., fl.3(meu grifo).
[85] ibid
[86] Ver, Thomas E. Skidmore. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*.2ª ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

A imitação pode ser apreendida como uma tentativa de uniformização das atitudes no pós-abolição - a concepção do imigrante como civilizador, agente catalisador do desenvolvimento e da melhoria da população, portador de novas técnicas, o vencedor da inércia. Muito embora a ideologia racial brasileira não utilize seus mecanismos de exclusão uniformemente no País, as expressões que ela assume vão depender do contingente populacional negro-mestiço e das suas reações. Para o inspetor Virgilio David, como doravante observaremos, a crítica dirigida à imitação é a defesa da sua proposta de uma solução doméstica para a questão dos braços, isto é, utilizar a própria população egressa da escravidão. Afirmava o inspetor:

> [...] Entretanto, se o lavrador fosse previdente e cuidadoso dos seus interesses, teria reflectido que desde o momento em que o filho da mulher escrava era um homem livre, [...] cumpria-lhe [andas] desde logo da organisação de um novo pessoal agricola habituado ao nosso clima, aos nossos campos e esse pessoal, elle a arrigmentaria no proprio filho da mulher escrava sua escrava, nascidas nas suas fazendas, não conhecendo outros custumes além das que presidiram ao seu nascimento. [87]

Para ele, bastava seguir o espírito da lei, seguir o pensamento do legislador, mas isso não foi feito.[88] O problema, naquele momento, não era de legislação e sim de mentalidade. Era o projeto de futuro das oligarquias baianas, um projeto de futuro sem o negro.

O inspetor salientou ainda os esforços dos governos para estabelecer a corrente imigratória através de leis, regulamentos, tudo para salvar a lavoura do Estado. A corrente migratória, segundo ele, se estabeleceu, mas os dados censitários sinalizam para uma queda na participação relativa dos estrangeiros no total da população baiana. Em 1872, eles representavam 1,62% do total da população baiana; em 1890, esta participação caiu para 1,39% .[89] Questionava o inspetor se os imigrantes que para cá vieram foram os mais adequados e se a qualidade de vida oferecida foi a mais salubre. Por certo que não. Segundo ele, os imigrantes foram lançados num cenário de privações, tornando-se homens inúteis ao País, e isto se deveu, primeiramente, à ação dos agentes recrutadores, para quem eram simplesmente um negócio; em segundo lugar, à falta de entendimento do sentimento

[87] APEB, Caixa 2382.Maço 163.Doc.620.24.01.1892.fl.4.
[88] Ibid.
[89] BAHIA, SEPLANTEC- Fundação de Pesquisas -CPE, *A inserção da Bahia na evolução nacional 1ª etapa: 1850 – 1889 (anexo estatístico).v.4.* Salvador, 1978, p.20.

do imigrante, que " apposta em nossas terras no intuito de melhorar de sorte e de chegar a fazer uma pequena fortuna".[90]

Outra questão posta por Virgílio David referia-se à escolha do imigrante (se devia ser alemão ou chinês). O inspetor mostrou-se contrário à imigração chinesa; reconheceu seu espírito trabalhador, mas também que se tratava de um elemento semeador de discórdia, e citou as experiências dos chineses em outras colônias, fora do Brasil, onde ele esteve: "foi necessário e urgente a repatriação desse elemento de discordia".[91] E questionava: "é esse povo que prefere-se para elemento de melhoramento dos nossos campos e outras indústrias?".[92]

Quanto aos europeus e a sua inadaptabilidade, afirmava que as turmas de colonos andavam pelas ruas vagando e esmolando a caridade pública. Considerava que " não sáo elles os culpados por terem encontrado na Bahia a miséria e a fome. Somente foram mal escolhidos, não convém ao nosso clima, não se habilitarão jamais aos nossos costumes".[93]Seguem os argumentos do inspetor Virgílio David de "que o allemão e o austríaco do norte, embora pobres, mesmo miseraveis, tem um conforto relativo, não podem resistir ao clima do centro agricola da Bahia, nem habituar-se aos seus custumes, se não depois de um longo tempo [...]".[94]

Conhecedor dos costumes e da índole da população da Bahia: era como se auto-intitulava o nosso inspetor David. Para ele, o desenvolvimento rural e material do Estado não passava somente pela questão da qualidade do imigrante, mas, fundamentalmente, pelo regime de propriedade, a grande agricultura - segundo ele incompatível com essa índole. Então, qual era a alternativa?

[90] ibid.,fl.8.
[91] ibid.,fl.9.
[92] idbid.,fl.10.
[93] Ibid.
[94] ibid., fls10-11.

> [...] A pequena agricultura, isto é, a subdivisão do solo, tornado propriedade de muitos lavradores e explorado systematicamente, com recursos limitados, mas na mesma relação productivas, pode ser e é o único meio de levantar a lavoura da Bahia.[95]

Essa sugestão podia ser considerada bastante avançada para a época, aproximando-se, quiçá, de uma proposta de reforma agrária ou de um possível cenário se a Lei de 1850 fosse aplicada na íntegra. Certamente, tributária das propostas que embasavam o conceito de "Democracia Rural Brasileira", de André Rebouças.[96] Vale ressaltar que ela partia de alguém que conhecia os problemas da agricultura, pois antes de inspetor de terras, David graduara-se pela Escola Agrícola de São Bento das Lages, defendendo a tese "Grande e Pequena Lavoura (1888)".[97] Enfim, alguém que vivenciara teórica e cotidianamente os problemas da agricultura (não foi possível encontrar elementos para investigar a que classe social pertencia o inspetor, nem a cor de sua pele). A sua proposta de pequena propriedade vinha reforçar a tese de que era possível uma solução doméstica para a "falta de braços", dando por certo que os campos não estavam desertos.

Afirmava David, categoricamente, que os braços para o soerguimento da lavoura, com base na pequena propriedade, encontravam-se na população que habitava o campo, adaptada ao clima, aos costumes; aqui, um contraponto importante às afirmações dos pareceristas Bittencourt e Gustavo d'Utra, que tratavam os trabalhadores do campo da Bahia como ociosos e sem iniciativa:

> [...] o homem dos campos da Bahia sente as mesmas necessidades que o europeo e como este procura satisfasel-as. O centro em que elle vive é com certesa insufficiente, elle precisa de estimulo e de exemplo, ao mesmo tempo de recursos para desenvolver a sua actividade, e nem todos os meios applicados até agora sáo de naturesa a ajudal-o.[98]

---

[95] Ibid.,fl.13.

[96] Ver André Rebouças, *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos, Propaganda Abolicionista e Democrática(setembro de 1874 a setembro de 1883): estudo introdutório de Joselice Jucá*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 2ª edição fac-similar, 1988.

[97] Ver Maria Antonieta de Campos Tourinho. "O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura(A Instrução Agrícola e a crise da Economia Açucareira na Segunda Metade do Século XIX)".UFBA.(Dissertação de Mestrado).1982.anexo.n°8.

[98] ibid.fl.14.

Por que esses indivíduos não foram incorporados de imediato? "[...] Não é, entretanto, difficil obter dos nossos homens essas condições, embora por um egoismo responsavel, e por imitação se pense e se diga que são preguiçosos e indolentes." [99] O "egoísmo responsável" pode ser interpretado como mais uma das representações da ideologia racial (baiana). A incorporação desses indivíduos na alternativa proposta significaria muito mais que a mudança de mentalidade das oligarquias, mas sua extinção - "*que desaparecça a aristocracia da lavoura*", defendia David. Significaria, portanto, a construção de outro projeto político para a Bahia, com a subordinação da população negra e mestiça a outro regime de controle e de incentivos alternativos aos herdados da escravidão ou, até, de uma mudança estrutural na economia e sociedade.

Nesse sentido David, é enfático sobre a falta de braços:

> [...] é um erro imaginar-se que não temos braços raccionaes sufficientes nos campos da Bahia; e a melhor prova esta nesse enorme numero de immigrantes do sertão que abandonão seus lares, não somente pela falta de viveres alimenticios, mas principalmente pela falta de meios de subsistir-se.[100]

Insistiu que não havia necessidade de colonos estrangeiros para explorar as imensas terras e, sim, "homens activos, inteligentes que mediante todas as garantias introduzam entre os camponeses a ideia de lucro e do bem estar; mas o numero de homens deve ser limitado, pois só assim não haverá a ideia da volta ao seu paiz".[101]

Apesar do alcance social que poderia redundar na adoção dessa alternativa, o europeu ainda era visto, mesmo com ressalvas, como elemento civilizador ou portador da cultura superior, cultura de mercado. Restava saber se este europeu foi o que chegou ao país.

[99] Ibid.
[100] ibid.,fl.15-16.
[101] ibid., fl.16.

Uma discussão que não se encerra

Aqui estabelecemos o confronto entre duas visões sobre o estado da lavoura na Bahia, em particular a discussão em torno da falta de braços, confronto que me permitiu tecer algumas considerações sobre a formação do mercado de trabalho na Bahia. A questão da falta de braços parece ter sido uma falsa questão, porque as evidências sugerem que o mercado de trabalho não estava vazio. Diversas passagens dos pareceres da comissão externa registram a migração para as vilas e cidades, o que demonstra ser falacioso o argumento de que não havia população disponível no campo.

Há de fato uma escassez, mas aquele trabalhador considerado ideal pelas elites: o imigrante branco-europeu. Apesar das inúmeras tentativas das elites baianas, não foi possível atrair para o Estado uma corrente imigratória significativa, nem de europeus, tampouco de asiáticos – estes últimos, também buscados, em que pese o preconceito racial existente contra eles.

Como não se tornou hegemônica a proposta da pequena propriedade[102] - o que poderia resultar em um certo soerguimento econômico do Estado, com inclusão social - o projeto da oligarquia baiana que se tornou hegemônico no pós-abolição tomou como via de regra manter a população negra e mestiça nos limites extremos da pobreza, dificultando as suas condições de sobrevivência, camuflando as desigualdades raciais e sociais através das relações de compadrio, do clientelismo, na exacerbação das relações patriarcais (analisadas por Gilberto Freyre - a "rede de proteção" do complexo Casa Grande & Senzala, que na Bahia não foram totalmente dissolvidas pelos Sobrados e Mucambos) herdadas da escravidão e posteriormente reelaboradas, tendo no anedotário uma frase emblemática: "na Bahia ninguém morre de fome", além de um forte controle das manifestações culturais da população negro-mestiça - a exemplo da repressão à capoeira, ao candomblé - e as tentativas de "desafricanizar" as ruas da capital.[103] Da mesma forma, impuseram-se fortes

[102] Não foi encontrado registro da apreciação dessa proposta pelas instâncias de representação da sociedade.
[103] Ver Alberto Heráclito Ferreira Filho, "Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937", *Afro-Ásia*,21-22,(1998-1999), pp.239-256.

limites ao exercício da cidadania – a interdição ao analfabeto do direito ao voto, consagrada pela Constituição de 1891: segundo o censo de 1920, no Estado da Bahia, 81,6% da população era composta por analfabetos.

Entrementes, essa população não se manteve pacífica. Fez seus movimentos de resistência (ruidosos, silenciosos) contra a carestia ou pela preservação dos seus valores religiosos e culturais, provocando mudanças de orientação no projeto das elites, mas não o suficiente para desencadear uma mudança estrutural a seu favor.

Finalmente, sem os brancos europeus e sem os asiáticos, como soerguer a lavoura? O que fazer com tamanha população negro-mestiça? Aqui reside o verdadeiro enigma posto para as elites baianas: a sua sobrevivência mostra que elas conseguiram decifrá-lo. Cabe ainda questionar se é possível apreender os projetos políticos das oligarquias baianas sem considerar o componente racial, por ser ele um componente essencial que está na base da discussão da falta de braços. Não é somente **o quanto** e sim também **o quem** será considerado como trabalhador nacional. Admitir a interface entre o racial e o econômico na construção desse projeto político futuro das oligarquias baianas é propor um novo olhar sobre as causas do “enigma baiano”.

CAPÍTULO 5

NEGROS EM MOVIMENTO: CONDIÇÕES E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO PÓS-ABOLIÇÃO.

Intróito

Uma das portas de entrada para o estudo da trajetória dos negros após o final da escravidão na Bahia é analisar o tratamento dado ao tema pela historiografia. Os estudos econômicos sobre a Bahia, em geral, praticamente ignoraram os caminhos da população negra. O pós-abolição baiano tem sido interpretado nos termos de uma análise econômica global[1] e indiferenciada, ancorada em três vertentes: primeiro, nas vozes de lamento das elites; segundo, numa visão mais sistematizada e economicista; terceiro, nos marcos do processo de transição de uma economia colonial-escravista para uma economia capitalista. Essa última, referenciada nas categorias marxistas, analisou o comportamento da economia e da sociedade baiana ao tempo em que, introdutoriamente, esboçava um quadro para pensar o pós-abolição para além do econômico, tema que foi remetido para a História Social. Em suma, apresenta-se uma visão da economia baiana essencialmente economicista, com ênfase nos movimentos do grande capital, nos sujeitos das elites e sem cor.

Entre os historiadores sociais da Bahia, cabe ressaltar mais uma vez as pesquisas pioneiras realizadas pela professora Kátia Mattoso, que muito influenciaram a formação de uma geração de historiadores baianos, cujas pesquisas posteriores sobre a escravidão na Bahia, alicerçadas nas novas interpretações da História Social da escravidão (autonomia escrava, p. ex.), nas novas fontes documentais, nas entrelinhas das fontes oficiais etc, têm dado

[1] Aqui sou tributário da síntese apresentada sobre a história econômica da Bahia por Ubiratan Castro Araújo e Vanda Sá Barreto, *A inserção da Bahia na evolução nacional 1ª etapa* , pp.33-36. O primeiro momento inclui os trabalhos de Goés Calmon e o segundo os artigos de Rômulo Almeida, Pinto de Aguiar, Thales de Azevedo. No terceiro, os estudos protagonizados pela equipe da Fundação de Pesquisas – CPE.

importante contribuição para a re-interpretação da escravidão baiana e brasileira. Entrementes ser visível o crescente interesse pelo pós-abolição da Bahia, em geral, o procedimento metodológico adotado por esses enfoques, até então, têm apresentado um "recorte incolor" do pós-abolição. Nessas análises, a condição de negro, isto é, o elemento racial não assume a categoria de variável explicativa e muito menos o lugar de objeto de pesquisa. Ao que parece, os negros se convertem facilmente em baianos ou em trabalhadores nacionais.[2] Outro procedimento recorrente consiste em reconhecer o lugar do racial, mas como implícito ou diluído nas questões relativas a classe/etnia, estando de tal forma imbricados, que é difícil ou mesmo impossível uma cisão entre eles. [3]

Desta forma, será que se está, como se diz corriqueiramente na Bahia, "tirando o bicho" da sala pela porta e deixando que ele retorne pela janela?" Será que tendo a categoria raça como implícita na análise se conseguirá dar conta da complexidade que envolve o pós-abolição? Em que pese a força dos argumentos demonstrarem o imperativo de pensar a sociedade para além da dicotomia capital-trabalho ou dos modelos generalizantes, há outros cantos encobertos e vozes silenciadas que impõem limites ao alcance explicativo desses argumentos para o desvelamento dos "segredos internos" das sociedades herdeiras da escravidão.

[2]Ver os trabalhos de: Mario Augusto Santos, *Sobrevivência e tensões sociais;* José Raimundo Fontes, "Manifestações operárias na Bahia: movimento grevista, 1888-1930". UFBA(dissertação de mestrado),1982; Jacques Jules Sonneville, " Os lavradores de fumo Sapeaçu, 1850-1940", UFBA(dissertação de mestrado),1982. É importante ressaltar que, entre 1975 e 1992, foram catalogadas 63 dissertações na área de concentração em História do Mestrado em Ciências Sociais, apenas 7 dissertações foram apresentadas sobre a temática da escravidão e pós-abolição, dentre elas somente duas abordavam os caminhos do negro no pós-abolição: Maria Inês Cortês de Oliveira, " O Liberto, o seu mundo e os outros, Salvador, 1790-1890", UFBA (dissertação de mestrado), 1979; Sofia Olszewski. "A Imagem fotográfica do negro na cidade de Salvador:1840-1914, UFBA (dissertação de mestrado), 1985. Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Ciências Sociais (História e Sociologia).*Catalogo de dissertações – Mestrado em Historia*. Salvador, Centro Editorial e Didático, 1995.

[3] Ver os trabalhos de: Maria José de Souza Andrade,*A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860.* São Paulo, Corrupio; Brasília, CNPq,1988; Maria Inês Cortes de Oliveira. *O Liberto, o seu mundo e os outros***.** São Paulo: Corrupio 1988; Walter Fraga Filho.*Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo/ Salvador:HUCITEC-EDUFBa, 1996; Mattoso, *Bahia,século XIX,* cap.30. Thales de Azevedo, *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social& classes sociais e grupos de prestigio*, apresentação e prefácio de Maria de Azevedo Brandão. 2ed.- Salvador: EDUFBA:EDGBA, 1996.

Concordo com o argumento da complexidade da relação entre raça e classe, desde que se considere o espectro de possibilidades: de justaposição de predominância e, sobretudo, de alternância entre elas. O que se observa no pós-abolição baiano é um recorte que reconhece a justaposição entre classe e raça, porém a classe tende a predominar em última instância. Isso advém da dificuldade de considerar o racismo como um dos elementos fundantes das sociedades herdeiras da escravidão, sobretudo, a pigmentocrática sociedade brasileira (no plano subnacional, a baiana), na qual a cor da pele se constitui em um dos atributos fundamentais para a mobilidade social.

Muito embora, na base dos argumentos sobre classe e raça, esteja o entendimento tácito de que o modelo de relações raciais brasileiro seja distinto do modelo de relações raciais estadunidense, a interpretação das fontes documentais, bem como as conclusões sobre a natureza das relações raciais brasileiras por aqueles trabalhos que analisaram o pós-abolição baiano (a exemplo dos citados nas notas 2 e 3), sugerem de forma subjacente o entendimento de que há um tipo único de racismo ou que somente é possível o racismo ser considerado como estruturante nas sociedades segregacionistas, isto é, nas sociedades onde o racismo possa ser visível a olho nu, com provas tangíveis da sua existência (documentação com casos explícitos, legislação racial etc). Em suma, o racismo na sua forma mais primitiva, o segregacionismo, torna-se o referencial da análise, ainda que em tese se objetive justamente o contrário.[4]

Cabe-nos questionar então, se esse recorte metodológico nos permite, de fato, apreender a natureza das relações raciais brasileiras ou das relações de poder nas sociedades herdeiras da escravidão, tal como a brasileira? Estudos como os que estas perguntas nos levam a fazer, requerem uma visão sistêmica, porque trabalha com um objeto de difícil mensuração, baixo teor de materialidade, mutante e mutagênico, como é o racismo. Não se chegará ao âmago do racismo brasileiro e suas variantes e conseqüências, portanto, somente observando ou descobrindo novas vertentes ou seus frutos isoladamente e, sim, visualizando o conjunto e apreendendo seus movimentos. Isso quer dizer que o exame das

[4] Esse entendimento se enquadra no que Michael Hanchard denominou de exclusivismo racial para caracterizar a posição dos intelectuais latino-americanos face ao racismo. Essa discussão já foi objeto do segundo capitulo.

histórias de vida dos vencidos(as) (libertos(as)/africanos(as)/livres), dos casos esporádicos de racismo explícito praticados pelas elites, dos mecanismos de controle social sobre a população constitui condição necessária, mas não suficiente, para captar a natureza das relações raciais brasileiras. Para tanto, faz-se necessário um recorte metodológico que visualize essas histórias de vida de forma sistêmica com a instituicionalidade, identificando as formas de regulação da sociedade (o racismo entre elas) e como os antigos sujeitos da escravidão e seus descendentes moveram-se, movem-se e provocaram os movimentos desse arcabouço institucional.

Considero, assim, o controle social exercido sobre os(as) libertos(as) e seus descendentes, no pós-abolição baiano, uma continuidade da regulação das relações raciais antes cristalizadas na escravidão. A questão central é como poder visibilizar nesse controle social os elementos que caracterizam o racismo como um dos elementos fundantes de sociedades herdeiras da escravidão, tal como a baiana. Um dos caminhos é se posicionar para além da diagnose das predominâncias, se raça ou classe, isto é, assumir a integralidade das categorias: raça&classe, sem estabelecer hierarquias cristalizadas, como as que caracterizam as abordagens classistas, que admitem apenas incorporar a dimensão racial em um único sentido. A mudança proposta possibilita pensar a transição para o trabalho livre não somente como um processo de transformação do regime de trabalho, mas também como um processo de transformação das formas de regulação das relações raciais. Em outras palavras, seria reconhecer o racismo, sem hesitar, isto é, reconhecer a existência do modelo racial brasileiro e o racial enquanto objeto da política do Estado a informar e a nortear a reorganização do mercado de trabalho brasileiro no pós-abolição. Vale salientar que o racismo, em muitas das sociedades, inclua-se a brasileira, quando apreendido ou explicitado, é apenas na sua aparência circunscrito à esfera da vida privada, a uma ação do indivíduo e não como política do Estado. [5]

Assumida a centralidade da dimensão política e econômica do racial para a compreensão do pós-abolição em sociedades herdeiras da escravidão, o passo seguinte é demonstrar o

[5] Os contornos dessa interpretação foram apresentados no capitulo 2. Ver também os trabalhos de Skidmore, *Preto no branco;* Célia Maria Marinho Azevedo,*Onda Negra, medo branco*,Rio de janeiro, Paz e Terra, 1987; Abdias Nascimento, *O Brasil na mira do panafricanismo.*

modus operandi do racial. Neste estudo, interessa saber como ele orientou/operou a reorganização do mercado de trabalho no Recôncavo baiano e, sobretudo, a construção dos mecanismos raciais e sociais de controle sobre os movimentos individuais e coletivos da população negra. Não é demais repetir que os mecanismos raciais de controle, via de regra, não estão ao alcance das mãos. É preciso ter acuidade para perceber tanto a sua natureza subliminar como sua forma explícita (mais rara).[6]

É justamente no exame dos porquês e das formas de operacionalizar a repressão que recai, sobretudo no pós-abolição, sobre as práticas culturais negras e dos seus campos negros que se pode encontrar os elementos para qualificar os mecanismos de controle racial. A identificação desses porquês torna-se fundamental para apreender esse aspecto singular norteador da instituição dos mecanismos de controle racial em territórios similares ao Recôncavo baiano, isto é, a sua transfiguração em controle social. Garante-se a igualdade de tratamento pela Constituição Republicana e reprime-se aqueles indivíduos e aquelas práticas sociais atentatórias à ordem pública vigente - a ordem e o progresso - coincidentemente, as práticas sociais e manifestações culturais herdadas das senzalas, dos mocambos, dos cortiços, dos diversos campos negros.

Com efeito, a construção teórica proposta para evidenciar o papel dos mecanismos raciais de controle da população negra leva em consideração alguns fatores: a singularidade de cada região e seu grau de inserção na economia nacional, o tamanho do passado escravista, o grau de mobilização dos recém emancipados, assim como seu grau de autonomia, ou melhor, as possibilidades de exercício dessa autonomia - que podem resultar no seu fortalecimento econômico ou não - a mudança nos códigos de ascensão social. A leitura e a escrita, no pós-abolição, tornam-se progressivamente condição necessária para a ascensão coletiva; assim, entende-se a interdição do analfabeto na Constituição de 1891. Nos territórios de maioria negra, os controles raciais foram transmutados em controle social, ou seja, estendia-se a todos. A interdição negra no Brasil, na essência, foi coletiva, embora o

[6] Ao que parece, os controles raciais se tornaram menos explícitos com o passar do tempo. Saímos de uma situação extrema de controle racial quase absoluto durante a escravidão e passamos por uma transmutação quase que perfeita instituída pela política da mestiçagem, principal sustentáculo da democracia racial, em que os casos de racismo contra os negros são considerados extemporâneos e não fazem parte da brasilidade, ou melhor, ferem o ethos nacional.

racismo, na sua aparência, manifeste-se individualmente, dificilmente como uma política explícita de Estado, como nos EUA ou mais recente na África do Sul.

A (RE)ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO RECÔNCAVO AÇUCAREIRO 1888-1902

Já vimos no capítulo anterior que os dias seguintes ao da abolição, o "14 de maio", no Recôncavo baiano foram marcados pela incerteza e indefinição quanto aos rumos a serem seguidos, principalmente em relação à reorganização do trabalho. Os diversos registros, ainda que exagerados, por parte dos antigos senhores de engenho, descreveram, de um lado, a situação de penúria e abandono da lavoura e em certa medida o despreparo inicial desses senhores para o "novo" cenário; de outro lado, registraram os mais variados comportamentos dos homens negros e mulheres negras diante da tão sonhada liberdade: beberam, sambaram, incendiaram canaviais, roubaram, mataram, resistiram ao trabalho, flanaram, assim como trabalharam, "se viraram", migraram para as cidades, mendigaram, morreram nas calçadas, prostituíram-se, permaneceram em relações semi-escravistas junto aos antigos senhores, agregaram-se, tornaram-se proprietários urbanos e rurais, pescaram, mariscaram, "viveram sobre si", negociaram a preservação das suas manifestações culturais, foram racialmente discriminados, enfim. Essas ações e reações se constituíram em estratégias de luta pela sobrevivência diante de uma conjuntura que no início se mostrava claramente indefinida para todos os sujeitos da escravidão. Contudo, o setor agro-exportador açucareiro conseguiu em um espaço de tempo de mais ou menos uma década, dissipar as reais dificuldades iniciais na arregimentação e controle da mão-de-obra.

A abolição sem indenização impulsionou as elites dirigentes baianas, em especial as elites ligadas ao setor agro-exportador açucareiro, a intensificarem suas ações para transformar a resolução do problema da falta de braços como crucial para o soerguimento da agricultura baiana, leia-se a lavoura de cana, sob ameaça de paralisação da produção, instalação do caos social ou serem devorados pela esfinge do relator Gustavo d'Utra, discutida no capítulo anterior. Cabe mais uma vez perguntar se o problema era real ou era parte da

estratégia dos ex-escravagistas em busca de indenização? Longe de responder conclusivamente, o que pretendo é trazer mais elementos que possibilitem ampliar a discussão em torno da reorganização do trabalho. De fato, havia uma questão de braços a ser resolvida e por sinal uma questão comum, sobretudo, nas sociedades herdeiras da escravidão, em particular as sociedades onde a população negra era maioria. Qual era a questão? Ela não é de ordem quantitativa. Percebê-la dessa forma é ver tão somente a sua superfície, pois ela é essencialmente de ordem qualitativa. As análises das justificativas sobre a imigração européia no Brasil não deixam dúvidas quanto à presença dos aspectos raciais na seleção da mão-de-obra. Não ignoro a ponderação sobre a racionalidade econômica capitalista em seu sentido *strictu sensu* (braços e mais braços para garantir a redução do valor da força de trabalho), porém a relativizo. Não se deve negligenciar o aspecto qualitativo da mão-de-obra sob pena de perder de vista que esses braços europeus não vieram tão somente para suprir a "falta de braços", mas de fato, vieram para ser o elemento-chave que elevaria o Brasil ao rol das nações ocidentais civilizadas. Não há nação sem território e sem povo. Dentro do ideário liberal de nação proposto pelas elites dirigentes e a *intelligentsia* brasileira não havia papel ativo para as massas, mas muitas dúvidas, desconfianças, resistências, discriminações, racismos ao que com elas se relacionasse, mormente, a nigrícia. É sob essa orientação que se formulou a política imigracionista do Estado brasileiro, buscando atrair o maior número possível de imigrantes brancos europeus, preferencialmente os brancos nórdicos, anglo-saxões e teutos. O que fazer com a nigrícia, uma vez que, inicialmente, para o Estado republicano brasileiro, nem africanos e nem asiáticos deveriam ser considerados como opção de mão-de-obra imigrante.

> É inteiramente livre a entrada nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições estipuladas.[7]

[7] Decreto n °528 de 28 de junho de 1890 .

A imigração

No Norte, na Bahia e no Recôncavo, as elites tiveram sérias dificuldades para seguir a orientação nacional imigrantista. Na Bahia, houve várias tentativas para atrair imigrantes europeus através da instalação de núcleos coloniais, principalmente no Sul do Estado; alguns iniciados durante a escravidão, mas que malograram. O baixo dinamismo da economia baiana, aliado à forte concorrência com os estados do Sul e à falta de "atrativos", apesar dos esforços envidados, constituíram-se nos principais entraves ao processo imigratório.[8]

Em 12 de janeiro de 1889, foi entregue a Inspetoria Especial de Terras Públicas e Colonização da Bahia, o relatório do Inspetor especial interino Dionísio Gonçalves Martins contendo um diagnóstico dos núcleos coloniais e dos principais entraves à corrente imigratória, e propostas para soerguimento da lavoura que, provavelmente, orientaram a política imigrantista na Bahia. Nele, o inspetor afirmou que não havia nenhum núcleo colonial e que foram abortadas todas as tentativas. Efetuou rápidos comentários sobre o Recôncavo e a necessidade de atrair braços para salvar os capitais das grandes propriedades. Abordou o malogro das colônias no sul da província - Muniz, Theodoro, Rio Branco e Carolina - e ainda classificou de injusta a presunção de incompatibilidade do Norte com a imigração estrangeira. Segundo ele, o exame minucioso das causas pode revelar os erros cometidos e evitar a longa paralisação de 14 anos de não aproveitamento dos recursos acumulados.

> Depois dos graves acontecimentos que determinarão a libertação em massa dos velhos auxiliares da lavoura nacional, é de intuitiva exigencia a promoção d´essa corrente imigratória, capaz de estabelecer uma compensação rasoavel ao desfalque occasionado pela rapidez da transformação, não que tivessem os homens desapparecido mas forão arrastados pela miragem do novo estado.
>
> Durante algum tempo houve a esperança de que os emancipados se prestarião a firmar colonias [...] e passou a serem dos factores da regeneração promettida. A verdade, porem é que as propriedades não podem contar com os antigos elementos do trabalho, ainda do que os offerecidos habitualmente no mesmo serviço. Os queixumes repetidos attestão que não tem sido por deficiencia de tentativas bem intencionadas. É o fato da liberdade ampla, e sem as prevenções restrictivas contra os

[8] Ver mais sobre a experiência da imigração na Bahia, o trabalho de Henrique Lyra, " Colonos e colônias".

> excessos da infalível exaltação, actuou sobre os espiritos mal educados ou mal preparados, para recebel-os, atirando-os ou para as revoltas do amor proprio, inevitaveis no conflicto das neceptibilidades . Dahi-se originarão represálias, que tem apavorado certos municipios e apressado a ruina dos compromettidos.[9]

Para o inspetor Dionísio Gonçalves Martins, "a situação se aggrava de dia a dia com a protelação das medidas que havião sido reclamadas e em cujo auxilio contavão os prejudicados"[10]. À grande lavoura faltavam capital e braços, restando apenas as terras que sofriam com os desequilíbrios climáticos e a falta de crédito. O Estado deveria apoiar a grande lavoura, pois a pequena lavoura não tinha condições por si só de atenuar o depauperamento das rendas públicas. Defendia uma integração através de bancos de fomento ao crédito agrícola e a liberdade de crédito para o desenvolvimento das empresas rurais.

Sobre o trabalho, argumentava que era o mais fácil de ser resolvido: era a favor da colonização, seja através dos nacionais ou da imigração estrangeira definitiva como recurso extremo à colonização temporária. Relatou a incapacidade da grande lavoura, face aos resultados dos plantios, de permitir uma longa remuneração aos braços auxiliares. O que consubstancia os meus argumentos que relativizam a 'falta de braços" e a relacionam aos aspectos endógenos do complexo agro-exportador açucareiro, isto é, ao baixo dinamismo econômico do setor, mais que a absoluta falta de braços. O inspetor salientou ainda que a colonização nacional seria a última a se estabelecer senão houvesse alguma forma de coerção:

> O alvitre do recrutamento adaptado n´estes ultimos dias, pode grupar em certas fazendas centenas de trabalhadores, que se esquivem a perseguição policial como ociosos ou vagabundos, mas essa medida não tem, nem pode ter, caracter permanentes e por conseguinte os seus effeitos, devido a um sentimento diverso d´aquele que o caso necessita, não darão as propriedades a segurança de auxilio que ellas reclamão com toda legitimidade. A ausência de fixidade torna as iniciativas frouxas e desconfiadas e portanto visando apenas interesses momentâneos, e que é contrario a índole do trabalho rural.[11]

[9] APEB. Maço 4850, Presidente de Província, Terras Públicas e Colonização, Série Viação(1889).
[10] Ibid.
[11] Ibid.

O melhoramento da lavoura dependia da imigração. Neste caso, o melhor imigrante é aquele que já tem definida a sua situação. Reconhecia que os atrativos em termos de remuneração não permitiam oferecer as condições do sul do império. Uma alternativa seria o estabelecimento de colônias agrícolas baseadas na pequena propriedade. Estas seriam fundadas perto dos povoados, sobretudo dos portos existentes e que tinham mercados fixos e de fácil acesso. Os terrenos não seriam gratuitos, mas com prestações pagas anualmente, compreendendo as benfeitorias. O não cumprimento das cláusulas do contrato implicaria na retirada da concessão pelo governo. Mostrava-se reticente quanto à imigração espontânea "com intuito de fornecer trabalhadores aos engenhos despovoados e que não podem pagar alto salário a seus auxiliares [...] deverá se for conduzida com acerto e prudência, proporcionar os meios de transição de que carece o paiz para fundar uma agricultura razoável e auspiciosa."[12]

As reservas estão identificadas com a índole e os hábitos desses imigrantes. Assim, propôs renovar a cada qüinqüênio a corrente imigratória, limitando-a a uma determinada zona. O imigrante desejado era aquele que viesse ao país com capital acumulado e o fizesse em favor do proveito nacional. Afirmava o inspetor: "estou convencido de que todas as raças civilizadas podem viver em qualquer ponto do globo, guardando os preceitos da hygiene commum e moldando a vida propria as novas condições de trabalho".[13] Muito embora essa posição possa ser considerada como progressista à época, o diagnóstico por ele apresentado acerca do estado de coisas da grande lavoura sugere que sua linha argumentativa se aproximava mais do pragmatismo, que, certamente, passava distante de uma possível defesa da igualdade entre raças.

Em 15 de janeiro de 1889, o *Diário do Povo* noticiava a reunião convocada pelo Presidente de província, conselheiro Machado Portella, com membros da sociedade baiana para discutir questões relativas à imigração, sendo proposta a seguinte questão: qual era o melhor modo de promover a imigração? Pelo visto, o relatório do inspetor Dionísio Gonçalves Martins ainda não havia sido analisado pelas autoridades. O conselheiro

[12] Ibid.
[13] Ibid.

Almeida Couto propôs a nomeação de comissões municipais para, em um prazo determinado e após consulta aos interessados, apresentarem uma solução. Na ocasião, o conselheiro Machado Portela informou que o governo geral havia contratado a introdução de 200 mil imigrantes para o Norte.[14]

Pelo visto, essa medida se revelou ineficaz, visto que se verificou a intensificação das queixas em relação à desorganização do mercado e à falta de uma corrente imigratória européia significativa para a região Norte. Em pouco mais de um mês, a colonização foi tema de pelos menos seis artigos do periódico *Diário do Povo.* Destaque para a crítica dirigida à proposição de deixar a cargo dos atuais proprietários a iniciativa para a fundação de núcleos coloniais, ao exclusivismo da instalação desses núcleos em terras devolutas, a defesa da instalação de núcleos coloniais no litoral e do uso racional do trabalho.

> [...] traz consigo perigos de gravidade, que não devem ter escapado a penetração dos encarregados da tarefa colonisadora. Condennar-se esta província a só ter núcleos coloniaes em terras devolutas é espaçar, para muito tarde sem grande certeza de resultado feliz...[15]
>
> Aqui o trabalho agrícola desfallece no litoral de modo assombroso, as propriedades arruinaram-se, os edificios desabam, e os senhorios, profundamente desalentados, nem sabem o que pedir, nem pedem a quem sabe, o meio de evitar o próximo naufrágio das accumulações do passado. [...] Se não emendarem os erros do passado e não transformarem a propria essencia das organizações ruraes, o resultado será mais assombroso. Consta-nos que essa situação do Recôncavo fora apreciada pelo actual inspector de terras d'esta provincia, lembrando o correctivo possível para salvar a grande lavoura que é uma necessidade social, mas esse trabalho, remettido officialmente à presidencia da provincia, não foi dado à publicidade.[16]

Propostas:

> Os estabelecimentos nucleares devem ser localisados em cada uma das circunscripções agrícolas do litoral, onde se acha a riqueza publica e particular da província e que está toda ennervada por falta de braços aptos e de regimens aperfeiçoados.
>
> [...] Facilitar-se-há a abundancia de trabalhadores ruraes, a aprendizagem dos methodos e regimens novos e progressistas; a praticagem dos machinismos que poupam o tempo e o braço, quer a grande lavoura, que

[14] *Diário do Povo*,16.de janeiro de 1889. Immigração e Colonisação.
[15] *Diário do Povo*, 16 de março de 1889. A colonisacão.
[16] *Diário do Povo*, 21 de março de 1889. A colonisacão V.

> se asphixia, quer a pequena propriedade agrícola, que se não tem podido desenvolver...[17]

Decorridos dois meses, o *Diário do Povo* publicou novo artigo, mais uma vez preocupado com a organização do mercado de trabalho e, sobretudo, com o papel a ser destinado aos antigos sujeitos da escravidão, em particular os ex-escravos, no pós-abolição. Apresentou também indícios que consubstanciam o quanto as propostas de reorganização do trabalho foram tributárias das experiências caribenhas, assim como ocorreu durante a escravidão.[18]

O artigo resumiu as medidas para a organização do trabalho no pós-abolição em três pontos:

> 1) a colonisação nacional, que deve substituir immediatamente os antigos auxilares do trabalho que os desorganisa, por defficiencia de cooperação;
>
> 2) a colonisação dos ingennuos pela educação agricola, tornando para elles a terra verdadeira esperança do porvir;
>
> 3) a colonisação estrangeira, destinada ao engrandecimento da massa da população, a cujo cargo ficará o trabalho dos núcleos e o aproveitamento das extensas regiões, hoje sem aproveitamento, porque sem possibilidade de desafiar a concurrencia, desde que não há incentivo para provocal-a.[19]

Defendeu, ainda, a facilitação de instrumentos de créditos para fomentar a colonização nacional. Quanto à cooperação dos libertos, disparou: "Será apenas a congregação dos elementos esparsos ao primeiro choque a liberdade, que os surprehenderá no atrophiamento da passada condição"[20]. Afirmou que a abolição da escravidão nas Índias Ocidentais produziu o mesmo desânimo sobre os proprietários. Foi necessário instituir uma comissão para avaliar a situação que apontou o alto preço dos salários como o causador do arruinamento das propriedades, resultando na diminuição das exportações. A medida adotada foi "rever as leis e provocar nova immigração, sob a vigilância responsável dos aggentes officiaes" [21]. Assinalou o retorno dos libertos "depois de saciado o espirito com

[17] *Diário do Povo*, 22 de maio de 1889. A Colonisacão da Província da Bahia III.
[18] *Diário do Povo*, 6 de maio de 1889. Sobre a Colonisacão.
[19] Ibid.
[20] Ibid.
[21] Ibid.

os effeitos d'esse despreendimento de toda sujeição" [22]. Em decorrência, verificou-se a queda dos salários nos trabalhos pesados e o aumento da produção. Outra saída foi a imigração temporária de chineses e indianos e o emprego de novas tecnologias (o engenho central), que economizariam mão-de-obra e investimentos em infra-estrutura. "Um ano depois já a colonia produzia com uns 1600 braços o que fazia no passado com 30.000" [23]. Ainda sem entrar no mérito da necessidade ou não de imigrantes, é certo que as dificuldades de modernização do complexo açucareiro do Recôncavo, associadas à perda de espaço do açúcar no mercado mundial, foram fatores que contribuíram para reduzir as possibilidades da economia baiana de manter os ex-escravos e atrair, de forma espontânea ou financiada, a corrente imigratória.

Outras medidas complementares foram adotadas nas Índias Ocidentais:

> [...] em seguida a abolição, para prevenir a vagabundagem e a mendicidade - sua consequencia natural, quando não é outra mais perigosa ainda a de muito mais difficil repressão.[...] Crearam-se officinas disciplinares e guardas ruraes, por intuito de policiar as fazendas e impellir ao trabalho os que viviam em continuas deslocações.[24]

Acrescentou-se a necessidade de promover a desapropriação, como foi o caso da Martinica e Guadalupe, para possibilitar o acesso ao crédito para o senhorio e salários aos libertos.

É certo que as dificuldades de modernização do complexo açucareiro do Recôncavo, associadas, em alguns casos, à permanência da mentalidade escravista dos antigos senhores de engenhos, foram fatores que contribuíram para a redução das possibilidades da economia baiana, e em particular, do setor açucareiro de manter os ex-escravos e atrair de forma espontânea ou financiada a corrente imigratória. Nesse sentido, é importante o seguinte registro feito sobre o comportamento dos antigos senhores de engenhos do Recôncavo e a situação das suas propriedades.

> A melhor prova ahi temos na ausencia quase absoluta de pedidos de immigrantes para o *recôncavo*, não obstante a publicação do edital,

[22] Ibid.
[23] Ibid.
[24] Ibid.

> convidando os interessados a externarem as suas preferencias. Só de um temos notícia, e este se referia à immmigração chineza, isto é, a auxiliares temporários, sem caráter algum de colonisação.
>
> [...] Esta abstenção, que não é proposital por parte dos proprietários, revela a profunda desconfiança em que vivem, e o legitimo receio de se aventurarem às provas práticas, enquanto fôr cercado de tantos obices o crédito que lhes alimenta o trabalho.[25]
>
> [...] no *recôncavo,* fundando propriedades que representam ainda hoje valor absurdo comparativamente ao preço porque podem ser ellas adquiridas para os ensaios coloniaes.
>
> [...] Habituados os proprietarios, pelas sucessivas avaliações judiciárias e pelo mutuo consenso, a ver seus bens ruraes representarem crescidos valores, e com summa repugnância que recebem propostas tendentes a classificar os restos da passada opulência, segundo a lei econômica da utilidade occasional.
>
> Sempre attrahidos pela miragem do futuro esperam a transformação annunciada, como se para a rapida consecução d'esta não fosse necessário a immolação dos usufructuários improductivos.
>
> Em tal emergencia pedir a estes que cedam o terreno ocupado , não pelo custo representativo do passado, mas pelo valor real do presente, é desfiar-lhes a susceptibilidade e provocar sérios desgostos na maioria das solicitações.[26]

Ainda que os relatos possam parecer exagerados, eles tendem a confirmar a hipótese de que a colonização no Recôncavo não objetivou tão somente povoar ou promover o desenvolvimento agrícola, através da introdução de novas técnicas que possibilitassem vencer a rotina, mas também recapitalizar os antigos senhores de engenhos, através da venda das suas propriedades desvalorizadas. É importante salientar que a venda dessas terras foi objeto de denúncias de superavaliação durante o governo de Manoel Victorino, conforme evidenciado no capítulo anterior.

A Assembléia Legislativa foi um dos espaços de materialização das discussões acerca da reorganização do trabalho. Os projetos de lei encaminhados – referentes à regulamentação do trabalho, sobretudo o ir e vir da gente liberta, a imigração estrangeira, inclusive a polêmica imigração asiática, o soerguimento da lavoura etc - assinalam sua importância na viabilização das proposições das elites baianas. Igualmente possibilita uma visão dos

[25] *Diário do Povo*, 18 de março de 1889. A colonisacão.**(meu grifo)**
[26] *Diário do Povo*, 22 de maio de 1889. A colonisacão.**(meu grifo)**

ajustes locais e das divergências em relação à política nacional de reorganização do trabalho.

Um exemplo dessas divergências se fez presente durante as discussões do projeto imigracionista para a Bahia, ocorridas na 23ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 11 de maio de 1889. Nela, o deputado Antônio Bahia criticou o projeto por não privilegiar os nacionais."[...] vamos aproveitar os nacionais, que não têm trabalho, vamos dar-lhes ocupação de preferencia aos imigrantes estrangeiros".[27] Em seguida condenou a continuidade do fundo de emancipação:

> Foi destinado pela assembléia para o serviço de colonização nacional. Era um dinheiro maldito que ia se tornar em um dinheiro abençoado, certamente para auxilios daqueles mesmos que proporcionarão o seu pagamento; mas o governo geral deu a nota que o governo provincial está repetindo. Ainda hoje se continuão a cobrar imoralmente os 5% para o fundo de emancipação, e a lei de 13 de maio eliminou este imposto. Cessou a causa que determinou o imposto, e o pagamento continuou a ser exigido, e aqui na província os capitais acumulados para o fundo de emancipação tiveram um destino que até hoje não se sabe. [28]

O deputado Antônio Bahia se mostrou contrário ao financiamento governamental da imigração européia para o Brasil, pois não resolveria todos os problemas da lavoura baiana. "Mas que o Brasil pague a especuladores para trazerem para aqui refugos das capitais da Europa que venhão nos civilizar, é o que não admito, a isto é que me oponho" [29]. Alegou o problema da aclimatação dos europeus sob uma ótica contrária ao pensamento eugênico que embasava a política imigrantista nacional, reforçando o argumento de que havia projetos distintos em disputa no seio das elites baianas para a reorganização do trabalho. "Em qualquer ajuntamento popular observamos o fato de que os homens de cor superabundam na província, que o maior número é de pretos e que os brancos propriamente são em número reduzido".[30] Salienta o perigo que representaria para o Brasil, um país em formação, a introdução considerável de imigrantes,

[27] BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia. Sessões do Ano de 1889; 23ª sessão ordinária, 11 de Maio de 1889. vol II. pp.70-73.
[28] Ibid.
[29] Ibid.
[30] Ibid.

> [...] poderia trazer uma perturbação no equilíbrio do país. Pois bem; façamos reverter o dinheiro do imposto em benefício do contribuinte, vamos abrir os braços a nossos patrícios, vamos manter o Brasil brasileiro muito bem e não esperaremos que se dê uma calamidade pública.[31]

Na sessão trigésima primeira , de 29 de agosto de 1891, o deputado defendeu que não se obstaculizasse a saída dos trabalhadores para outras localidades, uma vez que não lhes ofereciam condições de permanência. "[...] não é, portanto aceitável [...] que o governo impeça a emigração dos nossos compatriotas, que assolados pela fome, falta de recursos e de trabalho, vão procurar em outras paragens um remédio às suas necessidades".[32]

Os trechos dos discursos acima consubstanciam o questionamento sobre o que de fato estava em jogo na organização da mão-de-obra no pós-abolição do Recôncavo. Eram aspectos de ordem quantitativa ou qualitativa que interferiam na arregimentação da mão-de-obra? A leitura das fontes sinaliza para a forte influência dos aspectos qualitativos na base da discussão da falta de braços. Por aspectos qualitativos entende-se o conjunto de ações/princípios/elementos fundamentados nas teses do racismo científico do século XIX, que constituíam a política racial do Estado brasileiro que, entre outras coisas, preconizava a mudança da composição étnica da força de trabalho.

O exame dos dados censitários (1871-1920) da Bahia revela que não houve alteração significativa na composição étnica da população. Ela se manteve majoritariamente negra e mestiça.[33] Se por um lado pode parecer uma derrota do projeto de branqueamento da população brasileira na Bahia, por outro lado, não significa a ausência dos elementos

[31] Ibid.

[32] BPEB, Anais da Assembléia Legislativa Provincial. Sessões de 1891, 31ª sessão ordinária, 29 de agosto de 1891. vol.único, pág.270/271.

[33] Havia, no ano de 1872, 22.397 estrangeiros, correspondendo a 1,67 % da população total do estado da Bahia; em 1890, 26.776 estrangeiros, 1,41% ; em 1900, 29.387 estrangeiros, 1,41%; em 1920, 13.451 estrangeiros , 0,41%. Entre 1872 e 1920, a população baiana obteve um crescimento de 144,67%. O pequeno fluxo imigratório estrangeiro para o estado da Bahia confirma que as alterações na composição étnica da população baiana não foram significativas, permanecendo próximo aos números do censo de 1872:livres: 331.479 brancos; 565.704 pardos; 264.727 pretos; 49.882 caboclos; escravos: 65.368 pardos; 102.456 pretos. A população escrava somada a população livre negro-mestiça totalizava 1.051.137 pessoas, cerca de 76% da população. Ver Manoel Jesuíno Ferreira, *A provincia da Bahia*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1873; Ministério da Agricultura, Viação e Obras públicas. Diretoria Geral De Estatística, *Recenseamento de 1° de setembro de 1920.* Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1928.

fundantes dessa(e) política/projeto durante o processo de reorganização da mão-de-obra no pós-abolição baiano. Houve, sim, ajustes e adaptações devido aos limites do processo de acumulação de capital no Estado e ao desprestígio político da Bahia no cenário nacional, que não garantiram as condições de financiamento necessárias para a substituição da mão-de-obra negra pela mão-de-obra branca, como se fizera, especialmente, em São Paulo, *last but not least*, devido aos negros e negras em movimento. As elites baianas, ou pelo menos grande parte delas, tiveram que aceitar a realidade dos fatos, mas sempre a empreender novas tentativas de imigração européia e a promover seus ajustes locais reforçados, em grande medida, pelo instituto jurídico da descentralização outorgada pela constituição de 1891.

Veremos a seguir duas dessas tentativas fracassadas, que considero representativas do que foi a política imigrantista na Bahia entre 1889 e 1920.

A Lei n°88, de 25 de julho de 1895, promulgada pela Assembléia Legislativa da Bahia, autorizava o Governo do Estado a contratar a quem mais vantagens oferecesse, a introdução de 25 mil imigrantes europeus, não devendo ultrapassar a 1/5 desta parte por exercício. Através do exame da documentação, foi possível levantar o número de pelo menos três propostas:1) A Cia Metropolitana propôs introduzir 25 mil imigrantes procedentes de Portugal, Ilhas adjacentes, Espanha e Ilhas espanholas, Itália, Áustria e Alemanha dentro do prazo de 5 anos, sendo o número não inferior a 5 mil imigrantes anualmente. Do total, 80% seriam de trabalhadores agrícolas: casal com ou sem filhos; viúva/viúvo com filhos e enteados; avô/avó com seus descendentes, devendo sempre entre eles haver um homem válido; família formada (primos, sobrinhos, etc); indivíduos entre 15 e 45 anos (proposta apresentada em 25/10/1895); 2) A Cia de Navegação Italiana propôs introduzir 25 mil imigrantes italianos, preferencialmente do norte da Itália, sendo trabalhadores agrícolas constituídos de famílias nas seguintes condições: prazo não superior a 3 anos; as despesas de propaganda na Europa correria por conta da Cia; o imigrante adulto: 150 francos; menor 7 a 12 anos – 75 francos; 3 a 7 - 37,50 francos; menores de 3 anos transportados gratuitamente (a proposta foi apresentada em 30 de

outubro de 1895); [34] 3) Uma outra apresentada pelo inglês, domiciliado na Bahia, William Brice, em 5 de novembro de 1895. Para fundamentar sua proposta, ele fez uma radiografia do sistema de contração de imigrantes no Brasil. Inicialmente, apontou a desproporcionalidade entre os gastos públicos e o número de operários entrados no país. Para ele, a questão fulcral residia no monopólio das empresas estrangeiras, nas péssimas acomodações, na propaganda enganosa e no choque de interesses das empresas e os objetivos estabelecidos nos contratos pelo governo.

> Ainda menos são elles interessados ao agenciamento de lavradores que se internem pelo paiz, e que, longe dos portos, esqueçam sua pátria e pelo contrario devem preferir os que se vem dedicar aos serviços mais faceis e rendosos das grandes cidades, pois que esses mais rapidamente tornarão a ser passageiros.
>
> [...] Tem sido importada a escoria das populações europeias. Cerca de 50% os immigrantes que nos tem vindo com passagens pagas pelos cofres publicos tem abandonado o Brazil, uns voltando a sua patria desiludidos das promessas phantasticas com que foram ludibriados, outros seguindo para as Republicas do Prata com que as empresas de navegação possuem também contractos.
>
> Dos que tem permanecido entre nós, a maior parte está concentrada nas grandes cidades, explorando, em grande numero serviços que não exigem aptidão nem concorrem de modo algum para prosperidade do paiz, como seja o de engraxates, entregadores de jornaes, venda de bilhetes de loteria, em que se vê, não somente meninos, porém homens de todas as edades. [35]

Enfatizava ainda que:

> Ao passo que os centros de producção a lavoura e as industrias que os governos procuram auxiliar, permanecem em luta contra a falta de operários, que é o seu mal, os centros de consumo se enchem regorgitar dessa escoria que fomentando o vicio, corrompendo a moral e difficultando a administração, concorrem ainda para o encarecimento da vida, em detrimento do elemento nacional e das classes effectivamente operosas. [36]

Indagou se não era mais proveitoso economicamente adquirir um número menor de imigrantes, desde que estes estivessem de acordo com os objetivos do governo. Por fim, criticou, novamente, o monopólio das empresas de navegação no serviço de imigração,

[34] APEB, Seção Republicana. Secretaria do Governo. Caixa n°2295. Doc.n°394. ano 1896.
[35] Idem.Doc.s/n.fl.2.
[36] Ibid.fl.3.

uma vez que elas se limitavam a recrutar os imigrantes nos locais de sua linha regular. "Assim se explica, por exemplo, que as empresas italianas tenham incluído as cidades do Estado de São Paulo com seus patrícios, sendo estes em sua quase totalidade do Sul e Costa Oeste da Península".[37]

Após esse arrazoado, William Brice propôs introduzir 25 mil imigrantes europeus oriundos de Portugal, Espanha, Itália, Ilha de Açores, Canárias, Alemanha, Áustria e Bélgica. Cerca de 70% dos imigrantes eram constituídos de famílias e 80% destinados aos serviços agrícolas e 20% aos serviços industriais e domésticos e dentro do prazo de cinco anos. Na mesma linha, apresentaram propostas o negociante Antônio Francisco Brandão, o provável negociante Candido Lusitano França Andrade e o capitalista José Augusto Laranja, propondo ao vice-governador, o Barão de Camaçary, introduzir 25 mil imigrantes oriundos de Portugal, Espanha, Itália, Áustria.

A proposta vencedora foi da Cia Metropolitana, sendo o contrato celebrado em 1 de abril de 1896, para introduzir anualmente 5.000 imigrantes, a contar da data de assinatura. O contrato foi assinado, mas os imigrantes não chegaram. O que aconteceu? Falta de recursos oficiais e privados para garantir o fluxo imigratório. O jornal *Diário de Noticias* saudou com entusiasmo e enfatizou a importância da chegada dos primeiros imigrantes provenientes do contrato. O governo deveria, porém,

> [...] receber o imigrante com todas as atenções, proporcionando-lhe as comodidades de que necessita, facilitando-lhes depois os meios de seguir para os núcleos coloniais o mais breve que for possível, ou dando-lhes liberdade de exercer na capital ou nas cidades do interior à indústria que estiver mais de acordo com seus costumes e suas habilitações.
>
> Ao Estado, pois, compete preparar-se para receber condignamente o futuro obreiro de seu progresso, o seu principal auxiliar.[38]
>
> Precisamos dos imigrantes e por isto mesmo é que devemos fazer todos os esforços, sejam quais forem os sacrificios, afim de que a imigração para ser efetiva e de resultados práticos, entre sem tropeços, desassombradamente.[39]

[37] Ibid.fl.4.
[38] BPEB, *Diário de Noticias*,1 de junho de 1896. Para Prevenir.
[39] Idem. 2/6/1896.

Pode-se afirmar, sem o risco de cometer um exagero, que a imigração européia se configurou nos moldes de uma questão de Estado, face aos esforços empreendidos pelos diversos governadores que se sucederam no poder executivo da Bahia, ao longo da Primeira República, independente do grupo político a que pertencia. No entanto, os sacrifícios e os esforços não foram suficientes para vencer a falta de recursos dos governos baianos, que, assolados pela crise financeira, viram reduzida a capacidade de endividamento do Estado, além da falta de salários compensadores ofertados por aqueles lavradores/fazendeiros que se predispunham a contratar os imigrantes.

As razões de ordem financeira estavam na base dos adiamentos sofridos pelo contrato. No dia 2 de abril de 1896, o representante da Cia Metropolitana recebeu um telegrama do governo baiano para suspender a remessa dos imigrantes devido à febre amarela e à não-conclusão das obras da hospedaria. Em 11 de julho, a Cia informou ao Governo que aceitasse os imigrantes que já se encontravam em viagem. Já no ano seguinte, a Cia reclamou do governador, através de ofício, a suspensão temporária do contrato, alegando que esta não poderia ser considerada como temporária e, sim, como inexecução do contrato. Sem acordo, a Cia Metropolitana acionou o governo para receber uma indenização inicial de 300 contos de réis por perdas e danos.[40]

Essa pendência jurídica somente foi resolvida durante o governo de Severino Vieira, através do envio de mensagem à Assembléia Legislativa, solicitando um crédito extraordinário de 100 contos de réis para pagamento da rescisão contratual. A exposição de motivos do Governador Severino Vieira à Assembléia Legislativa confirma a situação de insolvência do Estado, para arcar com tamanho "sacrifício":

> Então, tive relatar-vos que, assumindo o governo do Estado em 28/5/1900, eram já decorridos mais de 4/5 do praso dentro do qual o governo se obrigara a receber aquele número de immigrantes, sem que um só delles tivesse sido introdusido e, o que era mais grave, sem que a administração estivesse apparelhada para dar começo ao serviço de recepção e collocação dos mesmos.

[40] APEB. Seção Republicana. Série Memorial da Imigração. Fundo SAIC. Caixa n°2399. Maço 209. Doc.n°1099.1896.

> Repellido, por impraticável e por improficuo, o alvitre de serem os immigrantes europeus colocados a salário nas nossas fazendas agrícolas em exploração, já porque essas fazendas não estavão nem estão em condições de proporcionar ao *colono d'aquella procedência salário compensador e nem os meios e condições de vida a que elles estão affeitos*, já porque esse systema não fixando o colono ao solo pelo vinculo do direito de propriedade também não compense, por uma solução satisfatória do problema do povoamento do nosso território, os largos dispêndios do serviço immigratorio, restava o alvitre de alojar o colono em condições em que não ficasse muito fora dos seos hábitos de vida, em lotes de terra que lhe podesse incorporar à sua personalidade pelo domínio pleno ou útil do solo.[41]

Relatou que diante da impossibilidade de efetuar o estabelecido no contrato e a exigüidade do tempo, resolveu prorrogar o prazo elevando ao máximo o tempo permitido pelo decreto de n°56 de 27/5/1901. Entretanto, a Companhia Metropolitana se pronunciou:

> [...] alegando a infração do seu contrato por parte da administração que me antecedera e insinuando em virtude disso o seu direito de ação para ser declarado rescindido o mesmo contrato, por motivo de ato do governo do Estado lesivo dos seus direitos contratuais, e consequentemente indenizar a mesma companhia dos prejuízos causados, propunha, por intermédio do seu representante, J.A.de Castro Menezes, que essa indenização lhe fosse amigavelmente paga na importância de seiscentos contos de réis.[42]

Através de um acordo "amigável", a Companhia Metropolitana aceitou os 100 contos de réis oferecidos pelo Governo do Estado, conforme Decreto n°119 de 9 de janeiro de 1902 aprovado pela Assembléia Legislativa,

> [...] considerando que o mencionado contrato, além de acarretar ao Estado uma despesa de cerca de £1098 2, importância equivalente a de 2.027.000$000 em moeda corrente, calculada com a vantagem da taxa cambial de 13 dinheiros por mil reis somente com as passagens aos imigrantes, agravaria ainda o erário público, em o curto período de pouco mais de quatro anos, dentro do qual deverá ser executado o contrato com soma maior de 8.000:000$000 que fora imprescindível despender com o desembarque dos imigrantes introduzidos [...][43]

[41] APEB. Seção Republicana. Pareceres Assembléia Legislativa da Bahia. Maço 1098. Doc.n°151. 26/4/1902.(meu grifo).
[42] BPEB. Mensagem do Governador Severino Vieira. Anais da Câmara dos Deputados do Estado da Bahia. Sessões do ano de 1902, 13ª sessão ordinária, 26 de Abril de 1902.Vol I, pags .57-58.
[43] Ibid.

A outra tentativa fracassada de substituição da mão-de-obra negra no Estado foi a polêmica imigração asiática. Tive a oportunidade de relatar, no capítulo anterior, o preconceito racial e moral das elites baianas e dos seus porta-vozes contra os asiáticos, mesmo entre aqueles que defendiam a sua imigração. O retorno ao tema é justamente para assinalar a complexidade de interesses em jogo, os ajustes e/ou concessões a que estavam dispostos a fazer certos grupos da elite dirigente baiana a fim de evitar a (permanente) anatematização da Bahia, a nigrícia diante do iminente malogro da imigração européia.

É nessa perspectiva que contextualizo o debate sobre a imigração asiática, vista pelos seus defensores como uma solução temporária e barata para o problema da "falta" de braços na lavoura, já pelos seus opositores como indesejável e incompatível com o ethos nacional. A proposição neste meu intento é acompanhar parte desse debate através da imprensa e das sessões da Câmara dos Deputados da Bahia, com destaque para as intervenções dos deputados Lellis Piedade e Cruz Rios, as considerações em torno da proposição apresentada à Câmara pelo bacharel Antonio Carneiro da Rocha, para a fundação do Banco Imigrantista e Agrícola, e os trechos do arrazoado, por ele elaborado, sobre as alterações no contrato firmado entre a Sociedade de Mutualidade Agrícola e o governo baiano, para introduzir 3.000 imigrantes asiáticos, segundo a Lei nº 55 de 25/6/1894.

Um dos principais opositores à imigração asiática, o deputado Lellis Piedade, considerava o projeto antipratiótico e antieconômico. Para ele, essa imigração seria uma nova escravidão, além de portadora de vícios.

> A imigração chinesa não trazendo mulheres cria e propaga o vício da sodomia usual entre eles e que é repelido pela moral - e condenado por qualquer sociedade séria.
>
> É também condenável que se encare o chinês importado como um mero instrumento de trabalho; porquanto, sendo ele dado aos furtos, à embriaguês e outros tantos vícios corromperá a parte da população nacional com que conviver. [44]

Antecipando as conseqüências da chegada dos imigrantes chineses, afirmava que a Bahia

[44] BPEB. Annais da Câmara dos Deputados do Estado Federado da Bahia. Sessões de 1892, 48ª sessão ordinária, 17 de junho de 1892. págs 138 a 140.

julgava o trabalho nacional viciado, enquanto São Paulo mandava buscar o braço baiano, dando provas que não havia falta de braços e, sim, falta de remuneração razoável para o trabalho prestado. Criticou também as assertivas de que o europeu não se adaptava à Bahia, e citou o exemplo da Argélia.

> [...] era injusto e sem fundamento esta vã asserção de que a Bahia não pudesse aclimatar-se à imigração européia. Esta alegação era um erro que precisava ser combatido.
>
> A Bahia adapta-se ao braço europeu; o que não deve é pedir à China, vasto campo onde vingam todos os vícios e crimes, elementos para o seu engrandecimento. [45]

Na sessão seguinte, em 18 de junho de 1892, o deputado Cruz Rios discursou em defesa da imigração asiática enquanto solução temporária para a crise de braços e capitais, que atravessava a lavoura de cana. Segundo o deputado, os produtores de cana eram vistos como os principais responsáveis pela frágil situação econômica da Bahia e, por isso aumentaram-lhes os impostos e entregaram-lhes aos monopólios dos comissários e dos alambiqueiros. Relatou que em todos os países onde ocorreu abolição do trabalho escravo, seguiu-a uma situação de abalo econômico e perturbação em todos os fatores de produção. A diferença em relação ao Brasil é que neles houve ou indenização ou a introdução imediata de trabalhadores atenuando os efeitos da libertação. Em uma explícita referência à necessidade de apoio à lavoura de cana, disse o deputado Cruz Rios:

> Não referi-me, nem podia fazê-lo, às outras lavouras, que podemos dizer de ontem, fortes pela experiência por aquela adquirida, que jamais empregarão grande soma de capitais e braços, e que em tempo algum atingirão o máximo desenvolvimento desejável". Estas lavouras não tem passado, não tiveram esplendor, e por isso não terão decadência, se com a introdução de novos, e abundantes trabalhadores poderem continuar a desenvolver-se, porque não se iludam os nobres deputados, elas, como a lavoura de canas, sentem que precisam do apoio do governo para a obtenção de braços e capitais. [46]

Embora não se mostrasse contrário à imigração européia, apresentou algumas ressalvas importantes que denotam a complexidade da reorganização do trabalho na Bahia:

---

[45] Ibid.
[46] Idem. Sessões de 1892, 49ª sessão ordinária, 18 de junho de 1892.págs 143-150.

> O europeu, filho de uma civilização considerada superior à nossa, quando aqui aporta, arroga-se um ar de superioridade que muito dificilmente toleremos. Nós somos para ele verdadeiros selvagens que ele precisa educar com seus livros e o seu exemplo; dirigir pelos seus bancos e pelas suas companhias; conduzir pelas suas estradas e pelos seus vapores; explorar pelo seu comércio e pelas suas indústrias e finalmente conter com os seus empréstimos e os seus canhões.
>
> Este povo, compreende-se, não quer aqui o lugar de hóspede e sim o de senhor e quando desembarcado, ele, o paria europeu para aqui vem, vê-se obrigado ao trabalho pesado nas lavouras e ao salário, pequeno para as suas ambições de nossas poucas industrias, e sujeito a disciplina e hábitos nossos de trabalho, enche-se de horror por tudo isso, abandona essas ocupações para vagar pelas ruas de nossas cidades, sujo e roto, oferecendo à nossa civilização espetáculo de sua preguiça e ociosidade.
>
> Admitamos, porém, que possamos trazer para aqui grande número de bons braços europeus, válidos e trabalhadores. Com que direito vamos buscar estes homens, sob as promessas encantadoras de uma vida segura e boa, de uma fortuna que rapidamente pode ser ganha, para atira-los nos nossos pântanos condenando-os às febres palustres, ou nas nossas cidades condenando-os à febre amarela? [47]

À primeira vista, o discurso sugere um posicionamento nacionalista e até não-racialista, mas na verdade, foi uma tomada de posição pragmática que reconhecia as dimensões da crise da lavoura açucareira e a incapacidade de bancar a vinda dos trabalhadores europeus bem como as dificuldades, frisaria momentâneas, para arregimentar os libertos. As justificativas apresentadas para a contratação dos imigrantes asiáticos denotam bem o caráter desse posicionamento:

> Estudada na lição dos livros e na experiência dos especialistas a importante questão da imigração chinesa é a única que podemos aceitar e pedir, oferecer à consideração e estudos da assembléia o projeto em questão, que, se tem provocado forte oposição, também tem criado grandes entusiasmos, pois todos vêem na introdução do imigrante chinês o início de uma era de prosperidade para o Estado.
>
> Uma, preliminar, porém Sr. Presidente, no projeto não se fala em colonização e sim em imigração chinesa.
>
> É preciso não confundir o trabalhador temporário, que depois de acumular algumas economias com seu trabalho parte com que aqui chega no ânimo de aceitar, a nossa pátria, as nossas leis, os nossos costumes, de se localizar definitivamente, formando família e constituindo-se proprietário.
>
> [...] Como elemento de trabalho preparador e transitório, nenhum povo pode comparar-se e muito menos avantajar-se ao chinês.

[47] Ibid.

> Sóbrio, paciente e econômico, constante no trabalho, obediente, ele é o melhor agricultor do mundo e faz serviço muito maior e muito melhor [por pagar] muito mais barato. Eis o que justamente nos convém.
>
> Os nossos capitais são pequenos e as nossas necessidades tão grandes que só as poderemos satisfazer se tivermos a mão-de-obra abundante e barata.[48]

O deputado Lellis Piedade voltou à carga na sessão do dia 21 de junho de 1892. Desta feita, assinalou que o braço chinês provocaria o deslocamento do braço nacional do ramo dos pequenos negócios, aumentando a legião dos indivíduos sem trabalho. Concordou com o deputado Cruz Rios na análise do papel dos bancos no depauperamento da lavoura de cana, entretanto, manteve-se firme na sua discordância em relação às justificativas já apresentadas. "Não! O orador há de demonstrar com trabalhos notáveis, não de *touristes*, mas de observadores honestos e desapaixonados, que a eloqüente afirmativa do Sr. Cruz Rios é falsa".[49]

Como alternativa, defendeu a colonização nacional, como uma forma preparatória, para a chegada da desejada corrente imigratória européia:

> Formem-se núcleos, tirem das ruas a vagabundagem de adultos e crianças dando-lhes trabalho, preparando-os para a formação de um povo operoso e progressista.
>
> Lugares do interior só suportam o braço nacional; neles é inexeqüível a atividade do europeu.
>
> Pois bem: aproveite-se, então, a atividade nacional. [...] o norte preparado, o norte reabilitado há de atrair com certeza braços e explorações novas.
>
> O orador ocupar-se-á ainda deste assunto e lutará pela colonização nacional como preparo para a colonização estrangeira.
>
> Abandonemos, portanto, o chim em nome do patriotismo e em nome dos nossos irmãos sem trabalho e sem orientação.[50]

Evidencia-se nesse trecho que havia braços à disposição. Portanto, a ameaça de inviabilização econômica das elites baianas, especificamente a açucareira, era mais retórica

[48] Ibid.
[49] Idem. Sessões do ano de 1892, 51ª sessão ordinária em 21 de junho de 1892, volume único, pags.162-164.
[50] Ibid.

do que real. Ou seja, a inviabilização poderia vir a ocorrer, como de fato ocorreu para parte dessa elite açucareira, mas por motivos outros que não a falta de braços propriamente dita.

Outro debate importante ocorreu entre os deputados Rodrigo Brandão, Francisco Moniz e Francisco Aragão, na 49ª sessão do mês de junho de 1893. O pronunciamento do deputado Rodrigo Brandão, um dos proponentes do projeto, reafirmou o caráter temporário, pragmático da imigração chinesa e a preferência pelo europeu.

Sobre a imigração**:**

> Devemos encarar a questão da immigração sob todas as suas faces, como elemento de trabalho, attendendo-se ás novas circunstancias actuaes de desorganização do trabalho, produzidas pela abolição, a falta de educação dos libertos, ás condições topographicas do nosso solo, do nosso clima e da cultura dos productos principaes e mais ricos dos quaes depende a riqueza publica e particular.[51]

A preferência pelo europeu e a temporariedade do chinês:

> Como elemento povoador, devemos de fato, preferir a immigração européia quando tivermos resolvido e remediado a crise atual que a immigração como elemento de trabalho. Recorramos, portanto, aos chins como máquinas de trabalho, para que de futuro possamos atrair os europeus com seus progressos, com as suas luzes e todos os característicos de uma raça superior.[52]

Por sua vez, o deputado Francisco Moniz, opositor do projeto, manifestou temor em relação às influências nefastas que o elemento chinês poderia trazer sobre o caráter e a índole nacional.

> Tenho, Sr. Presidente, sérias apreensões, receio até muito que, para o futuro, não seja esta immigração um obstáculo à felicidade deste estado". (...) tantos elementos deletérios que facilmente se poderão inocular na nossa população ainda não de todo libertada dos vícios provenientes do longo hábito da escravidão, do contato e convivência com os africanos.

[51] Idem. Sessões do ano de 1893. 49ª sessão ordinária, 9 de junho de 1893. Vol. III. pág 38 a 40.
[52] Ibid.

> Sr. Presidente, os defensores da immigração mongólica servem-se de argumentos análogos aos de que serviram-se os portugueses para introduzir neste país a raça africana.[53]

Interpelou o deputado Rodrigo Brandão: "Não há comparação: o povo africano era bárbaro, e o chinês é um povo culto" [54]. Contestou o deputado Francisco Moniz: " vamos introduzir na nossa sociedade, no seio da família, uma raça abastardada pelos sentimentos morais é no meu entender muito mais prejudicial à nossa civilização do que a africana"[55].

Uma conclusão importante da leitura desses pronunciamentos é perceber como o aspecto racial está presente enquanto elemento balizador dos argumentos prós e contras.

Segue-se o debate. As intervenções se estenderam ao estado da lavoura, na qual o deputado Francisco Moniz reconheceu a situação deplorável e a necessidade de medidas para soerguê-la. Entretanto, ponderava que era preciso um estudo detalhado para "chegar as causas verdadeiras da decadência e dos meios mais seguros de combatê-la. *No meu fraco entender, de outras medidas do que braços carece a nossa lavoura*" [56]. Indagou o deputado Rodrigo Brandão: "não precisa mais do que braços". Deputado Francisco Moniz: "não quero dizer com isso que haja superabundância de braços para o serviço de campo." Interveio o deputado Francisco Bulcão: "não há trabalho sem braços". [57] Responde Francisco Muniz:

> Não, até sei que os braços se vão escasseando para o árduo e penoso trabalho da lavoura da cana; mas sei também que nas nossas cidades e principalmente nesta capital existe grande número de braços sem emprego, que poderiam ser aproveitados no serviço do campo.
>
> Sei também, Sr. Presidente, que é tarefa difícil encaminhar para o campo esta população ociosa, que só quer habitar nas cidades à custa de empregos públicos e do auxilio de particulares. Mas isto não é razão para deixarmos de investigar e de empregar meios para conseguir que esta população inativa busque na lavoura os trabalhos que esta lhe oferece.[58]

[53] Ibid.
[54] Ibid.
[55] Ibid.
[56] Ibid. meu grifo.
[57] Ibid
[58] Ibid.

Contradisse o deputado Francisco Bulcão: “os braços nacionais são insuficientes”. Por sua vez, o deputado Francisco Moniz, afirmando sua crença na capacidade dos povos em superar as adversidades, propôs algumas medidas para arregimentar braços para a lavoura:

> [...] dispensar a esta população improdutiva as mesmas vantagens que é de costume proporcionarem aos imigrantes; incutir no ânimo desta população inerte, por meio da propaganda, que na indústria agrícola encontrará ela meio elevar-se não só aos seus próprios olhos, como aos dos seus concidadãos; difundir por todos os meios ao nosso alcance a instrução, porque a instrução é uma necessidade urgente e vital, da qual dependem principalmente a causa pública, a vida e o progresso social. [...] Instruir a classe obreira, ao meu ver, é o meio mais seguro de auxiliar, a vida e o progresso social [...] Entendo também, Sr. Presidente, que devemos empregar os meios de atrair para este estado a imigração européia, porque nos europeus é que teremos colonos úteis, porque são homens que aspiram as liberdades públicas, que desejam tornar-se proprietários. [59]

Dentro do debate sobre a imigração, foi exposta a questão da instrução. As medidas propostas significavam uma tentativa de incorporação da mão-de-obra nacional através do velho expediente da instrução, ou melhor, da educação voltada para o trabalho, que já havia sido prevista antes para os ingênuos, pela Lei do Ventre Livre, e se tornado letra morta. No entanto, cabe perguntar: por que a proposta de educar para o trabalho debatida e apresentada sem grandes restrições públicas das elites dirigentes do país, como solução preventiva à indisciplina do trabalho da população liberta, e como solução para vencer a rotina dos campos, não conseguiu ir muito além da retórica de muitos abolicionistas, isto é, não se constituiu em uma ampla política de Estado, já que estavam em jogo os destinos da grande lavoura ?

A implantação dessa proposta no Recôncavo baiano envolveria alguns riscos, que, possivelmente, parcelas da elite dirigente não estavam disposta a correr. Um dos riscos imediatos era a possibilidade de perda do poder político, visto que a instrução das classes laboriosas significaria uma melhor qualificação que, se por um lado, contribuiria para o avanço da modernização da lavoura, por outro, poderia redundar em sérias dificuldades

[59] Ibid.

em termos de controle dessa massa laboriosa, agora, instruída. Isto porque, antes de tudo e mais que tudo, não se pode esquecer que um dos instrumentos institucionais de controle utilizado pelas elites brasileiras foi a interdição ao voto do analfabeto na Constituição de 1891. Em 1920, na Bahia, conforme já salientado, somente cerca de 20% da população estava apta a votar, o que favoreceu, em muito, a operação da política do clientelismo, um dos pilares de sustentação do poder das elites dirigentes no estado. A efetivação dessa proposta, ainda que a sua pedagogia visasse o adestramento para o trabalho, ao que parece, poderia promover tensões na reprodução do poder no estado da Bahia.

A modernização da lavoura *vis a vis* a opção de arregimentação da mão-de-obra através da educação para o trabalho expôs as elites brasileiras ao fio da espada de Dâmocles. Esse dilema em relação à educação do ingênuo já acercava o debate da transformação do trabalho ao longo dos anos 80 do século XIX. Observe-se a esse respeito o que disse Dias da Silva Junior, proprietário do *Jornal do Agricultor*,

> Fallamos dos oitocentos mil ingennus creados pela lei de 28 de Setembro de 1871, e que, há 15 anos, são deixados na mais supina ignorância e no mais completo abandono, incubando dentro em si o ódio de raça, haurido e germinado nas senzalas e que entregues a instintos bestiaes, entrarão dentro em breve na posse de sua liberdade, emancipando-se, sem consciência dos direitos e deveres que lhes cabem na sociedade de que vão ser parte integrante, e, devido ao meio e ás condições em que foram creados, só cogitarão em fruir sem produzir, desequilibrando assim mais o principio economico que dirige as sociedades bem constituídas .
>
> Abri escholas e fazei obrigatoria a instrucção para esses desherdados; fazei uma realidade o sentencioso dizer de Xavier de Novaes:
>
> - De dia a mão no trabalho,
>
> A'noite o livro na mão.[60]

Essa orientação não se tornou hegemônica dentro do processo de transição para o trabalho livre, que se desenrolou numa perspectiva conservadora, embora a abolição sem indenização tenha representado uma ruptura de parte desse conservadorismo. Em menos de um ano de decretada a abolição, o vaticínio de Silva Dias Júnior era confirmado pelo periódico baiano *Diário do Povo* no artigo supracitado "Crise desesperadora":

[60] Arquivo Edgar Lenhaud/Unicamp , Coleção Peter Eisenberg, Jornal do Agricultor, A Questão Social. Rio, 1 de Maio de 1886.

> O incendio proposital refletido, infamemente planejado, tem lavrado pelos canaviais, devorando as safras, as cercas os pastos; e os criminosos autores, comitentes decididos da vagabundagem impune, tripudiam sobre as ruinas disputando-se os gados que roubam das suas proprias victimas.
>
> Mancomunados com assassinos, criminosos, pronunciados, assolam as povoações, implantando o dominio do terror pelos roubos, pelo incendio e pelos atentados contra a propria vida das populações alarmadas e arruinadas.
>
> Cada um dos habitantes das nossas vilas e aldeias é um desiludido senão um desesperado. Mas tem de ceder como invalidos ante o governo.
>
> *Se logo no acto da eliminação do elemento servil o governo tivesse cogitado das leis que são corolarios da magnanima lei, tornando-as efectiva aos novos cidadãos e facilitando-lhes a aquisição de terras, fornecendo-lhes instrumentos de lavoura, dando-lhes ensino elementar e tecnico, educando-lhes os filhos para repararmos as injustiças que fizemos aos pais a actualidade não se tornava uma quadra de perturbações no animo das classes e das mutilações no organismo nacional.*
>
> A crise tem afetado os varios ramos da nossa actividade e produzido o necessário abalo, desmantelando os mais lisonjeiros futuros.
>
> E a verdade é que a lavoura desaparecerá.
>
> Não deixa de ser uma perspectiva animadora, esta dos proprietarios agricultores de hoje arrastarem-se até os degraus dos paços imperiaes e presidenciaes para pedirem uma esmola que mate a fome dos filhos dos proprietarios de hontem.[61]

O interessante a notar é que, mesmo diante da possibilidade desse estado de coisas evoluir para um quadro de convulsão social generalizada e comprometer seriamente os destinos da lavoura, o Estado brasileiro e as elites dirigentes, não sem diferenças, mantiveram-se insensíveis à situação social dos negros e seus descendentes. Eles não encamparam a proposta de educação para o trabalho dos libertos, e lhes dificultaram o acesso à educação, principalmente, quando ficou evidente que a falta de qualificação não necessariamente comprometeria o processo de modernização da lavoura, e, mais do que isso, que a qualificação desejada poderia ser adquirida através da imigração estrangeira.

Durante a República, observa-se a consolidação e o enrijecimento da perspectiva conservadora, principalmente no tocante ao ideário de nação, e em relação às ações que implicavam em ganhos reais de cidadania para o povo, particularmente para a gente liberta

[61] APEB, Diário do Povo, 14 de janeiro de 1889.(meus grifos)

e seus descendentes, que permaneceram na condição de quase-cidadãos. Assim, a ausência de medidas compensatórias para os negros, mesmo que resultassem na modernização da lavoura, foi algo deliberado, uma opção política do Estado brasileiro - um conjunto complexo de ações combinadas, não lineares, raciais e não raciais que consistiram, por princípio, em deixar o liberto e seus descendentes entregues à sua própria sorte, mas sob permanente controle dos seus passos e manifestações, favorecendo, de outra sorte, a entrada dos imigrantes europeus considerados como os agentes preferenciais do processo de modernização e de civilização da nação.[62]

Operou-se uma modernização, não sem diferenças. Peter Eisenberg, ao analisar o processo de transição em Pernambuco, denominou de modernização sem mudança, favorecida, neste caso, pela monopolização das terras e pela falta de alternativas para a mão-de-obra. Em outras palavras, operou-se uma modernização que não somente manteve como também aprofundou as hierarquias raciais e sociais. Nesse sentido, manter o processo de modernização/transição impérvio à simples proposta de educação para o trabalho e outras medidas que resultassem em mobilidade social para os libertos e seus descendentes era essencial na estratégia de preservação dos privilégios de raça e classe das elites dirigentes.

De volta à Bahia e ao Recôncavo, ao debate da imigração asiática após essa rápida incursão pelos meandros da educação voltada ao trabalho, e seu lugar no processo de modernização da lavoura, é importante por ancorar a centralidade do aspecto racial no *approach* aos reais significados da imigração estrangeira.

À medida que se encaminha para o final do debate entre os deputados Francisco Bulcão, Francisco Muniz e Rodrigo Brandão, é evidente o lugar preferencial reservado a imigração

[62] A esse respeito nos diz Fernando Antônio Lourenço: "Contrário às tendências que visam ocultar as causas propriamente sociais da questão agrária, atribuindo um peso decisivo à suposta incapacidade empreendedora ou empresarial dos pobres, ou à ineficácia das formas sociais de produção não patronais ou ainda à irrelevância ou inexorável desaparecimento de uns poucos, pretendi analisar a configuração ideológica que, do meu ponto de vista, está na origem da atual questão agrária brasileira – **a discriminação contra os pobres e a discriminação racial.**" p. 215. Fernando Antonio Lourenço. *Agricultura ilustrada: idéias para o melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX*.Unicamp.novembro/1998.(Tese de doutoramento).(meus grifos).

européia. O deputado Francisco Muniz, contrapondo-se ao deputado Francisco Bulcão que considerava a imigração européia insatisfatória, afirmou :

> Da colonização européia, pois, Sr. Presidente, é que temos tudo a esperar, e, pensando assim é que tenho medo da imigração chinesa que considero como um grande obstáculo à colonização européia [...] o asiático contenta-se com um salário insuficiente à vida modesta e decente do europeu o que torna a concorrência entre eles impossível e ninguém ignora que onde aparece o trabalhador amarelo, o branco desaparece, por ser-lhe dificílima a luta.[63]

Prosseguiu o deputado, confirmando que a reorganização do trabalho pretendida envolvia aspectos quantitativos e qualitativos, sobretudo o racial:

> [...] em relação à lavoura deve-se procurar substituir nas culturas lucrativas já instaladas no estado, o trabalho africano, por um trabalho inteligente, isto é, por colonos que sejam verdadeiros agricultores, que aspirem a tornar-se proprietários que façam economias que se fixem no estado; porque, sr. Presidente, do que mais carecemos é de aumentar o número de brasileiros, e não somente de braços para o trabalho.[64]

Rebateu o deputado Francisco Bulcão: "Nós queremos trabalhadores para o campo, os europeus não se prestam a estes trabalhos". Acrescentou Francisco Moniz " [...] querer sr. Presidente, como muitos pretendem, substituir o africano pelo asiático ou mesmo pelo europeu sem nenhuma modificação no sistema de trabalho, é um erro; é pretender a continuação do trabalho escravo". Deputado Rodrigo Brandão: "o chinês vem contratado. Não leu o projeto, não viu imposições tem todas as garantias." [65].Francisco Moniz: " Sr. Presidente uma das causas principais, senão a principal, do atrazo da nossa lavoura é se assim é lícito expressar-me, a teima dos senhores territoriais em não quererem desprender-se das rotinas do trabalho escravo". Ele entabulou ainda uma discussão sobre o melhor sistema de pagamento dos trabalhadores se salário ou produtividade, e defendeu este último por considerá-lo mais lucrativo para as partes, o que provocou uma reação (classista) desairosa do deputado Rodrigo Brandão: "Com este argumento V. Ex. prova contra; V.Ex. está malsinando os nossos operários, os nossos trabalhadores". "Eu quero dizer que a causa da decadência da lavoura, está em não se interessar nos lucros os

[63]BPEB, Annais da Câmera dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia. Sessões do ano de 1893. 49ª sessão ordinária, 9 de junho de 1893. Vol. III. pág 38 a 40.
[64]Ibid.
[65]Ibid.

trabalhadores", disse o deputado Francisco Moniz. Em tom de indignação, replicou o deputado Rodrigo Brandão: "Mas o quer que V. Ex.? nós damos-lhes terras, damos-lhes salários, fornecemos-lhes materiais para o trabalho; quer V. Ex. que repartamos com eles a nossa fortuna, isto é, impossível, isto é comuníssimo[comunismo]".[66] Em resposta, o deputado Francisco Moniz reafirmou que as medidas sugeridas visavam elevar a produtividade da mão-de-obra nacional. Cético, o deputado Rodrigo Brandão "[...] mas para um futuro muito remoto". Em tom conclusivo, o deputado Francisco Moniz citou os Estados Unidos e a Austrália como exemplos a serem seguidos e assim "todas as dificuldades atuais serão facilmente removidas". Não obstante as ponderações apresentadas contra a imigração asiática, o deputado Francisco Moniz declarou " que nenhum embaraço oporei à passagem do projeto, que hoje é considerado uma aspiração da lavoura".[67]

Segue-se o périplo (pragmático) em busca do trabalhador oriental. Na 85ª sessão ordinária, em 31 de julho de 1893, o deputado Rodrigo Brandão participava como relator da comissão de obras públicas, composta pelos deputados Flávio Araújo, A. Borges, Antônio Bahia, que analisou a petição encabeçada pelo bacharel Antônio Carneiro da Rocha, propondo concurso do Estado para a fundação de um Banco Imigrantista e Agrícola com o fim de introduzir trabalhadores orientais e outras providências, fazer empréstimos à lavoura e importar maquinismos e utensílios, mediante a concessão de 2% sobre todos os produtos exportados, à exceção do açúcar, que pagaria 5%. A comissão emitiu parecer favorável (com restrições do deputado Antônio Bahia), sugerindo a incidência da mesma alíquota sobre o açúcar e a substituição do projeto n° 82 pelo projeto de lei n°79, menos oneroso ao erário público.[68] Observa-se que o banco tem por objetivo subsidiar preferencialmente a imigração asiática, contudo um banco de crédito agrícola somente foi implantado posteriormente na gestão de Severino Vieira (1900-1904) e mais tarde, durante o primeiro governo de Seabra, foi objeto de uma enorme polêmica entre os severenistas e

[66] Ibid.
[67] Ibid.
[68] Este projeto de lei previa no art 1° - Fica concedido, pelo prazo de 30 anos ao banco que se organizar para introduzir neste Estado trabalhadores asiáticos e de outras procedências a) 2% sobre todos os produtos exportados deste estado, inclusive o açúcar, pelo espaço de 15 anos; b) 1% sobre os mesmos produtos nos 15 últimos anos. Parágrafo único. A introdução de imigrantes asiáticos será regulada pelos pedidos feitos pelos diferentes agricultores ou industriais do estado, sendo vedado ao banco mandá-los buscar em outras quaisquer condições, ou em número superior ao exigido em tais pedidos.

seabristas, envolvendo acusações de fraudes praticadas pelo banqueiro Eduardo Guinle contra o banco.

Entretanto, o esforço empreendido não foi em vão, pois no dia 12 de maio de 1894, na sala das comissões do Senado da Bahia, aprovava-se o projeto de lei que autorizava o governo a contratar a Sociedade Mutualidade Agrícola, para introduzir 3 mil trabalhadores asiáticos no Estado da Bahia, transformado em Lei sob n°55 de 25/6/1894.[69] O arcabouço legal estava posto, mas, pelo visto, era insuficiente para garantir a chegada dos referidos trabalhadores.

Em 30 de março de 1895, Antônio Carneiro da Rocha requeria ao Governo do Estado da Bahia, em nome da Sociedade Mutualidade Agrícola, a transferência do contrato para a Cia Oriental de Imigração e Comércio. Na oportunidade, alegou-se o descumprimento do contrato por parte dos fazendeiros, que se recusaram a passar à Sociedade Mutualidade Agrícola a quantia de 3 libras esterlinas por trabalhadores. A assinar o pedido, somente três fazendeiros fizeram o adiantamento. A Sociedade justificava a cláusula do contrato, alegando que não objetivava se locupletar, sugerindo que o depósito fosse feito em algum banco e, se dentro do prazo, não fossem entregues os trabalhadores, os fazendeiros poderiam efetuar o saque. Assim mesmo, os fazendeiros não aceitaram a ponderação da Sociedade. Então foi solicitada a intervenção do governo para remover essa dificuldade. Um outro problema apareceu: a Cia Japonesa, encarregada do aliciamento dos imigrantes, exigia que o pagamento das despesas fosse feito em Londres, logo que fossem recebidos os mesmos pelo governo. O governo ponderou que não podia se responsabilizar por adiantamentos de salários dos imigrantes, posto que extrapolava ao contrato; portanto, o peticionário deveria se dirigir ao poder legislativo. Quanto à segunda solicitação, ela foi autorizada, mas salientou-se que as despesas decorrentes dela correriam por conta do peticionário. Enfim, o contrato foi transferido para a Cia Oriental de Imigração e Comércio, em 20/5/1895.[70]

[69] APEB, Seção Republicana. Fundo Senado do Estado da Bahia. Série Pareceres – parecer n°30. Ano 1891/1894.
[70] APEB, Seção Republicana. Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Caixa 2314, documento 9. Caixa 2418 maço 236, documento 1260. fls7-9.

Os limites financeiros impuseram mais uma "derrota" a essa tentativa, ainda que temporária, de substituição da mão-de-obra negra. Na imprensa, os artigos se dividiam refletindo as diferenças e a unidade das elites dirigentes em torno do tema: unidade em termos da preferência pelo europeu, da temporariedade da mão-de-obra asiática; diferenças em termos da ordem de preconceitos morais e raciais. Vejamos o trecho a seguir do editorial do *Diário da Bahia*:

> [...] pelo europeu, que em razão de affinidades ethnicas e moraes, de sua cultura mental e seus costumes mais conformes com nossa incipiente civilisacão, a todos se afigura o mais proprio se não o unico a colonisar os nossos despovoados sertões.[...] os relatorios da administracão estadual, em annos passados, registram dados que chegam a ser ridiculos pela exiguidade do numero de immigrantes [...] A lavoura, nomeadamente, que vivia do servico escravo, tem soffrido prolongada crise, durante a qual vemol-a, com pezar, minguando e impossibilitando-se para a concurrencia que muito dos seus productos outrora faziam a similares de outras regiões agricolas do paiz.[71]

A conclusão do editorial diante dos resultados pífios da imigração européia era de que a saída seria a contratação de imigrantes asiáticos. O *Correio de Notícias* apresentou o relatório elaborado pelos fiscais do estado sobre a imigração chinesa nas propriedades rurais. Eles assinalaram uma série de acertos e erros na contratação de chineses para trabalhar na lavoura baiana feita pela Cia Metropolitana. Entre as queixas, registraram-se reclamações em relação à alimentação fornecida pelos fazendeiros e o receio de que os chineses fossem atraídos para os centros mais populosos. Os fiscais consideraram o imigrante chinês como auxiliar eficaz (hábil e inteligente) para suprir a falta de braços da lavoura; era um trabalhador circunspeto, obediente, porém, deveria ser mais sensível ao abuso; devendo ser considerado como apenas instrumento de trabalho e "[...] não para satisfazer as aspirações de força e progresso perseverantes de um país novo.[...] Introduzindo-o na lavoura, em maior razão ainda deve o Estado tratar do povoamento de seu território pelas raças européias".[72] O relatório sugeriu ainda novas viagens de imigrantes para uma melhor avaliação.

---

[71]BPEB, *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1894. Immigracão européia.
[72]BPEB, *Correio de Noticias*, 22 de setembro de 1894.

Em que pesem os preconceitos contra os asiáticos, o pragmatismo econômico não foi vitorioso devido, em maior medida, à falta de recursos do Estado. Por sua vez, não era da natureza dos capitais privados baianos se arriscarem sozinhos sem a salvaguarda do Estado, além da descapitalização da grande lavoura açucareira. Outros setores detentores dos recursos (o grande capital comercial) não estavam dispostos a investir diretamente nos meios para a contratação dessa ou daquela mão-de-obra, infraestrutura etc. Estando o Estado baiano e lavoura da cana em crise financeira, como, então, assegurar a continuidade do processo de transformação do trabalho seguindo a política imigrantista nacional ?

A compreensão da resolução desse impasse passa pelo enigma da esfinge vista no capítulo anterior, isto é, questionar novamente se a falta de braços na Bahia era real ou retórica. Reafirmo que o problema não era exatamente a falta de braços em si, mas o uso do problema como retórica para se conseguir a recapitalização, principalmente, da grande lavoura de cana. Reafirmo, também, que o problema dos braços era tampouco de ordem quantitativa e sim, qualitativa, ou seja, questionava-se quem poderia ser o elemento modernizador, "a salvação da lavoura". Já sabemos, mas vale citar um breve trecho da carta encaminhada pelos membros da Diretoria da Sociedade Bahiana de Imigração à Princesa Imperial:

> A Sociedade Bahiana de Imigração tem o desgosto de avançar que, para a colonização européia n'esta provincia, nada espera da iniciativa particular, nem mesmo dos mais interessados na substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador intelligente e livre.
>
> [...] E si o assucar de canna, que constitue a sua principal industria no Recôncavo , ainda não pode competir com o que fabrica a provincia de Pernambuco, devemos esperar com a transição do trabalho rústico do escravo para o trabalho intelligente do europeu chegue em breve a provincia da Bahia a não temer a competencia d'aquella.[73]

A ausência de uma forte corrente imigratória européia, bem como da sua substituta temporária, a asiática, não representou uma derrota fragorosa do projeto de mudança da composição étnica da força de trabalho. O (re)arranjo social dado, pragmaticamente, foi permanecer com a gente liberta e seus descendentes, mas isso não significou o abandono ou o descredenciamento das teses racistas que orientavam a reorganização do trabalho no

[73] APEB, Fundo Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, Série Relatórios, Maço n°974, Ano 1835/1888.

Estado da Bahia. O racismo vai seguir regulando a vida dessa gente, mesmo depois de concluído o processo de reorganização do trabalho. Inevitavelmente, nos perguntamos: como as elites baianas conseguiram manter o controle? Quais foram as estratégias de sobrevivência da gente negra?

Oferecer respostas conclusivas, definitivas não é a pretensão deste trabalho, mesmo porque as possibilidades de recorte sobre o tema têm originado diversas interpretações. Quero reafirmar, sim, o recorte desse empenho acadêmico - *ogunizar* as discussões do pós-abolição baiano a partir do diálogo entre o racial e o econômico - condição *sine qua non* para a compreensão do emaranhado das estratégias individuais e coletivas e das condições de sobrevivência da gente negra.

O conhecimento acerca do debate da falta de braços permite oferecer alguns elementos sobre o período de conclusão do processo de reorganização do trabalho, isto é, quando aquele enigma pode ser considerado como decifrado. Metáforas à parte, os poderes constituídos baianos e as elites dirigentes precisaram, provavelmente, menos de dez anos após a abolição para ajustar/consolidar os mecanismos de controle racial e social sobre as manifestações e as condições de existência da gente negra. Um dos marcos de referência foi a 1ª Conferência Açucareira, realizada em Salvador em julho de 1902. Através do exame das resoluções observa-se, notadamente, que a falta de braços não se constituiu no centro das preocupações dos conferencistas, significando, portanto, que o problema já estava sob controle e/ou de fato houve um exagero em termos de sua magnitude. A minha hipótese admite as duas possibilidades como complementares; inclusive a primeira assertiva, investigada logo a seguir, de antemão apresenta evidências claras de que as elites baianas lamentaram muito e por muito tempo a não-chegada do imigrante europeu. Todavia não permaneceram inertes, buscaram criar a todo custo um ambiente (urbano, cultural, político, religioso) que desvinculasse a Bahia da nigrícia.

A Conferência Açucareira objetivava discutir com os diversos segmentos do setor agro-exportador-açucareiro nacional medidas que concorressem para a valorização do açúcar

através de uma ação conjunta dos poderes públicos e da iniciativa privada. Nas palavras do seu presidente, Inácio Tosta por ocasião da solenidade de abertura:

> Agora, a vós, senhores delegados dos governos locais, conjuntamente convosco, senhores representantes da lavoura, da industria e do comercio dos estados produtores de açúcar, fraternal e pratioticamente congregados, cabe o poder de conferenciar e assentar as medidas práticas, que devem ser tomadas, não só para resistir à crise açucareira, que no momento atual ameaça como uma avalanche enorme esmagar a lavoura de cana, como para armar as classes conservadoras da sociedade dos meios necessários á defesa de seus legítimos interesses e evitar-se quanto possível a intensidade de futuras crises.
>
> [...] Não devemos nos intimidar, não devemos ficar apavorados e inativos diante da crise que nos assoberba, por mais temerosa e grave que se nos afigure; porque, em outras épocas, temos sido também acoitados pelo vendaval da sorte, temos nossos canaviais talados pelos raios dardejantes do sol inclemente, os nossos estabelecimentos rurais desertos, desfalcados de trabalhadores pela abolição da escravatura, o nosso açúcar depreciado, sem procura, sem mercados consumidores.
>
> Foram períodos penáveis, que abalaram a fortuna a particular e desfalcaram a receita pública, mas a lavoura não aniquilou-se, sofreu privações da sorte, deu exemplos de abnegação [...]. O desenvolvimento da imigração estrangeira para o sul do Brasil e a fundação de usinas e fabricas de açúcar, mais ou menos, aperfeiçoadas no norte para substituírem antigos engenhos rotineiros trabalhados por braços escravos, originaram-se desse período.
>
> A crise açucareira, que a conferencia da Bahia vai estudar para promover os meios de debelá-la ou mitigá-la os seus efeitos, é complexa, tem causas várias, entre as quais cumpre assinalar a impossibilidade em que se acha a nossa industria, mal aparelhada de maquinismos aperfeiçoados para lutar com a similar estrangeira no mercado mundial e a carência de capitais para atingir a esse grau de perfeição – que consiste em aproveitar a maior riqueza sacarina da cana com menor dispêndio possível.
>
> No estado de retraimento a que chegou nossa indústria, que foi forçada a recuar do [ilegível] de concorrência universal , já não basta produzir bom e barato: é mister obter entrada franca e desassombrada nos mercados estrangeiros outrora nossos tributários e hoje independentes, quase completamente, fechado aos nossos produtos onerados na saída, fortemente tributados na entrada dos países estrangeiros e completamente desamparados na concorrência com os similares altamente premiados das outras nações produtoras.[74]

[74] BPEB, A Bahia, 27 de junho de 1902. Congresso Açucareiro.

No diagnóstico da crise, a abolição é responsável pelo esvaziamento dos canaviais, ao tempo em que se evidencia a estratégia de transição para o trabalho livre, particularmente no Norte, que se daria mediante o avanço da modernização (engenhos centrais, usinas, braços europeus). Então, o problema central não eram os braços e, sim, o capital. A descapitalização da grande lavoura de cana no Recôncavo baiano implicou em uma transição incompleta dentro da estratégia imaginada pelas elites nortistas e, em certa medida, executada dentro do mundo do açúcar. Diante da falta de capitais, fez-se a transição possível. Obviamente, o problema era de outra ordem que não de falta de braços, visto que as principais ações prognosticadas no discurso visavam assegurar condições de competitividade no mercado internacional e nacional. Entre as 14 resoluções aprovadas na conferência, apenas uma era relativa à mão-de-obra, e ainda assim, voltada para a educação para o trabalho, o que denota um certo arrefecimento do fervor por trabalhadores europeus.

> Art 6º – Peça-se aos governos federal e dos estados:
>
> a) A criação de escolas de agricultura destinadas ao preparo agrícola e industrial, teórico e prático, sem expedição de títulos científicos.
> b) Aquisição de terrenos próximos aos edifícios das escolas destinados a servirem de campos de experiência.
> c) Aproveitamento, em beneficio dessas escolas, dos elementos existentes nas atuais escolas que não estejam prestando reais e incontestáveis serviços ao país.
> d) Isenção de todo e qualquer imposto sobre material que se destine ás escolas, quer organizadas pelo governo, quer pela iniciativa particular.[75]

A mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Governador Araújo Pinho, durante a abertura dos trabalhos legislativos no ano de 1909 e os comentários do jornal *Gazeta do Povo,* confirma: 1) a conclusão da reorganização do trabalho; 2) o arrefecimento do interesse por imigrantes europeus; 3) a preocupação com a educação voltada para o trabalho.

O Governador Araújo Pinho, ao relatar a situação econômica do Estado da Bahia, criticou a abolição, que não se fez acompanhar de outras medidas paralelas: “desorganizou-se, em

[75] BPEB, A Bahia, 17 de julho de 1902. Congresso Açucareiro - 2ª sessão da comissão dos 16, em 8 de julho de 1902.(Em Anexo as demais resoluções).

geral, o trabalho, tornando-se instável e deficiente. A transição necessariamente exerceu profunda influência, cujos effeitos perduram, em nossa vida econômica.".[76] Entre elas "[...] engendrou o preconceito, que ficou tradicional, de serem menos nobres e pouco dignas da intelligencia e da actividade occupações outras que não fossem os estudos clássicos e scientificos e as profissões liberaes".[77]Para o governador, o problema crucial da mão-de-obra era de ineficiência."O nosso problema social por excellencia é a transformação racional do trabalho, ocupando cada classe o seu posto de combate, designado pela diversidade das aptidões".[78] Nesse sentido, é importante observar a falta de recursos e o pragmatismo em relação à colonização:

> A colonisação é um problema complexo, cuja solução dispendiossima depende da cooperação simultânea do Estado e da União e deve ser tentada por ensaios para evitar-se a reprodução de desastres desanimadores e o encarecimento momentâneo da vida.
>
> Os colonos accomodados em lotes, de antemão dispostos, e applicando os modernos processos de cultura, incutem com seu exemplo modificações salutares nas praticas rotineiras.
>
> *As nossas condições não nos permitem a preocupação de raça e procedência.*
>
> Os immigrantes jornaleiros, versados em artes e offcios, que nos procurem, não sendo vehiculos de idéias subversivas, são preciosos factores economicos: produzem, consomem, valorisam.
>
> Estabelecida uma corrente rasoavel do que se chama capital humano-disciplinado profissionalmente para o trabalho, fecundado pelo capital, a agricultura desenvolverá nossa riquezas naturaes incomparáveis, reflectindo sua prosperidade na evolução ascendente da industria e do commercio e das outras classes da sociedade, principalmente se tiver a seu alcance meios fáceis de communicação e de transportes que lhe colloquem á porta os mercados de consumo.[79]

Algumas restrições apresentadas contra os imigrantes se devem à orientação da política nacional imigrantista para evitar a entrada de socialistas e anarquistas no país. Os comentários apresentados pelo jornal *Gazeta do Povo*, além da convergência com as idéias defendidas pelo governador, acrescentam importantes elementos para a compreensão do processo de transição baiano:

---

[76] APEB, Mensagem apresentada à Assembléia Geral da Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária, 1909.p.4.
[77] Ibid.p.4-5.
[78] Ibid.p.5.
[79] Ibid.p.6.(meu grifo).

1) a Bahia tentou seguir o considerado padrão "bem sucedido" de reorganização do trabalho (imigrantes, colonização e instrução), entretanto não logrou êxito:

> A Bahia, não, porque esta foi literalmente surpreendida pelo golpe de 13 de maio e não se repôs até hoje daquele estado particular de depressão em que caiu como fulminada em suas antigas energias produtivas.
>
> Os imigrantes estrangeiros nem vieram preencher o vácuo aberto nos campos de lavoura e indústrias conexas, - como nem vieram, salvo raras tentativas e ensaios mais ou menos bem sucedidos, os instrumentos e aparelhos que suprem a escassez, o esforço e a carestia do braço livre, como nem veio a escola profissional e técnica, o ensino prático, experimental , substituir os processos rotineiros.[80]

2) O pragmático redirecionamento da discussão quantitativa da falta de braços para a transformação racional do trabalho. Isso não representou o abandono dos aspectos qualitativos (p.ex., a preferência pelos europeus), mas a adaptação aos limites financeiros do Estado.[81]

> Sim, sem dúvida alguma, <o problema econômico prende-se visceralmente à solução da crise financeira> e todas dependem da transformação do nosso regime de trabalho, da sua organização ou antes reorganização, por quanto bem ou mal nós já o tivemos disciplinado, fecundador das terras baianas, criador da riqueza e de um bem-estar relativamente superior ao que hoje nos é dado.
>
> Transformar racionalmente o trabalho – é o problema que o chefe do Estado coloca em termos claros com perfeita lucidez diante do poder legislativo.[82]

Se o fulcro do problema passou a ser a transformação racional do trabalho, pode-se depreender que a tão propalada carência de braços não era mais vista, nem retoricamente, como um problema. Torna-se inevitável perguntar como transformar racionalmente o trabalho. Entretanto, no momento, não é fundamental responder a esta questão, mesmo porque essa pergunta é posterior. Cabe sim, observar que estava em curso uma transformação que bem ou mal havia conseguido disciplinar o trabalho. Empreendeu-se a transição possível, sem imigrantes e com recursos escassos, talvez, não a mais eficiente, segundo as avaliações feitas anteriormente, quando comparada aos resultados alcançados

[80] BPEB, *Gazeta do Povo*, 12 de abril de 1909.
[81] Ver na introdução, em nota de rodapé nº3, os resultados da Bahia no Inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura sobre o problema da imigração no Brasil, publicado em 1926.
[82] Ibid.

pelos os estados do Sul. Nesse sentido, os longos anos de práticas escravistas foram deveras valorosos para as elites baianas, por estabelecerem a base para a continuidade dos controles sociais e raciais sobre a população negra no pós-abolição. Por sua vez, também possibilitou a essa população desenvolver uma enorme capacidade de resiliência às adversidades. É importante frisar que não foi, nem é um jogo de soma zero, o fato de a maioria da população negra brasileira permanecer no limbo da sociedade contemporânea. Isso demonstra o quanto a situação foi e continua sendo adversa.

O desvelamento dos segredos internos das relações de poder em sociedades herdeiras da escravidão de maioria negra, como a brasileira, está justamente em perceber a imbricação entre os elementos constitutivos e de preservação da condição de branco das elites e os elementos constitutivos e de preservação da hegemonia de classe. Essa compreensão advém da constatação de que o fim da escravidão racial brasileira significou mais do que a transformação do trabalho, implicou também na transição das formas de regulação das relações raciais, visto que estas não teriam mais a escravidão como instituição reguladora.

No entanto, não se deve considerar que o padrão de relações raciais, consolidado no pós-abolição, seja uma ruptura em relação ao modelo de relações raciais vigente durante a escravidão, em que pesem as teses do racismo "científico" terem orientado marcadamente o pensamento social brasileiro, bem como a construção do ideário de nação, sobretudo ao longo da Primeira República. Em realidade, houve uma espécie de "disputa" em torno das formas de regulação das relações raciais, que se acentuou durante o pós-abolição. De um lado, os defensores das teses do racismo "científico" do século XIX, que consideravam os negros como inferiores e inaptos para serem o esteio do país rumo ao rol das nações civilizadas. Essa concepção já estava presente entre alguns abolicionistas, sobretudo, na defesa expressa da imigração européia e no que mais tarde se denominou de política de embranquecimento.[83]

> Forjada pelas elites brancas de meados do século XIX e começo do século XX, a ideologia do branqueamento foi sofrendo importantes

[83] Ver os trabalhos de Sdikmore, op.cit; Célia Marinho Azevedo, *Onda negra, medo branco*; Gislene Aparecida dos Santos, *A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo:Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

> alterações de função e de sentido no imaginário social. Se nos períodos pré e pós-abolicionistas ela parecia corresponder às necessidades, anseios, preocupações e medos das elites brancas, hoje ganhou outras conotações – *é um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva.* O principal elemento conotativo dessas representações dos negros constituídos pelos brancos é o de que o branqueamento é uma doença ou patologia particular a eles.[84]

De outro lado, aqueles que defendiam a acomodação das tensões como princípio, sobretudo, das tensões raciais nas sociedades escravistas ou herdeiras da escravidão de maioria negra. O padrão de relações raciais deveria ser aquele que acomodasse o tensionamento racial, evitasse o ódio racial, enfim, evitasse uma possível "haitização" dos conflitos, portanto, uma continuidade do padrão de relações raciais praticado durante a escravidão.[85]

É importante dizer que essa "disputa" das formas de regulação das relações raciais estava subjacente nas discussões em torno da reorganização do mercado de trabalho brasileiro. Contudo, é fundamental entender que a formulação proposta considera que ambos padrões de regulação das relações raciais, que podem ser resumidos didaticamente como racialista-segregacionista, racialista-integracionista, eram ambos presididos pelo racismo, ou seja, eram expressões do racismo, assim como fora a escravidão. Portanto, em essência, não há campos opostos e, sim, o racismo enquanto estruturante das relações de poder nas sociedades herdeiras da escravidão.

O resultado dessa "disputa" foi a progressiva, contraditória, concomitante, variada e não sistematizada desracialização das relações sociais, dos conflitos e da vida cotidiana brasileira, cujo ápice consistiu na configuração da harmonia das relações raciais como um mito. Nesse sentido, a obra de Gilberto Freyre (Casa Grande & Senzala), publicada nos

[84] Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento(organizadoras). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* Petrópolis, Rj: Vozes, 2002.
[85] Agradeço a pesquisadora Wlamyra Albuquerque pelas discussões e partilha das suas conclusões obtidas durante a elaboração da Tese de doutorado "A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2004.

anos 30 do século XX, ao contrapor cultura à raça, se constituiu em um marco em termos de sistematização desse processo de desracialização em curso.

É importante ter em vista que esse processo se desenrolou desigualmente nas diversas regiões do país. Ao que parece, nos locais onde houve forte presença da imigração européia, a desracialização foi mais lenta, a exemplo da cidade de Campinas, e mais rápida em cidades como a de Salvador, onde a presença da imigração européia foi ínfima e o perigo da haitização era maior. Uma evidência disso é a mudança na composição étnica da força de trabalho paulista e o maior número de casos explícitos de discriminação e de segregação racial na cidade de Campinas no estado de São Paulo, quando comparada a Salvador, na Bahia. [86]

Trechos das matérias dos periódicos oficiais e da imprensa negra (*O Getulino*) que circulavam na cidade de Campinas, transcritos na obra do militante do Movimento Negro Unificado Cleber da Silva Maciel, são por demais reveladores da situação dos negros campineiros no pós-abolição .[87]

> Por que razão não poderão os pretos de Campinas, rapazes apessoados e de comportamento invejável, ou de outras quaisquer localidades, quando ali se acharem a passeio, estacionarem no jardim público?
>
> Por que os senhores do poder lhes tolhem os passos e dispersam-nos quando em reunião amigável naquelas imediações? Ora, é lícito ao povo a liberdade de reunião desde que sem tumulto e sem armas, queira se manifestar sobre as necessidades públicas ou sobre as medidas que julgar contra os direitos a que deve fazer jus em face da lei.
>
> Uma vez porém que a reunião possa atentar contra a liberdade individual pode e deve a autoridade dissolve-la, depois de três intimações. Creio que os colegas jamais se reuniram naquele logradouro público para atos de desacato a esta ou aquela pessoa. Sendo o jardim um logradouro público, acessível a todas as pessoas corretas, é um absurdo a proibição dos pretos naquele lugar de diversão e entretenimento.[88]

---

[86] Ver o George Reid Andrews, *Negros e brancos em São Paulo,(1888-1988);* tradução: Magda Lopes; revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado . – Bauru, SP: EDUSC, 1998. 444p

[87]Cleber da Silva Maciel, *Discriminações Raciais - negros em Campinas (1888-1926).* 2ed. Campinas:CMU/Unicamp,1997.224p. (Coleção Campiniana, 1).

[88] *Cidade de Campinas*, 6 de Agosto de 1901 apud Maciel (1997:35-36).

Observe-se o registro do jornal negro O *Getulino*, em 1924:

> Em repúdio de que nos fala o Sr. Viana, é um fenômeno social muito conhecido em São Paulo, não só na Capital como em quase todas as cidades do interior paulista, fenômeno esse que cresce dia a dia, aumenta constituindo já uma grave ameaça para nossa tranqüilidade e para a estabilidade dos nossos direitos.
>
> Poucos são os negros que hoje se vêem pelas nossas ruas, raríssimos são os que se adequaram no comércio, nas indústrias, nas repartições públicas. É que os brancos, como se houvesse um tácito acordo nesse sentido, os vão expulsando de seu meio.[89]

A obra de Cleber Maciel está repleta de outras situações anti-negro, de constrangimento, confinamento, de interdição ao direito de livre exercício da cidadania, demonstrando de forma inequívoca e que não se tratavam de atos isolados de racismo e, sim, de um modo que nos permite dizer que havia uma política racial deliberada, perpetrada pelo Estado e pelas elites dirigentes nacionais, para a exclusão dos negros.

> Conclui-se então que nesta fase final do período, existia uma tendência para o racismo ser institucionalizado, ao mesmo tempo que as interdições e restrições à presença de negros em áreas públicas crescem. Acentua-se também a prática da seleção de trabalhadores tomando-se o critério racista, da cor, na oferta de empregos. Acentuam-se também as declarações públicas de posições e ações fundamentadas na idéia de inferioridade racial do negro. Seja para negar-lhe a possibilidade de um namoro com branca, e mesmo para impedir-lhe a entrada no país, como força de trabalho imigrante.[90]

Um aspecto importante assinalado por Maciel é a tendência à institucionalização do racismo, que em Campinas assumiu as vias de um controle racial explícito da população negra, no limite, assumindo proporções de uma segregação legal. O que contrariava, em certa medida, a lógica de acomodação das tensões raciais no país. Em Salvador, essa institucionalização do racismo seguiu uma outra ordem de critérios, expressa em controles raciais implícitos ou transmutados em controles sociais, isto é, dirigidos para a população em geral, embora, não dominantes, coexistissem atos de controles raciais explícitos. Cabe

[89] O*Getulino*, Campinas, 21 set. 1924, apud Maciel (1997: 37-38).
[90] Cleber Maciel, *Discriminações raciais*,.p.40.

indagar por que em Salvador as elites dirigentes foram impulsionadas a adotar tal estratégia, isto é, desracializar ao máximo os conflitos, tornando-os, mais rapidamente, incolores.

As elites baianas tiveram que elaborar uma estratégia diferente da considerada como política hegemônica nacional, a opção pelos imigrantes europeus. Isso não significa que as elites baianas não tenham buscado essa solução, mas malograram. A saída à baiana impactou decisivamente as condições de vida e as estratégias de sobrevivência da população negra baiana, em particular de Salvador.

CONTROLES RACIAIS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIAS DOS NEGROS E NEGRAS NA CIDADE DE SALVADOR

As medidas adotadas pelas elites dirigentes baianas, na maioria das vezes bem sucedidas, impuseram controles de movimentos e aos movimentos reivindicatórios dos negros e negras baianos a ponto de ser difícil identificar, por exemplo, demandas de natureza racial nessas reivindicações. Uma das explicações possíveis reside no fato de o racial se apresentar encapsulado pelo social, o que tem levado a interpretações exclusivamente sócio-classistas do processo de (re)organização do trabalho, no qual a "populaça" é vista de forma indiferenciada e sobretudo, incolor. Um bom exemplo disso é a reforma urbana do governo Seabra, vista até então nos marcos da eugenia social geral e incolor, sem, contudo, captar o aspecto racial como fizera, de forma bastante sugestiva, Alberto Heráclito, ao cunhar a expressão "desafricanizar as ruas" para caracterizar o impacto dessa reforma urbana sobre a dita "populaça", evidenciando as diferenças de raça e gênero. [91] Nessa mesma linha, segue o trabalho de Alfredo Matta, que estudou a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, a mais antiga instituição de assistência a menores pobres e órfãos, mantida até nossos dias.

[91] Alberto Heráclito Ferreira Filho, "Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)", *Estudos Afro-Asiáticos*, 21-22 (1998-1999), p.239.

> [...] a Casa Pia atuou de forma a privilegiar os brancos e mulatos para ingressos. Como conseqüência desta atuação, analisamos que, pelo menos no caso do orfanato, os escravos e negros, antigos trabalhadores da cidade, foram impedidos de compor a nova categoria de trabalhadores assalariados da cidade. Em outras palavras, a Casa Pia contribuiu para jogar na marginalidade os negros, que, com o final da escravidão estavam, diante de uma sociedade que não lhes oferecia ocupação.[92]

Por que e como captar esses controles raciais? Os porquês têm sido fundamentados ao longo deste estudo. O **como** captar esses controles raciais está em perceber/reconhecer as nuances e sinuosidades do racismo, o seu caráter estruturante, difuso, mutante e mutagênico, é ao mesmo tempo entender o pós-abolição também como um espaço-tempo de disputa/construção/redefinição de um padrão de regulação das relações raciais, momentaneamente, rompido com o advento da abolição. Não é demais ter em vista que os controles sociais e raciais variavam de acordo com a esfera de governo (nacional e local), o tamanho da herança escravista a ser administrada e o contingente de imigrantes europeus, entre outros condicionantes.

Cabe salientar que a discussão dos controles raciais vai se concentrar sobre alguns aspectos que possibilitem avançar na compreensão do processo de (re)organização do trabalho na cidade de Salvador, no pós-abolição. Desse modo, centrar-se no papel desempenhado pela violência extra-econômica praticada pelas elites dirigentes baianas (repressão ao candomblé e as manifestações culturais) para compelir ao trabalho a mão-de-obra negra, como também nos aspectos que permitem estabelecer um quadro comparativo com as condições de vida oferecidas aos imigrantes.

Embora a preocupação central fosse o destino da grande lavoura, o artigo publicado pelo Diário do Povo, *Crise Desesperadora,* apresentou alguns dos elementos determinantes das péssimas condições de vida vivenciadas pela população negra no pós-abolição. O que também chama a atenção é o fato de imputar ao governo e às elites dirigentes co-responsabilidades no caráter inconcluso da abolição, causador desse estado de coisas.

---

[92] Alfredo Eurico Rodrigues Matta, *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim,* Salvador : Secretaria de Cultura e Turismo, 1999. 221p.

> Se logo no acto da eliminação do elemento servil o governo tivesse cogitado das leis que são corolarios da magnanima lei, tornando-as efectiva aos novos cidadãos e facilitando-lhes a aquisição de terras, fornecendo-lhes instrumentos de lavoura, dando-lhes ensino elementar e tecnico, educando-lhes os filhos para repararmos as injustiças que fizemos aos pais a actualidade não se tornava uma quadra de perturbações no animo das classes e das mutilações no organismo nacional.
>
> A crise tem afetado os varios ramos da nossa actividade e produzido o necessário abalo, desmantelando os mais lisonjeiros futuros.[93]

Dez meses após a publicação desse artigo, o inspetor especial de terras públicas e colonização da Bahia, Dionízio Gonçalves, encaminhou documento ao presidente de província Conselheiro. Dr. José Luiz de Almeida Couto, em resposta às questões formuladas no requerimento exarado pelo engenheiro Ramos de Queiroz. Afirmou o inspetor "que comprehendem do assumpto tão vasto e tão delicadas apreciações, demandarião para ser cabalmente discutida, longo estudo e melhor conhecimento dos phenomenos sociaes, à que allude o peticionário".[94] A análise dos doze quesitos que compõem o questionário revela a preocupação do Estado Imperial com os efeitos sociais da abolição, admitindo seu caráter inconcluso. Igualmente, as respostas do inspetor Dionízio Gonçalves possibilitam uma visão, ainda que panorâmica, da situação em que se encontrava a gente liberta e seus descendentes, decorridos dezessete meses da assinatura da Lei Áurea, no tocante à ocupação, às ações de resistência, às condições do trabalho assalariado, à concorrência com o imigrante estrangeiro e à questão fundiária. Surpreende a não proposição, pelo menos inicialmente, de medidas repressivas, isto é, o trabalho não é visto apenas como caso de polícia. A seguir, a transcrição na íntegra de três dos doze quesitos do questionário:

> 1º) Quesito - "Haverá na capital, cidades e municípios brasileiros desocupados, a mingoa de trabalho?
>
> Me parece que esse facto é por demais conhecido, tendo a lei de 13 de maio de 1888 atirado à liberdade, sem preparação nem correctivos, milhares de indivíduos até então sujeitos nas fazendas a trabalhos sem futuro, a troco da conservação da própria vida, necessária a prolongação do servilismo. Habituados a viver junto aos povoados e sem terras para ahi estabelecer culturas em proveito seo, visto que os antigos senhorios

[93] APEB. *Diário do Povo,* Salvador, 14 jan. 1889.
[94] APEB, Seção Colonial/Provincial (1876 -1889), Maço nº4850, fl. nº493, Presidente Província - Terras Públicas e Colonização(III). Serie Viação (1889).

> não lh'as cedem para esse fim, pretendendo empregal-os como assalariados ao que muitos se recusão, achão-se os novos cidadãos sem destino fixo, procurando, naturalmente depois de dissipada a embriaguez do facto que os libertara, onde e como ocorrer as exigências da vida humana.
>
> 2º) Quesito - No caso affirmativo, não é certo que esses nossos concidadãos procurão trabalho e não encontrão?
>
> Depois de passado o momento da fascinação, acima alludido, e cessado o movimento especulativo que [acovoçoara] cogitarão esses concidadãos de garantir-lhes contra a miséria e a fome, sugerindo os embaraços que ocasionão sempre as acumulações de operários onde não há trabalho preparado para occupal-os. Antipathisando com o antigo serviço que lhes recordava tantas privações physicas e moraes, e não encontrando mesmo em fazendas de exploração diversa salario que lhes bastasse a esperanças concebidas, é facto que procurão ainda uma situação estável e como taes se tornão passivos da apreciação.
>
> A estes operarios juntão-se, na quadra actual os banidos do interior pelos effeitos da secca, tornando, por conseguinte, mais difficil a solução commum. Acresce que estes últimos, menos exigentes por já terem atravessado dolonesas peripécias acceitão mais promptamente qualquer salário, por mínimo que seja, contentando-se não poucos com a protecção à que fugirão os primeiros atormentados pela recordação do servilismo.[95]

A partir do cenário traçado pelo inspetor, pode-se inferir que, para a maioria dos libertos, a abolição significou "nada além da liberdade".[96] Liberdade com ônus bastante elevado a recair sobre as costas da gente liberta, sobretudo, quando o desejo de autonomia se chocava com os interesses raciais e econômicos estabelecidos, a exemplo dos mecanismos para impedir-lhes o livre acesso à terra e compeli-los ao trabalho assalariado. É possível perceber também as ações de resistência dessa gente, do simples desejo de vivenciar os desígnios subjetivos da liberdade do ir e vir, passando pelo abandono das antigas ocupações, até a recusa das condições de trabalho oferecidas, principalmente os baixos salários. Esse cenário vem confirmar, mais uma vez, a hipótese de que a falta de braços alegada pelos antigos senhores de escravos era mais retórica do que real, embora naqueles momentos iniciais de indefinição e, principalmente, nos locais onde a exploração foi mais intensa, é bem provável que o "vazio" de braços tenha sido algo real, mas temporário e

[95] Idem.
[96] Ver Eric Foner. *Nada além da liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

excepcional. Evidente que a primeira reação dos ex-escravos, naturalmente, era sair dos locais onde sofreram privações, mas os números do crescimento populacional da Bahia entre 1872 e 1892 não registraram um forte movimento migratório em direção à capital.[97] Pelo visto, a maioria dos ex-escravos permaneceu próxima ou nas antigas fazendas, assim como ocorreu em Pernambuco.[98]

É interessante notar, no elenco dos quesitos apresentados, a preocupação com a ausência de regulamentação das modalidades de ocupação de terras nas províncias, o que tendia a favorecer aos interesses dos antigos senhores, uma vez que se estabelecia, intencionalmente, uma zona nebulosa para a resolução de conflitos, na qual a lei não era aplicada com igualdade, reforçando os vínculos de dependência da gente liberta em relação aos antigos senhores.

> 8º) Quesito - Esses pobres lavradores ou aggregados, depois de edificada a modesta habitação, desbravado, cercado e cultivado o terreno, adquirem, por ventura, em face da lei e da moralidade, qualquer direito sobre esse fructo resultante do esforço de sua vida?
>
> É verdade que há uma deficiência notável na legislação relativamente as explorações ruraes dos pequenos cultivadores, ficando a liquidação dos bens ou trabalho d'estes mais a mercê da equidade do senhorio territorial do que á sombra de leis especiais. Conviria que se estabelecesse um código rural à semelhança do que há em todos os países civilisados, que garantisse mais efficazmente os direitos recíprocos.
>
> Não há, porém, espoliação, como pretende o quesito; o que há é incerteza, por parte dos pequenos cultivadores, de permanecerem sempre no mesmo local e [...] de lutas, motivadas por choques eventuais entre os interesses

[97] Registra-se um crescimento populacional da ordem de 34,7% para Salvador, 32,1% (Santo Amaro), 34,2% (Vila São Francisco), 34,6% (Cachoeira), 34,6%(São Felix), 33,8% (São Gonçalo dos Campos), 34,5% (Itaparica), 34,6%(Feira de Santana), 34,5%(Geremoabo), 34,2% (Ilhéus), 35,4% (Bahia). Ver Francisco Vicente Vianna, *Memória sobre o Estado da Bahia* . Bahia: Tipografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.

[98] Duas passagens do Menino de Engenho de José Lins do Rego retratam essa relação de dependência nos engenhos pernambucanos com o término da escravidão :

"Restava ainda a senzala dos tempos do cativeiro. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As duas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa grande e a mesma passividade de bons animais domésticos."p.38

"[...] Não me saiu do engenho um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negros."p.61

de ambos.[99]

Já foi discutido que a política imigrantista nacional na Bahia não logrou êxito tal como no Sul. Aqui, ela passou por "adaptações/acomodações", principalmente, em razão da falta de capacidade econômica e financeira do Estado para bancar os custos da imigração e do tamanho da herança escravista a ser apagada. Uma das estratégias muito comuns nos locais onde houve escravidão era a de dificultar o acesso à terra para os libertos, como forma de arregimentá-los e discipliná-los ao trabalho assalariado. Entretanto, no Recôncavo, a continuidade da crise do açúcar e a conseqüente desvalorização das terras em curso na região impulsionaram os antigos senhores de engenhos a buscarem também estratégias não convencionais à época para arregimentação e fixação da mão-de-obra que redundaram em um espaço maior de negociação entre eles e a gente liberta, reforçando, assim, os laços de dependência, o que pode explicar em certa medida o baixo registro de conflitos de terras.[100] Contudo, isso não significa o abandono do emprego da violência extraeconômica (tentativas de re-escravização, atentados, grilagem etc) como método de controle sobre a gente liberta.[101] A proposição de entendimento é que o uso dessa violência extraeconômica na região tenha sido a exceção, principalmente, diante da gravidade da crise econômica. Sem recursos para trazer os imigrantes, restava encontrar outros meios que evitassem a

[99] APEB, ibid.

[100] Ver o que relata Aristides Novis, rico negociante e proprietário de engenhos no Recôncavo, em carta endereçada ao Barão de Cotegipe, em 30 de maio de 1888. " tendo andado depois do dia 13 de Maio em uma roda viva de viagens, ora no Iguape, ora em S. Amaro, e o resultado actualmente he muito duvidoso, p.q. os libertos ainda estão de cabeça exalthada, e não entrão em combinação segura. No Iguape, nos engenhos do velho S. Thiago, nenhum abandonou, entabolei o seguinte negócio: elles ficariam todos como lavradores e quando o negocio precizasse do servisso d'elles se prestariam mediante salário de 500 reis diários [...]. Repellirão formalmente as rações p.q. dizem elles q. era continuação de captiveiro – porem mandei dar alimentação aos velhos e ingênuos q. são órfãos – obrigando os trabalhadores a trabalharem na proporção de suas forças, digo-lhe francamente q. não tenho fé na constância desse trabalho" Instituto Geográfico Histórico do Brasil, *Coleção Barão de Cotegipe*, lata 918, pasta 25. Correspondência de Aristides Novis para o barão de Cotegipe, Salvador, 30 de maio de 1888. Agradeço ao pesquisador Walter Fraga Filho pela cessão de cópia desse documento.

[101] O Diário da Bahia registrou a violência sofrida pelo velho africano Domingos Cezar de Bittencourt na localidade denominada Botelho. O velho Domingos foi conduzido à força ao engenho da Passagem de propriedade de Luiz Cesar de Bittencourt pelos policiais. O motivo da prisão "[...] que querem obrigar o velho africano a desmanchar a casa de telha que edificou na fazenda Botelho com consentimento de seu do ex-senhor o finado Paulo Cesar Bittencourt , no acto de conferir-lhe este carta de liberdade pelo preço de um conto de réis"

O ato causou indignação : "Chamamos para esse facto a attenção dos Srs. Presidente da provincia é chefe de polícia. Vejão S.S.Exs. como é que procedem as suas autoridades, mesmo dentro da capital". *Diário da Bahia, 28 de março de 1889. Violência Policial.* Ver também, Iacy Maia Mata, " Os 'Treze de Maio' : polícia e libertos na Bahia pós-abolição, 1888-1889" , UFBa, (Dissertação de mestrado), 2002.

saída em massa da gente liberta dos campos para outros centros.[102]

Se, por um lado, a crise do açúcar e a mentalidade escravista impuseram barreiras à oferta de salários elevados aos libertos ou até mesmo a fixação de salários, por outro lado, contraditoriamente, essa mesma crise, ao depauperar o patrimônio dos antigos senhores, sobretudo ao reduzir o valor das terras, contraditoriamente, ampliava a margem de autonomia dos libertos, uma vez que as dificuldades do açúcar reduziam as pressões por assalariamento e por outras formas de coerção extraeconômica; diferentemente dos campos cafeeiros do oeste paulista, onde as populações negras enfrentaram sérios problemas para permanecer nos seus antigos postos de trabalhos ou até nas circunvizinhanças, face à crescente valorização das terras e à opção racial pelos imigrantes europeus. Todavia, essa autonomia do liberto no Recôncavo precisa ser relativizada, visto que o número reduzido de alternativas econômicas ou a falta de produtos tão pujantes como o açúcar. Ou seja, do ponto de vista macro, a região não encontrou um novo eixo de acumulação de capital. Muito pelo contrário: houve migração de capitais, o que impôs também sérios limites econômicos e sociais às condições de vida da gente liberta.

Assim, a pluralidade de estratégias construídas e vivenciadas por essa gente liberta, de se refugiar na agricultura de subsistência, viver da pesca, dos manguezais, migrar para outras culturas (fumo, café), migrar para os centros mais populosos, permanecer nas antigas ocupações sob novas bases, enfim, o nível baixo de assalariamento, reflete o exercício da autonomia da gente liberta, como também a falta de dinamismo da região.

Pelo que se pode observar dos relatos sobre as condições de vida dessa gente e seus descendentes, possivelmente essas estratégias apenas lhes garantiram sobrevida, visto que raros foram os casos, registrados na literatura, do seu sucesso econômico, e, quando surgiu,

[102] Essa hipótese é levantada por Hebe Castro, ao analisar as estratégias dos libertos no pós-abolição na zona rural do Rio de Janeiro. *A cor inexistente. Relações raciais e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-escravidão.*Estudos Afro-Asiáticos (28):101-127, outubro de 1995. "Novamente aqui se confirma a persistência, por toda a década de noventa, de uma situação de mercado diferencialmente desfavorável aos fazendeiros. [...]. Para fixar o liberto, a lavoura de cana não só adotara a parceria, como fizera em condições bem mais favoráveis aos colonos do que as vigentes na lavoura do café." p.114. Ver também Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade,* cap.VI.

foi individual e beirando ao pitoresco. Essa percepção se torna mais evidente quando se compara a trajetória dos imigrantes europeus no Brasil, para os quais havia uma ambiência favorável para acumulação individual e coletiva, ou melhor, eles eram considerados pelos defensores da política imigrantista nacional como fundamentais no processo que elevaria o Brasil ao rol das nações civilizadas. Assim, sem estabelecer essa conexão com o aspecto racial, pode-se atribuir a falta de mobilidade social dos negros em Salvador e no Recôncavo tão somente à falta de dinamismo econômico, e com isso, desconsiderar ou secundarizar o caráter estruturante do racismo. Nas sociedades herdeiras da escravidão de maioria negra, cujas relações raciais seguem o modelo de relações raciais árabe-ibero, a cor da pele é atributo chave na ascensão social do indivíduo.

O aspecto da cor é abordado por Hebe Castro, ao apresentar uma constatação interessante sobre o desaparecimento do critério da cor como diferenciador social dos homens livres e escravos, a partir de meados do século XIX, à medida que aumentava significativamente o número de alforrias, embora o registro fosse obrigatório.

> O crescente processo de indiferenciação entre brancos e pobres e negros e mestiços livres teria levado, por motivos opostos, a que se silenciasse sobre a cor de ambos. Não se trata de branqueamento. Trata-se simplesmente de silêncio. O sumiço da cor é referenciado não só a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualificativo "negro" continue sinônimo de escravo, mas também a uma desconstrução social de igualdade conferida pela liberdade, ou seja, a desconstrução social de uma identidade construída com base na cor branca, associada à potência da propriedade escrava.[103]

O silêncio pode ter "sepultado" as diferenças entre ser livre e ser escravo, mas não sepultou as diferenças raciais entre negros, brancos e mestiços enquanto organizadoras das hierarquias sociais. Em um sistema de escravidão racial, o ser escravo é uma condição, o ser negro, não. Isto não pode ser alterado. O que está ausente de fato em Castro, pelo menos nesse artigo, é o reconhecimento da dimensão central do racismo nas discussões sobre a saída da escravidão. Se fosse simplesmente silêncio, por que "os de cor" são os que permaneceram até hoje na base da pirâmide social brasileira? É possível explicar a baixa

[103] Castro, "A cor inexistente" , p. 106.

mobilidade social dos negros pela categoria "silêncio" adotada pela autora? É evidente que não, mas se reposicionarmos o critério da cor como um dos elementos de regulação das relações raciais, será possível aproximar-se das complexidades que envolvem uma sociedade multirracial como a brasileira.

Vale salientar que o silêncio da cor faz parte de um processo de não tensionamento das relações raciais já em curso durante a escravidão. Nas sociedades herdeiras da escravidão e de maioria negra, especialmente as que seguem o padrão de relações raciais árabe-ibérico, a cor da pele tem papel central dentre os controles raciais. Não deve assumir, no entanto, o lugar de um controle racial explícito, sob pena de se ter um permanente campo de tensionamento das relações raciais e, assim, comprometer a lógica da reprodução do poder nessas sociedades. Ver o exemplo do apartheid na África do Sul.

Feita essa rápida incursão sobre as estratégias adotadas pelos antigos senhores para fixarem a mão-de-obra negra, vejamos algumas das estratégias de que se valeram as elites dirigentes baianas para controlar o contingente negro, no ambiente urbano da cidade de Salvador. Inicialmente, é importante perceber que havia uma orientação nacional de controle dos libertos e seus descendentes (coibição da vadiagem e do jogo, interdição do direito ao voto pelo analfabeto, repressão às manifestações populares, favorecimento aos imigrantes europeus, permanência da "política de educação" oriunda da escravidão etc). Essas medidas, no plano local, sofreram adaptações em decorrência do tamanho do contingente negro e da capacidade de mobilização da gente liberta individual e, coletivamente, em termos de resistência aos controles raciais e sociais. Daí porque, para a compreensão do processo de reorganização do trabalho em Salvador, ser necessário também analisar as medidas repressivas das manifestações culturais dos negros e negras. A análise da história da conversão e a submissão das populações livres à disciplina do trabalho assalariado capitalista aponta para uma rede complexa de acontecimentos, de idas e vindas, reações e, sobretudo, da ação dos fatores extraeconômicos, conforme evidenciou E.P.Thompson, ao estudar a formação da classe operária na Inglaterra. Ao precisar os conceitos de classe e de consciência de classe, concluiu que a classe não pode ser definida como uma coisa, mas "definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, e ao

final, esta é sua única definição." Acrescenta "[...] não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo dos processos que só podem ser estudados quando eles operam durante um considerável período histórico".[104]

Essa breve introdução de Thompson no debate é para assinalar que a formação ou a arregimentação do denominado trabalhador morigerado, disciplinado, considerado como essencial no processo de reorganização do trabalho no pós-abolição, envolveu inúmeras ações articuladas e não articuladas, nos mais diversos níveis (econômico, social, político e racial). Já se discutiu a reorganização do trabalho a partir da "falta de braços". Resta saber como essa população negra e recém-saída da escravidão, considerada por muitos inapetente, indolente, indisciplinada, foi compelida ao trabalho, tornando-se, em geral, trabalhadores, morigerados e disciplinados. Um dos possíveis caminhos é discutir alguns aspectos da repressão ao candomblé bem como a coibição de outras manifestações que contribuíam para a dispersão e indisciplina dessa população. Não se deve entender essa repressão ao candomblé tão somente como uma questão religiosa (catolicismo versus candomblé). É lugar comum a discussão acerca da ética do trabalho presente nas religiões católicas e protestantes, mas, por outro lado, não se reconhece o candomblé como portador de uma ética do trabalho. Ao reprimir o candomblé e outras manifestações correlatas, sob a alegação de feitiçaria e de práticas religiosas não-civilizadas, reprime-se também a lógica de trabalho comunitário da qual o candomblé é portador (tempo/ritmo e processo de trabalho diferenciados) e que, possivelmente, se contraporia à lógica de trabalho proposta pelos antigos senhores. O mesmo pode-se inferir sobre a proibição e permissão aos "batuques" dos escravos, sobre o batismo do escravo no catolicismo, a fundação de irmandades religiosas negras, das sociedades de auxilio mútuo, como a Sociedade Protetora dos Desvalidos dos Homens Pretos, em 1832. O importante a frisar é que o cultural, o político, o racial e o econômico estão imbricados, ora predominando um, ora outro. O processo de trabalho envolve uma complexidade de elementos, principalmente numa sociedade escravista. O surgimento dessas brechas, ora por conquista dos "dominados", ora pela percepção dos "dominantes", sugere que a manutenção desse sistema escravista não poderia ocorrer pela via exclusiva do conflito, mas também, e

[104] E.P.Thompson. *A formação da classe operária inglesa*; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra,V.1. 1987. p.12.

talvez, preferencialmente, pela via negociada[105]. Essa lógica se manteve durante a reorganização do trabalho no pós-abolição no Recôncavo baiano. Vejamos alguns aspectos da trajetória do candomblé, podendo ser tomado como uma espécie de amostra do que foi o processo de afirmação das manifestações culturais e religiosas negras na Bahia.

Pretende-se acompanhar alguns desses aspectos a partir da leitura dos periódicos *A Coisa e o Jornal da Manhan.* O primeiro, a começar pelo registro, apresentava um perfil não convencional e empregava, sistematicamente, a sátira como linguagem para abordar os mais variados assuntos sobre a sociedade baiana. O segundo era um órgão de imprensa mais convencional e mais conservador. Pelo teor das matérias, ao que parece, perfilava-se entre os guardiões da moral e dos bons costumes da sociedade baiana. Chama a atenção o fato dos periódicos baianos freqüentemente noticiarem e exigirem rigor na punição dos pequenos delitos ou transgressões leves cometidas por gente do povo, tais como roubo de galinha, pequenos golpes, jogos de azar, vadiagem. Através de manchetes do tipo "O aguadeiro fulano alcoolizado promovia desordens", isso pode ser um forte indicativo do tipo de controle social a que se queria submeter a "populaça". A imprensa, além de locus privilegiado das disputas políticas da sociedade, vai atuar como uma espécie de órgão regulador da gente negra, da gente pobre, dos tipos da cidade, pois era através dela que se reconheciam os tipos perigosos, a impressa era os olhos e as vozes das elites baianas.

Um exemplo ilustrativo desse controle social e racial sobre a população está no movimento das penitenciárias. Tome-se o ano de 1890, no qual, dos 104 detidos pelas autoridades policiais, apenas 9 brancos, (8 homens e 1 mulher) e 95 crioulos, pardos e cabra (67 homens e 28 mulheres). Esses eram indivíduos que estavam inseridos no mundo do trabalho da cidade de Salvador, exercendo as mais variadas ocupações. Do total, apenas quatro não declaram sua profissão (3 negros e 1 branco) e um declarou-se sem profissão, os demais estavam assim distribuídos: lavoura (10), carroceiro (9), ganhador (8), cozinheiro (7), servente (7), marceneiro (6), pedreiro (6), engomadeira (5), carapina (5), servideira (5), lavadeira (4), sapateiro (4), funileiro (2) padeiro (1), engraxate (1), alfaiate

[105] Ver J.J. Reis e Eduardo Silva. *Negociação e conflito* – A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Ver também o debate escravo - coisa versus autonomia escrava, em *Trabalhadores – escravos.* Campinas: Fundo de Assistência à Cultura, 1989.

(2), aguadeiro (2), criado (1), negócio (1), barbeiro (1) maquinista (1), costureira (1), tecelã (1), carpinteiro (1), chapeleiro (1), fiador (1), vendedor de bilhetes (1), ferreiro (1), serrador (1), marítimo (2), empalhador (1). Os motivos da prisão evidenciam o baixo grau de tolerância das autoridades com a "populaça": cerca de 40% das acusações foram por desordem e 27% por roubo ou furto.[106]

O nível de intolerância é também perceptível no tratamento dispensado pela imprensa àqueles considerados desordeiros, ou melhor, àqueles que de fato foram contra a ordem ou, até inconscientemente, pretenderam estabelecer uma contra-ordem ou, ainda, preservar uma ordem que à época lhes parecia mais favorável. Um exemplo destes fatos é a forma como foi noticiada pelo periódico *A Coisa,* a morte do "desordeiro" Manuel Benício dos Passos, o Macaco Belleza.

> Macaco Belleza. Morreu, mas desta vez definitivamente, o famigerado Manoel Benício dos Passos, mais conhecido pela alcunha de **Macaco Belleza.**
>
> **Aos 15 de julho** de 1889, nesta então província, foi elle que incitou as iras da massa agitada contra os inclytos propagandistas Silva Jardim, de pranteada memória e, Virgilio Damásio. Este facto passa por um dos mais importantes da vida errante dos immoraes typos das ruas que arrastou durante 37 desventurados annos.
>
> Victoriosa a revolução de 15 de Novembro, ameaças e castigos e até o próprio desterro que lhe foi imposto não conseguiram arrancar-lhe um viva á Republica, á "essa Republica de traidores", como vociferava, espumante de alcool, nos arroubos bestiaes de sua nauseante oratória.
>
> Pio sacerdote de Baccho, o pobre coitado do ***Belleza***, que dava-se ao officio dos vagabundos- vender bilhete- possuía um cabide na correção e um leito na Santa Casa, onde finou-se a 8 do corrente.
>
> Pezames...
>
> Pezames aos seus correligionários, aos ingratos monarchistas da Bahia e do Brazil inteiro, que ainda não deram siquer uma prova de saudade por seu tão dignissimo irmão em idéias.[107]

Este noticiário é rico em fragmentos da trajetória da gente liberta durante a primeira década do pós-abolição, na cidade de Salvador. Assim como *Belleza*, outros anônimos também

[106] APEB, Seção Republicana, caixa nº54, pacote nº2, fls 01,02,04,20. Penitenciarias –mapas: movimento das cadeias, 1890.
[107] BPEB, *A Coisa(critica ,saytirica e humorista),* Bahia, 20 de marco de 1898, n.30. Ano I.

deixaram suas marcas nessa cidade, com estratégias diferenciadas, mas mantendo em comum a busca de alternativas para sobreviver às difíceis condições de existência. Belleza, foi um homem negro, provavelmente ex-escravo, nascido no ano de 1861, que se destacou nos noticiários por ter liderado uma mobilização popular contra os republicanos, que culminou no adiamento da promulgação da República na Bahia. A postura iconoclasta apresentada por ele diante da República, leva a crer que ele também foi um ativo participante da campanha abolicionista. Tal postura se deixa perceber nas suas entradas e saídas da cadeia, na ausência de uma ocupação definida, no agenciamento do jogo, enquadrando-o perfeitamente no perfil da "gente perigosa".

A insurgência de Belleza contra a República se justificava, no primeiro momento, pela defesa a todo custo da liberdade. Por conseguinte, do regime monárquico que legalmente extinguiu a escravidão, questionando sobre quais seriam as garantias que os libertos teriam de que após a derrubada da monarquia, a odiosa escravidão não retornaria. Evidentemente, a escravidão como instituição não retornou, mas a República também não garantiu à gente liberta melhores condições de vida. Assim, a persistência do comportamento insubmisso de Belleza, decorridos dez anos da abolição e nove anos de República, poderia ser resultante, de um lado, das desconfianças em relação aos republicanos em garantir a liberdade conquistada, e, do outro, resultante das péssimas condições de vida dos "carigés" (libertos). Daí, o porquê de Belleza considerar os republicanos como traidores.

O comportamento "desordeiro" apresentado por ele, não pode ser visto como excepcional. Basta ver o mapa penitenciário para verificar o número de pessoas negras presas por desordem. Por outro lado, talvez ele tenha sido um daqueles cujo comportamento deva ser analisado como um ato político consciente contra a ordem estabelecida; caso contrário, sua morte passaria despercebida. A notícia deixou transparecer uma forte sensação de alívio diante da sua morte, prematura, aos 37 anos. Definitivamente, ele não era um bêbado moribundo. O alcoolismo era mais do que um refúgio, era um meio através do qual ele expressava toda sua revolta e descontentamento diante da situação. É possível que ele imaginasse que a monarquia poderia trazer algo além da liberdade?

Interessante é observar que o periódico *A Coisa* situou o comportamento de Belleza no campo do conflito, entre saudosistas monarquistas e republicanos; um conflito caracterizado por ser incolor. Aqui deve-se perceber qual a tônica dos ataques. Nosso personagem é criticado, aparentemente, porque ele é um defensor da monarquia e coincidentemente, é negro. O tratamento dado a essas características peculiares insere-se perfeitamente no processo de desracialização em curso no pós-abolição baiano, caracterizado por condenar publicamente os casos explícitos de discriminação racial, mas retro-alimentando o racismo, de forma sub-reptícia, através das acusações de desordeiro, jogador, elementos associados à época, à negatividade da vida dos libertos. Nada de depreciativo aparece de forma explícita e específica contra o fato de ele ser negro, porém, ocorre uma certa "coincidência" entre os elementos que representam perigo à ordem social e à reorganização do trabalho e os elementos que estigmatizaram esse homem negro.

A repressão às manifestações culturais de matriz africana: o carnaval-candomblé

O carnaval é outra manifestação na qual os mecanismos de controle racial e social estiveram presentes, especialmente nas atitudes discriminatórias em relação às manifestações culturais de tradição africana. Mais uma vez, é possível perceber traços desse comportamento, bem como estratégias de resistência (político-cultural) e de sobrevivência da população negra, nas linhas do periódico *A Coisa*. Inicialmente, isso pode ser observado na descrição feita pelo redator chefe Jayme Borreaux, sobre o carnaval de 1898. Nela está contida, subliminarmente, uma crítica ao *modus vivendi* dos africanos. Na edição seguinte do jornal, publicou-se uma carta enviada por um africano de nome Ojou rebatendo a crítica proferida contra os africanos, que se constitui em um importante depoimento acerca da trajetória de vida dos africanos no pós-abolição.

> Esteve assim, assim o carnaval de 98; os "Africanos" é que deram bem alto a sua nota, transformando esta cidade durante os três dias de folia numa verdadeira colônia africana.
>
> Tomaram parte este anno nas festas carnavalescas, além de outros, os

seguintes clubs:

PANDEGOS DA AFRICA

Que se póde dizer dos Pandegos!

Saíram na pura ponta, na pontíssima!

Castigando a cara sedaria coberta de ouro, arrastando as creoulas apaixonadas, que muito lhes ajudaram a entoar o canto de Emanjá (Mãi d' agua); "Aoderecê é qui émanjá, potábelèbê aôuai torotim blá choreuê".

Conquistaram o logar de honra.

EMBAIXADA AFRICANA

Desde a sua creação, que data tres ou quatro annos, que tem dado grande realce ao carnaval, colhendo sempre innumeras ovações.

Apresentou-se ao publico no domingo e terça-feira passado esplendidamente, com sua cavalaria de caçadores de Quioco, com o seu rei d'Abomey (sic) e suas Bacamas, com seu rochunchudo Muzumbo-Tembo e seus todos exquissitos personagens, cheios de miçangas e burundangas.

Mas, o que realmente nos embasbacou diante de toda, aquela miscelania de vestimentas, foi haver a Colonia Africana residente aqui preparado uniforme especial para receber a Embaixada.

Si nol-o não dissesse a própria Embaixada, não acreditariamos, sériamente.

Esta colonia vil, sumitica, avarenta?

Esta colonia cujos representantes preferem morrer devorados pelas chammas incandescentes do incêndio a não deixarem o sacco do dinheiro accumulado durante muitos dias de fome ?

Esta colonia de usurarios que comem caruru de cincoenta dias e sempre queixando-se de- " disgeston"?

Os trajes de gala que conhecemos destes filhos do chamico continente é o que elles envergam quando vão á missa ou ao enterro do "quarente": o casaco sebento que o doutor despresou, a cartola enferrujada com que o filho do freguez d'agua varria a casa, a roupa velha inutilisada que o dono encostou.

E' de admirar! Só sob pena de perder a cabeça ou por decreto de Ogun, é que achamol-a com coragem de reformar a brochura escangalhada; mas por “patriotismo, por vontade espontanea, por amor ao seu soberano, não! .

Foi um verdadeiro milagre que operou neste ponto a Embaixada.

Ou foi a Embaixada a offertante? [...]

FILHOS D’AFRICA

Apresentaram-se engraçados, com seu estandarte bordado de busios.

> Entre outras cantigas ouvimos-lhes:
>
> “O’gungê arêre ouim parará quejou” “Abeou abébé qui mi sôquêô” .
>
> CHEGADA AFRICANA
>
> Guarda de honra assim charanga immensa. [108]

Se, por um lado, o tom jocoso do redator-chefe revelou um forte conteúdo discriminatório em relação aos africanos e seus costumes, por outro, revelou aspectos do cotidiano desses indivíduos, pelo visto bastante difícil e regrado. Pode-se perceber de forma clara, que o carnaval não era apenas divertimento. Constituía-se para a população negra, neste caso, os africanos, um espaço de afirmação cultural-político-racial-religiosa, traduzida na forte presença nas ruas, na riqueza das indumentárias dos que desfilavam como também dos que iam recebê-los, nos cânticos de louvor aos orixás; era o candomblé ganhando as ruas. É interessante frisar a surpresa do redator em relação ao uso de trajes pomposos pelos africanos, ao que parece incompatível com o estado de penúria. Aos olhos do redator, era uma demonstração da somiticaria dos africanos. Se avarentos, o que os conduziu a este comportamento? Poderia ser a avareza uma estratégia de sobrevivência que passava por camuflar suas posses? Será que não se estaria diante de uma possível lógica de trabalho africana resignificada pela experiência da escravidão? Possíveis respostas podem ser pensadas a partir da carta que se segue:

> Ilm. Sr. J. Borreaux - Muito me penhorareis com a publicação das seguintes linhas:
>
> Li na vossa Coisa do numero passado uns tópicos referentes aos africanos residentes aqui, onde taxados de vis, sumiticos, usurários, e ocorreu-me perguntar ao seu autor em que escola foram elles educados?
>
> Na escola dos brancos. Foram os seus ex-senhores que assim os preparam.
>
> Na senzala recebiam periodicamente parca ração de carne podre e farinha mofada.
>
> Sahiam ao ganho com taboleiros prenhes de verdura e se vendiam pelo mínimo preço estipulado pelo senhorio, ou se regressavam trazendo restos da mercadoria eram aferrolhados no tronco ou cantavam a gloria na "casca da vacca”.
>
> Foi entoxicando o estomago com os alimentos anti-hygienicos que o senhor lhes infligia que elles aprenderam a comer "carurús de cincoenta

[108] BPEB, *A Coisa,* 27 de fevereiro de 1898, ano I, n.27. Carnaval.

dias".

Foi pela aritméthica do senhor que lhes não perdoava um real, que elles aprenderam a ser avarentos.

Conquistada a sua liberdade a custa da economia que iam fazendo de vinténs que ganhavam particularmente, às escondidas do senhor, elles que já estavam acostumados ás mas comidas, não procuraram melhorar á sua alimentação.

O africano na febre da liberdade, delirava com o dinheiro.

Baldo de intelligencia, sem outro conselheiro que não fosse sua própria ignorância, accumular dinheiro e mais dinheiro foi sempre a sua maior aspiração.

E é o que se tem visto.

Não se os crimine, pois. Criminem aos seus senhores que eram brancos e se diziam civilisados e não souberam educa-los para a vida social.

Dizem que João de Mattinhos deitava o toucinho no fumeiro para que sua panella aspirasse-lhe somente o cheiro.

Este não era africano.

Bahia, 24 de fevereiro de 1898.

De vosso criado e obrigado- **Ojou.**[109]

A carta de Ojou é um relato da conjuntura vivenciada pelos africanos durante a escravidão e no pós-abolição. O que mais chama a atenção, além do domínio da escrita e da leitura, é o tom racializado do discurso contrapondo-se à tendência de desracialização dos conflitos em curso. Para ele, a avareza dos africanos resultava do comportamento explorador dos brancos durante a escravidão. Essa visão evidencia a presença de uma "consciência racial", aqui entendida como a percepção pelos dominados da hierarquia racial existente na sociedade baiana. Além disso, a avareza, interpretada como capacidade de acumular, sem dúvida foi uma das estratégias de sobrevivência econômica seguida pelos africanos, o que faz pensar até que ponto o fato de os africanos possuírem uma certa memória do processo de trabalho fora do mundo da escravidão racial não ter contribuído para uma relativa diferenciação social, entre alguns africanos, em relação aos negros, em geral, nascidos dentro desse mundo. Assim como os africanos conseguiram preservar parte dos seus usos e costumes, é provável que alguma memória do processo de trabalho, anterior à escravidão racial, tenha sobrevivido. Esta hipótese requer um estudo comparativo com a trajetória dos negros aqui nascidos, objeto que escapa aos limites desse trabalho. Contudo, há

[109] BPEB, *A Coisa,* 6 de março de1898.

importantes indícios dessa diferenciação, por exemplo, na organização dos cantos de trabalho espalhados na cidade de Salvador, vários ocupados e capitaneados por africanos.[110] Nina Rodrigues registrou essa diferenciação social entre africanos e o restante da população negra. Para ele, o número de remanescentes africanos na Bahia não passava de pouco mais de quinhentos. Assim resumiu o perfil deles: "São submissos, ordeiros, zelosos e econômicos. Alguns fizeram pequenas fortunas bem regulares, muitos foram ou são proprietários. Nenhum porém, tem nome influente, ou figurou de grande negociante ou proprietário rico".[111] O registro de Nina Rodrigues estabelece um importante contraponto ao discurso de Ojou: de um lado, confirma o caráter destoante, ao situá-lo no rol das exceções (escrito, articulado, racial); do outro, demonstra os limites da chamada "avareza" dos africanos: ao que parece, a avareza, um dos sentimentos constitutivos do ethos capitalista, foi insuficiente para garantir o acúmulo de capitais. Não bastava ser avarento; pelo visto lhes faltava algo que certamente não era a denominada inadequação às novas relações semicapitalistas ou capitalistas. O que seria então? Ultrapassar a barreira da cor.

Seguiram-se os dias e os anos, era cada vez mais hegemônica a matriz africana no carnaval (clubes, danças, música, indumentárias). Igualmente cresciam os ataques através da imprensa. É interessante notar que os ataques não eram diretamente contra o carnaval, mas contra o tilintar dos agogôs, do ganzá, o rufar dos tambores, os cânticos, isto é, a crescente presença do candomblé no carnaval. Como se verá a seguir, havia algo de paradoxal nesses ataques. Inicialmente, atacou-se indistintamente a africanização do carnaval e o modus vivendi dos africanos, em seguida, passou-se a desenvolver uma certa tolerância com alguns clubes africanos; considerados ordeiros e bem uniformizados, ao tempo em que se intensificaram as exigências de medidas repressivas à africanização indiscriminada, principalmente ligadas às práticas religiosas do candomblé. Reforça-se, assim, o argumento de que a repressão ao candomblé ultrapassava as questões relativas à religiosidade. Implicitamente reprime-se um modo de vida, um modo de trabalhar, um tempo de trabalho. Os trechos transcritos do jornal *A Coisa* retratam esse paradoxo, ao

[110] Ver. JJ.Reis. "Os cantos na véspera da abolição". op.cit. Wilson Roberto de Mattos. *"Cantos": trabalho, cultura e solidariedade – africanos e crioulos em Salvador na segunda metade do século XIX*. Sementes: caderno/Uneb. Campus I. Departamento de Educação, - v.2, nº3/4(jan./dez.2001). – Salvador, 2001.
[111] Nina Rodrigues, *Africanos no Brasil.* Coleção temas brasileiros. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília] : Ed. Universidade de Brasília, 6ª edição. 1982.

tempo em que torna possível identificar os caminhos percorridos pelos africanos e seus descendentes, na luta por melhores condições de existência e preservação da identidade cultural. [112]

C.C.C.A. (O Candomblé Cacete da Chegada dos Africanos)

Escreveu Zé Pilheria,

> Amaveis leitores, de um certo tempo para cá eu acho que as autoridades têm se esquecido de uma sucia de perturbadores do socego publico.
>
> Há leis que prohibam alguns individuos sambarem, etc. depois de uma certa hora, mais não ha lei que prohiba o sujeito que abusa; e vejamos:
>
> Eu tenho visto "candombles" dentro da cidade durante o dia e entrando pela noite; quem dá a licenca?
>
> Desde de Setembro que temos tal "candombl'e" aos domingos e em alguns dias da semana apadrinhados com o titulo de C.C.C.A. com residência á rua Mangueira; ora isto é um incommodo, meus leitores, que já não se pode; além dos toques ainda ha uma certa cantoria em tom desagradavel que só dynamite.
>
> Me digam, leitores, pelo amor de Deus, quaes são os toques que precisam ensaios de seis mezes; qual a dificuldade quando elles já são dextros nisto desde o berco?
>
> De maneira que nesta "Bacia" o sujeito quer dar "comida a sua cabeça ", quer "fazer seu santo", seu "ebô" e mais algumas coisas, inventa um titulo- "Candomblé Cacete da Chegada dos Africanos", mette-se numa carapuça, umas roupas mal arranjadas, sem camisa, suando como o diabo e lá se vae para o Polyteama, "balù, balù balù" deitando os espectadores para fóra e está prompto o Carnaval, não é assim?
>
> Agora um filho desta terra, civilisado, que venha de um outro paiz apreciar o Carnaval fiado em encontrar Fantoches, Cruz vermelha, Filhos da Harmonia, Companheiros do Silencio, Club dos Mandus e muitos outros, que constituíam o verdadeiro "Zé Pereira", já uns com as suas fanfarras especiaes, outros com os seus bombos e caixas e ricas vestimentas, carros alegóricos, etc, etc, etc, fica doido completamente e arrepende-se de ter gasto seu dinheiro, por causa de que? de uma porção de macacos, pulando, com umas vestimentas immoraes," tabaques, agogôs, cabaças" de contas, etc.
>
> No entretanto os clubs que acima me refiro principiavam seus ensaios um mez antes, para que? para ensaiar seus dobrados, tangos, polkas, toques

[112] Ver criticas feitas às interpretações que analisam as manifestações negras no carnaval a partir “da lógica do ajuste ou do desalinho ao modelo carnavalesco de inspiração francesa”, p.187 de Wlamyra R. Albuquerque, “ A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900), UNICAMP (Tese de doutorado), 2004, especialmente o cap.4.

> de clarins, etc. o tal " cêcêcêa" precisam de 6 mezes e as autoridades não se importam.[113]

A partir da sátira de Zé Pilheria, percebe-se explicitamente, de um lado, o racismo sem tergiversação, sobretudo ao caracterizar o carnaval organizado pelos negros como incivilizado e animalesco. De outro, percebe-se mais uma nova estratégia de resistência negra no pós-abolição, que, sob o pretexto de "ensaiar" para o carnaval, aproveitava o espaço para proferir o culto aos orixás e, assim, burlar a repressão policial. Revela-se aqui, sem dúvida, uma estratégia coletiva de preservação da religião através da ocupação das brechas surgidas nas leis, bem como, da resignificação dos espaços e tempos permitidos. Enfim transformou-se a alegria, seu espaço e tempo em uma estratégia política de afirmação cultural–religiosa. Outrossim, pode-se estar diante da origem dos ensaios dos blocos e afoxés dos carnavais dos nossos dias.

Em setembro de 1899, acionava a *Coisa* uma vez mais o discurso anti-candomblé e anti-africano,em termos, pois aqueles clubes considerados como "ordeiros" e ausentes de ligações explícitas com candomblé, a exemplo da Embaixada Africana, anteriormente alvo de críticas, receberam tratamento "elogioso" na matéria.

> Carnaval! ó Carnaval! quasi que te não conhecemos. Velho africano, alquebrado, chôco como estás! tu que eras tão divertido, que ainda ha pouco anos, ostentando robustez e mocidade te apresentavas a esta terra, luxuoso, bonito, delicado, conquistando palmas e flores!
>
> Oh! vae-te... para o inferno, miseravel, com os teus busios, com as tuas cabaças e tabaques!
>
> [...] O enfadonho tlin tlin tlan de teus barbaros instrumentos, póde ter muito valor, ser muito valor, ser muito apreciado nos *candomblés;* mas aqui, a quem procura distraccão, alegria, maltrata os ouvidos, aborrece, causa tédio!
>
> Não vês como és recebido friamente!
>
> Pensas que é somente por causa do sello, da secca, da quebradeira, que o povo não te aplaude? E' porque para ver esta africanagem estupida que ahi temos não vale a penna sair de casa.
>
> Triste de ti se a rapazeada folgazan que compõe a *Embaixada Africana,* que é um club ás direitas, sem as exaltações africanescas que o seu título parece indicar, não toma a seu cargo salvar-te de um fiasco medonho!

[113] BPEB. *A Coisa,* 15 de janeiro de 1899. O carnaval.

> E deve estar a salvo de qualquer censura este club, porque nasceu quando não havia ainda este fanatismo pela *África*.
>
> Foi o primeiro que trouxe o titulo de africano. Uma novidade, ha 5 annos. Dahi as ridiculas imitações.
>
> Alli fala a Historia com todo o espírito de verdade nos *costumes*, nos factos que representa.
>
> Não são uns macaquitos semi-nus, ataviados de busios, rufando tabaques; são moços divertidos, de muito espirito, estudiosos, da *Embaixada* e por isto applaudimol-os sempre.
>
> *Viva a Embaixada Africana*!...[114]

Não obstante a regulação exercida pelos controles sociais e raciais, a população negra sofria também os efeitos da crise econômica atravessada pelo estado da Bahia, e, sem dúvida, gravava as estratégias de sobrevivência. Na verdade, há uma forte imbricação entre os elementos de controle, as condições de existência e as estratégias de sobrevivência. Nas diversas passagens transcritas anteriormente, foi possível observar essa imbricação, principalmente no tom das críticas dirigidas ao candomblé. Outrossim, vale acentuar um outro importante aspecto daí derivado: - o candomblé apresenta-se como meio de vida para os seus praticantes, assim como ocorre em diferentes práticas religiosas (católicos, protestantes, judeus, mulçumanos etc). Nesse sentido, é ilustrativa a crítica feita por Jayme Borreuax, redator chefe do periódico a *Coisa*, à fé dos populares no candomblé, e, mais do que isso, a sua flagrante intolerância ao fato de alguns africanos proverem seus ganhos enquanto sacerdotes e sacerdotisas da religião.

> Quantos mil três vintens... tres, quatro... não haveria de receber! Quando me lembro que esse cobrão todo que uma porção de ignorantes ajunta irá parar ás mãos de um macaco horrendo arvorado a vigário de um pedaço de pão informe, bezuntado de azeite, tenho vontade... adivinhem... de ...associar-me, como já quiz fazer com os bichos um "jornaleiro", ao salafrário, para com mais gosto poder rir-me da estupidez dos meus patrícios! .E depois diga-se que os africanos não sabem arranjar a vida "honradamente "! [115]

Decorridos alguns meses, o periódico a *Coisa* cobrava novamente medidas. Desta feita, que não somente reprimissem o candomblé enquanto meio de vida, mas também promovessem a eugenia da cidade de Salvador e da sua população.

[114] Idem, 19 de setembro de 1899. O carnaval.
[115] Idem, 28 de maio de 1899.

> É preciso se expurgar esses hábitos africanos, que está profundamente enraigado em nossa população. A Bahia se assemelha a uma villa do interior da África ou da Argélia. Em toda parte, faz vergonha se dizer, se encontram casas de pretos especuladores, que attrahem muitas pessoas, ignorantes, é verdade, debaixo da enganadora promessa de ler o futuro e de dar ventura!
>
> E não são somente essas coisas que nos envergonham perante o estrangeiro que nos visita. Temos também os celebres, os inimitáveis, os applaudidos *candomblés.* para os quaes a policia deve voltar as suas vistas, tomando, uma medida enérgica , que acabe de vez com essas e outras misérias , que nos aviltam, que nos abatem...[116]

Daí porque a afirmação de que a repressão ao candomblé envolve outras dimensões além da religiosa, ou seja¸ é religiosa, política, cultural, racial e econômica. Algumas cartas enviadas ao *Jornal de Notícias* no início do século XX e transcritas por Nina Rodrigues confirmam esse envolvimento na exigência de uma ação policial repressora contra a presença do candomblé, nos festejos do carnaval.

> A polícia que, para acabar com o pernicioso brinquedo do entrudo, procurou vulgarizar a festa de Momo entre nós, não poderá, do mesmo modo, regularizá-la, e evitar que ela nos ponha abaixo do nível social em que estamos colocados? Demais, se o candomblé e o samba são proibidos nos arrabaldes e nas roças, como hão de campear dentro da cidade em um dia festivo como o do Carnaval ? Creio, Sr. Redator, que pelas diversões de um povo também se lhe afere o grau de civilização, e a Bahia tem dado, nestes últimos anos, o triste espetáculo do seu pouco adiantamento, pelo modo por que tem celebrado a sua festa do Carnaval.[117]

Nina Rodrigues considerava ineficaz o uso da repressão policial como forma de conter essas manifestações, uma vez que elas já haviam imprimido sua marca na população. Cabe indagar por que o "candomblé", duramente reprimido nas roças e arrabaldes da cidade de Salvador, era tolerado durante o carnaval, apesar dos ataques da imprensa. Deve-se buscar possíveis respostas nas observações feitas pelo Conde dos Arcos, no início do século XIX, acerca dos batuques dos escravos.

> Batuques olhados pelo Governo são uma cousa, e olhados pelos Particulares da Bahia são outra differentissima. Estes olham para os batuques como para hum Acto offensivo dos Direitos dominicaes, huns porque querem empregar seus Escravos em serviço útil ao Domingo também, e outros porque os querem ter naquelles dias ociozos á sua

[116] Idem, 30 de dezembro de 1900. A Guisa de Chronica.
[117] *Jornal de Noticias*, 12 de fevereiro de 1901 apud Nina Rodrigues, *Os africanos*, pp.157-158.

> porta, para assim fazer parada de sua riqueza. O Governo, porém, olha para os batuques como para hum acto que obriga os Negros, insensível e machinalmente de oito em oito dias, a renovar as idéias de aversão recíproca que lhes eram naturaes desde que nasceram, e que todavia se vão apagando pouco a pouco com a desgraça commum; (...) E quem haverá que duvide que a desgraça tem poder de fraternizar os desgraçados ? Ora, pois, prohibir o único Acto de desunião entre os Negros vem a ser o mesmo que promover o Governo inderectamente a união entre elles, do que não posso ver senão terríveis conseqüências.[118]

"Bem se vê: a divisa maquiavellica 'dividir para reinar' não aspira apenas os disfarces e as reservas mentais das intricadas cogitações diplomáticas; também tem modestas e obscuras aplicações administrativas que se podem confessar chã e lisamente!", sarcasticamente comentou Nina Rodrigues as observações do Conde dos Arcos.[119] Na verdade, o tratamento dado pelo Estado materializado no comportamento tolerante da força policial com as manifestações culturais de matriz africana durante o carnaval, pelo visto anteriormente, é uma prática política, herdada da escravidão, como outros controles sociais e raciais, a exemplo do Registro de Matrícula de 1887 dos cantos de ganhadores livres, o Livro de registro dos trabalhadores domésticos, o próprio código de postura que disciplinava as atividades na cidade.

Vale salientar que, apesar dos anos de ação repressiva aparentemente contraditória do Estado, e dos ataques freqüentes da imprensa, o candomblé e práticas correlatas conseguiram se manter também como meio de vida para os seus sacerdotes, sacerdotisas e seguidores, a exemplo do trabalho das benzedeiras e adivinhos, criticados e perseguidos, mas freqüentados não somente pela população em geral, mas também pela chamada "gente de bem" da sociedade baiana. Três registros, aqui apresentados, caracterizam bem esta situação e confirmam a forte imbricação entre os mecanismos de controle social e racial, as

[118] Conde dos Arcos apud Nina Rodrigues , *Os africanos*. p.156.
[119] João Reis qualificou o Conde dos Arcos como inovador ao adotar a dissuasão ao invés da repressão para controlar a rebeldia negra. "Ele parecia achar que a escravidão era um mal necessário, mas um mal que podia ser atenuado e feito suportável às suas vitimas". Isso não significa que ele tenha sido negligente com a segurança, pois, quando foi necessário reprimir, sua mão foi tão dura quanto do seu antecessor, o Conde da Ponte – que havia proibido o batuque dos escravos -, na repressão aos levantes dos escravos na Bahia. João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*- edição revista e ampliada, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, pp.81-3.

condições de vida e estratégias de sobrevivência da população negra no mundo do trabalho de Salvador. O primeiro um lundu, transcrito pelo jornal *A Coisa*, e o segundo e terceiro extraídos do *Jornal da Manhan*.

O lundu intitulado “pai João” datado de 1901, apresenta em cada estrofe a memória do processo de captura e escravização e a clara percepção da hierarquia racial e do lugar social ocupado no pós-abolição.

PAI JOÃO
(Lundú)
Quando iô tava na minha tera
Iô chamava capitão,
Chega na tera dim baranco,
Iô me chama - Pai João.

Quando iô tava na minha tera
Cumia minha garinha,
Chega na tera dim baranco
Carne sêca co farinha.

Quando iô tava na minha tera
Iô chamava generá,
Chega na tera dim baranco
Pega ô cêto vai ganhá.

Dizoforo dim baranco
Nó si póri aturá
Tá comendo, tá... drumindo,
Manda negro trabaiá.

Baranco - dize quando môre
Jezuchrisso qui levou,
E o pretinho quando môre
Foi cachaxa qui matou.

Quando baranco vai na venda
Logo dizi tá'squentaro
Nosso preto vai na venda,
Acha copo tá viráro.

Baranco dizi - preto fruta,
Preto fruta corezão:
Sinhô baranco tambem fruta
Quando panha casião.

Nosso preto fruta garinha
Fruta saco de feijão;
Sinhô baranco quando fruta
Fruta prata e patacão

Nosso preto quando fruta
Vai pará na correcão,
Sinhô baranco quando fruta
Logo sai sinhô barão.[120]

Essa percepção racial é um interessante contraponto à política de desracialização das tensões sociais em curso, porque relaciona explicitamente a situação de desvantagem social da população negra ao fator racial. Uma percepção dessa ordem amplamente disseminada entre os negros representaria uma séria ameaça aos planos de afirmação do Brasil como uma democracia racial. Ressalto que as elites baianas recém-saídas da escravidão ainda não conseguem fazer, nem emocional nem racionalmente, uma distinção nítida entre o ser negro e o ser escravo. Nesse sentido, o ideário de democracia racial foi antes de tudo um processo de reeducação para essas elites; mais do que isso, uma garantia de preservação da hegemonia racial e de classe. Essa "consciência racial" vai sendo "vencida"/obnubilada dia a dia à medida que se consolida o ideário de democracia racial, algo disseminado verticalmente na sociedade baiana e brasileira. Uma importante evidência advém da

[120] BPEB. *A Coisa,* 26 de maio de 1901.

pesquisa patrocinada pela Unesco sobre as relações raciais no Brasil, considerados como exemplo positivo de convivência, na década de 50 do século XX. Na Bahia, foi contratado o antropólogo Thales de Azevedo, que escreveu o trabalho *As elites de cor numa cidade brasileira* (Paris, UNESCO, 1953), cujo objetivo era a compreensão da ascensão social das pessoas de cor na cidade de Salvador. Ele concluiu que as relações raciais na Bahia eram harmoniosas, embora existissem casos de preconceito racial, mas não faziam parte do ethos da sociedade baiana reminiscências da escravidão.[121] Informa-nos Azevedo que para alguns indivíduos, "a consciência de classe supera a consciência de cor de raça" e prossegue: Chama a atenção o relato de um dos seus informantes que, ao ser perguntado se a cor da pele era um fator de inferioridade responde que:"A extrema pobreza em que viveu a sua meninice fazia com que um economista, mais escuro que aquele funcionário, nem sequer pensasse em sua cor: 'era uma pobreza que não deixava pensar no assunto'"[122]. Essa é a visão/percepção que se hegemoniza com a democracia racial. Assim, a situação de extrema pobreza vivenciada pela maioria negra é atribuída a sua condição de recém-saídos da escravidão e não a sua condição de negro, deslocando o problema do *branco versus preto* para *rico versus pobre.*

O segundo registro feito pelo *Jornal da Manhan* criticava as atividades religiosas da yalorixá Pulcheria do terreiro do Gantois, qualificando-as como vigarice e, portanto, sujeitas à ação policial.

> No vasto campo das brucharias onde ostensivamente apresentam-se sem temer, ao contrario zombando de tudo os feiticheiros e as feiticheiras, deve occupar superior a *Pulcheria*...
>
> Esta considera-se um poder, dizendo possuir *santos* nos pés, na barriga e na cabeça, e anda por ahi além *pregando* o seu poder mediante remuneração não *para si* mas para *elles*, aos incautos que reconhecendo-lhe *grande*, entregam-lhe as suas economias !!!...
>
> A Pulcheria tem vasto *campo* onde embolsa, apadrinhada pelos *Ogans,*

[121] "É somente em parte verdadeira a idéia de que na Bahia não existem preconceitos e discriminações por motivo de cor. A gente de cor ainda é colocada por muitas pessoas em uma categoria biológica e social com características inferiores às dos brancos. [...] É evidente, todavia, que tais discriminações são muito brandas e que dificilmente se podem distinguir dos antagonismos de classes, uma vez que a cor da pele é historicamente considerada no Brasil um símbolo de status.[...] Mas, como a sociedade baiana é uma sociedade multi-racial de classes, em que realmente não há castas, isto é grupos fechados, as pessoas de cor têm o seu status condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competindo em igualdade de condições com os brancos." Thales de Azevedo, *Elites de cor,* pp.163-64.
[122] ibid, p.62-3.

> *riquissimos* candomblés, onde são vistos immensos *hortencios* vestidos de mulher cobertos de buzios a gesticularem em dansas horripilantes, no toque sinistro de um batuque infernal, chamando os seus *santos* a protegerem aquelles que os procuram!?
>
> E' um gosto vel-os... e causa compaixão a maioria dos que lá vão em procura de allivio aos seus males pela *ventura* que lhe possa dar *os pais de terreiro!!*
>
> E a *Pulcheria* reclinada na sua poltrona, escondendo debaixo das vestes dos *santos*, *que* não a deixam, vai distribuindo risos e mesuras a todos que a procuram para felicital-a por mais uma victoria, *sem encommodo,* da bonita reunião do seu terreiro!!!...
>
> A *Pulcheria* é boa dizem elles, da esmolas a quem os seus *santos* quer proteger, e lucta com Exum (o diabo) para não vencer aos que procuram no seu terreiro as *venturas* dos seus acolytos!!...
>
> Como isso é edificante, e como vae a Bahia pouco a pouco enveredando por uma estrada tortuosa e cruel, tendo por guia uns africanos boçaes e petulantes!!!...
>
> Continue a policia no que incetou e terá os applausos do publico sensato.
>
> Estes feticeiros são verdadeiros passadores do *conto do vigário*, e a policia encontra no código perfeitamente descriminados, artigos que devem respeito aquelles que procuram enganar por meio de artifícios outros.
>
> Não cançaremos de apontar á policia estes e outros antros existentes na nossa capital, esperando que ella tome em consideração semelhantes absurdos.
>
> Por hoje basta, e continuaremos.[123]

Já se sabe que havia uma ação deliberada, do Estado ou das elites dirigentes e de seus comensais, através da imprensa, para impedir o livre exercício das práticas religiosas de origem africana, embora fosse constitucionalmente assegurado a brasileiros e estrangeiros a liberdade de consciência e de culto. No entanto, mais importante do que constatar a flagrante discriminação religiosa contra os africanos e seus descendentes é identificá-la como racismo. É fundamental perceber mais que tudo, como o racismo organizava as relações de poder na sociedade baiana. A perseguição religiosa é apenas um aspecto, a ponta do iceberg. A dissimulação do racismo contra o negro em torno do africano é um outro aspecto. A tônica dos discursos era o ataque às "africanagens", não porque fossem "coisa" de negros, mas porque eram os resquícios da barbárie africana e, para muitos,

[123] BPEB. *Jornal da Manhan,* 20 de novembro de 1908. A Pulcheria.

responsáveis pelo o atraso da Bahia. Novamente, nada aparece claramente contra os negros, que, na verdade, eram vistos como ingênuos e enganados por essas "africanagens".

Outro argumento que reforça a tese da centralidade do racismo para a compreensão das relações de poder no pós-abolição pode ser visto na aparente dubiedade do pensamento de Nina Rodrigues sobre o "problema negro", ao tempo em que se mostrava contrário aos ataques da imprensa e à ação policial nos terreiros de candomblé, por razões de ordem legal: "Em que direito se baseia, pois, a constante intervenção da polícia na abusiva violação dos templos ou terreiros africanos, na destruição dos seus ídolos e imagens, na prisão, sem formalidades legais, dos pais-de-terreiro e diretores de candomblés?".[124] Igualmente, reafirmava a inferioridade dos negros: "O que importa ao Brasil é determinar o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e se de todo fica essa inferioridade compensada pelo mestiçamento...".[125] E no capítulo denominado "A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros no Brasil" advogava a inimputabilidade dos negros em razão da inferioridade, demonstrando de forma inequívoca o racismo de suas teses.

> A sobrevivência criminal é, ao contrário, um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda não é imoral nem antijurídico para uns réus já deve sê-lo para outros.
>
> Desde 1894 que insisto no contingente que prestam à criminalidade brasileira muitos atos antijurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, os quais, contrários à ordem social estabelecida no país pelos brancos, são, todavia, perfeitamente lícitos, morais e jurídicos, considerados do ponto de vista a que pertecem os que os praticam.[126]

O argumento a seguir elencado é a enquête realizada pelo *Jornal da Manhan*, sob o título "Consulta ao povo!", para avaliar a carestia na cidade de Salvador. Nela, fica clara a relação entre as condições materiais de sobrevivência e os controles sociais e raciais. Foram encaminhadas 20 respostas dos mais variados segmentos (populares, operários, comerciantes, representantes das elites) a três questões: o que o povo pensa? Quais as

[124] Nina Rodrigues, *Os africanos,* p.247.
[125] idem.p.264.
[126] Ibidem,p.273.a

causas da carestia de vida na Bahia? Quais os meios a adotar? O que se pôde constatar é que havia de fato uma alta inflacionária, aliás algo constante na cidade de Salvador, que mais tarde foi agravada com a eclosão da primeira guerra mundial. A situação era bastante difícil para os setores populares, como pode ser comprovada na resposta dada pelo operário João Vicente: "sou um pequeno operário, que mourejo todos os dias no trabalho das sete da manhã às seis da tarde.Trabalho, trabalho a não poder mais e sinto-me cada dia mais cançado e desgostoso de viver". Segundo ele, as principais causas da carestia de vida eram: a alta dos preços dos gêneros alimentícios, o elevado preços dos aluguéis e a falta de trabalho no setor da construção civil. Essas respostas foram comuns, com pequenas mudanças de enfoque, ora atribuindo ao monopólio dos intermediários, sobretudo dos gringos, ora a fatores estruturais (falta de educação para o trabalho, colonização, falta de fiscalização dos poderes competentes). As saídas propostas se dividiam entre medidas conjunturais, a exemplo de uma fiscalização mais rígida para coibir os monopólios, ou medidas estruturais, como a intervenção direta do governo na economia.

Entretanto, o que chamou mais atenção entre as respostas encaminhadas foi a do operário Domingos da Silva, provavelmente negro e membro de alguma organização de trabalhadores,[127] pela clareza e originalidade do diagnóstico apresentado acerca da situação vivenciada pela população pobre e, principalmente, ao considerar o preconceito racial uma das suas principais causas e um dos determinantes dos lugares sociais. A partir da análise de Domingos, é possível constatar o caráter pigmentocrático das sociedades herdeiras da escravidão de maioria negro-mestiça, onde a cor da pele é o critério-mor de mobilidade social dos indivíduos, estabelecendo-se uma espécie de gradiente no qual aqueles e aquelas de fenótipo mais próximo do fenótipo branco levam vantagem (matrimônio, posto de trabalho, acesso à educação) em relação aos de fenótipo mais escuro.

Outra arguta crítica é a valorização do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual. Domingos também foi original na proposição de medidas saneadoras, sobretudo as de caráter estrutural. Cabe destacar a proposta que passava o ensino primário e

[127] Na edição de 11 de novembro de 1890, do *Pequeno Jornal*, encontrei um registro do depoimento do operário Domingos Silva criticando as condições de vida dos operários, a sua falta de união e a inoperância. Nesta matéria encontrava-se em análise a Lei orgânica do Partido Operário.

profissionalizante para a competência da República e os Estados e particulares mantivessem o ensino superior, denotando que suas preocupações estavam além da esfera local. Igualmente, deduz-se da crítica dirigida à imigração estrangeira, reivindicando para o trabalhador nacional igualdade de tratamento perante o imigrante europeu. Aqui temos mais uma prova de que a alegada falta de braços era de ordem qualitativa. Seu relato demonstra que havia uma explícita preferência pelos imigrantes europeus. Vamos à carta do operário Domingos Silva:

> Dignissimos senhores redactores do *Jornal da Manhan* - Taes são os pontos que vv.ss. mais do que todos conhecem, e para darem prova plena de independência e patriotismo, franqueiam ao publico e aos membros de todas as classes, para na medida de suas forcas, virem dizer o modo porque pensam e sentem com relação aos questionários.
>
> Somente assim ousaria afastar-se da obscuridade de operário, pouco versado e de exígua cultura intellectual, sentindo mesmo o vexame de não dispor com fundamento da arma do escriptor, - a sciencia - para bem corresponder ao meu dever de cidadão e de fervoroso apostolo de sãs idéias, para vir em appello da vossa louvável e santa espectativa.
>
> Entretanto, acceiteis duas palavras apenas, mais, como prova de admiração e homenagem á attitude altamente patriótica, social e humanitária do vosso conceituado orgam, do que pelo valor dos débeis conceitos que passo expor.
>
> Penso que a sciencia, isto é, a alta sciencia, faculta ao homem meios fáceis de por em pratica suas conjecturas e desenvolver as artes, industrias ou meios adoptados para viver.
>
> Mas, o homem depende mais da vida material; do trabalho quotidiano, da obtenção de meios para o seu aperfeiçoamento, pelo que concluo que o paiz ou estado em que o ideal seja mais sciencia do que trabalho; em que toda a preferência e todo o galardão se dê á sciencia e nada ao trabalho; em que todo homem scientifico, na opinião quasi geral, constitue um monopólio de superioridade decantada, propagada, respeitada e venerada pelos demais, o estimulo para o trabalho material é sobrepujado, desapparece, de modo que verifica-se na nossa sociedade a seleção entre homens, entre famílias, entre classes, entre sociedades, - no trabalho, nas profissões e ate em que? - no próprio ensino primário, que é tão humanamente necessário á creatura na tenra edade, como o ar que respira.
>
> Entrando, como entrou na composição do nosso povo differentes castas: o caboclo, o portuguez e o africano, este roubado e escravisado, deu em resultado ser um paiz, cujos habitantes em sua absoluta maioria são mestiços, affectados do flagello ignominioso, realmente, da escravidão, que apezar das leis de 28 de setembro, 13 de Maio, e do decreto que mandou incendiar o archivo garantidor de tão vil tyrania, não se poude extirpar entre as nossas famílias e os homens o preconceito de raça, e pelo contrario, veio mais prevenir e accender o facho das prevenções do ódio e da seleção, até entre parentes consanguíneos.

Conseqüência - a maioria das familias de condição monetária mais vantajosa, e que se presume possuir sangue mais puro, cabellos mais soltos, só anima e prepara os seus descendentes para a sciencia com o viso de galgarem as primeiras posições, uma vidda commoda, <<na simples diplomacia>>, com pouco ou nenhum trabalho.

O ser artista, lavrador, operário, e ter-se as mãos callosas da enxada, do arado, está somente para os homens, *quanto mais escuro melhor*. E sendo estes de família pobre sem recursos, nem o ensino primário se lhes facultam, muito menos o profissional, que limitadamente, por esforço próprio e mal conseguido, alguns, nas capitaes e nas principaes cidades alcançam .

Sendo tudo isto verdadeiro, bem vê a digna redacção que o paiz ou estado em que não ha cultura na maioria dos seus habitantes, nem desenvolvimento e estimulo do trabalho material, asphyxiado, como já provei, e isento de qualquer premio, o futuro periga, a miséria e a bancarrota abrem as portas à população.

E' a crise geral.

Ainda mais:

Não somos somente victimas da carestia, da falta de dinheiro e do desenvolvimento material, e da ignorância e ausência completas do ensino primário na maioria da população.

Lembro-me que em uma das visitas que fiz ao meu digno e honrado chefe o cons. Luiz Vianna na sua Fazenda Santo Estevão, ha quatro annos passados, inquiri de S.Exa, a razão da crise já então existente, e S. Exa, respondeu-me: << A nossa crise é fulminadora porque ella não é somente de dinheiro, mas, de caracter nos homens>>.

Realmente, srs. redactores, que medidas podemos lembrar, se o aviltamento chega ao ponto de nos convencermos de que somos victimas não só da crise do dinheiro, de trabalho, de instrucção, de officio, como ainda, a de caracter em boa parte dos homens de estado!?

Por outra parte, a política é quem dirige e governa: temos política entre nós?

Em todo caso, nem tudo estará perdido se do alto houver [uma] mão.

Passe o ensino primário e profissional a ser o official da Republica, e as academias e casas de ensinos superiores mantidas pelos Estados as expensas dos seus cofres e da algibeira dos particulares.

Em vez da immigracão estrangeira empreguemos esta gorda verba em favor dos nossos habitantes principalmente da pobre e abandonada família do sertanejo.

Facultemos aos nossos concidadãos as mesmas vantagens de recurso, de morada, de viveres, de instrucção relativa, e de lotes de terra, com que acenamos constantemente ao estrangeirismo, improficuamente, que havemos de abafar a crise, e transformar o typo e o caracter, rotineiro da nossa pátria:

Entregue-se ao povo o que é do povo.

> Respeite-se as suas conviccões, e não se viva em tramas e falsas doutrinas esterilisando a seu valor politico.
>
> Bahia , 27 de outubro de 1908.
>
> Domigos Silva [128]

Os trechos extraídos dos diversos periódicos, antes apresentados, ilustram bem o tratamento dado ao candomblé pelos setores brancos hegemônicos da cidade de Salvador e como é possível nas entrelinhas reconstituir/perceber as estratégias de resistência da população negra. O cultural, que se constituía numa ameaça real, foi, progressivamente, tendo seu poder de fogo arrefecido, diminuído, suavizado, à medida que as demandas foram sendo incorporadas ao longo dos anos pelos setores dominantes. O olhar eugênico da imprensa acerca da permanência das práticas religiosas africanas e, na maioria das vezes, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo atraso da Bahia, constituiu-se em uma importante fonte de investigação para o mundo do trabalho da gente liberta. Sem esse olhar sobre a trajetória das manifestações culturais negras em Salvador não se pode perceber que a tão propalada, em nossos dias, preservação da tradição da cultura afro-baiana foi transformada numa espécie de "prisão" cultural para os descendentes da gente liberta, isto é, nada além da cultura. Explicando melhor, as manifestações culturais negras na cidade de Salvador que escaparam aos instrumentos de controles raciais não chegam explicitamente aos nossos dias como resultado dos embates diretos da gente liberta contra o racismo que organizava a sociedade baiana, nem sempre percebido por essa gente. Uma possível leitura acerca da preservação das tradições culturais negras é vê-la como uma concessão dos setores dominantes em razão das diversas estratégias de resistência da população negra. Entretanto, é necessário vagar para perceber como essa conquista foi sendo descaracterizada pelos setores brancos dominantes, transformando a força da cultura, em uma "armadilha" para a população negra, ou seja, em um novo controle racial. Em outras palavras, para manter a acomodação das possíveis tensões raciais na cidade de Salvador, usou-se o cultural retirando-lhe o seu conteúdo racial. O que se observa no processo de reorganização do trabalho em curso no pós-abolição: é um cenário contraditório de negociação e conflito. Mas do que isso, foi um processo de desracialização dos conflitos,

[128] BPEB, *Jornal da Manhan,* 4 de novembro de 1908. (meus grifos)

evidentemente que esse caminho não se fez uniforme ou linearmente, dependeu da capacidade de reação e ação dos antigos sujeitos da escravidão, agora sujeitos do pós-abolição.

“É um retrato fiel da Bahia...” : à guisa de conclusão

Ao tecer as considerações finais desta pesquisa gostaria de comentar a crônica do articulista Curvello de Mendonça, intitulada “Aspectos Bahianos”, publicada no periódico *Gazeta do Povo*, em 1908. Além de ser um registro do processo de transformação da paisagem urbana da cidade da Bahia é, acima de tudo, um importante registro-síntese e insuspeito dos “negros em movimento”, “dos movimentos dos negros” das hierarquias raciais e sociais na cidade da Bahia.

> Dirse-hia que os sucessos se desenrolaram alhures, que não aqui. O que se vê e sente na verdade, é um espetáculo lisonjeiro da transformação material da velha e opulenta metrópole brazileira. De certo, essa transformação não tem o caracter maravilhozo e subitâneo da obra que se fez no Rio, em a qual se empenharam os poderes federaes com o concurso de todo o Brasil. A Bahia colonial, além disso offerece os mais sérios obstáculos ao alargamento das ruas, á construcção de avenidas, á modificação rápida de sua edificação urbana. A cidade cresceu muito ao sabor descuidoso da antiga prosperidade, da hegemonia política e econômica que lhe foi dado exercer nos destinos do paiz. Reduzida a capital de província, hoje Estado, ainda que immenso, entregue as próprias forças, precisaria de uma somma fabulosa superior aos seus actuaes recursos, para vestir-se inteiramente de novo, repudiando de todo o seu aspecto colonial.
>
> [...] O Typo bahiano, ao rigor da verdade não é aquelle que lhe emprestou a generalização fácil dos escriptores e dos literatos: a mulata de sandálias diminutas, de chale sobre a camisa rendada e alva, com as largas saias estalando de gomma. Mas esse último typo, permanente, ainda que não fundamental e único, na constituição actual do seu povo, é um exemplar que se não esquece e que se ama ver envolvido no torvelinho dos nossos melhoramentos.
>
> [...] **Com sua numerosa população mesclada, a Bahia revela não sofrer a grande crise da economia doméstica no resto do Brazil, sobretudo em suas grandes cidades. Aqui não ha as horríveis dificuldades da organização do serviço familiar. Os brancos, os abastados e os opulentos têm a sua grande e pequena criadagem abundante, fixa, leal e dócil. De outro lado, essa mesma gente, de origem africana mais ou menos remota, dotou a Bahia de um mercado ambulante notável, que se não encontra em outra qualquer**

parte do paiz. (grifo nosso).

Em todas as ruas, em todas as praças, ao pé das famílias e dos hotéis, ao alcance fácil de todos e até dos viajantes, encontram-se productos variadíssimos das cozinhas, a bahiana é mais brasileira e apetitosa, talvez, de todas as cozinhas.

E o que é admirável é que esses vatapás, esses carurus, essas moquecas, esses angus, esses doces de coco em varias formas e em varias côres, além das muitas fructas, entre quaes sobresaem as afamadas laranjas, tudo isso offerece da melhor qualidade e pelo mínimo de preço, de modo a satisfazer largamente a todos os consumidores.

[...] A Bahia sob esse aspecto, não é só original, [...] a uma grande cidade brasileira com todo conforto e toda a simplicidade econômica das pequenas cidades que florescem em meio dos campos de produccão. O seu mercado móvel é commodo, o seu serviço domestico solicito e abundante, de certo, não tem igual em todo o Brasil.

[...] apesar de possuir 300.000 almas....[1]

A partir da sua pena é possível perceber uma parte da história de vida e trabalho dos homens e mulheres negros na cidade da Bahia, moradores ou em trânsito, muitos emigrados do Recôncavo e de outras partes da Bahia, com vivas memórias dos horrores da escravidão, lembranças que os exatos 116 anos da decretação da Lei Áurea não apagaram, imaginem se decorridos apenas 20 anos. Muitos, dispostos a esquecer - tentativas de esquecimento que as linhas ferinas do nosso conhecido *A Coisa* registraram sob o título "ninguém quer ser mais carigé", criticando a falta de brilho e a ausência dos ex-escravos nos festejos do treze do maio. Pelo visto, ser identificado socialmente como "carigé" ou "treze de maio" reforçava a pecha da condição de ex-escravo, e assim, livrar-se dela deveria ser parte da estratégia coletiva e individual de sobrevivência. Contudo, não se pode atribuir à baixa ou quase nula mobilidade social dos ex-escravos e seus descendentes a este emblema - condição de escravo - porque isso coloca a questão, tão somente no campo da subjetividade, do esforço individual, do "tempo" insuficiente para os ex-escravos e descendentes se adequarem às novas relações de trabalho (semi-livres, livres, assalariadas) e às novas credenciais exigidas pela sociedade. Além disso, não se percebe que o ser escravo é uma condição que desaparece com o final da escravidão, o ser negro não . Pelo

[1] BPEB, *Gazeta do Povo*, Aspectos Bahianos, 23 de abril de 1908.

contrário, é justamente o ser negro, identificado pela cor da pele, aquilo que determina o lugar e a velocidade da ascensão social dos indivíduos. Quanto mais claro o indivíduo, ou seja, quanto mais próximo ao fenótipo branco, maiores serão suas chances de ascensão social em uma sociedade herdeira da escravidão, dominada por uma minoria branca. Este é mais um retrato fiel da Bahia.

O título, **Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia**, é uma síntese do conjunto de discussões desencadeadas no interior de cada um dos cinco capítulos que compõem esse esforço acadêmico, nos quais, procurei apresentar evidências de como o racismo estruturou a reorganização do trabalho no pós-abolição. No capítulo 1, a partir da indagação sobre qual a forma encontrada pelas sociedades herdeiras da escravidão, de maioria negro-mestiça, para resolveram seu passado escravista, foi possível explicitar os limites dos estudos clássicos da formação econômica do Brasil que enfatizam por demais o econômico, deixando de apreender o fenômeno na sua totalidade; ao tomarem a experiência de São Paulo como válida para as demais regiões do país limitam o alcance explicativo de suas teorias, fazendo ser correta a pluralização do termo: transição – transições; semelhante limitação ocorre por desconsiderem a ótica do ex-escravo, do negro, para a compreensão da formação econômica, fazendo crer que o destino desse coletivo não teve qualquer relevância econômica, tratados-os acriticamente como “trabalhadores nacionais”.

Estuda-se a transição não para apreender as diversas formas de participação do ex-escravo e seus descendentes no mercado de trabalho, mas para explicar a opção pelos imigrantes, resultante de uma suposta falta de braços “adequados”, e a importância deles na formação do mercado de trabalho no país.

Saliento que o enfretamento e o reconhecimento da relevância do tratamento dado ao passado escravista (leia-se o destino dos ex-escravos e seus descendentes) possibilita um novo olhar sobre as raízes das desigualdades brasileiras, portanto a abertura para a entrada de um novo protagonista, o racismo, na agenda das discussões sobre o desenvolvimento

econômico. Afinal, não é por mero acaso que a pobreza brasileira tem cor e idade: ela é negra e jovem.

No capítulo 2, houve um desdobramento deste questionamento original conduzindo-o diretamente para perscrutar porquê do fato de que tanto os estudos que abordam a transição ou as transições para o trabalho livre no Brasil, não problematizarem a dimensão racial. Entre as explicações encontradas ao longo do capítulo, reafirmo aquela que ao meu ver está na base desta dificuldade que é a crença de que o Brasil era e é um paraíso racial. Essa crença deve ser creditada, especialmente, à hegemonia da abordagem freyreana das relações raciais, baseada na suposta harmonia entre os grupos raciais, considerando ou "confundindo" racismo com ódio racial explícito, como nos modelos raciais semelhantes ao estadunidense, ou naquilo que Michael Hanchard denominou de *exclusivismo racial*, o qual impôs uma barreira epistemológica ainda hoje presente na maioria dos estudos no campo da historiografia econômica. A omissão do racismo no debate econômico se deu em razão da forma que parte da *intelligentsia* rejeitou as teses racistas do século XIX, "jogaram a água fora com a 'criança' dentro". A substituição das teses racistas em favor de uma interpretação calcada nas diferenças culturais (adquiridas e, portanto, passíveis de serem mudadas) produziu um duplo efeito: por um lado, contribuiu para suprimir, pelo menos teoricamente, as noções sobre a inferioridade inata da pessoa negra, por outro, camuflou as possibilidades de tensão social de caráter racial, face ao tamanho do contingente negro, assim também eliminando do debate intelectual as dimensões política e econômica do pertencimento racial.

A introdução da relação entre racismo e economia nos debates econômicos, confere dimensão política e econômica ao pertencimento racial, reconhecendo-o, portanto, como objeto passível de políticas de Estado. Para tanto, faz-se necessária a aproximação e a admissão de que há um modelo racial brasileiro e o quanto ele é tributário do modelo racial árabe-ibérico, construído ao longo dos oito séculos de dominação árabe sobre a península Ibérica. Igualmente, faz-se necessário ampliar as discussões sobre o significado do racismo, não somente o considerando como produto de uma ideologia, mas como uma metaconsciência que incorpora suas múltiplas e complexas dimensões (caráter metamórfico, espacialidade e temporalidade), forma e informa as construções teóricas,

inclusive a consciência de classe e de raça.

No capítulo 3, tendo como pressuposto o fato de que a transição não é restrita tão somente ao regime do trabalho, adentramos no processo de desestruturação do escravismo no Recôncavo Açucareiro. O principal problema alegado pelas elites açucareiras era o de que a região ficaria sem braços para a lavoura. Após o exame da documentação concluo que a ameaça da falta de braços foi mais retórica do que real, o que não significa que a transição ocorreu de forma fácil, ao contrário do que argumentavam os estudos clássicos da transição brasileira. Os senhores de engenhos baianos e outros nortistas empreenderam uma forte resistência com vistas a prolongar a escravidão o máximo possível, com o claro intuito de reivindicar junto ao governo imperial e depois ao governo republicano, uma indenização pela perda da propriedade escrava e, assim, provocar sua recapitalização para novos investimentos. Note-se neste contexto os esforços envidados pelo governo provincial e depois pelo governo federado, para atrair a corrente imigratória estrangeira para a Bahia, tornando fato que não foi pela ausência de braços para a lavoura que o mundo do açúcar baiano ruiu.

É importante salientar que a questão dos braços não pode ser vista apenas sob a perspectiva imigracionista, visto o grau de complexidade do processo de transição para o trabalho livre no país. Além do mais, atribuir ao binômio falta de braços/imigração européia uma relação de causa e efeito limita a apreensão dessa complexidade, uma vez que se torna imperceptível a centralidade da dimensão racial, isto é, a procura por imigrantes europeus objetivava mais que constituir um exército industrial de reserva, uma vez que havia o interesse de promover uma mudança na composição étnica da força de trabalho.

Outro elemento importante para entender a transição na região diz respeito ao acesso à terra. O seu baixo valor aliado ao baixo dinamismo da economia açucareira, tendeu a facilitar o processo de negociação e permanência dos ex-escravos, diferentemente do que ocorreu nos locais onde houve forte presença da imigração européia. No Recôncavo, curiosa ou paradoxalmente, o baixo valor das terras deve ter contribuído para evitar o aniquilamento completo ou, dentro de uma perspectiva menos catastrófica, garantir uma

espécie de “sobrevida” ao status de senhor de engenho, ou melhor ainda para eles, preservando e ampliando suas relações senhorias e clientelísticas. Se, por um lado, no sentido estritamente econômico, o baixo valor das terras significava um depauperamento do patrimônio, do outro, a propriedade de grandes extensões de terra demonstrava o potencial controle sobre a mão-de-obra, o que não tardou muito em se converter novamente em efetivo.

Aqueles primeiros dias da abolição foram dias de liberdade, dias de profusão de sentimentos, dias de crise para o complexo Casa Grande&Senzala. De um lado, libertos inebriados pela liberdade, a dispor liberalmente do seu tempo, a exercitar a “liberdade do fruir do nada fazer”. Do outro lado, ou melhor, do alpendre da Casa Grande a tudo assistindo, senhores indignados, perplexos e até mesmo, com forte sentimento de injustiça. Naqueles dias estava tudo aberto a composições, em tese, tudo era negociável.

Através do artigo de Curvello de Mendonça é fácil constatar que o final da escravidão não representou para os brancos baianos a perda da sua condição de senhor, assim como para os negros não representou mudanças significativas de seus lugares óbvios na sociedade. Fica patente que as elites baianas conseguiram decifrar, e rapidamente, o enigma da “falta de braços”, apresentado no capítulo 4, reorganizaram o trabalho, livrando-se daquele clima de caos, insegurança e incerteza dos primeiros dias do pós-abolição. Aparentemente, as concessões foram mínimas a julgar pelo fato de que, individualmente, apenas alguns senhores de engenho, talvez os mais precipitados, perderam os anéis, os dedos e até a vida. As elites baianas, em seu conjunto, conseguiram preservar internamente a supremacia de raça e de classe. Entretanto, no cenário nacional, essas elites, em particular as ligadas ao setor açucareiro, perderam espaço político e econômico.

É importante reafirmar que, para garantir a preservação das hierarquias raciais e sociais ao longo desses anos, construiu-se um arcabouço institucional edificado sobre a exclusão racial e social da “populaça”, conforme exposto no capítulo 5. Essa exclusão dos negros e negras fez-se sob um conjunto - de regras, de controles raciais explícitos e implícitos dos passos e espaços de viver, de trabalhar, de religiosidade, da racialização manifesta no tom

desracializante dos discursos (Brasil, último país a abolir a escravidão e o primeiro a se auto-proclamar uma democracia racial)[2] e de práticas costumeiras - herdadas da escravidão e freqüentemente aperfeiçoadas, ajustadas e inovadas no pós-abolição, a exemplo da interdição do voto do analfabeto. À medida que, os dias de escravidão vão indo longe, o ideal de democracia racial se afirma e se entranha cada vez mais na vida baiana, por conseguinte as leituras raciais da realidade, tipo o lundu "pai João" ou o rico depoimento do operário Domingos Silva, vão se esmaecendo, caem no repertório folclórico. É pouco provável que essas manifestações fossem tão corriqueiras, mas denotam os negros em movimento na cidade da Bahia, sua importância e penetração nas fímbrias da sociedade.

Não era pretensão nesse trabalho explorar a gama de controles raciais e sociais utilizados pelas elites baianas, bem como as estratégias de sobrevivência individuais e coletivas empregadas pelos negros e negras, e sim perceber quais eram os contornos desse "jogo", as "regras", os participantes, as jogadas, as expulsões, as substituições, as estratégias para a vitória, os aprendizados das derrotas, as comemorações. E o resultado final ? Impossível antevê-lo. As elites ainda estão vencendo, mas este é um contexto com vários personagens, tempos e estratégias. O fato de a Bahia, durante a República Velha, ser caricaturada como uma "mulata velha" a se arrastar por entre as ruas africanizadas, para desgosto de suas elites, não seria uma "vitória", ou uma "estratégia genial" da "populaça" para garantir a continuidade da história" e da sua presença marcada de forma indelével nesta história ? Mais um retrato fiel da Bahia!?

[2] Ver Wlamyra R. de Albuquerque, " A Exaltação das diferenças : racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)", UNICAMP (Tese de doutorado), 2004, especialmente o cap.II. Ver também Andrews, *Negros e brancos.*

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1.ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo Público do Estado da Bahia

Arquivo Municipal de Salvador

Arquivo Edgar Lenghaud

Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

2. FONTES IMPRESSAS

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento de 1890(31de dezembro).* Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1928.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, *Recenseamento de 1° de setembro de 1920.* Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1928.

SECRETARIA DA CULTURA DA BAHIA. *Documentação jurídica sobre o negro no Brasil: 1880-1888 (índice analítico)* Salvador, Depab, 1989.

3. LIVROS, TESES, ARTIGOS

AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas Sobre o Enigma Baiano. Salvador, *Planejamento,* 5 (4), out/dez., 1977.

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *Ingênuos e Libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição .1871-1895*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *Algazarras nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923).* Campinas: Editora da Unicamp,1999.

_____. *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900).* UNICAMP, (Tese de Doutorado), 2004.

ALENCASTRO, Luis Felipe (org), *História da Vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional.*São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____.Geopolítica da mestiçagem, *Novos Estudos CEBRAP*, 11, (janeiro/1985), pp.49-63.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente - Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro - 1808/1822*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. *Traços da História Econômica da Bahia no Século e Meio.* *Planejamento*. (4):19 –54, (out / dez, 1977).

AMARAL, B. de. *História da Bahia do Império à República*. Salvador: Imprensa Oficial, 1921.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o homem no nordeste.*4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, Maria Jose de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*, São Paulo, Corrupio; Brasília, CNPq, 1988.

ANDREWS, George Reid, *The Afro-Argentines of Buenos Aires (1800-1890).*Madison: The University of Wisconsin Press, 1980.

_____.*Negros e brancos em São Paulo(1888-1988).* São Paulo:Edusc, 1998.

_____. América afro-latina: o final do século XX (ensaio bibliográfico). Cadernos Candido Mendes. Rio de Janeiro: *Afro-Asiáticos*, 25, (dez/1993).

ARAÚJO, Tatiana Brito de. *Os Engenhos Centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano. 1875 - 1909*. UFBA (Dissertação de Mestrado), 1983.

ARAUJO, Ubiratan Castro de, *Lê politique et l'economique dans une societé esclavagiste, Bahia, 1820-1889,* Universidade de Paris IV, Sorbonne (Tese de Doutorado), 1992.

_____. Por uma Historia Política da Economia, *Revista Resgate,* 7, 1997.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Thales e LINS, E. Vieira. *História do Banco da Bahia (1858-1958).* Rio de Janeiro:Livraria José Olympio Editora, 1969.

_____. *As Elites de Cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social& classes sociais e grupos de prestigio.* 2ed. Salvador: EDUFBA:EGBA, 1996.

BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, *A inserção da Bahia na evolução nacional 1ª. etapa: 1850-1889.* Salvador, 1978.

_____, *A economia baiana de 1850 a 1930: algumas questões (contribuição técnica a 33ª reunião anual da SBPC).*Salvador, jul/1981.

BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BAPTISTA, José M. P. O. & ARAUJO, Ubiratan Castro. *Notas sobre a importância da intermediação comercial e financeira na Bahia(1850-1930) In A economia Baiana de 1850 a 1930: algumas questões.* CPE. Jul/1981.

BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881*), *Afro-Ásia*,21-22, (1998-99).

BARROS, Francisco Borges de. *Terras da Bahia.* Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1º volume, 1923.

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo,* São Paulo, UNESCO – Anhembi, 1955.

BENNETT, Jr. Lerone. *Before the Mayflower: a history of black América*, New York, Penguin Books, 1987.

BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação do fumo na Bahia. 1870/1930*.UFBA, **(**Dissertação de Mestrado), 1975.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia – sociedade e economia de transição.* Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins . *Suprimento de Mão – de – Obra para Agricultura : um dos aspectos do fenômeno histórico da abolição, Revista de História*. 1973.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política*, 1870-1888".UFBA (Dissertação de Mestrado), 1996.

BUTLER, Kim D. *Freedom given, freedom won: afro-brazilian in post-emancipation São Paulo and Salvador*. New Jersey: Rutgers University Press, 1998.

CALMON, Góes. *Ensaio de Retrospecto sobre o Comércio e a Vida Econômica da Bahia entre 1823 e 1923*. Salvador: Imprensa Oficial; Diário Oficial (Edição Comemorativa do Centenário da Independência) 376 - 396, 1923.

CAPRA, Fritjof, *O Ponto de Mutação,* São Paulo, Cultrix,1982.

CARDOSO, Fernando Henrique**.** *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* Petrópolis, Rj: Vozes, 2002.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *A cor inexistente. Relações raciais e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-escravidão*. Rio de Janeiro: *Afro-Asiáticos,*28, (out-1995).

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____.*Os mitos da abolição*. Campinas*:* Trabalhadores. Campinas: Fundo de Assistência à Cultura **-** Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.

_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte***.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à Colônia*. 3.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império.* São Paulo. Ed.Hucitec- Ed.Unicamp, 1996.

CREATON, Michael. *A transição da escravidão para o trabalho livre no Caribe (1780-1890): um estudo com particular referência à recente produção acadêmica*. Rio de Janeiro. *Afro-Asiáticos*, (22):5-32, set., 1992.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1978.

CUNHA, Silvio Humberto dos P.& SECRETO, Maria Verônica, "Consenso e dissenso: o lugar da história econômica do Brasil e no Brasil", *Revista de Ciências Humanas*,Criciúma, UNESC, v.5,n.2, 1999, pp.19-39.

_____, *Resolve-me ou te devoro!: uma discussão sobre a falta de braços no Recôncavo Baiano.Bahia Análise &Dados,* Salvador, SEI, v.10,n.1.jul.2000, pp.21-34.

DAVIS, David Brion. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

DRESCHER, Seymour. Capitalism and Slavery after fifty years. *Slavery and Abolition*. London: Frank Cass.(18),3:212-227, December, 1997.

DU PIN E ALMEIDA, Miguel Calmon. *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, Salvador: Fieb, 2002.

EISENBERG, Peter L . *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da UNICAMP, 1977.

_____, *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX***.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.

FALOLA, Toyin."Slavery and Pawnship in the Yoruba Economy of the Nineteenth Century. *Slavery and Abolition*..London: Frank Cass, (15) n.2, 222-245, august, 1994.

FERNANDES, Florestan. ***A integração do negro na sociedade de classes.*** 2 volumes, São Paulo: Dominus - EDUSP, 1965.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937, Afro-Ásia*,21-22,(1998-1999), pp.239-256.

FLEXOR, Maria Helena M. Ochi. *Oficinas Mecânicas na Cidade do Salvador - Bahia*,Prefeitura Municipal do Salvador, Dept^{0} de Cultura, 1974.

FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade: a emancipação e seu legado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FONTES, José Raimundo, *Manifestações operárias na Bahia: movimento grevista, 1888-1930,* UFBA (Dissertação de Mestrado), 1982.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo/ Salvador: HUCITEC-EDUFBa, 1996.

_____. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910,* UNICAMP (Tese de Doutorado), 2004.

FRAZIER, Franklin E. *Black Bourgesie*, Glencoe, 1957.

FREITAS, Norma Ramos de . As estruturas agrárias pretéritas segundo depoimentos antigos e causas da sua modificação. O recôncavo açucareiro da Bahia, *Boletim de Geografia*. Salvador. 2 (516) 51-60, jun/set.,1961.

FREYRE, Gilberto.*Casa Grande & Senzala*.36ª ed. Rio de Janeiro,1992.

_____. *Sobrados e mocambos.*Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1936.

_____.*Ordem e progresso:*4ª ed. Rio de Janeiro: Record,1990.

FUENTE, Alejandro."Raça e desigualdade em Cuba (1899-1981)". Rio de Janeiro, *Afro-Asiáticos*: Centro de Estudos Cândidos Mendes, (27):7-43, abril de 1995.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 18ª.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1982.

GALLOWAY, J.H. The last years of slavery on the sugar platations of Northeastern Brazil, *Hispanic American Historical Review*, 51:4, november, 1971.

GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1986.

GERMAUD, Amaury Patrick et all., *Formação econômica do Brasil,* São Paulo, Atlas, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. *O 'campo negro' de Iguaçu: escravos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883).* Rio de Janeiro, Afro-Asiáticos, (25):43-72, dezembro, 1993.

GONÇALVES, Joakim, *Necessidade do trabalho obrigatório no Brazil.* Bahia: Eskhola Agrícola da Bahia, Typografia Tourinho, 1896.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo, *Racismo e anti-racismo no Brasil,* São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 1999.

HANCHARD, Michael. Fazendo a exceção: narrativas de igualdade racial no Brasil, no México e em Cuba. Estudos Afro-Asiáticos(28):203-17, outubro, 1995.

HOLT, Thomas C. *A essência do contrato: a articulação de raça, gênero e economia na política de emancipação britânica (1838-1866)*. Estudos Afro-Asiáticos(28):9-30, outubro, 1995.

HUGGINS, Martha Knisely. *From slavery to vagrancy in Brazil: crime and social control in the Third World.* New Brunswick, Rutgers University Press, 1985.

IANNI, Octavio. *Escravidão e Racismo.* 2a. ed. revista e aumentada. São Paulo. Ed. HUCITEC, 1988.

KEYNES,John Maynard . *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*; apresentação de Adroaldo Moura da Silva; tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Abril Cultural, Os economistas, 1983.

KLEIN, Martin . A. Slavery, the International Labour Market and the Emancipation of Slaves in the Nineteenth Century. *Slavery and Abolition*. London: Frank Cass. Vol.15, nº2. 197 – 220, august, 1994.

KRAAY, HENDRIK(ed) . *Afro-brazilian culture and politics: Bahia, 1790s-1990s.* Armonk/London: M.E. Sharpe, 1998.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do . O surgimento da escravidão e a transição para o trabalho livre no Brasil : um modelo teórico simples e uma visão de longo prazo**.** In.: *Revista Brasileira de Economia*, Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro. v.42,n.4, out/dez. 1988.

LARA, Silvia H. "Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico". *LPH: Revista de História*.v.3, n.1,215-244,1992.

LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura ilustrada: idéias para o melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX*. UNICAMP (Tese de Doutorado). Novembro, 1998.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e colônias – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XX*, UFBa, (Dissertação de Mestrado), 1982.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição.* Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.

_____.*Vivendo na mais perfeita desordem: os libertos e o modo de vida camponês na província de São Paulo do século XIX*. Rio de Janeiro. Cadernos Cândido Mendes. *Afro-Asiáticos*, (25):25-42, dezembro, 1993.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais - negros em Campinas (1888-1926),*

Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

MANTEGA, Guido, *A Economia política brasileira*, Petrópolis, Vozes,1987.

MARIANI, Clemente. *Análise do Problema Econômico Baiano*. Planejamento. Salvador, 5(4), out/dez, 1977.

MATA, Iacy Maia, *Os "treze de maio": polícia e libertos na Bahia pós-abolição, 1888-1889"*. Salvador, UFBA (Dissertação de Mestrado).2002.

MATTA, Eurico R. *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim*, Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo, 1999.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem.* PUC, (Tese de Doutorado), 1999.

_____.*"Cantos": trabalho, cultura e solidariedade – africanos e crioulos em Salvador na segunda metade do século XIX*. Sementes: caderno/Uneb. Campus I. Departamento de Educação, - v.2, nº3/4 (jan./dez.2001). – Salvador, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Ser escravo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Bahia, Século XIX: uma província no Império.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. 3a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

MENESES, Djacir (org). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998.

MBOKOLO, Elikia. *Afrique Noire: Histoire et Civilisations*, tomo I, Jusqu´au XVIIIè siècle, Paris : Hatier-Aupelf-Uref, 1995.

MOORE, Carlos. *This Bitch of a Life.* London: Allison and Busby and Paris, Karthala, 1982.
_____.*Castro. The Blacks, and África.* Los Angeles: Center for Afro-American Studies University of Califórnia, 3ª edição, 1991.

_____.Afro-Cubans and the Communist Revolution, In.: Carlos Moore (org), *African Presence in the Americas*. Trenton: African World Press, 1995.

MOURA, Clovis. *Rebeliões da senzala, quilombos, Insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

MOURA, Denise A. Soares de .*Saindo das Sobras: homens livres no declínio do escravismo.* Campinas: CMU/Unicamp, 1998.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MYRDAL, GUNNAR. *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy.* New York, 1944.

NARO, Nancy Priscilla Smith. Revision and persistence: recent historiography on the transition from slave to free labour in rural Brazil. London: Frank class, *Slavery and Abolition,* 13, 1992.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo.* Petrópolis: Vozes/ Brasília: INL, 1977.

NASCIMENTO, Abdias, *O negro revoltado*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, GRD, 1968 (2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

_____.*O Brasil na mira do pan-africanismo,* Salvador, EDUFBA/CEAO, 2002.

_____. & NASCIMENTO, Elisa Larkin, O negro e o congresso brasileiro, In.:.: MUNANGA, Kabengele (org), *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*, Brasília, Fundação Cultural Palmares-Minc/CNPq, 2004, pp.105-151.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).* São Paulo.Ed. Hucitec. 5ªedição, 1979.

_____. In.: Laura de Mello e Souza (org), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa,* São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul:Terra, Homens, Economia e Poder no século XIX*. UFBA, (Dissertação Mestrado), 2000.

OLIVEIRA, David Eduardo, *Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente,* Fortaleza, LCR, 2003.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O Liberto, o seu mundo e os outros***.** São Paulo: Corrupio, 1988.
OLIVEIRA, Waldir Freitas. *História de um Banco: o banco econômico*. Salvador, Museu Eugenio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico, 1993.

_____,*A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: FCJA; UFBA- Centro de Estudos Baianos, 1999.

OLSZEWSKI FILHA, Sofia, *A fotografia e o negro na cidade de Salvador, 1840-1914,* Salvador: EGBa; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1989.

OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos, 1535-1888.* Bahia: Editora Bigraf, 1996.

PAIXÃO, Marcelo J.P. *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais,* Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

PANG, Eul-Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana. Alguns aspectos de sua historia,1875-1891.* Rio de Janeiro, Arquivo Público Nacional; Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro, 1979.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho*: *trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro;Sergipe 1850/1930.* Aracaju: Funcaju, 2000.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. *As raízes da pobreza na Bahia: a condição econômica da questão social.* Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1985.

_____. O Recôncavo Baiano na Origem da Indústria de Transformação no Brasil. In.: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral. *História Econômica da Independência e do Império* (coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, set/1993). São Paulo: HUCITEC; FAPESP; ABPHE, 1996.

PIERSON, Donald**.** *Brancos e Pretos na Bahia***;***Estudo de Contacto Racial*. São Paulo, Nacional, 1971.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo : Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944:* São Paulo: Editora Nacional, 1982.

POPOVIC, Alexandre. *La Revolte dês esclaves en Iraq au IIIè/Ixè Siècle*, Paris: Geuthner 1976.

PRADO, Caio Jr., *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1969.

QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 2ª ed. 1988.

_____. *A Bahia de Outrora.* Salvador: Livraria Progresso Editora. 3ªed., 1946.
RAMOS, Alberto Guerreiro, *Introdução critica à sociologia brasileira,* Rio de Janeiro, 1957.

RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro,* 1º volume: etnografia religiosa. 5ª edição, Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

REBOUÇAS, André . *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos, Propaganda Abolicionista e Democrática (setembro de 1874 a setembro de 1883): estudo introdutório de Joselice Jucá.* Recife, Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 2ª edição fac-similar, 1988.

REGO, José Lins do. *Menino do engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 7ª ed., 2000.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: UFBA, 1998.

REIS, Jaime. Abolition and the economics of slaveholding in Northeast Brazil, *Boletin de Estudios Latinoamericanos y del Caribe,* Amsterdam, 17 :3-20, Diciembre de 1974.

REIS, João José. (org). *Escravidão e Invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____ e Silva, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia* .(24), 2000.

_____ *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*- edição revista e ampliada, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

REIS, Meire Lúcia Alves dos. *A cor da Notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana. do pós-abolição à 1937.* Salvador, UFBA (Dissertação de Mestrado), 2000.

RODRIGUES, Nina, *Africanos no Brasil.* Coleção temas brasileiros. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília] : Ed. Universidade de Brasília, 6ª edição, 1982.

SAMPAIO, Consuelo Novais, *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

SAMPAIO, José Luis Pamponet. *Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte. 1891 – 1973*. UFBA, (Dissertação de Mestrado), 1975.

_____& SILVA, T.M.B. A inserção da Bahia na Evolução Nacional. 1ª Etapa. 1850 -189. Atividades Produtivas. In.*:BAHIA. Secretaria de Planejamento ,Ciência e Tecnologia. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos. Indústria* Salvador, 1978, v.2.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho. Salvador 1900/1950*. UFBA (Dissertação de Mestrado), 1998.

SANT'ANNA, Alexandrino José. *Lavoira e despovoamento dos campos.*Tese (apresentada a Eschola Agrícola da Bahia a fim de obter grau de engenheiro agrônomo). Bahia: Tipografia de João Gonçalves Tourinho, 1895.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos . *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões Sociais. Salvador (1890-1930).*.USP.(Tese de Doutorado), 1982.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros,* São Paulo, Educ/Fapesp; Rio de Janeiro, Pallas, 2002.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Rebecca J. [et.al]. *The Abolition of slavery and the aftermath of emancipation In.: Brazil.* Durham/London: Duke University Press, 1988.

_____. Exploring the meaning of freedom: postemancipation societies In.: comparative perspective. In: SCOTT, R. *The Abolition of slavery and the aftermath of emancipation in Brazil*, pp.1-22.

_____. Construção, transporte, ruptura da linha de cor: ação coletiva rural na Louisiana e em Cuba, (1865-1912), *Estudos Afro-Asiáticos*,27, 1995.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II, D'Africa: o principe do povo – vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. *A Sociedade Monte Pio dos Artistas: um monumento do mutualismo em Salvador.* UFBA (Dissertação de Mestrado), 1981.

SILVA, Ligia Osório**.** *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei 1850*. Campinas,.Ed.Unicamp, 1996.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil.* 7a. ed., São Paulo. Ed. Alfa-Omega, 1986.

SILVEIRA, Renato da. *Os selvagens e a massa: papel do racismo cientifico na montagem da hegemonia ocidental*, *Afro-Ásia*, 23, 2000.

SIMÃO, André Luciano. *Congressos Agrícolas de 1878: um retrato do reformismo ao final do século XIX*, Unicamp, (Dissertação de Mestrado), 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*;

tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX, *Estudos Econômicos,* São Paulo, 13(1): 117-149, jan/abr, 1983.

_____. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, *Immigração: inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura,* Rio de Janeiro, 1926.

SODRÉ, Muniz, *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*, Petrópolis,Vozes, 2000.

SONNEVILLE, Jacques Jules. *Os lavradores de fumo Sapeaçu, 1850-1940*, UFBA (Dissertação de Mestrado), 1982.

SOUZA NETTO, Amâncio José de & PONDÉ, Lafayette. *Terras Devolutas.*Salvador, Ed. Mensageiro da Fé, 1975.

TARGA, Luís Roberto P.(org). *Gauchos&Paulistas: dez escritos de história regional comparada***.** Porto Alegre. FEE-Siegfried Emanuel Henser, 1996.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Economia da Província da Bahia na Segunda Metade do Século XIX*. Universitas. Salvador, (29): 3 1-40, 1982.

_____. *O comércio proibido de Escravos*, São Paulo, Ática; Brasília,CNPq, 1988.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operaria inglesa*; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra,V.1. 1987.

TOUR1NHO, Maria Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a instrução agrícola na Bahia a segunda metade do século XIX***.** UFBA, (Dissertação de Mestrado), 1982.

TRABALHADORES. *Trabalhadores e escravos.* Campinas: Fundo de Assistência à Cultura, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Mestrado em Ciências Sociais (História e Sociologia).*Catalogo de dissertações – Mestrado em Historia.* Salvador, Centro Editorial e Didático, 1995.

VANGELISTA, Chiara**.** *Os braços da Lavoura*. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1991.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho, *Carta ao Exmo. Ministro da Agricultura a respeito principalmente de vários engenhos de assucar da Antilhas aplicáveis ao Brazil*, Segunda tiragem.Caracas:Imprensa de V. Espinal.1863.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo - do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séc. XVII à XIX*. São Paulo. Corrupio, 1987.

_____.*Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1992.

VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. 2ª.edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

WHITNET, Robert. *The political economy of abolition: the hispano-Cuban Elite and Cuban Slavery, 1868-1873.* Slavery and Abolition, vol 13, n.2,.London. Frank Class august, 1992.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivência ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880).* São Paulo, Hucitec, 1998.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na Segunda metade do século XIX.* Campinas: CMU-UNICAMP, 1996.

WESTPHALEN, BACH & KROHN, *Centenário: Bahia 1828-1928.* Bahia, 1928.

WILDBERGER, A. *Noticia histórica de Wildberger e Cia. 1928-1942* .Bahia: Beneditina, 1942.